

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Brasília, setembro de 2018



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro João Otávio de Noronha

Conselheiros: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga
Maria Iracema Martins do Vale
Márcio Schiefler Fontes
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Valtércio Ronaldo de Oliveira
Francisco Luciano de Azevedo Frota
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
André Luis Guimarães Godinho
Valdetário Andrade Monteiro
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Júlio Ferreira de Andrade

Diretor-Geral: Julhiana Miranda Melloh Almeida

Organização: Andremara dos Santos

Colaboração: Jaul Ramalho de Castro
Kélvia Teixeira Santos
Rodrigo Barros Soares Walladares

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social

Secretário de Comunicação Social Luiz Cláudio Cunha
Projeto gráfico Eron Castro

2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, Brasília-DF

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
ATAS	7
ATA SIMPLIFICADA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	9
ATA SIMPLIFICADA DA SEGUNDA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	11
ATA SIMPLIFICADA DA TERCEIRA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	15
ATA SIMPLIFICADA DA QUARTA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	21
ATA SIMPLIFICADA DA QUINTA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	25
ATA SIMPLIFICADA DA SEXTA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	33
ATA SIMPLIFICADA DA SÉTIMA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	43
ATA SIMPLIFICADA DA OITAVA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	51
ATA SIMPLIFICADA DA NONA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	55
ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	63
ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	67
ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	72
ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	78
ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA (COM PARTICIPAÇÃO DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DEMAIS REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PAÍS)	83

ANEXOS	91
Análise Comparativa dos Dados Consolidados (novembro/16 e abril/17)	93
Consolidação dos Dados do Formulário Sintético sobre a Situação do Poder Judiciário	121
Quadro dos Tribunais	123
Perfil dos Magistrados	124
Comarcas e Servidores	125
Processos Sobrestados por Repercussão Geral	126
Informações sobre o Sistema Penitenciário	133
Concurso Nacional de Juízes	134
Informações Gerais	136
Informações Justiça Criminal	137
Adesão ao Processo Judicial Eletrônico	138
O que queremos alcançar em 2017?	142

APRESENTAÇÃO

Esta Consolidação é composta da memória, em formato de atas simplificadas, das Reuniões da Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Cármen Lúcia, com os Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal no período de 13 de setembro de 2016 a 20 de agosto de 2018.

Além dos registros das atas simplificadas, integram esta consolidação a análise comparativa das informações prestadas pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça nos Formulários Sintéticos Sobre a Situação do Poder Judiciário, devidamente consolidados, com informações sobre o perfil dos Magistrados de primeiro e segundo graus, a quantidade de comarcas e de servidores e os processos sobrestados por repercussão geral.

Também foram objeto da consolidação as informações sobre o sistema penitenciário, o nível de adesão ao processo judicial eletrônico, a possibilidade de instituição de um concurso nacional para o provimento dos cargos de juiz, o acervo de processos, o tempo médio de duração do julgamento dos presos provisórios em dias e outras informações específicas sobre a Justiça Criminal, como a quantidade de recursos de réus presos pendentes de julgamento nos tribunais, relativos ao ano de 2016 e parte do primeiro semestre de 2017.

Consta deste volume, ainda, tabela com a síntese dos resultados apresentados como sendo os desejados pelos tribunais para o ano de 2017 por meio de fluxogramas sob o título “O QUE QUEREMOS ALCANÇAR EM 2017?”

ATAS





SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM
OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 13.09.2016 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Ministra Cármen **Lúcia (Presidente do STF)**, Des. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos TJ's), Des. Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim (TJAC), Des. João Luiz Azevedo Lessa (TJAL), Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes (TJAM), Des. Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Des. Maria Iracema Martins do Vale (TJCE), Des. Mário Machado Vieira Netto (TJDFT), Des. Annibal de Rezende Lima (TJES), Des. Leobino Valente Chaves (TJGO), Des. Cleones Carvalho Cunha (TJMA), Des. Paulo da Cunha (TJMT), Des. João Maria Lós (TJMS), Des. Herbert José Almeida Carneiro (TJMG), Des. Constantino Augusto Guerreiro (TJPA), Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (TJPB), Des. Paulo Roberto Vasconcelos (TJPR), Des. Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE), Des. Erivan José da Silva Lopes (TJPI), Des. Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho (TJRJ), Des. Cláudio Manoel de Amorim Santos (TJRN), Des. Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS), Des. Almiro Padilha (TJRR), Des. José Antônio Torres Marques (TJSC), Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP), Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça (TJSE) e Des. Ronaldo Eurípedes de Souza (TJTO).

A Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e informou que durante a sua gestão realizará reuniões mensais com os Presidentes dos Tribunais de Justiça para dar conhecimento das suas ações, ouvi-los e informar-se diretamente da realidade de cada tribunal. **Afirmou que a reunião versaria sobre quatro temas, iniciando pelo tema da repercussão geral.** Declarou que os tribunais estão abarrotados porque os processos estão sobrestados, aguardando o julgamento dos temas pelo STF. Solicitou fossem informados os temas que mais afetam os Tribunais de Justiça em matéria de Repercussão Geral até o dia 30.9.2016, para que fosse elaborada uma pauta prioritária, com o foco na liberação do andamento dos processos sobrestados nos tribunais de origem. O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo informou a existência em seu Estado de mais de 100.000 processos sobrestados sobre o tema do expurgo inflacionário. Enviar a relação dos processos que estão sobrestados. **O segundo tema foi o das ações sobre questões de saúde.** Relatou que na reunião que fez na manhã do mesmo dia com os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, dos 27 governadores, 23 deram dados concretos sobre decisões liminares em matéria de saúde que comprometem a execução orçamentária e que podem beneficiar "máfias" existentes na área. A Presidente informou que vai criar um grupo no CNJ para

regulamentação da matéria. **O terceiro tema abordado foi o da necessidade de saber-se qual Judiciário tem o Brasil.** Solicitou-lhe fosse informado por cada Tribunal a quantidade de juízes ali existente, onde estão lotados, o que estão fazendo, qual a média de idade, enfim, qual o perfil dos juízes. Informou a necessidade de saber todas as comarcas no Brasil que estão sem juiz e quanto juízes há no Brasil em exercício, para saber-se o número de juízes, o número de comarcas, número de comarcas providas e o número de varas especializadas em execução fiscal, para esclarecimento da situação do Poder Judiciário. **O último tema foi a segurança pública e o sistema penitenciário.** Neste quesito, quer saber a quantidade de presídios, onde estão os presos, quantos são provisórios, quantos são condenados, quantidade de mulheres presas, quantas presas estão grávidas. Informou que irá a todos os tribunais e às maiores penitenciárias do país, tratando da questão penitenciária. Ouviu a manifestação dos presentes e marcou a próxima reunião mensal para o dia 14.10.2016, às 10:00 horas. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA SEGUNDA REUNIÃO DA
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM
OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 14.10.2016 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Ministra Cármen **Lúcia (Presidente do STF)**, Des. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos TJ's), Des. Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim (TJAC), Des. Sueli Pereira Pini (TJAP), Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes (TJAM), Des. Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Des. Maria Iracema Martins do Vale (TJCE), Des. Mário Machado Vieira Netto (TJDFT), Des. Annibal de Rezende Lima (TJES), Des. Leobino Valente Chaves (TJGO), Des. Cleones Carvalho Cunha (TJMA), Des. Paulo da Cunha (TJMT), Des. João Maria Lós (TJMS), Des. Herbert José Almeida Carneiro (TJMG), Des. Constantino Augusto Guerreiro (TJPA), Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (TJPB), Des. Paulo Roberto Vasconcelos (TJPR), Des. Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE), Des. Maria Inês da Penha Gaspar (TJRJ), Des. Cláudio Santos (TJRN), Des. Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS), Des. Sansão Batista Saldanha (TJRO), Des. Almiro José Mello Padilha (TJRR), Des. José Antônio Torres Marques (TJSC), Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP) e Des. Ronaldo Eurípedes de Souza (TJTO).

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, abriu a reunião e deu notícias sobre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e sobre a instituição de um Grupo de Trabalho para revisão das Resoluções editadas por aquele órgão cuja quantidade, em relação ao seu tempo de existência, corresponde a uma média de 3 resoluções por dia. Informou que pretende colher as sugestões e experiência dos Tribunais e da sociedade sobre os temas objeto das resoluções e que, até a 1ª semana de novembro serão compiladas todas as resoluções e adotadas as providências necessárias à promulgação das resoluções necessárias. Informou, ainda, que esta providência dará espaço à atuação normativa dos tribunais e que o grupo já está em trabalho, com o objetivo de no dia 8.12.2016 zerar tudo e recomeçar. Noticiou a sua participação na abertura da Semana Nacional da Conciliação e da VI Edição do Justiça pela Paz em Casa, em Minas Gerais. Afirmou a necessidade de incrementação da questão dos Núcleos de Saúde com os governadores, declarando que, em 7.11.2016, o Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, oferecerá uma base de dados sobre saúde para consulta rápida por todos os Juizes de qualquer parte do País. Dia 7/11 haverá a reunião e, em seguida, Seminário de Capacitação. Consultou a todos quanto à possibilidade de implantação de um concurso nacional de Juizes e realização de um cadastro de reserva nacional de pretendentes ou vocacio-

nados para a magistratura. Falou sobre a questão cartorária e sobre experiências inovadoras postas em prática, como os cartórios comuns e solicitou a manifestação de todos sobre a questão. Afirmou que fará um cronograma para implantação nos Tribunais de Justiça do software das audiências virtuais desenvolvido pelo STF (providência que evita o deslocamento desnecessário do juiz para resolver questões no tribunal). Informou que enviará 2 técnicos do STF para capacitação e implantação a partir da próxima semana (o CNJ já comprou *Webcams* para todos). Quanto à questão da PEC em tramitação no Congresso e da desvinculação dos subsídios informou estar estudando a questão dos padrões remuneratórios no Judiciário e somente se manifestará publicamente sobre o tema depois de conversar com os presidentes dos tribunais. Falou, também, sobre o teletrabalho e declarou estar estudando a matéria porque ainda não tem opinião formada, embora esta forma de trabalho esteja prevista pelo CNJ. Franqueada a palavra, os presidentes dos tribunais de justiça se manifestaram na seguinte ordem:

1ª) Desembargadora Sueli Pereira Pini (TJAP): falou sobre o êxito do Projeto Boas Ações, Novos Caminhos, destacou as oportunidades e as parcerias realizadas e relatou que no TJAP foi implantado o teletrabalho e estão conhecendo a experiência, afirmando acreditar que não deva ser descartada esta modalidade de prestação de trabalho. A Ministra Cármen Lúcia falou sobre a Segurança Pública e o sistema penitenciário, informando que a partir do dia 21 irá a todos os Tribunais para conversar com os juízes das varas de Execuções Penais e a algumas penitenciárias, começando pelas de Natal e Mossoró/RN; e que até o início do ano de 2017, gostaria de tirar todas as mulheres grávidas das prisões que não estejam adequadas à sua condição. Noticiou, também, a sua preocupação com a situação dos deficientes físicos nas cadeias.

2º) Desembargador Flávio Humberto Pascarelli (TJAM): questionou se o concurso nacional seria um pré-requisito para o provimento do cargo de juiz e a Ministra respondeu que sim. Seria uma espécie de nivelamento (concursos intelectuais, valores éticos, currículos) para que os tribunais retirassem dali os seus candidatos. Continuando, o desembargador informou que o TJAM já está utilizando o cartório único e que a iniciativa tem encontrado resistência de juízes que não querem perder poder e diretores de secretaria que não querem perder gratificação. Sugeriu uma recomendação do CNJ para eliminar resistências. Falou sobre projeto de agregação de comarcas. A Ministra manifestou-se contrariamente à agregação porque entende que deve ter um juiz em cada comarca e na hora que agrega, deixa de existir a figura do juiz na sede da comarca e para atender diretamente o povo. Afirmou que se o juiz não viver esta experiência não será um bom desembargador ou ministro. A ausência do juiz é a ausência do Judiciário no mundo. O juiz se tornou essencial no mundo. A agregação tem que garantir a presença do juiz o mês todo.

3ª) Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA): informou a instituição da Diretoria Especial de 1º grau no seu tribunal e a instalação de um Cartório Único na comarca da capital, com a previsão de instalação de mais 20 cartórios únicos.

4ª) A Desa. Maria Iracema Martins do Vale (TJCE) informou que o Tribunal de Justiça do Ceará já está realizando a experiência da Vara única e manifestou a sua concordância com o concurso nacional, informando que a Casa da Mulher Brasileira já esta pronta, dependendo apenas de agenda da Ministra para a sua inauguração e para o recebimento de medalha que será outorgada por aquele Tribunal.

5º) Desembargador Mario Machado Vieira Netto (TJDFT): informou o alto nível de adesão do TJDFT ao PJe, afirmando que a ideia do concurso nacional para os cargos de juiz parece ser uma boa iniciativa.

6º) Desembargador Leobino Valente Chaves (TJGO): solicitou esclarecimentos quanto ao cumprimento das resoluções enquanto não for concluída a revisão noticiada pela Ministra Presidente, e esta esclareceu que todas as resoluções estão em vigor até serem revogadas. Informou, na sequência, que no próximo dia 21 nomeará 52 juízes aprovados no último concurso e todas as comarcas serão providas, ainda que algumas varas fiquem vagas, nas comarcas onde há mais de 2 juízes. A Ministra falou,

também, sobre a formação de juízes e a necessidade de aprimoramento do conteúdo deontológico e da observação da urbanidade. **7º) Desembargador Cleones (TJMA):** citou o caso dos “concurseiros” dos extrajudiciais e lembrou a proibição pelo CNJ da fiscalização da permanência dos juízes nas comarcas e o julgamento inconstitucional pelo STF da obrigatoriedade de solicitação de autorização para os juízes se ausentarem da comarca, como causa de grande parte dos problemas verificados atualmente. Sugeriu, ainda, o estabelecimento de um prazo mínimo de permanência na mesma lotação como requisito para a remoção. **8º) Desembargador Paulo da Cunha (TJMT),** informou que o TJMT já faz uso da Secretaria Unificada há 1 ano, disponibilizando, também, o serviço de consulta a processos com hora marcada. A Ministra Cármen Lúcia comunicou a inclusão das liminares do CNJ na pauta da sessão imediatamente seguinte ao seu deferimento e foi aplaudida pelos presentes. O Presidente do TJMT, falou, ainda, da baixa arrecadação e de um processo em tramitação no CNJ relativo a uma emenda parlamentar, cujo andamento só depende da Presidente. **9º) Desembargador João Maria Lós (TJMS):** afirmou que o TJMS já têm, há alguns anos, a central de processamento eletrônico no formato do Cartório Único e que também faz uso do teletrabalho. Destacou o fato de a região de fronteira do seu Estado estar completamente abandonada. A Ministra informou a programação de uma reunião a ser realizada às 10 horas do dia 24.10.2017, no CNJ, para construção de um grupo interinstitucional para verificar o que precisa ser feito no sistema penitenciário. **10º) Desembargador Herbert Carneiro (TJMG):** falou sobre a falta de representatividade dos magistrados estaduais no CNJ. Afirmou, também, que o concurso nacional pode ser regulado por resolução e que o PJe reduz a necessidade de servidores. Declarou que a realização de audiências de custódia em seu Estado tem gerado enormes problemas de convivência com o Ministério Público, a Defensoria Pública e as polícias, principalmente nos finais de semana. Questionou sobre as audiências virtuais e a Ministra ficou de fazer o cronograma e enviar até a próxima semana. **11º) Desembargador Constantino (TJPA):** queixou-se das liminares para concurso de extrajudiciais e solicitou urgência no julgamento pelo CNJ dos processos disciplinares de desembargadores e juízes. Concordou com o concurso nacional para o cargo de juiz e questionou se o CNJ não poderia fazer o concurso nacional geral? Falou sobre a iniciativa do Cartório Único e afirmou também o conflito atualmente existente entre a autonomia para dirigir os Tribunais e as decisões do CNJ. **12º) Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque (TJPB):** informou que está fazendo o curso de formação de 30 juízes, dos quais só nomeou 29, porque 1 está *sub judice*. Mesmo assim, ainda ficarão 37 comarcas sem juiz, porque houve a criação de novos cargos de Juiz de Direito.. Informou que vai concluir a instalação do PJe em todas as comarcas do Estado e que foi construído um novo berçário no presídio feminino. Sugeriu a manutenção do art. 5º da Resolução 219 do CNJ. **13º) Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (TJPR):** noticiou que o TRF-4 liberou 264 milhões que estavam depositados judicialmente e que este recurso entrou direto no Tesouro Estadual. Afirmou a existência de 13 vagas de juiz no TJPR, mas que nenhuma comarca está sem juiz, existindo, no momento, 46 juízes substitutos. Informou que naquele tribunal foi adotada a Secretaria Única a partir do modelo do Mato Grosso e que o teletrabalho é uma questão delicada. Declarou que, em termos de processo judicial eletrônico, no TJPR há Projudi no 1º grau e no 2º grau, havendo, ainda, PJe (do CNJ) no 2º grau. Solicitou que o CNJ discipline a permanência dos juízes nas comarcas no horário do expediente. Noticiou, por fim a mudança das mulheres dos presídios. **14º) Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE):** informou que o TJPE aderiu ao cartório único e ao teletrabalho. **15º) Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar (TJRJ):** falou sobre a necessidade de dedicar-se especial atenção à segurança dos magistrados; referiu-se à grave questão dos milicianos; informou a existência de concurso para o preenchimento dos cargos de juiz em andamento; informando, também, que o Estado

está ameaçando não repassar para o Judiciário o duodécimo no final do mês. A Ministra Presidente informou que a Secretária de Segurança do CNJ, Delegada Simone Guerra, especialista em segurança de juízes da Polícia Federal, fará o levantamento dos juízes ameaçados e providenciará a orientação necessária que o caso requer. **16º Desembargador Claudio Santos (TJRN):** falou sobre o CONAPREV. **17º Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS):** afirmou que falta representatividade do RS no CNJ; questionou a duração do curso de formação inicial dos juízes, que os mantém 4 meses fora da Comarca, não parecendo ser razoável. Declarou não entender ser necessária realização de concurso nacional, no caso do RS. Informou que os presídios estão absolutamente abarrotados, porque desde o atual governo não se cria nenhuma vaga e o número de encarcerados aumentou em 5 mil. Concluiu dizendo que a PEC 52 merecia atenção. **18º Desembargador Sansão Saldanha – TJRO:** declarou que o Estado de Rondônia tem 34 anos e a magistratura local 32. Afirmou que há 37 vagas nas entrâncias que integram o Poder Judiciário local, mas todas estão com juiz, em caráter de substituição, com a remuneração respectiva. Informou que no TJRO há a participação de todos os magistrados na gestão, por meio de planos de Ação; que a gestão é descentralizada (para reformas e pequenas aquisições); que tem serviço de inteligência e o Comitê de Segurança atua com efetividade. **19º Desembargador Almiro José Mello Padilha – TJRR:** afirmou que o teletrabalho já está sendo utilizado no TJRR, abrangendo até servidores que estão em outros Estados. Também informou que já usam o sistema de Cartórios Únicos e que tem juízes em todas as varas e uma desembargadora afastada. Propôs a realização de licitações nacionais para acudir aos tribunais pequenos. **20º Desembargador José Antônio Torres Marques – TJSC:** informou que no TJSC há cartórios unificados em todo o Estado e que o teletrabalho vem sendo uma grata surpresa porque tem obtido uma produtividade média superior a 20% da produtividade alcançada no trabalho prestado de forma presencial. Sugeriu que no concurso nacional de juízes houvesse a vinculação do candidato para um único Estado e afirmou a existência de apenas 1 comarca sem juiz, mas que já está em processo de provimento. **21º Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti – TJSP:** Trouxe e entregou nota técnica sobre a PEC 52 e um estudo sobre a realização de audiência de custódia por videoconferência (O Tribunal em Número). **22º Desembargador Ronaldo Eurípedes de Souza – TJTO:** Informou que o TJTO faz uso do sistema E-proc e do SEI, desenvolvidos pelo TRF4 e afirmou que o Poder Executivo está integrado de sorte que os laudos periciais são recebidos por meio eletrônico. Queixou-se, contudo, da existência de uma resolução do CNJ que proíbe doação de equipamento a quem não tem PJe. **23ª Desembargadora Maria Cezarinete Angelim – TJAC:** Informou a formação de parcerias do TJCE com o TJPA e outros TJs. **24º Desembargador Pedro Bitencourt - Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça:** Informou que o objetivo do Conselho é aprimorar a gestão. Encerrando a reunião, a Ministra Cármen Lúcia agradeceu a presença de todos, afirmou que sem compromisso é impossível conseguir resultados, sem compromisso e agendou a próxima reunião para o dia 14.10.2016, às 10h, no Conselho Nacional de Justiça, com os Conselheiros, informando que no dia 11.10.2016 assinou um Acordo de Cooperação Técnica de compartilhamento de dados com a Presidência da República e a Presidência do TSE, para a formação de um sistema digital que permita a simplificação de serviços ao cidadão e a redução da burocracia no serviço público. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA TERCEIRA REUNIÃO DA
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM
OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 14.11.2016 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Ministra Cármen **Lúcia (Presidente do STF)**, Des. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos TJ's), Des. Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim (TJAC), Des. Sueli Pereira Pini (TJAP), Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes (TJAM), Des. Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Des. Maria Iracema Martins do Vale (TJCE), Des. Mário Machado Vieira Netto (TJDFT), Des. Annibal de Rezende Lima (TJES), Des. Leobino Valente Chaves (TJGO), Des. Cleones Carvalho Cunha (TJMA), Des. Paulo da Cunha (TJMT), Des. João Maria Lós (TJMS), Des. Herbert José Almeida Carneiro (TJMG), Des. Constantino Augusto Guerreiro (TJPA), Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (TJPB), Des. Paulo Roberto Vasconcelos (TJPR), Des. Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE), Des. Erivan José da Silva Lopes (TJPI), Des. Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho (TJRJ), Des. Cláudio Manoel de Amorim Santos (TJRN), Des. Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS), Des. Sansão Batista Saldanha (TJRO), Des. Almiro José Mello Padilha (TJRR), Des. José Antônio Torres Marques (TJSC), Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP), Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça (TJSE) e Des. Ronaldo Eurípedes de Souza (TJTO).

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, abriu a reunião justificando a mudança do local anteriormente fixado para a reunião e a ausência dos Conselheiros do CNJ, esclarecendo que o momento não era adequado, sem embargo de depois vir a ser realizada, por conta da compilação das resoluções. Aduziu que receberá sugestões até o dia 30/11. Informou, relativamente ao item “saúde”, que, na quinta-feira passada, 22 governadores asseguraram disponibilizar 1 a 2 médicos para o assessoramento dos juízes; informando, ainda sobre a assinatura de convênio com o Hospital Sírio Libanês e o Ministério da Saúde, por meio de seu titular, Ricardo Barros, iniciando uma parceria entre o CNJ, o governo federal e a instituição, com o objetivo de criar uma plataforma *online* com pareceres técnicos sobre os produtos de saúde, que permitirá consulta pelos magistrados, de qualquer lugar do país. No tocante à **priorização do 1º grau**, assinalou que as propostas de alteração da resolução do CNJ vigente constarão do material a ser recebido até amanhã. Essa demanda tem por objetivo aumentar o número de julgamentos, dando uma solução concreta para responder ao juiz e ao cidadão. Comunicou que nos dias **5 e 6/12 ocorrerá o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário** e solicitou fluxograma a ser exposto no *site* de todos os tribunais dizendo o que queremos até

2017. Noticiou que deverá ser informado, em relação **aos processos iniciados em 2016**, quantos foram distribuídos, quantos foram baixados e com quantos encerraremos o ano? **Na área da justiça criminal:** quantos júris foram programados, quantos foram realizados, quantos fomos capazes de realizar na Semana Nacional do Júri. Tais dados devem se referir ao 1º e 2º grau. No tocante a **inquérito**, deve haver separação para mostrar que inquérito é do Executivo e processo é do Judiciário. Deve-se informar, também, quantos eram presos provisórios, quanto tempo demorou para chegar à absolvição ou à condenação. Até o encontro, os TJs informarão o que querem alcançar até 2017. Destacou haver **uma carência de estrutura para amparar os juízes**. Os criminais não têm estrutura nem segurança. Apresentou a **Dra. Tatiane da Costa Almeida** (Secretária de Segurança do CNJ) e a **Dra Simone Guerra** (Núcleo de Suporte Logístico e Segurança/CNJ), que deverão levantar o que é que o juiz precisa em termos de segurança física (com todos os juízes criminais – 1.396 juízes que receberão a visita ou o telefonema delas). Afirmou que “os juízes têm que ter tranquilidade para julgar”. Além disso, destacou que os Presidentes receberão até o dia 30/11 o resultado, o painel com o resultado. Vai criar um “botão de pânico” para o juiz criminal (como o que existe para mulheres sob violência). Vai começar pelos juízes de execução penal e das varas especializadas no combate à violência doméstica. Por fim, a Ministra Cármen Lúcia pediu que **pensassem em que os tribunais podem inovar em informação sobre justiça, direito e o Poder Judiciário**, melhorando o conteúdo da TV Justiça. Citou como exemplo o documentário da TV Câmara sobre Nelson Hungria, dizendo que este veículo pode ser utilizado para que os cidadãos conheçam a história dos juízes brasileiros (como atuaram, o que fizeram). Afirmou que o conteúdo atualmente recebido é tradicional (e sem graça), urgindo a sua modificação, porque a grade e o tempo são dos Tribunais. “Deve-se utilizar o veículo para integrar o Brasil (mostrar como trabalham os juízes da região norte, por exemplo, enfim, as peculiaridades), saindo da postura reativa. Está na hora de fornecermos um conteúdo melhor”. Conclamou a todos a contar a história dos seus vultos. Franqueada a palavra, os presidentes dos tribunais de justiça se manifestaram na seguinte ordem: **1º Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (TJPR):** sugeriu que tivessem espaço para contar os grandes programas desenvolvidos pelo TJPR, afirmando que a TV Justiça serve até para alterar conceito de determinados programas como a APAC junto à sociedade. Destacou a existência de proposta de um parlamentar para acabar com a TV Justiça. **2ª Desembargadora Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim (TJAC):** manifestou angústia com o crescimento das facções. Informou haver inspecionado o presídio P-4, onde estavam mulheres grávidas e crianças, destacando a necessidade de o Poder Judiciário atuar com responsabilidade social. Informou que o governador vai inaugurar uma casa destinada às mulheres; que os servidores estão em greve; e que já foram realizados 25 mutirões (processo eletrônico judicial e administrativo, com o sistema do TRF 4º Região). Queixou-se, contudo, que o juiz não vai ao Fórum. Afirmou que o TJAC não investiu no preenchimento dos cargos de juiz por que o Estado é pobre, mas que entende, que se pode avançar com criatividade. Falta realizar, também, concurso para delegatário e para servidores. A Ministra esclareceu que cabe aos Presidentes e Corregedores convencerem os juízes a estarem nos fóruns para não perderem a autoridade. **3ª Desembargadora Sueli Pereira Pini (TJAP):** declarou estar angustiada com a velocidade da transição das coisas. Acha que o principal, dentre todos os problemas, é manter os juízes nos fóruns. Embora saiba que esta é uma providência da Corregedoria, sugeriu que a Ministra fizesse uma carta a cada magistrado lembrando da importância de eles estarem no fórum, como uma medida de reforço. A Ministra informou que iria pedir o levantamento do endereço de todos os juízes e propôs que se fizesse algo antes da atuação da Corregedoria e a Desembargadora Sueli Pereira Pini sugeriu que a convocação fosse feita pela AMB pela nova gestão do Jayme Martins de Oliveira. **4º Desembargador**

Flavio Humberto Pascarelli Lopes (TJAM): relatou que os juízes criminais, o Presidente do TJAM e o Corregedor estão ameaçados pela facção FDN (Família do Norte), por meio de *whatsapp*. A Ministra informou que a Polícia Federal já levantou a situação e que estão estabelecendo uma rede de inteligência. Além disso, o Núcleo de Suporte Logístico e Segurança do CNJ está levantando quem está fazendo as ameaças e, ainda hoje entrará em contato com o Presidente. Continuando a sua manifestação, o Desembargador Pascarelli mencionou que, no Amazonas, o TJ restringiu o uso do sistema ao fórum (evitando que o juiz trabalhasse fora do fórum) e a produtividade caiu significativamente, porque no fórum o juiz atende à população e não trabalha no processo. **5ª) Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA):** alertou que no extremo oeste da Bahia a questão dos registros imobiliários por agricultores está sem controle. Há áreas rurais com registros imobiliários sobrepostos (em diversos andares) e o juiz fica completamente desprotegido quando tem de tomar alguma providência contrária. Afirmou que vai encaminhar à Presidência o levantamento já realizado que demonstra a grilagem no extremo oeste em situações que envolvem membros do Ministério Público. Por esta razão, nenhum magistrado quer ir para a região e o TJBA está tirando magistrados de Salvador para lá atuar e melhorar a respeitabilidade dos registros. Informou que no período de 23 a 25.11.2016 vai ser inaugurada a 1ª Câmara de Saúde, com caráter interinstitucional, em Salvador. **6ª) Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale (TJCE):** contou exemplos positivos dos CEJUSCs instalados pelo TJCE, dentre outras iniciativas. **7º) Desembargador Mário Machado Vieira Netto (TJDFT):** informou que o TJDFT regulamentou o teletrabalho de acordo com a resolução do CNJ, por setores, por partes, com controle – para o servidor, mas entende deva haver esclarecimento à população para não parecer que não está havendo trabalho. Salientou a questão dos Juizados de Fazenda Pública e a necessidade de fazer-se em Juízo único. **8º) Desembargador Annibal de Rezende Lima (TJ/ES):** anunciou ser o TJES o tribunal em pior situação. Informou que recebeu a presidência no ano passado acima do limite de responsabilidade fiscal. Exonerou centenas de pessoas em cargos comissionados, reduziu as gratificações desde o presidente, mas, mesmo assim, em agosto, chegou a 6,18 % e precisa chegar a 6,0%, mas como a arrecadação caiu, voltou para 6,21%. Se as exonerações continuarem vai desmontar a justiça do Espírito Santo e que está estudando a aplicação do art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal que autoriza a redução do salário por meio de redução da carga horária. **9º) Desembargador Leobino Valente Chaves (TJGO):** registrou a necessidade de valorização do 1º grau. Afirmou que não há comarcas sem juiz em Goiás e que foi promovida a agregação de juizados. Noticiou a excelência do programa que acolhe os filhos das presas, que já receberam o prêmio Patrícia Accioli e foi classificado no Innovare. **10º) Desembargador Cleones Carvalho Cunha (TJMA):** anunciou que na Penitenciária de Pedrinhas, que agora se chama Complexo Penitenciário de São Luís, acabaram-se as grandes filas para entrada, por meio da instalação de uma recepção única com *scanners* corporais, parlatórios para os advogados, salas de audiências. Quanto à segurança pública dos magistrados, informou que esta tem sido a maior despesa do TJ. **11º) Desembargador Paulo da Cunha (TJMT):** noticiou que todas as comarcas do Mato Grosso serão providas até o final do ano (os juízes estão terminando o curso de 480 horas). Informou a existência de 3 magistrados com segurança. Solicitou esclarecimento quanto à resolução que revogou o PJe no Supremo, informando que o PJe sofre resistência. A Ministra esclareceu que a Resolução n. 594/2016 foi editada porque não haviam condições técnicas para a implantação do PJe, neste momento, e a Resolução 578/2016 impedia o desenvolvimento de novas soluções para os sistemas já existentes no STF. **12º) Desembargador João Maria Lós (TJMS):** relatou a experiência do concurso que está sendo realizado no TJMS há 2 anos e elogiou a iniciativa do concurso nacional. Convidou a presidente para visitar o Estado de Mato Grosso do Sul. A Ministra falou que as novas bancas deverão ter recursos para

detectar os candidatos treinados por *coaching*, sem vocação. **13º Desembargador Herbert José Almeida Carneiro (TJMG):** elogiou as últimas pautas de julgamento do STF e informou haver encaminhado as sugestões sobre as resoluções compiladas. Destacou que o PJe em Minas já abrange 73 mil processos e o susto com a resolução que revogou o PJe no STF. **14º Desembargador Constantino Augusto Guerreiro (TJPA):** afirmou, com relação às questões de saúde, a necessidade de convocar-se os Conselhos de Medicina porque os pedidos são formulados pelos médicos. Questionou o limite de cessão de servidores aos Tribunais pelo CNJ e destacou a peculiaridade encontrada na questão da saúde dos juízes e servidores, que tem se tornado um problema para o TJPA, onde as doenças sempre demandam o afastamento, como por exemplo, toda gravidez é de risco. Informou que faltam Defensores Públicos. Queixou-se dos cartórios extrajudiciais, sugerindo ver como mitigar a renda em prol do Judiciário. A Ministra anunciou haver recebido em audiência todos os Defensores-Gerais e que solicitará ao Defensor-Geral que visite o Presidente do TJPA para ver a situação específica. **15º Desembargador Marcos Cavalcante de Albuquerque (TJPB):** noticiou as providências adotadas para a segurança dos juízes, que, de acordo com a inteligência da Secretaria de Segurança Pública é providenciada por policiais militares. Questionou a dificuldade de enviar os juízes para as comarcas antes de encerrado o curso de formação. A Ministra Maria Thereza de Assim Moura e a Ministra Laurita Vaz serão convidadas para conversar sobre a situação de designação para as comarcas de juízes substitutos durante a formação. Solicitou orientação acerca do pagamento de auxílio moradia. Convide a todos para última reunião do Conselho. **16º Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (TJPR):** comunicou a existência de 12 vagas para juiz no TJPR por conta da movimentação. No que se refere ao sistema penitenciário no Paraná, há o controle rígido do sistema prisional, por meio de recursos tecnológicos ali desenvolvidos, como o Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU, utilizado pelo CNJ e implantado em diversos tribunais e que possibilita a determinação da expedição de alvará de soltura para a data do advento de um benefício correspondente para o preso. A Ministra Cármen Lúcia noticiou a existência de um mandado de injunção de uma associação para que o anteprojeto da LOMAN seja encaminhado ao Congresso Nacional. **17º Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE):** informou a existência de mais de 30 mil presos no Estado de Pernambuco, dos quais, mais da metade, é provisório. Acredita que as alternativas para solução dependem mais do Executivo. A Ministra sugeriu que fosse solicitada a relação dos presos aos diretores dos estabelecimentos penais, para o Judiciário fazer a sua parte, como, por exemplo, o julgamento dos presos provisórios. Afirmou, ainda: “nós não temos a verdade do número de presos do Brasil. Vamos pensar até fevereiro projetos racionais e com números sobre a situação, por meio de um sistema do CNJ que dê o número de presos em tempo real”. Prosseguindo, o Presidente do TJPE informou a existência de um projeto por meio do qual comparece às favelas para perguntar “qual a serventia do Judiciário para elas”. Quanto à saúde, observou que reuniu o secretário e os juízes auxiliares para definir providências, informando, também, que para subsidiar alteração na lei de custas solicitou um estudo ao CNJ da parametrização de custas para toda a Federação. **18º Desembargador Erivan José da Silva Lopes (TJPI):** aduziu que, no tocante à questão da judicialização da saúde, no dia 26 será assinado acordo/protocolo sobre o núcleo de assistência ao juiz, substituindo o NAPEN pelo NAT, que deverá atender também às comarcas do interior. Neste acordo, a Defensoria Pública e o Ministério Público se comprometem em distinguir o que é de competência de Município, Estado e União. A Ministra alertou que o STF está se encaminhando para decidir ser responsabilidade da União os casos em que há omissão da ANVISA. Prosseguindo na questão relativa à justiça criminal, o desembargador informou a realização de audiência de custódia de segunda-feira a segunda-feira na capital do Piauí e que até o final do ano haverá a interiorização dessas audiências por meio de

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

polos regionais. Mencionou iniciativas para o Paciente Judiciário e a utilização do SEEU na execução penal. Salientou que o número dos presos provisórios já bate os 70% e, por causa disso, foi estabelecido um regime especial por 6 meses, convocando juízes substitutos para auxiliarem os da capital, fazendo audiências de instrução e julgamento na parte da tarde. O problema do TJPI é a baixa produtividade dos juízes e dos servidores. Noticiou que está implantando cartórios únicos e que o Tribunal utiliza o sistema Themis, apresentando uma cartilha produzida pelo TJPI. **19º Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho (TJRJ):** elogiou o enxugamento das Resoluções do CNJ. Comunicou que na justiça estadual do Rio de Janeiro varia em 30 o número de magistrados sob segurança. Relatou a situação de penúria do Estado. A folha de pagamento corresponde a 70% do ICMS. Entende que o Rio está em situação dramática, mas é um problema da Federação, um problema mais amplo. Afirmou que as reuniões têm cumprido a sua finalidade, pois é um foro onde são trazidos os problemas da realidade. **20º Desembargador Cláudio Manoel de Amorim Santos (TJRN):** Sugeriu que o CNJ estabelecesse critérios para a formação dos Gabinetes de Segurança dos Tribunais. Pediu que o CNJ regule a questão da licitação das contas bancárias, informando que o TCU diz que não há necessidade de licitação de banco público. Por esta razão sugeriu que a regulamentação fosse realizada com flexibilidade, de acordo com a capilaridade da entidade. Afirmou que deveria ser considerado o custo *per capita* (relação custo/benefício-produtividade) para saber-se quanto custamos à sociedade. Acredita que este disciplinamento financeiro deveria ser uma preocupação do CNJ. Não há qualquer assistência à saúde no sistema prisional. Abordou a questão dos duodécimos. **21º Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS):** assinalou que há uma perda de autoestima dos servidores e de juízes (há 25 anos um servidor recebia e cumpria 1.500 processos e era um excelente servidor, hoje recebe 4.000, cumpre 3.000, e é incompetente). Falou sobre a questão da segurança e sobre os duodécimos, destacando que este problema vai surgir com mais ênfase a partir de agora, por causa do exemplo do Rio de Janeiro. Aduziu que o Judiciário está se transformando em uma subsecretaria do Executivo, sem autonomia. Chamou a atenção para a data da próxima reunião porque o último pleno do ano da maioria dos Tribunais será nos dias 5 e 12 de dezembro. **22º Desembargador Sansão Batista Saldanha (TJRO):** noticiou incidente em presídio de Rondônia que vitimou alguns presos condenados por conta de briga entre 2 facções criminosas. Afirmou que há uma má gestão nos presídios do país. Esclareceu as notícias veiculadas sobre supersalários no TJRO, afirmando que os valores veiculados na imprensa foram decorrentes de acordo homologado no STF em processo sobre o pagamento de auxílio moradia que tramitava há mais de 10 anos. Afirmou que a imprensa reconheceu que o TJRO e o TJSC têm as páginas mais transparentes. Pugnou pela padronização das páginas e da transparência de pagamentos e outras informações pelo CNJ. Registrou que todas as comarcas têm PJe e sugeriu a preparação dos gestores para o TJ pelo CNJ. **23º Desembargador Almiro José Mello Padilha (TJRR):** Observou que o sistema penitenciário está acomodado temporariamente com a intervenção da Ministra. Noticiou que tem CEJUSC e audiência de custódia em todas as comarcas de Roraima. Além disso, adotou o teletrabalho. Informou que estão implantando os NATS. Assinalou que gasta 4% do orçamento com pessoal e que a questão da Venezuela está impactando no Estado de Roraima, com quem tem fronteira. **24º Desembargador José Antonio Torres Marques (TJSC):** noticiou o início do Curso de Formação Inicial dos candidatos aprovados no concurso de juiz, que foram todos convocados. Comunicou que o TJSC tem 1 Gabinete de Segurança com 1 Delegado de Polícia. Noticiou ter havido conflito com o SAJ implantado no 1º e 2º graus que maquiou para menos os dados da Justiça em números. A Ministra informou que a Professora Tereza Sadek está trabalhando para corrigir em seis meses os dados que estejam errados. **25º Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP):** informou haver verificado que os processos

não arquivados não contam como baixados no sistema utilizado pelo TJSP e que o Programa Justiça Bandeirante vai treinar os servidores no SAJ. Quanto à segurança, aduziu que estão investindo nos prédios, tendo sido elaborado um manual para orientar servidores e magistrados. Afirmou que o TJSP tem investido em comunicação e na questão da violência doméstica, tendo, ainda, posto em prática o teletrabalho para servidores em dois dias da semana, que não pode ser segunda, nem sexta-feira. Trouxe sugestão sobre as resoluções e discutiu a questão do reaproveitamento de juízes em disponibilidade. **26º Desembargador Luiz Antonio Araújo Mendonça (TJSE):** entende que a ideia sobre explicar as condições adversas em que trabalha o juiz na TV justiça é bastante proveitosa. Elogiou as visitas aos presídios de surpresa e a designação da Polícia Federal para tratar de segurança dos juízes. Assinalou que a preocupação da Presidente com os presos e com os magistrados deu conforto aos presos e aos juízes. Noticiou estarem experimentando o teletrabalho na área da Fazenda Pública, o que resultou no aumento da produtividade em 27%. **27º Desembargador Ronaldo Eurípedes de Souza (TJTO):** aduziu que, de acordo com a Justiça em Números, o servidor do Judiciário do TJTO é o mais bem pago. Elogiou a possibilidade de correção dos dados pelo DPJ/CNJ e sugeriu a redistribuição de competência por meio de projeto para equalizar o desequilíbrio da quantidade dos processos entre juízes de igual entrância (exemplo de Goiânia). Quanto ao sistema penitenciário, informou que as presas grávidas evoluem para o regime domiciliar. Comunicou que o arquivamento dos processos agora é feito, depois que é realizada a baixa no sistema e é verificado o conteúdo financeiro do processo em um departamento financeiro que foi criado especialmente para este fim. Na sequência, a Ministra Cármen Lúcia deu notícia sobre o andamento do projeto de Lei de Audiência de Custódia, afirmando que o Assessor-Chefe da Assessoria de Articulação Parlamentar apresentaria levantamento, para ser encaminhado a todos os presidentes dos TJs, sobre a situação dos 5 projetos que tratam da audiência de custódia e de toda a pauta dos projetos de interesse institucional da magistratura até quarta-feira. A Ministra Cármen Lúcia agradeceu a presença de todos, designou o dia 12/12, às 10h, como data da próxima reunião e afirmou que é preciso avançar “nem tão depressa que pareça uma afronta, nem tão devagar que possa parecer que se está com medo”. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA QUARTA REUNIÃO DA
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM
OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 5.12.2016 **HORÁRIO:** 15h

LOCAL: TSE

PARTICIPANTES: Des. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos TJ's), Des. Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim (TJAC), Des. João Luiz Azevedo Lessa (TJAL), Des. Sueli Pereira Pini (TJAP), Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes (TJAM), Des. Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Des. Maria Iracema Martins do Vale (TJCE), Des. Mário Machado Vieira Netto (TJDFT), Des. Annibal de Rezende Lima (TJES), Des. Leobino Valente Chaves (TJGO), Des. Paulo da Cunha (TJMT), Des. João Maria Lós (TJMS), Des. André Leite Praça (TJMG), Des. Constantino Augusto Guerreiro (TJPA), Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (TJPB), Des. Erivan José da Silva Lopes (TJPI), Des. Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS), Des. Sansão Batista Saldanha (TJRO), Des. Almiro José Mello Padilha (TJRR), Des. José Antônio Torres Marques (TJSC), Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP) e Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça (TJSE).

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, abriu a reunião realizada, em caráter excepcional, na sede do Tribunal Superior Eleitoral, onde está sendo realizado o X Encontro Nacional do Poder Judiciário, esclarecendo ser este o motivo pelo qual ocorreu a antecipação da data anteriormente designada. Em seguida, abordou a questão relativa à compilação das resoluções do CNJ, **informou que o prazo para a compilação ainda está correndo porque foram mais de 1.000 propostas de alteração e explicou os critérios de compilação.** Destacou que deveria ser formalizada a proposta de alteração do prazo do dia 31.12.2016 para 31.1.2017 e que o prazo final para implementação do disposto no art. 23 da Resolução n. 219/2016 será mantido para 1º de julho de 2017. Observou que deverá ser requerida a dilatação do prazo de apresentação do cronograma. No tocante às questões dos **Núcleos de Saúde**, comunicou que **foi realizado um padrão de convênio.** Relativamente ao **sistema penitenciário**, noticiou que **no dia seguinte serão apresentadas algumas providências**, como a realização de um censo no sistema carcerário até o dia 30.3.2017 para formar o cadastro dos presos. Solicitou a disponibilização pelos tribunais do nome de 5 juizes para formação de um grupo especial do sistema penitenciário para ficarem disponibilizados para auxiliar o CNJ e estarem a postos para levantar os gargalos, verificar onde pode ser dado maior apoio. Salientou que foi procurada por 12 entidades querendo ajudar no diagnóstico e soluções dos problemas: Convenção de Direitos Humanos da ONU; *Open Society*; entidades não go-

vernamentais; Colégio de Procuradores de Justiça; 27 Defensores Públicos-Gerais; OAB. Aduziu que a ideia é respeitar a autonomia de cada Tribunal, levando em conta um aporte a cada um deles, para, com o apoio de entidades sérias encontrar soluções estruturantes. Anunciou, ainda, que a próxima reunião será em fevereiro/2017. Informou que deveriam ser apresentadas propostas sobre como gostariam de participar de forma mais construtiva na grade da TV Justiça. Informou que serão elaboradas pautas para as reuniões de 2017. Franqueada a palavra, os presidentes dos tribunais de justiça se manifestaram na seguinte ordem: **1º Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque (TJPB):** despediu-se de todos, pois na próxima reunião virá o presidente eleito. **2º Desembargador Mario Machado Vieira Neto (TJDFT):** elogiou o fato de os processos sobrestados pela repercussão geral terem sido retirados da meta. **3º Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça (TJSE):** também afirmou estar se despedindo em fevereiro e elogiou a forma como a Ministra tem tratado os Presidentes e o Brasil, com respeito, prestando contas, em atitude que dá um conforto, que representa uma massagem na alma de todos. **4º Desembargador Jose Antônio Torres Marques (TJSC):** agradeceu a forma como vem sendo tratado e disse que a Ministra o representa. Noticiou a realização de evento de capacitação com a participação do Conselheiro Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior e do Ministro Teori Zavascki. Citou problemas com a Defensoria, pois seus membros escolhem onde querem trabalhar, são muito poucos e o TJ não tem como interferir. Reputou que seria interessante um convênio com a OAB para conseguir defensores dativos. A Ministra avisou que fará uma reunião conjunta com a Defensoria e a OAB, porque os primeiros são resistentes à ideia e para que os governadores não se acomodem no provimento dos cargos de defensores públicos. Os presidentes do TJPB e do TJSE afirmaram que este é um problema comum, porque os defensores só querem ficar na capital. **5º Desembargador Almiro José Mello Padilha (TJRR):** despediu-se. Solicitou a ata das reuniões realizadas para encaminhar à futura presidente, eleita diretamente, na primeira eleição direta para TJ no país. Agradeceu o tratamento cordial recebido dos assessores da presidência, pois sempre que entrou em contato a situação foi resolvida. Desculpou-se por não ter ido ao Encontro dos Presidentes. **6º Desembargador Sansão Batista Saldanha (TJRO):** também se desculpou por não ter ido ao Encontro dos Presidentes. Afirmou estar cuidando atentamente da questão do sistema penitenciário, por meio de mutirões periódicos. Informou a existência de um fundo que servirá para o reaparelhamento da Defensoria Pública e sua instalação em todas as comarcas. Aduziu não terem maiores problemas com presos provisórios graças à atenção dada à questão, apontando como prova que na rebelião recentemente acontecida, todos os mortos já estavam condenados. Noticiou a existência de cartórios únicos e o incentivo à digitalização dos processos, segundo o qual quando todos os processos de uma vara são digitalizados, o juiz ganha mais um assessor, dentre os servidores da vara. Destacou estar praticamente com 100% do PJe implantado e quer saber o que será feito nesta matéria doravante. Comunicou a existência do Gabinete de Segurança com pessoal de inteligência para cuidar da segurança dos magistrados. Informou que está em realização no TJRO cursos de constelação familiar que tem auxiliado os magistrados no autoconhecimento e na obediência ou reconhecimento do valor da hierarquia. Afirmou que vai enviar o relatório para a Ministra com o plano de gestão (reproduzido nas varas). Registrou que essas reuniões os tem levado a meditar sobre a gestão, pois permite o contato com os outros desembargadores. **7º Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS):** destacou a crise atual, a presença de mais de 500 magistrados e membros do Ministério Público. Disse que a Ministra bem os representa. Informou haver um pacote fiscal do governo do Rio Grande do Sul que inviabilizará a reposição de juízes e servidores e deverá provocar o atraso de folha. Salientou a necessidade de liderança serena do STF sob pena de uma grave crise institucional. Destacou que a redistribuição de força de trabalho, depende de lei e o caos or-

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

çamentário não permite a equalização dos salários do 1º com do 2º grau. Declarou esperar que sob a liderança da Ministra consigam atravessar a crise. **8º Desembargador Erivan José da Silva Lopes (TJPI):** agradeceu a sensibilidade da Ministra em antecipar que não vai indeferir a prorrogação do prazo para apresentação do cronograma. **9º Desembargador Constantino Augusto Guerreiro (TJPA):** também se despediu e disse que estará na direção da Escola, auxiliando a nova gestão. **10º Desembargador André Leite Praça (1º Vice-Presidente) (TJMG):** agradeceu a deferência por permitir a substituição, face ao afastamento por motivo de saúde do desembargador Herbert Carneiro. Anunciou os excelentes resultados da Semana Nacional de Conciliação. **11º Desembargador João Maria Lós (TJMS):** também se despediu, anunciado o avanço do processo eletrônico em todas as comarcas. Defendeu a eleição dos mais antigos por ser prático, pois permite uma sucessão tranquila e a continuidade dos projetos. **12º Desembargador Leobino Valente Chaves (TJGO):** também está terminando o mandato. Agradeceu a forma de tratamento que lhe foi dispensada e lamentou, pois agora é que estava aprendendo a trabalhar com a forma proativa de administrar da Ministra, que já deve o cronograma de trabalho de cada comarca. Destacou a união do grupo, que auxilia muito o avanço de todo o Poder Judiciário. **13º Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos TJ's):** expôs os termos/reivindicações dos presidentes no Encontro da Paraíba: I – Prazo do cronograma (de 219, 241); II – Realização de reunião com os conselheiros do CNJ para que eles tenham uma noção conjuntural da Justiça Estadual; III – Projeto de Emenda Constitucional nº 63, que afeta o poder de autoadministração e a autonomia administrativa dos Tribunais; IV – Constrangimento causado pelo Ministro Gilmar Mendes ao assacar contra o Poder Judiciário como um todo. Desejou um feliz natal para todos e agradeceu a atenção, o tratamento e a ação participativa da gestão da Ministra, pois permite saber o que acontece com os presidentes dos Tribunais. **14º Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP):** informou a existência de 2.547 juizes no Estado. Externou a preocupação com a PEC 62, sobre a desvinculação, e agora a PEC 63, a qual diz que até o abono estaria dentro do teto, que iria de encontro à própria posição do STF quanto à unificação do padrão remuneratório do Judiciário. Informou o cumprimento das metas, a implantação das DECRIMs para garantir que não existam presos com prazo vencido de benefícios. Noticiou a existência de 319 comarcas e de apenas 68 defensorias nelas. Mas informou a existência de convênio com a OAB. Aduziu que as audiências por videoconferência têm minimizado esse problema. **15º Desembargador Paulo da Cunha (TJMT):** anunciou a sua despedida do cargo no próximo dia 1º. Agradeceu o exemplo de democracia dado pela Ministra. Informou que se não fosse a existência de aposentadoria deixaria o cargo com todas as vagas de juizes ocupadas. **16º Desembargador Annibal de Rezende Lima (TJES):** anunciou haver recebido a presidência com o limite de responsabilidade fiscal vencido e, como o prazo para ajuste à Lei de Responsabilidade Fiscal termina este mês, está firmando um termo de ajuste de gestão com o Tribunal de Contas. Elogiou a Ministra e a sua liderança para a preservação das prerrogativas da magistratura. Desejou boas festas a todos e em especial aos que estão se despedindo. **17ª Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale (TJCE):** desculpou-se por não ter ido ao Encontro de Presidentes. Anunciou a sua despedida, parabenizou a forma e a peculiaridade da gestão democrática da Ministra, associando-se à manifestação do Desembargador Leobino Valente Chaves. **18ª Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA):** agradeceu a forma aconchegante como a Ministra tem tratado os presidentes. Anunciou a inauguração da Câmara de Conciliação de Saúde para atender aos cidadãos, racionalizando o uso das vias judiciais, em questões como, inclusive, a distribuição de determinados remédios. Noticiou o tratamento diferenciado das presas grávidas e dos bebês no conjunto Penal Feminino. Felicitou a todos pelas festas de fim de ano. **19º Desembargador Flávio Humberto**

Pascarelli (TJAM): anunciou a existência de um sistema de justiça criminal incompleto. Quando há promotor não há defensor ou não há juiz. Salientou estar trabalhando com um gabinete com Ministério Público e Defensoria Pública para resolver a questão. Tem problemas para equalizar os salários dos assessores de 1º grau com os do 2º grau. Felicitou a todos pelo final de ano.

20ª) Desembargadora Sueli Pereira Pini (TJAP): também se despediu, associando-se ao desembargador Leobino Valente Chaves, comentando ser uma pena que o seu mandato e o da Ministra não tenham coincidido.

21º) Desembargador João Luiz Azevedo Lessa (TJAL): informou que está deixando a Presidência em 6.1.2017 e apresentou mensagem de força, congratulações, feliz ano novo e bênçãos.

22ª) Desembargadora Maria Cezarinete Angelim (TJAC): anunciou que também estará se despedindo em 2.2.2017. Fez uma rápida prestação de contas, destacando que o TJAC conta, dentre outras coisas, com um programa de assessoria virtual e um projeto de acolhimento dos filhos de detentos. Mencionou o problema do afastamento de magistrados para fazer mestrado e doutorado. Informou a instalação de mais 2 varas de violência doméstica e de salas de colhimento de depoimento com redução de danos; mas que não conseguiu avançar na questão dos presídios. Assinalou que estar perto da Ministra os faz sentirem-se distinguidos por terem conhecidas as suas angústias e aflições. Pediu bênçãos para a Ministra continuar sua luta em prol dos que sofrem. Na sequência, a Ministra se manifestou, inicialmente, contextualizando a situação de crise atual. Informou haver lido o prefácio das cartas inglesas de Rui Barbosa, escrito em 1929, que se assemelha à nossa situação atual. “Onde falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão”. “O momento exige prudência, firmeza e seriedade”. Reafirmou o compromisso de não deixar o Poder Judiciário ser apequenado e desonrado enquanto estiver na presidência do STF e do CNJ. Afirmou entender que o Judiciário sofre uma crise por causa externas, mas também internas, mas tem que se reinventar se não quiser deixar de ser necessário (a sociedade vai dar um jeito de passar por cima e ir em frente). É preciso adotar reformas estruturantes. Em segundo lugar, quanto ao PJe, como afirmado anteriormente, a Ministra aduziu que iria levantar o quê, quanto se gastou, para que gastou. Afinal, foram gastos mais de 700 milhões no PJe. E as contas precisam ser prestadas. Em terceiro lugar, acerca da segurança de juízes, destacou que está cuidado deste assunto com todo zelo: fortalecimento do TJ, e segurança do juiz. Por fim, no tocante às PECs 62 e 63, observou haver muitas associações se manifestando no Congresso. Afirmou que não se pronunciará sobre este assunto enquanto houver essa multiplicidade de discursos; e que não vai negociar o Judiciário por que não vai expor a instituição. Tal poder não está posto em negociação. Só falará com o Judiciário unido, para evitar as contradições agora existentes. Concluiu que, quando chegar a hora, não fugirá à sua responsabilidade. Por fim, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, informando que posteriormente agendará a data da reunião a ser realizada no mês de fevereiro. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA QUINTA REUNIÃO DA
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM
OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 12.01.2017 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Des. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos TJ's), Des. Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim (TJAC), Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes (TJAM), Des. Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Des. Maria Iracema Martins do Vale (TJCE), Des. Mário Machado Vieira Netto (TJDFT), Des. Annibal de Rezende Lima (TJES), Des. Leobino Valente Chaves (TJGO), Des. Cleones Carvalho Cunha (TJMA), Des. Paschoal Camello Leandro (TJMS), Des. Carlos Henrique Perpétuo Braga (TJMG), Des. Constantino Augusto Guerreiro (TJPA), Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (TJPB), Des. Paulo Roberto Vasconcelos (TJPR), Des. Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE), Des. Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho (TJRJ), Des. Expedito Ferreira de Souza (TJRN), Des. Sansão Batista Saldanha (TJRO), Des. Almiro José Mello Padilha (TJRR), Des. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer (TJSC), Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP) e Des. Ronaldo Eurípedes de Souza (TJTO).

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, abriu a reunião informando que se reunirão ordinariamente em fevereiro com uma pauta semestral e esclareceu que esta convocação foi extraordinária pelas circunstâncias atuais do sistema penitenciário. Afirmou que o objetivo primeiro é demonstrar apoio e solidariedade aos Desembargadores Flávio Humberto Pascarelli Lopes (TJ/AM) e Almiro José Mello Padilha (TJ/RR) pelas tragédias verificadas em presídios nos Estados do Amazonas e de Roraima. Mostrar que eles não estão sozinhos e que precisamos estar juntos com eles. A Ministra resgatou o sentido das reuniões anteriores e propôs que o esforço concentrado seja feito para o julgamento dos processos: um choque de jurisdição na área penal para que o que não é da nossa responsabilidade não caia no nosso colo. Propôs a reunião especial de juízes criminais para: 1) identificar o problema da finalização dos processos; 2) mapear os processos para saber quantos são relativos a presos provisórios. Esclareceu que o fato de existirem 60% de provisórios não quer dizer que existam 60% virtuais vagas nos presídios porque o julgamento destes presos não implica a abertura de vagas porque nem todos seriam liberados. Apresentou a Dra. Maria de Fátima Alves da Silva, nomeada Coordenadora do DMF/CNJ, que coordenará um grupo de juízes de várias regiões do país para levantarem os dados, levarem aos TJs que elaborarão um plano de ação com duração de 90 dias e designarão juízes para acelerar o julgamento dos processos de réus

presos, para instruir, julgar e sentenciar os processos. Para tanto, estabeleceu o seguinte cronograma: 1) 17.1.2017 - até às 17h, os tribunais deverão enviar planilha com a relação de todos os presos provisórios do seu Estado; 2) 19.1.2017 - haverá a divulgação dos resultados apurados a partir dos dados informados, para estabelecer-se uma agenda de trabalho para dar uma resposta à questão; 3) 20.1.2017 – data até quando os tribunais designarão juízes para as varas onde há julgamentos pendentes e encaminharão o plano de ação respectivo. 4) 30.3 a 20.4 – os tribunais deverão informar o cronograma de julgamentos no período e os processos que foram julgados. Afirmou que quer que os Tribunais deem o exemplo e que os Presidentes instem as Varas Criminais a responderem estes dados. A Ministra Cármen Lúcia reafirmou que enquanto estiver na Presidência nenhum presidente, nenhum juiz ficará sozinho. A Presidente quer saber o que foi feito e o que precisa ser feito para resolver as pendências. Comunicou que quebraria a regra e começaria pelo TJ/AM e TJ/RR. Franqueada a palavra, os presidentes dos tribunais de justiça se manifestaram na seguinte ordem: **1º Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes (TJ/AM):** Agradeceu o apoio da Presidente e dos colegas que foram a Manaus ou prestaram solidariedade. Noticiou a criação de um Comitê Interinstitucional para identificação dos problemas e resolução deles. Informou que o TJ/AM antecipou o mutirão e convocou 19 juízes para colaborarem, com apoio do MP, da OAB e da Defensoria Pública. Noticiou que em Manaus não houve rebelião contra o sistema, mas briga entre 2 facções pelo controle do crime organizado. Como informou à Presidente, foi detectado um plano para explosão do TJ/AM e de locais com grande concentração de pessoas. O relatório sigiloso, em 6 horas estava em todas as redes sociais. Os servidores e juízes estão temendo por sua segurança. Atualmente, há 15 juízes com solicitação de segurança. Pediu que se consiga pelo menos 10 carros blindados entre os carros apreendidos pela PF para serem utilizados na segurança dos juízes ameaçados. Melhorou-se o clima do presídio com as transferências, mas no interior do TJ e do MP a insegurança aumentou depois do vazamento do relatório. Os juízes estão dispostos a enfrentar, mas os servidores estão com medo. A VEP/AM tem 10 mil processos, 6 servidores e 1 juiz que já está adotando as providências para reforçar e reestruturar a VEP, porque assumiu no meio de um exercício financeiro com apenas 7% do fundo para aplicar. A Presidente interrompeu para perguntar se há algum TJ sem segurança e o Presidente do TJ/ES informou que a Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovou uma lei que determina a retirada de PM de todos os fóruns no prazo de 60 dias. Prosseguindo, o desembargador Pascarelli afirmou que no Amazonas entre 50 a 55% dos presos são provisórios. A Ministra disse ser conveniente fazer varredura em todos fóruns, porque há notícia do grampeamento das Secretarias. O Presidente do TJ/AM informou que foi detectado que o semiaberto é um grande problema, porque ficam custodiados no regime fechado e saem para cumprir ordens da Família do Norte (FDN). Estão pensando em colocá-los em domiciliar, com tornozeleira. **2º Desembargador Almiro José Mello Padilha (TJ/RR):** informou que em Roraima existem 1.129 presos provisórios e que, do total dos presos condenados e provisórios, 843 presos são “batizados” pelo PCC, 85 pelo CV e 4 pela FDN. O Desembargador lembrou que já havia afirmado que o sistema prisional de Roraima é um barril de pólvora e explodiu no dia em que estava reunido com a Ministra em Manaus. Expôs, também, que as pessoas que foram vítimas não pertenciam a nenhuma facção, com média de idade superior a 40 anos. Os que pertencem à facção são jovens. O problema de Roraima é a fragilidade das instituições, tanto no Legislativo como no Executivo, onde a Governadora é mulher de Neudo Campos, ex-Governador, que está preso. Registrou que o presidente do TCE foi afastado. Descobriram uma servidora do TJ/RR que trabalhava na Vara de Tóxicos e 2 estagiários da área criminal envolvidos com facções criminosas. Comunicou que foram nomeados 5 juízes (o Estado tem 51 juízes) e 15 servidores. Além disso, destacou não haver tornozeleiras eletrônicas no Estado. Assim, resolveram conceder

prisão domiciliar provisoriamente, por prazo determinado, a 161 presos, porque não havia qualquer estrutura de segurança no local de custódia e havia ameaça de ataque externo. Em termos de segurança, não há o que fazer. A penitenciária é de 1987, mas é apenas uma casa grande, sem qualquer estrutura. Ainda que se colocassem policiais dentro da penitenciária a situação não seria resolvida. Aduziu que a construção de presídios não é solução. O juiz havia feito inspeção entre o natal e o ano novo no lugar onde houve as mortes. Solicitou também 2 carros blindados para Roraima. **3ª) Desembargadora Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim (TJ/AC):** agradeceu e disse que se sente satisfeita com a realização desta reunião dada a sua preocupação com a matéria. Informou que fez inspeção nas unidades com o MP e a OAB e deu ciência ao Governador sobre a existência de crianças dentro de presídios e da infraestrutura degradada. O poder público está fragilizado e depois das transferências de presos para Mossoró começou a haver reações (queima de ônibus e etc.). Viveram uma guerra dentro e fora de presídios. O contingente policial é mínimo. Afirmou, ainda, que instalou um gabinete de crise por causa da situação, designou 5 juizes criminais para auxiliar a juíza da VEP. Tem colhido o resultado da adoção das providências indicadas nas inspeções ao Secretário, ao Comandante da PM e chegou até a pensar se essa situação não foi criada para eliminar alguns presos. O Governador do Acre e o secretário responsável pela administração dos presídios estão de férias. O esforço é para distensionar os presídios. Já houve uma situação de confronto no P4. Os magistrados e a sociedade estão se sentindo inseguros. Aduziu que o TJ/AC está fazendo o dever de casa em relação aos presos provisórios, a mutirões etc. Informou que há uma corrupção visível e cínica que tenta subestimar a inteligência média, pela quantidade e tamanho de armas que entram no sistema penitenciário. Notícia, ainda, que foram transferidos 15 para presídio federal, mas que havia sido pedida a remoção de 32. **4ª) Desembargador Otávio Leão Praxedes (TJ/AL):** agradeceu e disse que este tipo de reunião fortalece os Tribunais. Relatou as dificuldades que enfrentou e que tomou posse em Alagoas na sexta-feira última. Integrava antes o Grupo de Monitoramento e Fiscalização de TJ/AL, que visitou todos os presídios e ficou estarrecido com o que viu. Entende que o grande problema é a administração dos presídios. Informou que são entre 1.600 e 1.800 presos provisórios em Alagoas. Afirmou que encaminhou o resultado das inspeções que fez ao CNJ e ao Governador, pois existem facções em todos os presídios e pode acontecer em qualquer dos presídios o que aconteceu no Amazonas. É magistrado há 30 anos e chegou a desembargador há 6 anos, em uma Câmara Criminal, período no qual está ameaçado com sua família, de acordo com interceptação realizada em Catanduvas e comunicada pelo Tribunal de Justiça. Na segunda-feira, a primeira coisa que fez foi convocar OAB, MP e Defensoria para esta reunião que está sendo feita aqui para providenciar o mutirão. **5ª) Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJ/BA):** informou que na Bahia existem 8 facções – inclusive o Bonde do Maluco, desmembramento do PCC. Há 13.822 presos, mas a capacidade é para 10.822 presos. Registrou que foi inaugurado um presídio e que há outro presídio pronto em Barreiras aguardando licitação há anos. Trouxe um relatório de inteligência sobre o sistema prisional. Comunicou que 174 presos estão em RDD no Conjunto Penal de Serrinha, reservado para os presos mais perigosos. Os piores estabelecimentos penais estão em Itabuna, Jequié, Feira de Santana e Eunapólis, mas já está programada a realização de um mutirão e será possível obter-se resposta até março/2017. **6ª) Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale (TJ/CE):** informou que criou um grupo para enfrentar a situação do sistema prisional depois que aconteceram rebeliões no ano passado. Adotou uma série de providências, que relatou, inclusive a duplicação de magistrados para fazerem instrução e outros julgamentos. Transformou uma Câmara Cível em Criminal. Afirmou que o Ceará está quase sob controle. **7ª) Desembargador Mário Machado Vieira Netto (TJDFT):** afirmou que são 15.139 internos para cerca de 7.383 vagas. Os proble-

mas são comuns a outros Estados, com superlotação e número de agentes inferior ao necessário. Falou que a VEP possui juíza titular e mais 2 juizes auxiliares. Já adotou providências para neutralizar a situação e tem monitorado a questão, estando tudo relativamente sob controle. Recentemente foram apreendidos 60 celulares no regime semiaberto. **8º Desembargador Annibal de Rezende Lima (TJ/ES):** afirmou que atualmente o Espírito Santo está em situação de certa normalidade. Noticiou que são 19.761 presos – 11.700 condenados e 8.061 provisórios. Há 2 anos não há morte no sistema prisional do Espírito Santo. Trouxe dados que vai compartilhar por *e-mail*. **9º Desembargador Leobino Valente Chaves (TJ/GO):** noticiou que existe um déficit de 7.000 vagas no sistema prisional de Goiás. Veio receber coordenadas para resolver melhor a situação. No que se refere à segurança, tem 6 juizes sob segurança. O GMF é coordenado pelo Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga. Há um número expressivo de policiais no TJ/GO e há 1 carro blindado para transporte de juizes. Fez varredura no Tribunal e agora vai estender para as secretarias. O GMF está funcionando bem. Em Goiás, não há facções dentro dos presídios. Há um ou outro membro do PCC e talvez por isso a situação está mais controlada e não tem havido mortes. Tem uma faixa de 8.406 prisões em caráter provisório que serão analisadas no mutirão organizado para breve. **10º Desembargador Cleones Carvalho Cunha (TJ/MA):** informou que encaminhou os dados solicitados por malote e pelo *e-mail* do Leonardo Henrique Pereira Bezerra (GPR/STF). Noticiou que possui carro blindado, detector de metais e está adquirindo câmeras para as comarcas do interior. Possui também a Diretoria de Segurança Institucional. A Polícia Militar e a Polícia Civil têm feito um grande número de prisões, o que faz com que os julgamentos aumentem. Afirmou que se reunirá com o corregedor para organizar o quanto foi solicitado. **11º Desembargador Paschoal Camello Leandro (Vice-Presidente) (TJ/MS):** noticiou que há um déficit significativo de vagas no sistema prisional local, mas que está em fase de finalização a construção de 630 vagas. Há apenas 13% de presos provisórios e há trabalho remunerado no sistema carcerário, com desconto do pecúlio para pagamento de despesas e demais destinações legais. Há uma superlotação porque é um Estado de fronteira e as facções estão se fixando nas fronteiras do país, especialmente em Pedro Juan Caballero para controlar o tráfico de armas e de drogas. **12º Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga (TJ/MG):** apresentou um abraço do Desembargador Herbert José Almeida Carneiro e parabenizou a Ministra Cármen Lúcia pela atitude. Informou que do total de presos custodiados no sistema prisional mineiro, 24 mil são provisórios. Destacou o Projeto Novos Rumos composto por 3 desembargadores e juizes que fazem a interlocução com as outras instituições. Registrou, ainda, que o SEEU permitiu o cadastramento de 10 mil presos e tem havido a aplicação de recursos das penas alternativas para melhoria do sistema prisional, face a penúria financeira do Executivo. Noticiou que dos 34 milhões recolhidos em uma conta única, 17 já foram liberados para aplicação na comarca onde foi imposta a pena. Falou sobre a segurança nos fóruns e apresentou as seguintes sugestões: I) Convocar os outros atores do sistema prisional para discutir a questão; II) Incentivar à aplicação de remição por estudo, leitura e trabalho; III) Convencer a Defensoria Pública e o Ministério Público a colaborar, porque defensores e promotores se recusam a atuar em pautas dobradas. IV) Quanto à Resolução 154, apresentará proposta de alteração para que os recursos do fundo sejam destinados ao sistema prisional; e V) Estabelecer que apenas uma pessoa seja responsável pelas informações para não haver versões. A Ministra esclareceu que já existe o DMF, órgão do CNJ responsável pelos dados. O problema é que não há dados. “Não temos a verdade, mas é impossível impedir que haja versões”. **13º Desembargador Constantino Augusto Guerreiro (TJ/PA):** informou que possui uma coordenadoria militar com cerca de 103 policiais para a segurança, além de uma coordenação de segurança coordenada por um desembargador. Só esta semana 3 juizes pediram exoneração para assumir em outros Estados. Noticiou que

existem 13 mil presos. Desses, 6 mil são provisórios e 7 mil são sentenciados. Soube esta semana que os presos já estão abrindo as tornozeleiras. Observou, também, que a semana de júri é mais prejudicada pela ausência de defensores públicos. Há muito servidor cedido pelas prefeituras, mas o CNJ impõe limitações. A Ministra comunicou que a resolução já está sendo revisada. Afirmou que na transição dos governos municipais todos os servidores são demitidos e que gostaria que os critérios do CNJ fossem revistos para permitir a utilização dos servidores cedidos. **14º Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque (TJ/PB):** afirmou a sua satisfação em poder retornar, pois já havia se despedido. Noticiou a existência de 4.996 presos provisórios e 6.900 condenados, em um total de 11.896 presos. Comunicou também a existência de apenas 5.600 vagas. Informou que o berçário do presídio feminino foi reformado, graças à luta da juíza Júlia Maranhão, que tem tido várias iniciativas boas, como cursos de formação bíblica e coral de presas, dentre outras ações. Observou que a audiência de custódia está ajudando, apesar das críticas. Houve ameaças sérias a 3 juízes. Nesta situação, coloca-se o juiz em outro lugar depois de ouvir a Comissão de Segurança e o Tribunal. Está com 29 juízes para assumir o cargo no dia 1º.2.2017. Solicitou autorização para utilizar logo estes juízes para as varas criminais. A Ministra ficou de conversar com o Desembargador Eládio Torret Rocha na ENFAM e de dar a resposta no dia seguinte. **15º Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (TJ/PR):** informou que reuniu todas as autoridades e ficaram atentos para a movimentação nos presídios e delegacias, por meio do GMF, que têm o controle absoluto do sistema, inclusive com o recurso da inteligência. Aparentemente, as coisas estão normais. O GMF tem feito diversos mutirões que estanca os movimentos de rebeliões. Noticiou a existência de 7.900 presos no semiaberto. Expôs que todas comarcas atuam realizando o sistema de audiência de custódia. Cientificou que no TJ/PR faz-se uma média de 40 audiências de custódia por dia, oriundos de 11 Distritos Policiais. Há excesso de 10% na ocupação de vagas. O problema maior são as delegacias de polícia que estão superlotadas. Pede que sejam olhadas as delegacias e não apenas as penitenciárias. A situação destes presos é preocupante. Declarou que a assessoria militar anteriormente era voltada para o presidente, mas atualmente atende a toda magistratura. A comissão de segurança funciona bem, há 6 juízes com segurança. Comunicou a existência de 10.000 presos provisórios e 18.000 em regime fechado. Além da APAC Barracão, informou que conta com 50 comarcas implantando APACs. Registrou que sentiu a transição de uma gestão para outra. Havia juízes auxiliares do CNJ que tinham contato próximo com os presidentes dos TJs. Parabenizou a Ministra por esta conversa franca e pela acolhida. Sugeriu que os juízes auxiliares do CNJ mantenham contato com os presidentes, passando estas informações para a Presidente porque, “sem equipe se fica fraco”, porque “a ausência de equipe enfraquece a gestão”. A Ministra disse que a sugestão é boa e que o Dr. Júlio Ferreira de Andrade passará as informações e os contatos de toda a equipe para os presidentes dos TJs. **16º Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo (TJ/PE):** informou que em razão do receio do efeito dominó se reuniu com os juízes das VEPs e com o corregedor e auxiliares para colher soluções, tendo ficado decididas as seguintes medidas: I) Criação da central de agilização processual – uma central que cuidará dos presos provisórios e em caráter permanente; II) Criação de Vara de Execução penal de regime aberto; III) Criação de Central de medidas cautelares, com competência para apreciar e decidir todas as medidas cautelares requeridas pelas autoridades policiais. Comunicou, ainda, que agendou uma reunião com o Executivo para definir as ações a serem realizadas. Noticiou a existência de 30 mil presos para 10 mil vagas e quase 50% é de preso provisório. Observou, no ponto, que a relação preso/vaga não pode ser suprida. A relação preso/agente é a pior do Brasil. Destacou a realização de júris, em novembro, e que Pernambuco foi quem mais realizou júris na Semana Nacional do Júri no país. **17º Desembargador José James Gomes Pereira (Vice-Presidente) (TJ/PI):** informou que o

presidente está de férias e que realizaram reunião com os juízes criminais, na última segunda-feira, para minorar a situação. Está designando 4 juízes para darem suporte aos juízes criminais de Picos, Parnaíba e Teresina. Noticiou a existência de 4.200 presos, dos quais mais ou menos 55% são provisórios (a maior parte na capital). Há 12 varas criminais, incluindo a VEP. Não tem o problema das facções, embora tenha identificado um ou outro integrante do PCC, que têm sido monitorados. No ano passado, houve 12 mortes de presos no sistema prisional. Estão interiorizando as audiências de custódia em Parnaíba e em Picos e tem dado grandes resultados na capital. Desde setembro, foi implantado o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na VEP. Há um mutirão em curso iniciado em setembro/2016 e vai até abril/2017. São convocados juízes do interior. Serão preenchidas 3 vagas de juízes auxiliares. O presidente tem cobrado agilidade das Varas e das Câmaras Criminais. **17º Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho (TJ/RJ):** noticiou a existência de 50.000 presos no Rio de Janeiro, dos quais 42% são provisórios. Há uma VEP com 1 juiz titular e 5 juízes auxiliares (1 faz inspeções e 4 realizam julgamentos). Já receberam alerta quanto à existência de um movimento semelhante ao do Amazonas em curso no Rio de Janeiro. Estão pensando em desmembrar a VEP para dar maior agilidade à análise dos processos, muitas vezes atrapalhada por pelas atividades burocráticas das quais citou como exemplo a apresentação de informações em 5.000 *habeas corpus* impetrados pela Defensoria por causa de excesso de prazo. A situação das facções e de infraestrutura é semelhante à dos demais Estados. Há problema do agendamento conjunto com o MP e a Defensoria, como indicado pelo Presidente do TJ/PE. Afirmou que o ingresso no sistema é superior às liberdades concedidas e destacou o problema do semiaberto e suas distorções que o fazem diferir do aberto, apenas formalmente. Parabenizou a Ministra Cármen Lúcia pelas providências em curso, inclusive o cadastro em andamento que facilitará o trabalho. A Ministra informou que na próxima reunião, trará uma pessoa para expor o mapa das facções dos presídios. **18º Desembargador Expedito Ferreira de Souza (TJ/RN):** informou que assumiu a presidência neste mês. Noticiou a existência de 8.242 presos, dos quais 2.901 são provisórios (35%). Noticiou também 319 fugas em 2016, 29 fugas em janeiro 2017 e 31 mortes em 2016, fazendo um breve resumo da situação. **19º Desembargador Sansão Batista Saldanha (TJ/RO):** em 18.10, houve conflito de grupos no qual morreram 20 indivíduos em confronto, diferentemente da situação de 2002, que foi por reivindicação de benefícios. O acontecimento de 2002 implicou a criação de rotina de controle de número de presos e mutirões. Narrou as tratativas com o Executivo para verificar as medidas possíveis de serem adotadas e a experiência com as audiências de custódia. Comunicou a existência de 1.482 (1.325 homens e 157 mulheres) presos provisórios em uma população de 7.748 presos. Salientou que 2 presídios estão em via de serem inaugurados, o que gerará 727 vagas. Informou, também, que serão iniciados estudos para realizar as audiências de custódia nos finais de semana e feriados. Observou que à medida que se aumenta o índice de julgamento, aumenta-se a população carcerária, propondo que seja alterada a lei para que o juiz criminal seja obrigado a considerar a existência de vaga por ocasião da sentença. A Ministra disse que não precisa de lei porque a Constituição já estabelece como função do juiz julgar, cabendo ao Executivo diligenciar a vaga. Declarou que, em Rondônia, encontraram uma estagiária vinculada a uma facção. **20º Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer (TJ/SC):** informou ser a Coordenadora do GMF e que no TJ/SC agregaram o monitoramento da situação da violência doméstica ao GMF, solicitando esta desvinculação. Noticiou a existência de 30.000 presos em Santa Catarina e a presença das facções PCC e PGC. Destacou que o ponto nevrálgico é Joinville, onde há grande concentração das 2 facções. O tribunal tem sido chamado a fazer inspeções quando há notícia de possível rebelião em planejamento e isto tem acalmado a população carcerária. O problema maior é a superlotação. Os municípios têm proibido a cons-

trução de presídios em seu território. Informou estar em andamento a criação de 1.200 vagas exclusivas para mulheres, com condição de abrigar suas crianças, pois há 1.000 presas em presídios mistos. Salientou que o problema é o semiaberto, mas há dificuldade de conseguir trabalho para os presos. Apenas 20% deles, em média, conseguem trabalho. Ressaltou que têm 150 tornozeleiras que podem ser aplicadas para provisórios e, nestes, os juízes não usam por não acreditarem no sistema. Registrou que a audiência de custódia está em 14 comarcas e estão expandindo para mais 8, apesar de resistência de alguns juízes. O sucesso é menor por causa da dificuldade do cumprimento da segunda parte da resolução que trata da parte social, pois os moradores de rua terminam por ficar presos. Há notícia do “batizado” de vários adolescentes por facções. A situação das unidades prisionais, hoje, é bem tranquila, à exceção de Joinville. A ideia é transformar a Execução Penal em 5 polos, devidamente unificados. Não têm SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado). Observou ser interessante analisar-se o indulto e a comutação, fazendo-se um mutirão específico para aplicação desses institutos. Solicitou ajuda para a aquisição de 2 carros blindados, porque não tem verba para comprar e afirmou que estão licitando a compra de *scanners* corporais para acabar com a revista vexatória. **21º Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJ/SP):** noticiou a existência de 10 DECRIMS, que regionalizaram a execução penal em São Paulo. Afirmou que tem atacado a agilização do andamento do processo criminal. Há comarcas extraordinárias e os desembargadores não têm acervo represado. Informou a existência de 240.000 presos em São Paulo e a construção de 20 novos presídios e o esforço para cumprimento da Súmula 56 do STF e para manutenção do controle. **22º Desembargador Luiz Antonio Araújo Mendonça (TJ/SE):** parabenizou a Presidente não só por esta reunião, mas por ter comparecido de forma explícita junto aos colegas onde houve os problemas recentes. Reclamou que está sendo dado tratamento igual para desiguais. Ponderou que na hora em que forem construídos lugares específicos para cada tipo de preso, acabará o domínio do tráfico sobre os presídios. Não têm PCC ou CV em Sergipe. Afirmou que é o tráfico que comanda os presídios, portanto a separação dos condenados por tráfico em estabelecimento próprio daria tratamento igual aos iguais. Aduziu que não deve ter apenas 1 juiz de execução penal, devendo o juiz de execução penal ser o próprio juiz da comarca onde está situado o presídio. Informou que em Sergipe existem oficinas de trabalho para montagem de blocos, cadeiras para escolas e arreios. O que atrapalha é o pessoal do tráfico que não quer que os presos participem das atividades laborativas. Quer parabenizar a forma silente com que a Ministra tem se havido, porque o silêncio aterroriza (pois fica-se a imaginar o que está sendo feito). Afirmou que na área de sua jurisdição, atualmente, as ordens de homicídio saem diretamente dos presídios. **23º Desembargador Ronaldo Eurípedes de Souza (TJ/TO):** elogiou o discurso da Ministra no sentido de demonstrar que o Judiciário brasileiro é único, que se está a buscar-se soluções técnicas e que isto é fundamental. Citou o exemplo do TJ/PE e disse ter tomado uma atitude mais ortodoxa. Falou com os juízes para recuperarem sua autoridade para marcar as audiências e fez o compromisso de informar à imprensa de todas as audiências que não foram realizadas por falta de promotor. Um jornalista criou uma coluna onde perguntava cadê o Promotor? Cadê o Defensor? Com um mês foi procurado pelo MP, DP e até Presidente de Associação Nacional e este ano acabou o problema. **A Ministra recebeu o Ministro Lélío Bentes Corrêa, Conselheiro do CNJ, que foi devidamente apresentado e se assentou ao seu lado acompanhando o desenvolvimento da reunião.** Em seguida, a Presidente esclareceu que: a) segurança pública é problema do Executivo; b) que no Amazonas e em Roraima não houve rebelião ou motim e não houve reivindicação; c) que houve escolha de quem se queria matar; d) que muitas vezes há blefes para amedrontar juízes e a sociedade; e) que a atuação nestes episódios foi cirúrgica e fria, e esta é uma mudança radical nesta estrutura (estripar, tirar o coração, fotografar e por nas redes

sociais é algo que escapa até ao fundamentalismo). Informou, também, que a escolha de processos do mutirão tem que ser feita pelos juízes para que as organizações criminosas de dentro dos presídios não indiquem as pessoas a serem beneficiadas. Por isso, está trabalhando com a realização do censo e cadastro para indicação dos detentos beneficiados. Acredita que todos os TJs farão uma reunião como Pernambuco fez, e outros já fizeram, juntando o MP, a DP, a OAB para enfrentar a situação neste momento. Sugeriu que todos os tribunais fizessem as reuniões no mesmo dia, mesmo quem já fez. Depois de algumas ponderações, entendeu-se que, para viabilizar as agendas, as reuniões seriam feitas ao longo de uma semana, para ter maior impacto. Noticiou que o dinheiro do FUNPEN, em média só multas, já foi repassado para os Estados e alertou sobre a necessidade de saber se os relatórios de inteligência são encaminhados aos presidentes dos TJs. Quanto à questão das fronteiras, declarou haver sido informada agora que a fiscalização será permanente e reforçada. Relativamente às comarcas de vara única, destacou que se deveria caminhar para o modelo italiano do juiz sem rosto, realizando julgamentos colegiados para excluí-lo do perigo. Aduziu não saber se os TJs recebem o número de inquéritos concluídos e de inquéritos pendentes a cada mês. Indagou se algum Estado da Federação tem casa de albergado, verificando a existência deste tipo de estabelecimento penal apenas no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e na Bahia. No tocante à questão de bloqueadores de celulares, afirmou reputar que agora, emergencialmente, seriam necessários e noticiou que durante reunião realizada no Amazonas foi sugerido que o CNJ oriente o que tem de ser visto durante as inspeções. O Desembargador Flavio Humberto Pascarelli (TJ/AM) ressaltou que o entendimento no Amazonas é que a inspeção ocorra para verificar os direitos dos presos e que a revista é competência da polícia. O Desembargador Almiro José Mello Padilha (TJ/RR) salientou que no sítio de inspeção penal do CNJ consta a existência de mais de 2.000 presos em prisão domiciliar no Estado de Roraima, quando há apenas 161 presos em regime domiciliar agora e mais um. A Ministra ressaltou, ainda, que o Ministério da Justiça cedeu 40 bibliotecas prontas para serem doadas a 40 unidades e informou que vai separar o ENSEJA do ENEM, possibilitando um aumento da aprovação de estudantes que não querem prestar vestibular. **O Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Conselho dos Teibunais de Justiça):** parabenizou a Presidente pela reunião e pela iniciativa de definir o que é atribuição do Judiciário e o que não é, com verificação do que é, na questão, efetivamente de nossa atribuição. Informou que Minas Gerais foi mais além do mutirão e cuidou da gestão – PAE, Plano de Assistência Emergencial para comarcas que estão com problemas seríssimos com atraso da prestação jurisdicional (vai de mudança de leiaute a gestão de produtividade etc). Registrou, ainda, que a Resolução 827 de Minas Gerais estabeleceu o planejamento estratégico das unidades, o diagnóstico do problema, o plano local, o plano de ação, o acompanhamento pelo juiz local ou pela Corregedoria do cumprimento das metas da unidade. Por fim, a Ministra Cármen Lúcia agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, informando que posteriormente agendará a data em que a próxima será realizada no mês de fevereiro. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

ATA SIMPLIFICADA DA SEXTA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

DATA: 3.4.2017 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça), Desembargadora Denise Castelo Bonfim (TJAC), Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly (Vice-Presidente – TJAL), Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira (Vice-Presidente – TJAP), Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Desembargador Francisco Gladyson Pontes (TJCE), Desembargador Mário Machado Vieira Netto (TJDFT), Desembargador Annibal de Rezende Lima (TJES), Desembargador Gilberto Marques Filho (TJGO), Desembargador Rui Ramos Ribeiro (TJMT), Desembargador Divoncir Shreiner Maran (TJMS), Desembargador Geraldo Augusto de Almeida (Vice-Presidente – TJMG), Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (TJPA), Desembargador Joás de Brito Pereira Filho (TJPB), Desembargador Renato Braga Bettega (TJPR), Desembargador Erivan José da Silva Lopes (TJPI), Desembargador Gilson Barbosa de Souza (Vice-Presidente – TJRN), Desembargadora Elaine Cristina Bianchi (TJRR), Desembargador José Antônio Torres Marques (TJSC), Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP), Desembargador Cezário Siqueira Neto (TJSE) e Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO).

A Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, iniciou a reunião saudando os novos Presidentes que participavam pela primeira vez do foro e esclareceu que o objetivo principal das reuniões é ouvir sobre a situação de cada Tribunal e as questões nacionais do Poder Judiciário. Anunciou que elaboraria fluxograma específico para os próximos passos e cobrou a apresentação do fluxograma anteriormente solicitado, com a indicação dos objetivos prioritários que cada Tribunal deseja alcançar em 2017. Em seguida, informou sobre os principais assuntos discutidos nas reuniões anteriores ainda pendentes. Quanto à reunião de 13.9.2016, no tocante à **repercussão geral**, relatou os impactos dos processos sobrestados nos Tribunais em decorrência dos casos de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Informou que, dos 340 temas submetidos ao Plenário, 84 têm processos liberados para julgamento; que no ano passado foram julgados 36 processos e, neste ano, até o mês de março, já foram julgados 15. Informou que a pauta do Plenário do Supremo Tribunal Federal do mês de abril será para apreciar os processos de repercussão geral. Assinalou existir reclamação na Central de Cidadão de que o Supremo Tribunal Federal julga, mas os Tribunais demoram a dar a resposta; que um dos processos pautados para semana passada impacta

em 44 mil processos, fora os que não tiveram notificação remetida ao Supremo Tribunal Federal. Afirmou que pretende comunicar imediatamente os julgamentos e precisa da ajuda dos Tribunais porque é necessário julgar os processos sobrestados. Quanto a **concurso público**, afirmou que o tema é problemático e por vários motivos há questionamentos no Conselho Nacional de Justiça sobre os critérios estabelecidos nos editais e a proposta de realização de concurso nacional continua em estudo. Declarou ter aprendido nesses 6 meses de Presidência que os problemas mais encontrados no Conselho Nacional de Justiça dizem respeito a promoções e remoções; e é importante cada Tribunal refletir e todos chegarem a denominador comum para evitar a judicialização. Quanto à questão penitenciária, ressaltando que o tema se agudizou em janeiro, como citado na reunião realizada naquele mês, informou que: a) o problema é a inexistência de cadastro de presos no DEPEN; b) pensou em realizar censo para esclarecer ser impossível a variação existente nas informações atuais entre os totais de 600 e 750 mil presos; c) tem trabalhado no Conselho Nacional de Justiça com o levantamento de cada preso porque não se sabe quem está preso, nem onde está preso; d) foi apurado não existir documento em padrão único para o juiz preencher de modo uniforme nacionalmente, que permita a análise de dados; e as pessoas podem ter tantas identidades quantas quiserem, pois é possível emitir uma carteira de identidade em cada um dos Estados. Ressaltou que não há como fazer essa análise sem melhorar esses dados. Para tanto, acentou a necessidade do cadastro por nome, com identificação precisa e por crime praticado; é preciso melhorar o mandado de prisão para ter-se documento único para o juiz ou o policial preencher em qualquer lugar do País, ou seja, documento único, em formato único. A ideia é criar espécie de CPF “ficto” enquanto não houver identidade única nacional. Enquanto não for usada biometria, essa seria a solução; e e) o Conselho Nacional de Justiça está desenvolvendo solução para melhorar o Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP e melhorar o cadastro. A Presidente informou ter visitado nove Estados, para cumprir o que determinado na ADPF n. 347, salientando que o recurso das penas alternativas não é para comprar tornozeleiras ou ser investido no sistema penitenciário, pois essa atribuição é do Poder Executivo. Lembrou que na reunião de janeiro deliberou-se pela realização de mutirões e agora deve ser informada em formulário próprio, para as providências necessárias, a quantidade de recursos de processos de réus presos em tramitação nos Tribunais, para resposta em 5 dias. Solicitou esforço nas câmaras criminais dos Tribunais para realizar-se o julgamento dos recursos de réus presos. A Presidente ressaltou que em janeiro foi dito que os Tribunais estavam com o acervo em dia quanto aos réus presos, mas isso não foi constatado recentemente. Quanto às execuções fiscais, observou que estes processos corresponderiam a 30 a 32% dos acervos dos Tribunais, pelo que a realização de mutirão não resolveria a situação, e a solução talvez somente seja alcançada com alteração legislativa. A Presidente anunciou que as próximas reuniões do semestre estão agendadas para os dias 12 de maio e 9 de junho e solicitou que, para a programação das pautas das reuniões, os Presidentes encaminhem os assuntos que gostariam de ver discutidos e os principais problemas que os afligem e que desejem ver tratados até o dia 30.4.2017. Concedida a palavra, os Presidentes dos Tribunais de Justiça se manifestaram: **Desembargadora Denise Castelo Bonfim (TJAC)**: Expôs que sua grande preocupação é o PJe e a sua implantação porque o TJAC já tem o SAJ e o orçamento não previu recursos para o PJe. Embora tenha afirmado estar com dificuldades, ressaltou que será realizado o quanto for determinado. A Presidente informou que não forçará a modificação de sistemas e investirá na interoperabilidade para os sistemas existentes interagirem. Assinalou que o Doutor Marcelo Mesquita Silva é o responsável no Conselho Nacional de Justiça pela interoperabilidade dos sistemas, para todos interagirem com o MNI, medida mais salutar e eficiente, já que nenhum Estado está funcionando totalmente em processo eletrônico, nem o Distrito Federal, o que foi ratificado pelo Presidente do TJDF. **Desem-**

bargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly (Vice-Presidente – TJAL): Informou que selecionou alguns problemas para discussão na reunião. Salientou que instalou o GMF na Vice-Presidência quando era Vice-Presidente e detectou a carência do cadastro para controle dos presos. Expediu ofício para o Corregedor para que as guias de prisão e os mandados fossem devidamente preenchidos com os dados pessoais dos presos. Quanto à Lei Maria da Penha, noticiou a instalação do botão do pânico na tornozeleira eletrônica e afirmou que no TJAL há 60 comarcas vagas, há juízes trabalhando em 3 ou 4 comarcas. Informou que nomeará os juízes recém-aprovados em concurso; que foi realizado mutirão; e que vai solicitar ao Presidente da Câmara Criminal para empenhar-se no julgamento dos processos de presos provisórios. Falou sobre o Trabalho Solidário à Distância, agradecendo ao Desembargador Pedro Carlos Bitencourt pelo compartilhamento daquela experiência e modalidade de trabalho, pois há enorme carência de servidores no primeiro grau. Assegurou que preencherá a documentação solicitada e referiu-se ao problema da transferência de presos sem conhecimento do juiz da execução, já tendo determinado ao Secretário de Administração Penitenciária que fosse realizada a comunicação ao juiz por ofício. **Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP):** Informou que assumiu há 30 dias e não concorda com o concurso nacional, mas não há comarca vaga no TJAP. Levantados os custos, foram providenciados postos avançados. Falou sobre a Resolução 106 do Conselho Nacional de Justiça e que as questões do sistema penitenciário têm sido tratadas em reuniões entre o Secretário de Segurança Pública e os juízes em diálogo interinstitucional. Quanto ao cadastro, propôs parceria com o TSE para cadastramento biométrico dos presos, de forma rápida e barata. Informou que o sistema de virtualização corresponde a apenas 20% dos processos e o melhor caminho é a interatividade entre o sistema local e o nacional. **Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA):** Ressaltou que o Pacto pela Vida foi interiorizado e todas as instituições governamentais do Estado (Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) se reúnem periodicamente nas sedes de comarcas do interior para ouvir as queixas e as propostas das autoridades locais e da sociedade sobre temas como audiências de custódia, tornozeleira eletrônica e aprovação de projetos de lei, por exemplo. Quanto ao processo eletrônico, ressaltou que o TJBA tinha o SAJ, mas está migrando para o PJe. Disse que o problema principal da migração são os processos criminais. Assinalou que todos os processos estão sendo digitalizados. Relatou que há 140 comarcas iniciais para serem desativadas, 50 já foram agregadas e há mais 100 para serem desativadas, em cumprimento à Resolução n. 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça e que o Conselho da Magistratura autorizou o aproveitamento de 89 servidores dos cartórios extrajudiciais privatizados. Quanto ao choque de jurisdição penal proposto na reunião de janeiro, informou a realização do mutirão carcerário e, quando encerrado, será realizado o mutirão do júri. Quanto à campanha Paz em Casa, apontou que foi realizada a divulgação durante o carnaval, nos trios elétricos, salientando que o acervo das Varas de Violência Doméstica foi reduzido em 50% e que instalará a Terceira Vara de Violência Doméstica em Salvador, com competência exclusiva para medidas protetivas. **Desembargador Francisco Gladysson Pontes (TJCE):** Apresentou-se como sucessor da Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, a quem elogiou, e se declarou feliz com a notícia de aproveitamento dos sistemas existentes porque no Ceará há necessidade de interiorização do processo eletrônico e, com essa perspectiva de convivência entre sistemas, será possível interiorizar o processo eletrônico com o SAJ, já que o PJe não tem módulo criminal homologado. Quanto ao Movimento de Apoio ao Sistema Penitenciário – MASP, para as varas penais poderem julgar todos os presos com muitos processos ou multisentenciados em 150 dias, afirmou que o TJCE fará avaliações semanais. Anunciou a transformação de algumas varas não instaladas em Varas de Audiência de Custódia que ainda entrarão em funcionamento e afirmou que, entre todos os

problemas comuns a todos os Tribunais, o maior é o orçamentário, mas ressaltou dois problemas principais. O primeiro é a necessidade do julgamento do mérito dos PADs pelo Conselho Nacional de Justiça, porque uma liminar de um Conselheiro muitas vezes põe por terra todo o trabalho de uma corregedoria avaliado por um Tribunal Pleno e decorrem anos até realizar-se o julgamento final. Declarou precisar de ajuda para que o Conselho Nacional de Justiça julgue esses processos. No Ceará, pelas restrições do orçamento, o Tribunal não pode nomear servidores concursados. O outro problema é, apesar de ver com bons olhos a adoção de turno único como na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal sem prejuízo de plantão, pela liminar do Ministro Luiz Fux os Tribunais foram impedidos de o adotarem e isso dificulta o funcionamento do Judiciário porque não é possível contratar mais ninguém porque não há orçamento e o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal deve ser obedecido. Informou que o TJCE conseguiu a aprovação de lei com fundamento na Resolução n. 219 do Conselho Nacional de Justiça e houve acordo da Presidente anterior com os servidores para a jornada ininterrupta de 7 horas. Isso, porém, tem dificultado o funcionamento do Tribunal das 8h às 18h. A Presidente agradeceu a manifestação e esclareceu que, como existe liminar do Supremo Tribunal Federal, não seria possível discutir matéria sob julgamento. Quanto às liminares do Conselho Nacional de Justiça, a Presidente revelou que na sua gestão o referendo das liminares é pautado automaticamente para a primeira sessão seguinte à publicação e informou ter retirado do Plenário Virtual os feitos referentes a PAD para serem acompanhados por todos. **Desembargador Mario Machado Vieira Netto (TJDFT):** Relatou a implantação do PJe em 50% das unidades do Distrito Federal, com boa receptividade pelos usuários e resultados positivos que pretende estender para todas as regiões serem contempladas na área civil. No Tribunal de Justiça já resolveram o processamento do agravo de instrumento no PJe, o mesmo que o Tribunal pretende ver adotado na área criminal. Noticiou a realização das seguintes ações recentes da sua gestão no TJDFT: transformação de 200 funções comissionadas do segundo grau em 400 funções comissionadas em primeiro grau, com implantação de forma satisfatória; ampliação do Programa Maria da Penha Vai à Escola por meio de parcerias do TJDFT com a OAB, o MP, os Ministérios, as Secretarias do Trabalho e da Educação e a UnB, programa destinado a formadores na matéria, com o objetivo de sedimentar novo conceito e nova visão em trabalho de prevenção; recepção da inspeção do Conselho Nacional de Justiça para aprimorar alguns controles; implementação das audiências de custódia, implantadas em 100%, com atribuição aos juízes do controle das prisões. **Desembargador Annibal de Rezende Lima (TJES):** Cumprimentou a todos e comunicou que em fevereiro deste ano conseguiu reduzir as despesas aos limite da LRF, para 5,98%. Ressaltou preocupação com o mês de março porque parece que a arrecadação de março será pior que a de fevereiro por causa da greve dos policiais e do Carnaval ocorridos naquele mês. Noticiou que esse resultado foi alcançado devido ao programa de aposentadoria incentivada, que resultou na aposentadoria de quase 100 servidores. Informou haver 48 unidades sem juiz titular, embora tenha concurso realizado e juiz aprovado, mas não tem recurso financeiro e só pode nomear quando alcançar o índice de 5,80%. Comunicou que o TJES já implantou audiência de custódia em toda Vitória e na região serrana e irá agora para o norte do Estado, para alcançar 100% da implantação até junho deste ano. Quanto ao projeto de integração de comarcas, cujo estoque de processos não corresponde ao acervo de uma vara civil da capital, informou que funcionarão como postos avançados de comarcas próximas. Assinalou que todas as varas com competência do júri têm dois juízes e solicitou informações sobre a plataforma do convênio com o Hospital Sírio Libanês anunciado na reunião de novembro. A Presidente ressaltou que a plataforma já está em funcionamento e será disponibilizada com a capacitação dos integrantes dos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT-Jus). **Desembargador Gilberto Marques Filho (TJGO):** Informou ter realizado a avaliação concreta da situação do

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

sistema penitenciário em Goiás no período de março a setembro de 2015, quando era Corregedor-Geral, e mostrou, em relatório com fotos, a situação dos presídios, já encaminhado à Presidência do Supremo Tribunal Federal. Afirmou ter havido um levante, assim como realizado pelo Espírito Santo, e foram transferidos mais de 500 presos para um presídio inacabado. Anunciou proposta para dar mais eficiência na cobrança das custas judiciais, tomando como parâmetro comarca cujos processos somam custas finais correspondentes a 400 mil reais. Observou que o processo não arquivado impacta a taxa de congestionamento e os cofres públicos, porque a Procuradoria de Fazenda não tem interesse em cobrar porque os valores são baixos. Por isso, propôs ao Governo daquele Estado a alteração do Código Tributário Estadual para permitir a inscrição em dívida ativa (Cadin) de débitos inferiores a mil reais. Informou que, no projeto, propõe que 50% do crédito seja destinado ao Estado como verba carimbada para investimento em presídios mais 60% de multa. A Presidente asseverou não gostar de ter que fazer acordo para poder cobrar o que nos é devido. Se há o crédito, deve-se exercer a jurisdição porque não se faz acordo de lei. Declarou entender que a situação é complicada do ponto de vista de legalidade e da constitucionalidade, mas respeita a autonomia dos Tribunais e a responsabilidade dos Presidentes. O Presidente do TJGO informou que submeterá a questão ao Conselho Nacional de Justiça. A Presidente informou não poder conversar sobre o tema por ser assunto regulado por lei vigente. **Desembargador Rui Ramos Ribeiro (TJMT):** Declarou-se preocupado com o impacto da situação de fronteira com a Bolívia por causa do crime organizado, que tornou necessária a instalação de varas criminais especializadas. Esclareceu entender ser da responsabilidade do Executivo a conclusão dos inquéritos (a parte pré-processual necessária para aceleração do julgamento e melhoria do andamento dos processos) e que está realizando estudo da situação das varas de execução. Avisou que não foram encontrados grandes gargalos. Quanto à audiência de custódia, informou que além das duas varas já instaladas o TJMT está instalando a audiência de custódia em polos regionais. Asseverou que gostaria que fosse permitida a utilização do sistema de audiência de custódia para as varas da infância e juventude em suas similaridades. Falou sobre a questão da plataforma de saúde, ressaltando a conveniência da disponibilização por causa dos custos da judicialização de saúde, para evitar abusos. Mencionou a implementação do PJe em 45% das unidades judiciais do TJMT, mas assinalou ser necessária a possibilidade de interação do PJe com outros sistemas e ser essencial que, quanto ao concurso, o Conselho Nacional de Justiça aponte as regras comuns. **Desembargador Divoncir Shreiner Maran (TJMS):** Declarou que, dos cerca de 9.000 presos, 2.000 são provisórios, o que não é bom, mas, também não é tão ruim. Afirmou que Mato Grosso do Sul faz fronteira com o Paraguai e 30% dos presos custodiados no sistema penitenciário são da Justiça Federal e falta o apoio logístico da União. Posicionou-se pela unificação de procedimentos por meio de concurso nacional para a primeira fase de seleção para o ingresso na carreira de juiz, informando grande percentual de vagas de juiz a serem providas. **Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO):** Agradeceu a oportunidade e registrou ser a sua primeira participação neste foro. Informou a existência de problemas semelhantes aos dos outros Tribunais de Justiça, principalmente com o contingenciamento decorrente da desaceleração do agronegócio na pecuária. Falou sobre as questões referentes ao concurso extrajudicial e à Resolução n. 88/CNJ, pela qual determinada a demissão dos comissionados para aproveitamento de servidores e disse que nos gabinetes há 100% de servidores comissionados. Afirmou que o TJTO não consegue fazer promoções há dois anos por causa de liminar do CNJ; que os processos são 100% eletrônicos e utilizam o sistema e-Proc, fornecido pelo TRF4; que o Estado é pobre, sem condições de construir presídios para disponibilizar vagas no sistema prisional, mas receberão a verba do FUNPEN com a qual serão construídos dois presídios; que há 1.373 presos provisórios e 1.498 em regime fechado. Disse

Tocantins não tem fronteiras com outro País, mas fica às margens de uma BR; que falta o Executivo atuar melhor na questão pré-processual (perícia, por exemplo) e o que mais aflige o TJTO é a implantação imediata do PJe, por falta de recursos e a demissão de comissionados para redução ao percentual de 50% do quadro, pelo que sugere a prorrogação dos prazos. A Presidente ressaltou entender ser praticamente impossível a manutenção dos comissionados porque a Constituição está em vigor há 30 anos e, por ela, cargo em comissão é para situações excepcionais, sendo difícil sustentar o pedido de prorrogação. **Desembargador Cezário Siqueira Neto (TJSE):** Avisou ser a sua primeira reunião neste foro e que as medidas discutidas coincidem com as já adotadas pelo TJSE. O problema do sistema penitenciário consiste na falta de vagas para o regime semiaberto e as pessoas são colocadas em regime “escancarado”, porque são colocadas em prisão domiciliar, sem qualquer fiscalização. Noticiou a interdição do COPEMCAN, maior presídio do Estado, por decisão da qual houve recurso para o Superior Tribunal de Justiça e o relator determinou a realização de inspeção pelos juízes auxiliares. Informou outro fato que impactou a situação prisional: a não realização de mais de 4 mil audiências por falta de escolta e, a partir da reunião realizada em janeiro, todas as 1.051 escoltas do mês de fevereiro foram cumpridas e as audiências foram realizadas. Falou sobre tornazeleiras eletrônicas e relatou: a existência de salas de vídeo-conferência nas principais unidades penitenciárias do Estado; o aumento significativo das audiências de custódia, com redução do número de presos nas delegacias; o prejuízo na interiorização das audiências de custódia pela ausência de IML no interior, mas em pleno funcionamento na região da grande Aracaju; a construção de unidade para o semiaberto em um ano e meio, com recursos assegurados pelo Ministério da Justiça. Relatou que, em obediência à portaria editada pela Presidente sobre o combate à violência doméstica, foi promovida palestra e a edição da cartilha “Conhecendo a Rede” para proporcionar a disseminação do conhecimento e o fortalecimento da autoestima da mulher, em parceria com a Secretaria de Educação; que 100% dos processos são digitais, com pequeno acervo de processos não digitalizados porque os esforços para finalização da digitalização foram agora dirigidos para a baixa de processos, para cumprimento da meta fixada pelo Conselho Nacional de Justiça; que há problema com as operadoras de telefonia para o pleno funcionamento dos processos virtuais; que foi implantado o selo digital; que o dinheiro das custas, alvarás e de todos os depósitos judiciais está concentrado no Banco do Estado de Sergipe, por licitação. Mostrou-se preocupado quanto ao depósito em conta única dos recursos do fundo constituído pelos emolumentos e custas judiciais. **Desembargador Paulo Dimas Mascaretti (TJSP):** Registrou a alegria de estar presente e de ter recebido a Presidente em Votorantim e afirmou ter trazido algumas questões para a reunião. A primeira refere-se ao que vai ser feito em 2017, pois houve reuniões em janeiro e a questão foi discutida em setor próprio para acompanhamento de projetos. Informou que neste ano há 211 iniciativas a serem implementadas, entre as quais: a) a implementação de 890 vagas para mulheres no presídio inaugurado em Votorantim, relatando a existência de 232 mil presos em São Paulo, cuja situação é informada diariamente, e 153 mil presos trabalham e 15% dos presos são provisórios; b) a criação por resolução de central de monitoramento do andamento dos processos de réus presos; c) implantação das audiências de custódia em todo o Estado até o 7 de agosto, ressaltando que este ano o TJSP procurará, até 10 de outubro, realizar audiências de custódia nos finais de semana; d) peticionamento eletrônico direto nos juizados; e) implantação do inquérito policial digital em algumas comarcas, evoluindo progressivamente até o final do ano para 100%; f) o Projeto Justiça Bandeirantes para qualificação de servidores; e g) criação de fluxo para adequação do processamento das execuções fiscais. Registrou que a instituição do fundo único de despesas esvazia a autonomia dos Tribunais porque atualmente o Estado só repassa o dinheiro da folha de pessoal. Manifestou-se contrariamente à alteração da com-

petência para processamento das execuções fiscais para a Justiça Federal pela PEC n. 287 e informou haver encaminhado nota técnica sobre o assunto à Câmara dos Deputados. **Desembargador José Antônio Torres Marques (TJSC):** Saudou os que integram pela primeira vez o colegiado e ressaltou que, como não têm dinheiro, é preciso usar a criatividade. Noticiou as seguintes realizações do TJSC: a) processo de regionalização da execução penal para regime fechado e semiaberto; b) instalação de varas regionais de direito bancário para abranger as comarcas com pouco movimento, como a Vara Regional do Litoral Sul; c) digitalização dos processos pelos funcionários da unidade, com o uso do banco de horas; d) ampliação das divisões de atuação remota (cartórios unificados); e) disponibilização de 60 médicos e enfermeiros no NAT para assessorar os juízes na análise dos pedidos relativos a questões de saúde. Informou também que o primeiro grau está em dia com o sistema prisional, mas o segundo grau tem 200 mil julgamentos pendentes. Salientou que os recursos do FUNPEN têm condições de repassar 60 milhões por ano para o sistema carcerário e o de medida socioeducativa. Acentuou que as reescolhas atrapalham a questão dos concursos. **Desembargadora Elaine Cristina Bianchi (TJRR):** Declarou ter perfil mais técnico e apresentou como notícias: a) digitalização de 90% das varas cíveis na capital com o sistema Projudi; b) integração das delegacias ao Projudi; c) processo administrativo eletrônico pelo sistema SEI; d) início da interiorização em breve; e) assessoria virtual para atender o primeiro grau; f) Central de Processamento Eletrônico; g) CEJUS em pleno funcionamento; h) mutirão carcerário cumprido, com análise de 897 processos e expedição de 86 alvarás de soltura; i) acompanhamento da situação dos réus presos como meta de todos os juízes criminais; j) audiência de custódia no Estado inteiro em plantão permanente; l) salas de videoconferência em todo o Estado. Ressaltou o impacto negativo no IPC-Jus se não for implantado o PJe nos Tribunais e a consequência negativa da contagem dos prazos em dias úteis, do novo CPC, nas metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, que sugeriu fossem revisadas. Comunicou haver três ou seis juízes sob ameaça e que 147 audiências deixaram de ser realizadas porque determinada facção avisou que o preso que for conversar com advogado ou se apresentar para audiência será morto assim que a Força Nacional se retirar, o que ocorrerá em um mês. Anunciou que a verba do FUNPEN destinada ao Estado foi suspensa a pedido do MPF porque não há transparência no processo licitatório e de aplicação de verbas. Salientou que dorme toda noite esperando ser acordada com a notícia de um novo massacre e que a Força Nacional não tem muita valia porque não pode entrar nos presídios. Informou a instalação da Segunda Vara de Violência Doméstica e a existência de oito mil inquéritos policiais. Declarou-se preocupada com a transferência do fundo de aparelhamento judicial para conta única e relatou que as fronteiras com a Venezuela e com a Guiana Inglesa não são vigiadas e estão sob o domínio de chineses que tomaram conta das fronteiras. Esclareceu que os crimes praticados nessa região são de competência federal, mas não há Justiça Federal no interior de Roraima. Por causa da situação política, a Venezuela invadiu Roraima e as situações de deportação e de crimes federais estão sob a responsabilidade dos juízes estaduais. A Presidente noticiou as providências que as Delegadas da Polícia Federal, Doutora Tatiane da Costa Almeida (Secretária de Segurança do Conselho Nacional de Justiça) e Doutora Simone Guerra (Núcleo de Suporte Logístico e Segurança do Conselho Nacional de Justiça), já tomaram quanto à segurança dos juízes. Ressaltou que as Associações informam as situações de ameaças sofridas pelos juízes e não os Tribunais de Justiça. Informou a criação de cadastro de juízes ameaçados e que atualmente os juízes ameaçados não são apenas os criminais, mas também os trabalhistas. Observou que será elaborado manual a ser distribuído e apresentou a proposta aos Tribunais de treinamento de autodefesa para os juízes, em acordo com a polícia. Salientou que quem tiver interesse deve solicitar e as Doutoras Tatiane da Costa Almeida e Simone Guerra entrarão em contato para conversar e decidir a capacitação neces-

sária em cada situação. Para tanto, deixarão os telefones a serem contatados a qualquer hora, com o objetivo também de trabalhar-se política específica de segurança do magistrado em todo o País. A Presidente informou que, por solicitação de Mato Grosso, requereu providências quanto às fronteiras, mas ainda está aguardando as providências efetivas. Salientou que a entrada da Força Nacional nos presídios não é permitida pela Constituição. Isso foi discutido em reunião dos três Poderes. Ressaltou que o retorno que se tem é que, do ponto de vista do cidadão, a Força Nacional inspirou confiança e mais tranquilidade a todos. **Desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque (Vice-Presidente – TJRN):** Expôs que o Rio Grande do Norte tem todos os problemas do sistema penitenciário que afetam os outros Estados, pela pobreza e desorganização. Citou a falta crônica de juízes e servidores e o exemplo da Comarca de Nísia Floresta, que não tem juiz. Informou que o Tribunal levou a Juíza Nivalda Torquato, sob regime de proteção especial, para a execução penal porque ali é a maior jurisdição de execução penal do Estado por abranger o Presídio de Alcaçuz. Observou que o duodécimo de fevereiro acabou de ser recebido e a segurança institucional é problema que está sendo enfrentado por ações com profissionais da área de segurança em visitas e contatos com os Magistrados. Ressaltou que acelerou a produtividade dos processos criminais no segundo grau pelo compartilhamento prévio dos votos. Fez suas as palavras da Desembargadora Elaine Cristina Bianchi (TJRR). **Desembargador Erivan José da Silva Lopes (TJPI):** Ressaltou que se sente muito honrado pelo convite e pela convocação do Juiz Marcelo Mesquita Silva, que está coordenando o PJe. Assinalou que o GMF verificou a inconsistência dos dados fornecidos pela Secretaria de Administração Penitenciária. Informou que oito juízos criminais em regime diferenciado reduziram a 40% o número de provisórios. Mencionou a existência de plano para estabelecer pequeno número de servidores para cada vara e que vai homologar o resultado do concurso de juízes em maio para cada unidade judiciária do Piauí ter um juiz, porque foram agregadas as unidades com menos de 400 processos distribuídos no ano. Comunicou ter triplicado o número de processos em pauta no segundo grau e não ter problema na justiça criminal no segundo grau, mas que houve problema com as tornozeleiras por falta de licitação. Salientou que o número de tornozeleiras vai ser aumentado para serem usadas nas audiências de custódia, realizadas de segunda a segunda. Citou duas situações: a ADI n. 9.671, Ministra Rosa Weber, e a Consulta n. 6.466, sobre o teletrabalho, na qual o Conselho Nacional de Justiça respondeu não ser necessário ato normativo do Tribunal para a implementação da Resolução do Conselho Nacional de Justiça pelos juízes, ressaltando que essa resposta é contraditória porque, para aplicar a resolução do Conselho Nacional de Justiça, é preciso instrução normativa. Advertiu que essa resposta causará tumulto ao autorizar-se aos juízes deferirem o teletrabalho, livrando o servidor do ponto eletrônico, tumultuando a gestão da causa pelos Tribunais. Salientou que a decisão foi monocrática e gostaria que o tema fosse debatido para melhor atender a questão. A Presidente disse ser melhor aguardar o resultado da compilação das resoluções ainda neste semestre, porque já está perto de a questão ser decidida. **Desembargador Renato Braga Bettga (TJPR):** Abordou a questão dos concursos. Observou que o GMF funciona em espaço adequado, com servidor e estagiários. Mencionou a realização de mutirão específico para encarceramento feminino; a implantação da metodologia de execução penal da APAC; e o comitê permanente de políticas penitenciárias. Registrou que o TJPR incentiva o monitoramento eletrônico em alternativa à prisão e informou que todos os presos do Paraná, provisórios e definitivos, estão cadastrados e que têm presídio modelo de segurança mínima com método de justiça restaurativa. Ressaltou a existência do projeto piloto de capacidade prisional taxativo, em *numerus clausus*. Falou sobre a SEUU e sobre a implantação do Segundo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Curitiba e outras medidas. **Desembargador Joás de Brito Pereira Filho (TJPB):** noticiou ter sido eleito na segunda eleição no TJPB, as-

sumiu em fevereiro sem transição e ainda está *sub judice*. Informou a existência de 42% de presos provisórios antes do esforço concentrado que manteve ao assumir. Informou que pretende levar ao Conselho Nacional de Justiça a questão que encontrou na parte de precatórios. O Conselho Nacional de Justiça calculou os precatórios, as pessoas receberam e agora interpuseram agravos pedindo a diferença. Quanto aos concursos, registrou ser importante a unificação. Seu antecessor nomeou 29 candidatos e 1 está *sub judice*. O concurso regionalizado de servidores de 2008, revalidado em 2010, foi judicializado devido à remoção, com validade expirada em 2014, com liminar do Ministro Luiz Fux. Quanto ao concurso para os cartórios extrajudiciais, informou que o prazo da empresa contratada para o certame está expirado. Assinalou que o Justiça pela Paz teve excelentes resultados sob o comando de nova juíza e falou sobre o enfrentamento político na Paraíba. **Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (TJPA):** Deu notícias sobre impacto do julgamento de processos com repercussão geral no TJPA. Relatou a nomeação de 96 magistrados aprovados, apontando, contudo, que o TJPA tem déficit de juízes porque alguns foram exonerados para assumir em outro Estado. Manifestou-se favoravelmente ao concurso nacional como o fez o TJPR. Abordou a questão do PJe e da Lei Maria da Penha, com os projetos Maria da Penha Vai aos Quartéis e Maria da Penha Vai às Obras da Construção Civil. Registrou que os resultados do esforço concentrado serão oportunamente apresentados. **Desembargador Geraldo Augusto de Almeida (Vice-Presidente – TJMG):** Trouxe a saudação do Desembargador Herbert José Almeida Carneiro e de todos os juízes do TJMG. Ressaltou o Projeto Julgar, voltado para a atuação principal do Tribunal de Justiça: julgar, para preencher as 100 vagas existentes no Estado, informando que o projeto é coordenado por juízes e já alcançou 3.000 sentenças. Noticiou que na segunda instância está ocorrendo mutirão interno para julgamento de recursos criminais com preferência para os agravos em execução penal, com 2.000 julgamentos de agravos. Informou que o TJMG tem a meta de implementação do SEEU em vinte cidades polos onde há estabelecimentos penais. Falou sobre o método APAC, solicitando que o TJMG integre, com o Paraná, o grupo de estudos do Conselho Nacional de Justiça sobre as APACs. Informou que o TJMG, na área cível, está fazendo levantamento das maiores demandas distribuídas para monitoração eletrônica e identificação das partes com a informação aos juízes para instauração do IRDR, gerenciando as demandas repetitivas e harmonizando as demandas da primeira instância. A Presidente, antes de conceder a palavra ao Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, que, como Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça sempre acompanha as reuniões, enfatizou o trabalho e a necessidade de os Tribunais darem maior assistência aos GMFs e às Coordenadorias de Combate à Violência Doméstica, realçando duas áreas. A primeira é a dos juízes criminais, que são muito abnegados e têm carga de trabalho e de estresse diferente pelo aumento da insegurança na sociedade, e solicitou aos Presidentes que dêem alento aos juízes criminais para que se sintam confortáveis para atuar. A segunda, também na área específica da justiça criminal, é a questão das mulheres grávidas. Pediu ênfase especial para esse tema, ressaltando o exemplo de São Paulo, que zerou o número de mulheres em delegacias e inaugurou estabelecimento penal, unidade modelo, para custodiá-las em condições adequadas. Declarou querer que os juízes forneçam os dados sobre a quantidade de mulheres grávidas presas e que os Tribunais de Justiça repassem as informações. Ressaltou o convite do Desembargador Geraldo Augusto de Almeida (TJMG) e do Desembargador Renato Braga Bettega (TJPR) para todos experimentarem e conhecerem a experiência das APACs. **Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça):** Esclareceu para os que estão participando da reunião pela primeira vez que a Presidente inaugurou estas reuniões mensais, que permitiram que as demandas dos Tribunais fossem apresentadas diretamente para os Tribunais de Justiça terem voz. Afirmou ter ficado

muito feliz porque a Presidente colocou as liminares para referendo e fez coro com o Desembargador Erivan José da Silva Lopes (TJPI) sobre o teletrabalho. A decisão é preocupante porque muda o conceito de hora/trabalho para performance/trabalho. Por isso deveria ser regulado em cada Tribunal, de acordo com a realidade local. Quanto à transferência dos fundos de aparelhamento do Judiciário para conta única, declarou-se preocupado com a situação, mas esclareceu que só será atingido o Estado que aderiu ao programa de recuperação e observou que aposentadoria e pensão vão para a conta do Judiciário se o Estado entrar em regime de recuperação. A Presidente agradeceu a presença de todos e colocou a equipe à disposição. A reunião foi encerrada e posteriormente foi lavrada a presente memória, como ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA SÉTIMA REUNIÃO DA
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM
OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 12.05.2017 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Des. Denise Castelo Bonfim (TJAC), Des. Otávio Leão Praxedes (TJAL), Des. Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP), Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes (TJAM), Des. Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Des. Francisco Gladyson Pontes (TJCE), Des. Humberto Uihôa (Vice-Presidente - TJDF), Des. Annibal de Rezende Lima (TJES), Des. Gilberto Marques Filho (TJGO), Des. Cleones Carvalho Cunha (TJMA), Des. Rui Ramos Ribeiro (TJMT), Des. Divoncir Shreiner Maran (TJMS), Des. Herbert José Almeida Carneiro (TJMG), Des. Ricardo Ferreira Nunes (TJPA), Des. Joás de Brito Pereira Filho (TJPB), Des. Renato Braga Bettega (TJPR), Des. Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE), Des. Erivan José da Silva Lopes (TJPI), Des. Milton Fernandes de Souza (TJRJ), Des. Gilson Barbosa de Souza (Vice-Presidente - TJRN), Des. Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS), Des. Elaine Cristina Bianchi (TJRR), Des. José Antônio Torres Marques (TJSC), Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP), Des. Cezário Siqueira Neto (TJSE) e Des. Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO).

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, abriu a reunião saudando os presentes e prestando contas do que foi realizado, proposto e das demandas levantadas. Na sequência, pontuou sobre a **repercussão geral**, mencionou os processos sobrestados e informou que, desde o mês de fevereiro, está enfatizando o julgamento dos processos com repercussão geral no STF. Registrou que abril foi o mês da repercussão e que percentual relevante dos temas de repercussão geral são matérias dos tribunais de justiça. Alertou para o fato de que **os 306 temas julgados sem repercussão geral devem ser julgados pelos tribunais**. Recomendou que os tribunais atentassem para os enunciados dos temas nos quais já declarada a inexistência de repercussão geral não deixando os recursos extraordinários subirem, negando, na forma da lei, para serem julgados pelos juízos de origem. Dos outros 340, foram julgados 100; 84 foram liberados para a pauta. Registrou a quantidade de casos cuja repercussão geral foi reconhecida neste ano. Informou não haver como a meta 1 ser modificada, mas noticiou, entretanto, que o estudo realizado pelos juízes indicou não haver como fazer essa modificação, mas que é possível constar dos resultados a diferenciação da quantidade de processos não julgados por sobrestamento para não prejudicarem o desempenho dos tribunais, deixando em sua conta julgamentos que não poderiam realizar. Afirmou que continuarão julgando a repercussão geral e que todos os presidentes receberão, no dia seguinte à

publicação da ata, os temas de repercussão geral julgados para serem adotadas as providências cabíveis, sem demora. Consultou os presentes e, com a aquiescência destes, marcou para o dia 23.5 reunião dos juízes auxiliares dos tribunais de justiça responsáveis pela repercussão geral com o CNJ, sob o comando do juiz Márcio Schiefler Fontes, na sala de reuniões da Presidência do CNJ, no 4º andar, objetivando aprimorar esta comunicação sobre o julgamento dos temas sobrestados, (para não haver prejuízo à meta) e dar uma resposta pronta à sociedade. Afirmou que todos os tribunais devem informar até a próxima reunião a quantidade de processos baixados, para que o país saiba o que foi feito pelo Poder Judiciário neste ano. Informou que convidará a Ministra Laurita Vaz, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a participar da próxima reunião, na qual se discutirá metodologia similar com relação ao IRDR. Noticiou que ficará com pouco mais de cinquenta processos de repercussão geral liberados para a pauta. Relatou que em janeiro pediu que os tribunais concentrassem esforços para o julgamento dos processos criminais de réus presos. E que, na ocasião, foi informado que o segundo grau estava com os julgamentos em dia. Entretanto, os dados levantados no período de janeiro a abril mostraram que os juízes julgam muito, mas há processos aguardando julgamento de recurso de pronúncia há 5 anos. Solicitou a apresentação de cronograma dos julgamentos em esforço concentrado dos recursos criminais, com informação das datas nas quais serão realizadas as sessões. Registrou, ainda, que os assessores estão levantando a quantidade de HCs no STF por demora do julgamento dos recursos pelos tribunais e ter havido um caso recente em que um homem estava preso há 7 anos, sem que o recurso tivesse sido julgado. No que tange a **concurso público**, apurou haver no STF 164 processos sobre concursos pendentes de julgamento. Destacou que no CNJ as liminares são levadas automaticamente para deliberação do Plenário e que até o próximo mês de outubro levantará tudo o que tem no CNJ sobre concurso para julgar. Observou que um grande percentual dos processos referentes a concurso público no STF diz respeito a critério do edital. Pelo que solicitou aos ministros o julgamento destes processos para pacificação da matéria. Ressaltou estar receptiva a que os presidentes indiquem os processos pendentes de julgamento referentes a concursos dos seus tribunais (de ingresso e até de remoção) para ser o caso levado ao relator. Quanto ao **Processo Judicial Eletrônico (PJe)**, registrou que ele deve ser implantado onde não há e otimizado nos lugares onde houve implementação. Noticiou que foram escolhidos o TJ/MG (tribunal com a maior rede implantada) e o TJDFT (pela proximidade e pelo nível de implementação para entrada em produção da nova versão atualizada do PJe). Afirmou querer que todos os tribunais passem ao juiz auxiliar responsável pela matéria no CNJ, Dr. Marcelo Mesquita, a resposta a um questionário, o qual será enviado na segunda-feira, informando a realidade de cada tribunal para possibilitar a elaboração de um mapa da situação no país inteiro. Informou que os presidentes que assim o desejarem podem marcar com a TI e o Juiz do CNJ responsável para tirarem todas as dúvidas. Informou que a situação é preocupante pelo volume de recursos investidos na área, registrando que não libera recursos se não estiver bem justificada a aplicação. Agendou para quinta-feira, 25.5, reunião dos juízes assessores e da equipe de TI dos tribunais com o juiz responsável pelo PJe no CNJ e a equipe da TI para tirarem dúvidas, saberem quanto está sendo gasto e por que se está demorando para resolver tal coisa, fazer ata e discutir questões como, por exemplo, o escritório digital (demanda dos advogados) para saírem, de preferência, com tudo resolvido. O Presidente do TJMG informou preocupação com o volume do investimento e gostaria de obter autorização para a equipe de TI de Minas começar o treinamento na versão 2.0. A Ministra afirmou que gostaria que o treinamento do TJMG ocorresse em conjunto com o TJDFT, no início de junho, para se prepararem conjuntamente e que informará até o dia 31.5 a data em que o treinamento será iniciado. Quanto à Meta 1, a Ministra destacou já haver informado aos Corregedores a razão pela qual não pode mudá-la, mas afirmou que estudo

realizado demonstrou ser possível contabilizarem-se de forma separada os processos sobrestados por repercussão geral, descontando-os, assim, do acervo de processos não julgados por outras razões. Quanto à Resolução 219 do CNJ, noticiou que foi realizado um longo estudo pelo qual se concluiu continuar sendo imprescindível a priorização do 1º grau e não haver mais como mudar a data final ali estabelecida. Esclareceu, contudo, em casos e em pontos específicos, havendo impossibilidade do cumprimento integral da Resolução, que o tribunal apresente a justificativa correspondente, para ser levada ao plenário do CNJ. Finalmente deu as seguintes notícias sobre ações que vem desenvolvendo no CNJ: 1) A elaboração de programa guarda-chuva denominado “Brasil pela Paz”, com algumas medidas a serem formalizadas em breve, entre as quais: a) o aperfeiçoamento e a atualização do Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP, com a uniformização de procedimentos para elaboração do cadastro e previsão de entrega para acesso de todos os tribunais no período de 24 a 28 de julho; b) atuação conjunta do Departamento de Pesquisas Judiciais (DPJ/CNJ), do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ) e do Grupo de 11 juízes, para desenvolvimento de um projeto de atenção às vítimas de violência em processos em tramitação, com o objetivo de informar o que fazemos, o que encaminhamos, enfim, dar uma satisfação. c) Implementação do primeiro projeto de APAC Juvenil, com instalação de uma APAC para adolescentes do sexo masculino, em Itaúna (pela simbologia histórica), e outro para adolescentes do sexo feminino, em Fortaleza. Esclareceu, inclusive, que a APAC é um projeto de comunidade. Não é para desencarcerização nem para aliviar o sistema carcerário. Informou tratar-se de programa para preso de pequeno potencial ofensivo, uma metodologia de execução penal e não pode ser implantada por pura decisão do Executivo. Afirmou que quem resolve instituir uma APAC é a comunidade e que a APAC é construída de baixo para cima, pela aceitação da comunidade e com a sua participação. Informou, ainda, que instalou o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ) e o respectivo comitê. 2) Apresentou os resultados encaminhados pelos tribunais relativamente ao “choque de jurisdição” proposto na reunião realizada no último mês de janeiro. Analisou os números gerais de processos analisados e julgados de janeiro a abril deste ano, o percentual de alvarás de soltura expedidos no período informando que caiu por terra o mito da criação de vagas, porque com o julgamento houve aumento do número de condenações. 3) Informou que, com relação à Região Norte do Brasil, o grupo coordenado pelo Conselheiro Rogerio Nascimento está atuando e já foi apresentado relatório, a ser encaminhado ao executivo, no qual se esclarece a situação do sistema carcerário, inclusive quanto à superlotação. Ressaltou que, de acordo com os dados obtidos, dentre todas as mulheres presas, há 432 mulheres grávidas e 158 lactantes. Quanto às grávidas, quer saber em quais condições elas estão custodiadas, porque a criança não praticou crime algum. 4) Noticiou a realização de diagnóstico para reestruturação das Varas de Execução Penal no país. Registrou que há dificuldades orçamentárias, mas há pontos que não podem ser adiados. Franqueada a palavra, os presidentes dos tribunais de justiça se manifestaram na seguinte ordem: 1ª) Desembargadora Denise Bonfim (TJAC): Falou de sua alegria por estar na reunião e pelo teor das informações sobre o julgamento dos processos de repercussão geral. Registrou que, em matéria penal, o acervo é grande no TJAC. Sobre o processo eletrônico, afirmou que está sendo implantado. Afirmou, ainda, que não tem demanda de concurso no CNJ, mas que fará concurso este ano para juízes e servidores. Informou estar fazendo o possível para cumprir a Res. 219 do CNJ e que as impossibilidades serão comunicadas ao CNJ. 2ª) Desembargador Otávio Leão Praxedes (TJAL): Enalteceu o trabalho realizado pela Ministra Cármen Lúcia para mobilizar o Judiciário e informou que cumpriu integralmente o mutirão carcerário integrado com o MP. Quanto às metas da ENASP, já foi coordenador do GMF e gestor da ENASP e inspecionou 30 das 56 comarcas de Alagoas,

constatando, na ocasião, a existência de comarcas sem realização de júris há mais de 10 anos. Noticiou dificuldade orçamentária e afirmou que, das 56 comarcas, 26 estão sem juízes titulares, com 700 cargos vagos no quadro de servidores. **3º) Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP):** Anunciou haver 2.750 presos provisórios e informou ser o Des. Coordenador das Varas Criminais o gestor dessas situações. Sobre a Res. 219 do CNJ, informou haver sido empossado Comitê Gestor de Pessoas, ao qual já foi submetido o relatório das ações referentes à Resolução 219 e será agora submetido ao Pleno para aplicação final. Relatou que o TJAP organiza um Fórum de Diretores de Fóruns para discutir a gestão patrimonial e de pessoas, com o objetivo de evoluir para a discussão da gestão do Judiciário. Comunicou a existência de exitoso programa de utilização da Justiça Restaurativa na área da infância e juventude e da família, inclusive com realização de oficina de parentalidade; a realização de audiências públicas, nas quais são explicados todos os julgamentos de cada comarca, indicando a situação de cada bairro. Solicitou a revisão da Res. 206 do CNJ por continuar impactando nas promoções. **4º) Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes (TJAM):** Informou que diminuiu bastante a quantidade de presos provisórios e que, a partir do esforço concentrado, melhorou-se a comunicação com os demais poderes. Informou, ainda, que mais de 90% dos processos criminais julgados resultaram em condenação. **5ª) Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA):** Parabenizou a Ministra Cármen Lúcia pelas ações que vem realizando. Noticiou que está em esforço concentrado com o GMF, com ênfase, também, no cadastro biométrico dos presos eleitores, informando que, agora, quando da prisão, os presos estão sendo cadastrados com CPF na entrada. Informou que a execução penal é regionalizada no TJBA e que há 5 presídios em construção. A Ministra disse que só pode haver nova construção se já houver sido terminada a dos presídios em construção. Noticiou, ainda, a aquisição de material para audiências por videoconferência e que o Pacto pela Vida continua com as suas ações no interior do Estado. **6º) Desembargador Francisco Gladysson Pontes (TJCE):** A Ministra agradeceu o apoio do TJCE para a implantação da APAC juvenil no Ceará, com a designação da Desembargadora Iracema Martins para coordenar esse trabalho. O Desembargador Presidente afirmou que, em mais de 1.000 processos julgados, houve apenas 22 absolvições, o que significa que o objetivo de desencarceramento do executivo não corresponde à realidade. Consultou se há algum estudo sobre a nova lei de licitações quanto à possibilidade de utilização da mão de obra dos presos como saída para a falta de recursos. **7º) Desembargador Humberto Ulhôa (Vice-Presidente - TJDFT):** Comunicou que 298 processos já foram distribuídos pelo TJDFT no PJe; que já foi estabelecido um cronograma de implantação nas demais varas. Informou, também, a implantação do SEI, por onde já tramitaram mais de 10.000 processos administrativos. Sobre a Res. 219 do CNJ, registrou que o tribunal fez uma reforma administrativa pela qual movimentou servidores e FCs do 2º para o 1º grau. Declarou que o SEEU foi implantado este ano na VEPEMA, mas o MP está exigindo a interoperabilidade do MNI por haver norma garantindo a sua intimação via sistema; e que existem no presídio feminino 695 mulheres, dentre as quais, 12 são gestantes e 14 lactantes. Quanto ao SEEU, a Ministra informou que o Dr. Marcelo Mesquita falará com a PGR sobre a questão para informar a situação na próxima reunião. **8º) Annibal de Rezende Lima (TJES):** Agradeceu a presença das Delegadas Federais do CNJ para cuidar de questão da segurança dos Juízes ameaçados no TJES. A Ministra reiterou as recomendações da reunião anterior, inclusive quanto à elaboração do manual e a diminuição das ameaças aos Juízes de execução penal e aumentaram as ameaças aos juízes trabalhistas e das Varas de violência doméstica. Prosseguindo, o desembargador registrou que deve alcançar o patamar de 5.6% no índice de responsabilidade fiscal, mas ontem soube que estão no patamar de 5.92. Noticiou que há 46 unidades vagas, mas só poderá nomear quando chegar a 5.70. Informou que as Câmaras Criminais reunidas estão fazendo um

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

esforço concentrado para julgar os recursos referentes a homicídio. Informou que firmaram convênio com a Polícia Militar para os policiais da reserva trabalharem na segurança dos fóruns por um custo que corresponde de metade a 2/3 do valor pago para contratação de terceirizados e que os policiais inspiram mais confiança. Já receberam 50 policiais da reserva. A Ministra registrou que o TJ/ES e outro estado ficaram muito abaixo da média dos julgamentos realizados no esforço concentrado. **9º Desembargador Gilberto Marques Filho (TJGO):** Relatou sua experiência pessoal na execução penal e na Corregedoria afirmando haver se reunido com o governador do estado para priorizar a questão do sistema penitenciário e das medidas socioeducativas, constituindo força tarefa com o executivo e até com empresários para enfrentar a questão. Sobre a comunicação das vítimas de violência doméstica quanto à soltura dos agressores, vai oficializar a todos os magistrados para terem cuidado, inclusive nas audiências de custódia. **10º Desembargador Cleones Carvalho Cunha (TJMA):** Falou sobre as APACs existentes no Maranhão e ratificou as afirmações da Ministra de que a APAC só funciona com a participação da comunidade. Noticiou que o Estado inaugurou um Complexo da Criança e do Adolescente em cujo espaço atuarão o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e toda a equipe multidisciplinar; noticiando que os juizes da Infância e Juventude começaram espontaneamente uma campanha de prevenção contra as drogas. Noticiou que só há 1 (uma) comarca sem juiz, porque a promoção foi suspensa pelo CNJ. Questionou a relação complexa da imprensa com os presos, referindo-se ao impacto das matérias veiculadas nas datas de liberação dos presos e que assustam a sociedade. O impacto tem sido tão considerável que o TJMA, para reduzi-lo, está promovendo a liberação gradativa, dividindo-os por datas diversas. **11º Desembargador Rui Ramos Ribeiro (TJMT):** No que tange às iniciativas de médio e longo prazo, noticiou que, para o aprimoramento processual e mutirões, há 15 juizes trabalhando na revisão dos processos. Se não conseguirem os resultados esperados, isso será devido às peculiaridades da região (fronteira, etc.). Quanto às iniciativas de curto prazo, informou a existência dos juizes de apresentação (audiência de custódia) com equipe multidisciplinar. A Ministra disse que o número de processos examinados foi bem significativo. Informou que está cuidando no executivo para que haja empenho na fase pré-processual do inquérito (perícia, laudo, etc.), que afeta a parte jurisdicional. Sobre o PJe, inclusive ao PJe2, afirmou que a parte criminal ficará para depois e destacou buscar instalar mais varas criminais e estruturá-las. Noticiou que o aumento de violência se deve ao tratamento subdimensionado das varas criminais. **12º Desembargador Divoncir Shreiner Maran (TJMS):** Informou que estão considerando utilizar tornozeleira para o semiaberto. Indicou o número de presos provisórios e a existência de 6 grávidas custodiadas no sistema prisional. Informou que há 2 varas de execução de pena, uma para a capital e outra para o interior, e que todos os processos são iniciados por CPE (Central de Processamento Eletrônico), que calculam todos os prazos. A Ministra asseverou não ter recebido os dados do choque de jurisdição. **13º Desembargador Herbert José Almeida Carneiro (TJMG):** Reiterou a sua apreensão com o não julgamento pelo CNJ de processo sobre inamovibilidade de juizes substitutos, que afeta a movimentação de juizes, podendo impedir a nomeação de 25 juizes (pelo risco de poder vir a gastar R\$250.000 mais R\$250.000 na movimentação dos juizes que concluíram o curso de formação provisoriamente, para voltar a movimentá-los depois da decisão do CNJ. Inamovibilidade de juiz substituto. A Ministra esclareceu que só pode pautar e chamar para julgamento os processos quando o relator ou o conselheiro que pedir vista os liberam. Continuando, o Desembargador noticiou a existência de 171 Comarcas desprovidas de juiz. Sobre o PJe, afirmou que já ganhou a viagem com a designação da reunião do dia 25 e a realização do cronograma. Informou que 23.000 apenados já foram inseridos no SEEU e que neste mês já foram cadastrados 200 pacientes judiciários e que até o final do ano o objetivo é alcançar a inserção naquele sistema das exe-

cuções penais de 40.000, dos 70 mil apenados em todo o Estado (atualmente 36 Comarcas já contam com o SEEU). Comunicou que a Defensoria Pública de Minas Gerais também está reivindicando do CNJ uma janela própria no sistema para atuação por interoperabilidade, porque atualmente entra na janela destinada aos advogados. Inteirou a todos que, em julho próximo, será realizado em São João Del Rey o Congresso Internacional das APACs e que a Ministra será convidada a fazer o encerramento do evento. Noticiou a existência em Minas Gerais de 39 APACs em funcionamento e 23 aguardando autorização. Informou que, em média, são necessários 2 milhões e meio para criação de uma APAC e que existem 120 presos federais nas APACs, inclusive da lava-jato. Por fim, declarou que, no próximo mês de dezembro serão inauguradas uma APAC feminina e uma masculina na capital. **14º Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (TJPA):** Informou que no dia 10.8 haverá a Semana do júri em todo o Estado do Pará. Sobre o PJe, informou a quantidade de processos distribuídos neste sistema, que hoje abrange todos os juizados e turmas recursais e algumas varas. Noticiou a existência do Projeto “Reescrevendo nossa história”, que visa incentivar a reinserção social de jovens egressos pelo apoio a programas de educação, qualificação profissional, cultura, esporte, lazer e meio ambiente. **15º Desembargador Joás de Brito Pereira Filho (TJPB):** Noticiou a implantação de 88% do PJe no 2º grau, onde já está sendo usado para o processamento das ações revisionais e *habeas corpus*. Ressaltou, contudo, quanto às demais ações criminais, que continua sem funcionar. Informou que existem 4.996 presos provisórios e que em mais de 2.000 sentenças de presos provisórios foi baixíssimo o índice de absolvição. Com relação à “Justiça pela Paz em Casa” a nova coordenadora está gerando resultados positivos. Quanto às APACs, está curioso sobre o sistema e estudando o tema para conhecer e ver se é possível avançar com ele na Paraíba. **17º Desembargador Renato Braga Bettega (TJPR):** Destacou a mais valia do enfrentamento de questão da repercussão geral. Ressaltou a dificuldade de cumprir a Res. 219 do CNJ. Quanto à APAC, deu notícia sobre o número de APACs constituídas e em fase de constituição e informou que nas APACs de Barracão e Pato Branco mais de 95% dos internos não voltaram a reincidir. Quanto ao sistema carcerário, registrou que têm sido realizadas reuniões interinstitucionais e que se realiza nesta semana um mutirão carcerário na Penitenciária Feminina. **18º Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE):** Noticiou que, no mês passado, o TJPE concluiu a implantação do PJe nas 150 comarcas e 14 órgãos julgadores. Informou que já foram distribuídos mais de 360 mil processos cíveis, faltando os processos criminais porque o CNJ não disponibilizou o sistema. Sobre a Res. 219 do CNJ, já foram adotadas as providências necessárias. Quanto à população carcerária, afirmou que existiam 30.107 presos no início do ano e que, em 20.4.2017, a população dos presos provisórios foi reduzida para 10.000 pessoas. Informou, ainda, a instalação de nova Vara de Execução Penal; o início da construção de um fórum criminal; a realização no último mês de dezembro do maior número de júris do país. Anunciou que o TJPE está realizando encontros com juízes de todo o Estado e discutindo estas questões; que as Audiências de Custódia acontecem regularmente no Estado; que se reuniu com o representante da Arquidiocese local para discutir o assunto da APAC; Informou a realização de ações de cunho social voltadas à população de baixa renda. **19º Desembargador Erivan José da Silva Lopes (TJPI):** Afirmou que é prioridade para o fracionamento de despesa pelos graus do judiciário e a valorização da justiça criminal. Declarou que o tribunal criou mais 1 (um) cargo de assessor para juiz de 1º grau e vem realizando uma reestruturação e redefinindo a forma de trabalho para o 1º grau. Destacou que a população carcerária saiu de uma faixa de 70 mil presos provisórios para 40 mil e instalou varas de juízes auxiliares. Informou que até o final do ano em todas as varas do PI haverá um juiz. Destacou que o SEEU está em implantação e que a implantação do PJe está em progresso. Registrou que só não conseguiram avançar na questão dos extrajudiciais. Estimou que a instalação e manu-

tenção de uma vara custa algo em torno de R\$1.500.000,00 (um milhão e meio de reais). A Ministra questionou sobre o que torna uma vara mais cara do que a outra e solicitou a identificação desses custos pelos tribunais para apresentação até a próxima reunião. **20º Desembargador Milton Fernandes de Souza (TJRJ):** Informou que, com relação ao plano de incentivo à aposentadoria, o principal problema é o financeiro. Afirmou enfrentar com o plano de incentivo à aposentadoria a redução dos contratos de custeio com impacto em cerca de mil postos de trabalho. Destacou que está dando atenção às varas de execução penal e que há 51 mil presos no Rio de Janeiro e que na Varas de Execuções, com a implantação do processo eletrônico, os processos físicos ficaram parados, mas que até julho a questão deve ser resolvida. Deu notícias sobre a audiência de custódia e que, para superar as divergências entre os processos eletrônicos existentes e o PJe, já visitaram o TJMG e o TJSP. Afirmou, ainda, que a questão de segurança pública é um problema, mas a segurança dos juizes está bem estruturada. **21º Desembargador Gilson Barbosa Albuquerque (Vice-Presidente – TJRN):** Expôs que desde a última reunião o Rio Grande do Norte evoluiu pouco na questão do sistema prisional. Informou que foram analisados 855 processos de presos provisórios com revogação de 131 prisões. Destacou que vai acolher as sugestões com relação às APACs, noticiando a existência de uma APAC em Macau, criada pela comunidade. Informou que o CNJ está fazendo uma inspeção no estado e declarou que faz suas as palavras do Desembargador Rui Ramos, do TJMT. A Ministra apontou haver mais de 3.000 processos de presos provisórios. O Presidente do TJ/RN esclareceu que há mais de 2.000 processos por sentenciar, mas que não tem juiz. Reiterou a situação descrita no mês anterior, inclusive com relação à comarca de Nísia Floresta. Ressaltou que hoje o que mais recebe é pedido de segurança dos magistrados e que a violência é brutal e está afetando a indústria do turismo na região. **22º Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS):** Informou que, no 2º grau, mandou a listagem dos processos com recurso de réu preso a cada Desembargador para otimizar os julgamentos. A Ministra ressaltou que os dados dos processos do TJRS foram os melhores. O presidente do TJ/RS registrou, então, que os dados estatísticos não são seguros por haver pessoas presas em mais de um processo, etc. Sobre a Resolução 219 do CNJ, informou que ela haverá de ser cumprida um dia. Afirmou que o TJRS tem um número de processos eletrônicos pequeno e os dados mostraram que teriam de ser deslocados servidores do 1º para o 2º grau, mas vai justificar o fato, porque o 2º grau é mais eficiente e vai manter o número atual sem o deslocamento. Informou que o recurso da Boate Kiss está no STJ e há um incidente do MP de deslocamento da competência para a Justiça Federal. Ressaltou que houve modificação da contagem de produtividade dos desembargadores, visto que se passaram a contar os resultados dos processos para a comarca, o que reduziu a produtividade, porque passaram a constar apenas como produção as decisões monocráticas. **23ª Desembargadora Elaine Cristina Bianchi (TJRR):** Elencou, entre outros, os seguintes pontos que dificultam a atuação do Poder Judiciário no estado: difícil acesso; invasão da fronteira pela população que foge da Venezuela; a circunstância de ser rota de tráfico, drogas e prostituição por causa da fronteira sem vigilância; necessidade de colaboração para cumprimento das precatórias da justiça federal; violência doméstica acentuada; dificuldade de receber as parcelas dos precatórios. Ressaltou que para enfrentar a questão tem adotado medidas, como: varas itinerantes; agentes de proteção; separação das facções nas prisões; parceria com atores do sistema prisional; cobrança das tornozeleiras eletrônicas. Reiterou informações prestadas na reunião anterior e afirmou desejar expandir o sistema de videoconferência para a visita de familiares e, também, para a realização de audiências pelos juizes federais. Noticiou a instalação do 2º juizado de combate à violência doméstica e a realização de política de sensibilização de policiais para o atendimento a crianças, adolescentes e mulheres grávidas. **24º Desembargador José Antônio Torres Marques (TJSC):** Reiterou a in-

formação prestada anteriormente quanto à pobreza do TJSC e à necessidade do uso da criatividade. Noticiou a existência da instalação de mais uma vara criminal e afirmou trabalhar fortemente no sentido de prestar as informações solicitadas. **25º Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP):** Apresentou números positivos, como o representado pela quantidade de presos provisórios restringir-se a 15% da população carcerária do estado. Registrou a existência de câmaras extraordinárias nas Câmaras Criminais. Informou que vem estimulando o uso da videoconferência e destacou várias iniciativas voltadas à eficiência e à sustentabilidade, assim como visita realizada: TD eficiente e TJ sustentável. Destacou, ainda, ter visitado a sede da Soft Plan, empresa fornecedora do SAJ, para verificar a possibilidade de desenvolvimento do sistema com interoperabilidade. Informou auditar, de perto, essa questão. A Ministra insistiu no fornecimento dos dados sobre as mulheres grávidas, para zerar o número de mulheres nesta condição, sem o amparo legal. **26º Desembargador Cezário Siqueira Neto (TJSE):** Noticiou que o problema maior do ano passado foi o cancelamento de audiências criminais por falta de escolta, das 9.000 audiências marcadas, 4.081 não foram realizadas. Informou que o TJSE já terminou o mutirão carcerário e está concluindo o relatório. Afirmou que a expansão das Audiências de Custódia vem ocorrendo, porém, com parcimônia pela falta de IML no interior. Asseverou ter o governo de Sergipe informado que, além do dinheiro do FUNPEN, o Ministério de Justiça repassou dinheiro para investimento. Com relação à Resolução 219 do CNJ, argumentou que tem ampliado as etapas previstas, que estão na fase de revisão do organograma. Informou que ampliaram o uso de videoconferência com instalação de equipamentos nos presídios. Notícia estar concluindo concurso para juízes. **27º Desembargador Eurípedes Lamounier (TJTO):** Afirmou que, por conta do ponto de vista da Ministra sobre a redução do número de comissionados, reuniu-se com os desembargadores e realizaram um cronograma para demissão e realização de concurso. Com relação ao sistema prisional, afirmou que de 17.1 a 20.4.2017 houve redução da população carcerária. Comunicou que o DMF, por sua Coordenadora, reuniu-se com as demais instituições do sistema penal e tem conseguido vitórias. Noticiou a implantação de 100% do processo eletrônico no 1º e 2º graus pelo sistema E-PROC. Noticiou a redução significativa da taxa de congestionamento. Afirmou estarem superando a fase do afastamento de 4 (quatro) desembargadores. Fechando a reunião, a Ministra Cármen Lúcia resumiu como principais, os seguintes pontos: 1) Que as explicações sobre a impossibilidade de cumprimento da Res. 219 do CNJ serão submetidas ao Plenário do CNJ; 2) Que os dados sobre o choque de jurisdição serão repassados; 3) A realização às 10 horas do dia 23.5.2017 de reunião no CNJ com todos os juízes responsáveis pelos Núcleos que tratam da repercussão geral; 4) A realização, às 10 horas do dia 25.5.2017 de reunião de todos os juízes e técnicos responsáveis pela implantação do PJe para serem prestados todos os esclarecimentos e adotados os encaminhamentos necessários; 5) Que vai amadurecer uma solução para a questão da escolta, com a possibilidade de convocação de reunião com os Secretários de Segurança Pública, se os tribunais enviarem uma previsão das audiências criminais no período de 6 meses, obtendo estes dados diretamente dos juízes criminais nos próximos trinta dias. Encerrando a reunião, a Ministra agradeceu a presença de todos e solicitou a obediência estrita à Lei da Transparência, para que constem de forma inequívoca nos portais todos os dados referentes a servidores, gastos e “quem é quem”. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA OITAVA REUNIÃO DA
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM
OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 9.6.2017 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Desembargadora Denise Castelo Bonfim (TJAC), Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly (Vice-Presidente – TJAL), Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP), Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Desembargador Francisco Gladyson Pontes (TJCE), Desembargador Mario Machado Vieira Neto (TJDFT), Desembargador Annibal de Rezende Lima (TJES), Desembargador Gilberto Marques Filho (TJGO), Desembargador Cleones Carvalho Cunha (TJMA), Desembargador Julizar Barbosa Trindade (Vice-Presidente – TJMS), Desembargador Leonardo de Noronha Tavares (Vice-Presidente – TJPA), Desembargador Joás de Brito Pereira Filho (TJPB), Desembargador Arquelau Araújo Ribas (Vice-Presidente – TJPR), Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE), Desembargador José James Gomes Pereira (TJPI), Desembargador Milton Fernandes de Souza (TJRJ), Desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque (Vice-Presidente – TJRN), Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS), Desembargador Sansão Batista Saldanha (TJRO), Desembargadora Elaine Cristina Bianchi (TJRR), Desembargador José Antônio Torres Marques (TJSC), Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP), Desembargador Cezário Siqueira Neto (TJSE) e Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO).

A Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, inciou a reunião saudando os presentes e apresentou o Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça, e o Conselheiro Bruno Ronchetti, do Conselho Nacional de Justiça, que participariam da reunião em virtude de a pauta cuidar do PJe e da Resolução n. 217, áreas em que o Ministro e o Conselheiro atuam nos respectivos órgãos. Informou sobre a metodologia de reunião e expôs a pauta. **1.** Apresentou as providências tomadas a partir do que discutido anteriormente. Acentuou que, para o Brasil, é essencial ter clareza e certeza dos dados sobre os Tribunais. Noticiou já ter sido apurado que no Brasil existem 22.494 cargos de juiz, dos quais aproximadamente 16.0000 estão providos. A Presidente ressaltou que precisa das respostas dos Tribunais porque, se não forem enviados os dados corretos, não há como prestar a informação correta. Salientou, por exemplo, que não recebeu dado algum sobre o júri do TJDFT. Assinalou que alguns Tribunais não deram nenhum retorno, apesar de terem recebido ligação telefônica cobrando os dados. Como não deram retorno, sairá no Justiça em Números nota esclarecendo que o Tribunal não prestou a informação, em descumprimento da Lei de Acesso à Informação. Assinalou que

pediu os dados sobre o júri e sete Tribunais informaram que têm 0% de processos pendentes no júri, mas esses dados não podem ser fidedignos. Informou que haverá *link* direto para transmissão dos dados. **2.** Quanto à repercussão geral, informou estar-se esforçando para julgar os processos para não comprometer o acervo. Ressaltou a realização do “abril da repercussão geral” e a reunião com os juízes no CNJ, da qual recebeu relatório informando que os resultados foram muito positivos. Revelou a quantidade de temas julgados, entre os indicados pelos Tribunais, assinalando que cinco temas foram resolvidos, dois foram liberados e dois estão pendentes. Dos temas que foram julgados, há possibilidade de baixa de até trezentos mil processos. Esclareceu que, na página do Supremo Tribunal Federal na internet, existe aba específica para os juízes auxiliares saberem o que está sendo julgado, qual a tese e a informação dos temas cuja repercussão geral não foi reconhecida. **3.** A Presidente informou ter instituído grupo de trabalho específico para obter informações de todos os Tribunais sobre como estão sendo pagos os precatórios e quanto ainda deve ser pago. Asseverou que foi suspenso julgamento no STF para saber como os Tribunais estão organizando o pagamento dos precatórios porque cada um tem um padrão, inclusive de preferência. Salientou que serão colaboradores neste Grupo de Trabalho o Conselheiro Bruno Ronchetti, o Secretário-Geral do CNJ, Doutor Julio Andrade, e o Juiz Doutor Marcio Schiefler. O objetivo é ajustar e padronizar ou manter as regras dos Tribunais nos quais o pagamento dos precatórios funciona perfeitamente. Noticiou que até o dia 30.6.2017 haverá o julgamento pelo STF do RE n. 612.707, de São Paulo, sobre o tema, com repercussão geral, depois haverá reunião com o Banco do Brasil e os governadores, que procuraram o STF no início do ano para liberar os depósitos existentes no Banco do Brasil, para que os governadores saibam o que pode ser solicitado. O **Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS)** propôs a possibilidade de flexibilização para os TJs não terem de determinar o sequestro de Estados em situação pré-falimentar como o Rio Grande do Sul. A Presidente solicitou que os Presidentes indicassem até o final da reunião lista com o nome do juiz auxiliar para ser procurado pelo grupo de trabalho sobre precatório. Antecipou o último item da pauta e noticiou que há 173 mulheres gestantes presas e reiterou o desejo de este número ser zerado. **4.** Informou ter o objetivo de, durante a gestão na Presidência do Supremo Tribunal Federal, tornar o PJe interoperável com todos os sistemas utilizados. Informou que a versão 2.2.2 do PJe será instalada no TJMG e no TJDF, pelo nível de investimento e de implantação do PJe nestes Tribunais, e, posteriormente, será implantado em todos os Tribunais. Apresentou os servidores do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ, Antonio Augusto Martins e Francisco de Oliveira Filho, que fizeram exposição sobre o Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, o PJe e o Escritório Digital, respondendo as perguntas e prestando os esclarecimentos solicitados pelos presentes sobre a natureza do Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (que não é um sistema, mas um idioma, uma especificação a ser implementada para permitir a comunicação entre os sistemas dos Tribunais, e que vai permitir estabelecer pontes entre os sistemas dos Tribunais interna e externamente, como também com outros órgãos), sobre a segurança, sobre as versões 2.2.2 e 3.0 do PJe, sobre a entrada em funcionamento da versão do Escritório Digital, que amplia o acesso para o Ministério Público e a Defensoria Pública. **5.** Quanto às ações desenvolvidas, com relação ao sistema penitenciário, agradeceu a participação e o empenho de todos os juízes que analisaram, de janeiro a abril deste ano, 150 mil processos de presos provisórios, com o resultado de 8% de absolvições, 65% de e 27% de decisões outras (pronúncia, incompetência...), de acordo com pesquisa realizada pela Professora Maria Tereza Sadek, Diretora de Pesquisas Judiciárias do CNJ, a partir dos dados informados pelos Tribunais. Pontuou que o Banco Nacional de Mandado de Prisão – BNMP será entregue completamente atualizado, permitindo que os Juízes saibam quando os mandados forem cumpridos e quando houver soltura em qualquer processo.

Ressaltou que precisa saber o esforço que está sendo realizado pelos Tribunais para julgamento dos recursos de processos de réus presos e pediu que fosse informado quem é o juiz responsável para conversar com o DMF sobre essa questão. Informou que, quando concluir o Banco Nacional de Mandado de Prisão, o cadastro será alimentado e retroalimentado, para o Ministro da Justiça, ao implementar políticas, buscar os dados informados pelo juiz e não o contrário, como ocorria antes. **6.** Quanto às APACs juvenis de Itaúna (para meninos) e de Fortaleza (para meninas), informou que o Doutor Alexandre Takashima é o responsável pelo projeto no qual o TJSP já está interessado e que a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC pediu prazo de três meses para assentamento das questões iniciais. **7.** Falou sobre a questão do atraso nos julgamentos, a qual considera questão de saúde judicial: quantos processos temos, onde estão, porque não se julga, qual a razão disso? Declarou que deverão ser informados ao CNJ, para a professora Maria Tereza Sadek, os seguintes dados: a) quantas comarcas há no Estado; b) quantas e quais são as comarcas providas; c) onde estão os juízes que não estão atuando e por que estão afastados; d) quantos estão fora da comarca, o que estão fazendo e quem os liberou. Esses dados constarão da página do CNJ para informação, com base na Lei de Acesso à Informação. Esses dados deverão ser apresentados até a próxima terça-feira (13.6.2017). Relatou que fez reunião com os coordenadores estaduais do combate à violência doméstica e agora existe programa para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres com recurso às práticas da Justiça Restaurativa, pelo qual a Doutora Andremara dos Santos será responsável no CNJ, e sobre o qual falará na próxima reunião. Reforçou a necessidade de obtenção do número correto dos processos em tramitação porque, para exigir políticas públicas, é preciso ter dados corretos sobre o assunto. O **Desembargador Arquelau Araújo Ribas (Primeiro Vice-Presidente do TJPR)** noticiou a existência da Casa da Mulher Brasileira, e a Ministra esclareceu que esse projeto começou em Mato Grosso, mas é projeto do Poder Executivo, que estagnou. Falou sobre a questão da revitimização na ouvida e no exame pericial da vítima, contextualizou a necessidade do tratamento da questão voltado à proteção da vítima. Afirmou que a Jornada da Lei Maria da Penha deste ano deverá descrever como chegamos aqui e o que precisamos fazer para melhorar o tratamento da questão. **8.** Quanto à Resolução n. 219/2016 do CNJ, lembrou que já havia explicado por que não poderia deixar de ser cumprida e passou a palavra ao **Conselheiro Bruno Ronchetti**, que esclareceu que estão procurando acertar os modelos porque as informações recebidas dos Tribunais não são adequadas. Esclareceu que o aperfeiçoamento dos serviços judiciários tem suporte normativo composto pelas Resoluções ns. 119/2010, 125/2010 e 219/2016, do CNJ, cuidando da equalização da força de trabalho de acordo com o volume de processos e de trabalho. Informou que o Conselheiro Carlos Eduardo Oliveira Dias é o responsável pelo procedimento de cumprimento de decisões correspondentes, em conjunto com o Conselheiro Bruno Ronchetti, pela Justiça estadual, e o Conselheiro Fernando César Baptista de Mattos, pela Justiça Federal. Informou dilação do prazo para cumprimento do plano de ação, mas que alguns Tribunais sequer apresentaram os planos de ação. Observou que o material recebido não tinha a formatação adequada, pelo que foi determinada a retificação com o auxílio das associações e o prazo para a implementação vence em 31.7.2017. A Ministra disse que os juízes têm se manifestado pela necessidade de melhorias no Primeiro Grau e que se reuniu com os Tribunais Regionais do Trabalho e, na segunda-feira (12.6.2017), vai reunir-se com os Tribunais Regionais Federais, pelo que não haverá como adiar mais, pois já houve adiamentos anteriores. O **Desembargador Paulo Dimas Mascaretti (TJSP)** afirmou que tem 1600 unidades e será apresentado o quadro real do Tribunal no prazo fixado. Declarou, ainda, que tem cuidado do treinamento permanente dos servidores, com espaços para essa finalidade em cada região administrativa. A Presidente confirmou a necessidade de atenção à realidade de cada lugar

para avaliar qual investimento fazer para a mudança de cultura. O **Conselheiro Bruno Ronchetti** relatou que o impacto maior que observou quanto à necessidade de priorização do Primeiro Grau foi na Justiça do Trabalho. Assinalou que estão atentos às peculiaridades locais e que a matéria não se resume a uma questão matemática. Chamou a atenção para o art. 26 da Resolução n. 219/2016, na qual se prevê a adaptação com base no que informado com precisão. Por isso insiste na necessidade da informação correta dos dados. O **Desembargador Francisco Glayson Pontes (TJCE)** mencionou as novas regras de licitação e voltou a sugerir a possibilidade de contratação de presos, porque não tem como obedecer a demanda apenas com os servidores. A Ministra esclareceu que não há espaço legal para terceirizados em cargos de comissão. O Desembargador insistiu na necessidade de liberação dos terceirizados para prestar o serviço necessário. O **Desembargador Milton Fernandes de Souza (TJRJ)** falou sobre a difícil situação do Rio de Janeiro, pontuando que a equalização pretendida deverá observar cada caso específico, devido às peculiaridades de cada Tribunal, e ressaltou a situação difícil do TJRJ. A Presidente afirmou que até o recesso quer entregar o que já está pronto do escritório digital e do Modelo Nacional de Interoperabilidade e agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

ATA SIMPLIFICADA DA NONA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

DATA: 04.08.2017 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Des. Denise Castelo Bonfim (TJAC), Des. Otávio Leão Praxedes (Presidente - TJAL), Des. Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP), Des. Jorge Manoel Lopes Lins (Vice-Presidente do TJAM), Des. Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Des. Washington Luis Bezerra de Araújo (Vice-Presidente do TJCE), Des. Mario Machado Vieira Neto (TJDFT), Des. Annibal de Rezende Lima (TJES), Des. Gilberto Marques Filho (TJGO), Des. Cleones Carvalho Cunha (TJMA), Des. Wilson Benevides (representando o TJMG), Des. Rui Ramos Ribeiro (TJMT), Des. Divoncir Schreiner Maran (TJMS), Des. Leonardo de Noronha Tavares (Vice-Presidente do TJPA), Des. Joás de Brito Pereira Filho (TJPB), Des. Arquelau Araújo Ribas (Vice-Presidente do TJPR), Des. Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE), Des. Milton Fernandes de Souza (TJRJ), Des. Gilson Barbosa de Albuquerque (Vice-Presidente do TJRN), Des. Sansão Batista Saldanha (TJRO), Des. Cinthia Beatriz Bittencourt Schaefer (TJSC), Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP), Des. Cezário Siqueira Neto (TJSE) e Des. Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO).

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, abriu a reunião saudando os presentes e apresentando as pendências da última reunião, esclarecendo que depende da prestação de informações pelos tribunais. Em seguida, apresentou os Conselheiros Bruno Ronchetti de Castro e Maria Tereza Uille Gomes, do Conselho Nacional de Justiça afirmando ser necessária uma harmonização entre os Tribunais e o CNJ, e compreensão das decisões do Conselho e iniciou a discussão dos itens da pauta. **1.** Realizou a apresentação do Banco Nacional de Monitoramento das Prisões – BNMP 2.0, falando do defasamento da versão anterior do sistema, o Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP, e das distorções disso decorrentes, destacando que a ferramenta original foi desenvolvida em 2011 pelo CNJ para registro dos mandados de prisão existentes. Esclareceu que o antigo BNMP foi transformado em um banco de monitoramento das prisões, dentro da proposta inicial de criação de um cadastro. Nesta versão atual, o BNMP permitirá não só o monitoramento das ordens de prisão expedidas pelo Poder Judiciário, mas possibilitará o controle do cumprimento das ordens de prisão e de soltura em âmbito nacional, e em tempo real, permitindo a criação de um Cadastro Nacional de Presos que irá propiciar mais segurança para a população e eficiência para o Poder Judiciário, na medida em que integrará todas as informações relativas às pessoas procuradas pela Justiça ou presas em comarcas ou Estados diversos. Ressaltou que o envio de tais infor-

mações deverá ser feito por meio de uma ferramenta de integração de sistemas, chamada *webservice*, evitando que os juízes e servidores da Justiça tenham um retrabalho de expedir o documento e preencher um cadastro à parte, mas também poderá operar via *web*, com acesso direto no sistema. Destacou que com o novo sistema a sociedade será beneficiada, porque o novo BNMP contribuirá para a **segurança pública** porque: integrará informações em nível nacional e permitirá identificar as situações em que as pessoas cometem crimes e tem sua prisão decretada em diferentes comarcas ou Estados, viabilizando a imediata comunicação deste fato a todos os juízes; permitirá a **proteção das vítimas de crimes**, na medida em que possibilitará sejam elas informadas se foi decretada a prisão do autor do fato e se este se encontra na condição de procurado, preso ou solto, durante a tramitação do processo; permitirá a **segurança da informação**, uma vez que cada pessoa presa ou procurada receberá um número único, como uma matrícula nacional, e toda peça cadastrada no sistema também receberá um número único e um código de leitura (*QR Code*) que permitirá a checagem da autenticidade do documento, evitando-se falsificações e fraudes; e permitirá **transparência e acesso à informação**, pois serão disponibilizadas para consulta pública estatísticas gerais e informações individuais relativas a mandados de prisão, alvarás de soltura e penas ainda não cumpridas, em todas as situações que não envolvam sigilo da informação. Enfatizou que, como o novo BNMP os juízes e tribunais passarão a atuar com mais eficiência, pois o sistema irá aperfeiçoar os seguintes aspectos: **controle da informação**, porque o Poder Judiciário não irá mais depender do Poder Executivo para gerir todas as informações relativas às pessoas presas, criando um banco de informações individualizados sobre todos os indiciados, acusados e condenados presos; **racionalidade**, porque a implementação do sistema evitará retrabalho e tornará desnecessária a produção esparsa e frequente de relatórios sobre presos que muitas vezes tomam um precioso tempo das Secretarias; **agilidade**, porque promoverá a padronização das rotinas relativas à expedição dos mandados de prisão, ordens de soltura e guias de recolhimento, espera-se maior agilidade no cumprimento das tarefas processuais; **planejamento**, porque a criação do cadastro nacional de presos permitirá que o Poder Judiciário produza, de forma pioneira e inovadora, estatísticas que apontem com segurança, quem está preso, por que motivo está preso, qual a natureza da prisão, e onde as pessoas estão presas, informações fundamentais para o planejamento das atividades do sistema de justiça criminal; **gestão adequada dos processos**, por permitir e auxiliar o magistrado a identificar de situações que merecem atenção, como, por exemplo o prazo das prisões; **integração**, porque permitirá que todo juízo tenha informação sobre pessoas presas e procuradas em caráter nacional, permitirá a visualização da situação das pessoas presas que necessitam ser recambiadas para outros Estados, permitindo imprimir maior celeridade aos processos. Informou que o novo sistema já tem dois projetos pilotos em fase de implementação nos TJSC e TJRR e que será estabelecido um fluxograma sobre os dados e a formação dos servidores. **2.** Quanto à situação das mulheres grávidas presas, afirmou que ainda há Estados que não prestaram as informações solicitadas. Noticiou, também, que São Paulo zerou a presença de mulheres grávidas em cadeias e esclareceu que não se trata de mandar todas as grávidas para casa. Quer apenas que as presas grávidas sejam retiradas do ambiente carcerário comum nos 3 meses que antecedem o parto e pediu para que os presidentes reforcem a solução da situação e informem a situação de seus Estados. **3.** Sobre os esforços para o julgamento dos recursos criminais, declarou que há tribunais levando 147 meses, não sendo incomum levarem 4 a 5 anos para julgar recursos criminais, afirmando que o número de processos não é desarrazoado para o número de desembargadores existentes. Enfatizou mais uma vez o pedido para que os tribunais fizessem o esforço para julgarem os recursos criminais, comunicando que o Plenário do STF julgará o processo sobre a natureza de sentença de pronúncia. **4.** Com relação ao escritório digital, o

DTI do CNJ chamará a partir de agora os técnicos dos tribunais para treinamento. **5.** No tocante à violência doméstica, esclareceu que a questão básica pela qual começou em 2015 a Campanha Justiça pela Paz em Casa é a prestação de jurisdição com restauração do tecido familiar, assegurando o cumprimento da lei em tempo ágil para que a Justiça seja realmente feita. Na campanha Justiça pela Paz em Casa, institucionalizada pela Portaria 15/2017 do CNJ, que tem por base a realização de 3 esforços concentrados de julgamento de processos por ano, conclamando a sociedade para refletir sobre o tema da violência doméstica e familiar nos meses de março, agosto e novembro. Solicitou a melhora das condições de trabalho para as varas de violência doméstica, declarando que é preciso contar com a vontade do Presidente do Tribunal para garantir-se a aplicação efetiva da legislação de proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar. Apontou que o Ministério Público, a Defensoria Pública e até a Ordem dos Advogados está oferecendo serviço característicos nesta área. **6.** Reiterou a necessidade de os tribunais enviarem os dados solicitados pelo Departamento de Pesquisa Judiciária, dirigido pela professora Maria Tereza Sadek. O Des. Paulo Dimas solicitou o envio de *e-mail* pelo DPJ, solicitando os dados para serem enviados para a Professora Tereza Sadek. A Ministra Cármen Lúcia destacou que outro dado que está incompleto é aquele relativo ao lugar onde estão os juízes, o que estão fazendo fora de jurisdição (quando for o caso), e quem autorizou, em caso de afastamento. Esclareceu que a obtenção desses dados e essas análises visam a realização das leituras adequadas sobre como estão sendo providas as condições de saúde e de trabalho, informando que a Professora Tereza Sadek enviará um *e-mail* solicitando os dados específicos e os aqui mencionados. **7.** Quanto à Emenda Constitucional n. 94, revelou que não conseguiu fechar os dados sobre os precatórios e, assim que puder, enviará o relatório preliminar aos presidentes dos tribunais. **8.** No que se refere à transparência, determinou à Central do Cidadão o levantamento de dados para saber como dar maior transparência aos dados do Judiciário, pois continua a haver dificuldade para acessar as informações. **9.** Anunciou que o Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário está entregando o Guia de Segurança Pessoal para Magistrados, que vai ficar disponível na página do CNJ, juntamente com outras informações, como as análises preliminares das situações de juízes ameaçados e as boas práticas já instituídas por alguns tribunais. Com a palavra, os presidentes dos tribunais de justiça se manifestaram, na seguinte ordem: **1º Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO):** Informou a existência de 116 juízes de direito no primeiro grau, informando, também, que no tribuna há 3 varas especializadas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher: uma na comarca de Palmas, outra em Araguaína e a terceira em Gurupi e que a coordenadora do CPVID-TO é a juíza Nely Alves da Cruz. Noticiou o número de presos e declarou haver no seu Estado um esforço concentrado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para dar cumprimento às determinações para melhorar a situação do sistema prisional. **2º Desembargador Cezário Siqueira Neto (TJSE):** Declarou que no tribunal que preside há 139 juízes no 1º grau e 13 desembargadores; que não há comarcas vagas, mas há 14 juízes concursados, mas não há orçamento agora para a nomeação. Informou a existência de sistema informatizado para controle processual, com foco agora na interoperabilidade. Afirmou que para dar cumprimento à Resolução 219/2016 do CNJ, reduziu o número de servidores no 2º grau e está readequando o quadro do 1º grau, eliminando as distorções. Quanto ao problema penitenciário, asseverou que desde fevereiro, depois de uma reunião com juízes do STJ por determinação do Ministro Djaci Falcão, relator de um processo no STJ sobre a superlotação do COPEMCAN, já foram realizadas quase 6.000 audiências, acabando o problema de escolta e diminuindo o número de presos de 54,98 para 50,19%. Com relação à violência doméstica, informou que sob a direção da juíza Iracy Ribeiro Manguiera Marques, a Coordenadoria da Mulher está com um calendário de 21 a 31 de agosto com uma programação

para treinar policiais em todo o Estado, para atendimento à mulher vítima de violência. **3º) Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP):** Afirmou que está empenhado na implementação da nova versão do BNMP, no menor espaço de tempo possível. Na segurança tem uma equipe que cuida diretamente desses casos e que como houve um problema quanto ao depósito de armamento nos fóruns, atualmente as armas periciadas só vão ao fórum se houver necessidade, ficando depositadas em local próprio, encontrando-se já regularizado o recebimento pelo Exército de cerca de 8 mil armas para destruição. Quanto à Lei Maria da Penha, o presidente entregou material impresso relativo à 8ª edição da Campanha Justiça pela Paz em Casa. Anunciou os avanços na decisão de implantação do inquérito policial digital para agilização dos feitos criminais. A Ministra Cármen Lúcia informou que o CNJ está levantando com o Departamento de Segurança Institucional os dados necessários para unificação dos procedimentos de recolha de armas junto ao Exército. **4º) Desembargador Sansão Batista Saldanha (TJRO):** Disse estar caminhando para o final da sua gestão e informou que no tribunal há 2 varas dos feitos relativos a violência contra mulheres. Que uma delas foi criada recentemente e há dificuldade de lotação de servidores porque o aumento de despesas com pessoal está limitado pelo orçamento. Declarou, ainda, que o juiz Álvaro (também auxiliar da Presidência) está à frente das providências da Campanha Justiça pela Paz em Casa. Falou que com relação às comarcas vagas, há um processo no CNJ que cuida disso e que era o número 9 da pauta da última sessão. A Ministra determinou, então, que o Secretário-Geral incluísse o processo na pauta da próxima sessão. Declarou que as comarcas estão providas com substituição que agora é remunerada. Quanto à Emenda Constitucional n. 94, foi informado que já há estudo em curso sobre os custos e a situação dos depósitos judiciais. Afirmou que no tocante à segurança dos magistrados, está trabalhando com 3 casos, e estão sendo bem atendidos. Estão trabalhando atualmente com o encerramento de gestão. **5º) Desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque (Vice-Presidente do TJRN):** Informou sobre o lançamento do Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte e destacou que Nísia Floresta é a maior Vara de Execução do Estado e que a gravidade maior está no sistema prisional e no armazenamento de armas. A Ministra solicitou fossem informados os dados sobre os processos criminais. **6º) Desembargador Milton Fernandes de Souza (TJRJ):** Manifestou-se sobre o volume de processos que deverá constar do BNMP e anunciou que o Estado está tentando fazer a identificação biométrica. Com relação às presas grávidas, declarou que estão sendo avaliadas alternativas para ver as providências a serem adotadas. Por sua vez, quanto às armas, informou que o Exército está sendo consultado para que seja viabilizada a transferência do armamento. Destacou que, relativamente à Lei Maria da Penha, a comissão formada por uma desembargadora e uma juíza está muito animada elaborando os preparativos para a semana da Campanha da Justiça pela Paz em Casa. **7º) Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE):** Comunicou que o PJe já foi implantado em todas as Comarcas e fez referência, também, à Resolução 219/2016 do CNJ. Sobre a questão do armamento, observou que as armas estão sendo retiradas por meio de um departamento do Exército. Salientou que: 59 Comarcas de 1ª Grau estão sem juiz e destacou a existência de comarcas com movimentação inferior a 300 processos/ano. Indagou como separar os depósitos judiciais, sendo informado pela Ministra Presidente que o assunto será tratado posteriormente depois que mantiver contato com CNJ, e que está atenta e espera enviar um ofício antes da próxima reunião ou antecipá-la explicando tudo (pelas dificuldades que teve até agora). **8º) Desembargador Arquelau Araújo Ribas (Vice-Presidente do TJPR):** Cumprimentou a Conselheira Tereza Uille, saudou a iniciativa resultante no novo BNMP. Informou que há concurso em andamento para provimento de cargo de juiz e que não apenas magistrados, mas assistentes sociais também vêm sofrendo ameaças. Quanto ao sistema penitenciário, ressaltou que o GMF é muito atuante na qualificação de

presos. Além disso, presta assistência social dando apoio ao egresso para auxiliá-lo na colocação no mercado de trabalho. **9º Desembargador Joás de Brito Pereira Filho (TJPB):** Relatou que sobre a questão dos presos, o tribunal tem feito esforços concentrados para julgamento dos recursos criminais. Relativamente à violência doméstica, os processos para a Semana da Campanha Justiça pela Paz em Casa começaram a ser preparados em 24 de julho, com a designação de vários servidores para triagem e cumprimento, dentro do plano de ação já estabelecido. **10º Desembargador Leonardo de Noronha Tavares (Vice-Presidente do TJPA):** Informou que estão pensando em concentrar as armas em um lugar separado, até a liberação pelo juiz. Sobre o PJe, destacou que ele está sendo implementado no 2º grau. Há 6 juízes em proteção, 3 gestantes presas provisoriamente e 1 em definitivo e 47 comarcas vagas. **11º Desembargador Divoncir Schreiner Maran (TJMS):** Salientou que a Lei Maria da Penha é uma constante preocupação do tribunal, no entanto, quanto aos recursos, é difícil a cobrança dos colegas(?). **12ª Desembargadora Cinthia Beatriz Bittencourt Schaefer (TJSC):** Quanto ao sistema criminal, destacou a superlotação decorrente da interdição parcial de estabelecimentos penais. Registrou dificuldades de documentação. Abordou a questão da audiência de custódia e das tornozeleiras eletrônicas, informando haver sido pedida ao Estado a compra de pelo menos 3 mil para o regime semiaberto. No tocante aos presos, informou que irá encaminhar os dados e solicitar a revisão pelos juízes, extinguindo de forma gradual os presídios mistos. Já no que se refere à violência doméstica, destacou haver a ideia de separar a matéria do GMF. Informou sobre os preparativos da Semana pela Paz em Casa e que estão se qualificando para implementar a justiça restaurativa na área. Sugeriu que fosse disponibilizado para a Patrulha Maria da Penha um sistema *mobile* para que houvesse a possibilidade de os pedidos serem integrados eletronicamente. Sobre os recursos criminais, o tribunal está instalando a 5ª Câmara para agilizar os julgamentos. Ainda fez menção ao BNMP, à segurança e às Varas de Execução Penal regionais. Por fim, aduziu que irão tomar providências para retirada mais ágil dessas armas do fórum. **13º Desembargador Wilson Benevides (representando o TJMG):** Elogiou a iniciativa do número único para identificação das pessoas no BNMP. Informou a criação de 2 bancos de dados: um de mandado de prisão criminal e outro de mandado de prisão civil, mas neste só foram registrados 70 casos por ano, em média. Registrou a existência de 40 presas gestantes e 20 lactantes, em Vespasiano. Fez referência aos julgamentos de processos criminais, reiterou a solicitação da utilização do MNI para integração do Ministério Público e da Defensoria Pública no Escritório Digital. Referiu-se à Justiça Restaurativa e, relativamente às comarcas vagas, noticiou a posse de 22 juízes, no dia de hoje. Consignou a existência do Centro de Segurança Institucional e de um batalhão pequeno especializado para o tratamento da temática relativa às armas. Ressaltou a Resolução 219/2016 do CNJ, que disciplinou a remoção de servidores do 2º para o 1º grau, e o investimento que o Tribunal tem feito para institucionalização do trabalho remoto. Informou o esforço que vem sendo realizado para o julgamento dos processos do júri e a criação do 3º Tribunal do Júri da Capital. Foi destacada a problemática pela qual o centro de grávidas de Minas Gerais vem passando, porque não adianta colocar as presas em um único lugar, porque as afasta da família. É preciso pensar a solução e agora, quase 15 anos depois de implantação em Vespasiano, está na hora de interiorizar o modelo. **14º Desembargador Cleones Carvalho Cunha (TJMA):** Relatou que estão instalando agora a 2ª Vara de Violência Doméstica (com uma parte criminal e a outra com as medidas protetivas, que ficará na Casa da Mulher Brasileira). Estão partindo para a agregação de comarcas com 150 a 200 processos distribuídos por ano. No Estado, apenas 1 juíza encontra-se sob escolta e 6 presas estão grávidas. Consignou que, com os recursos do fundo, são adquiridos detectores de metais e aparelhos de raio x para todos os fóruns. A Ministra Presidente comprometeu-se a ir pessoalmente para a instalação de 2ª Vara de Violência Do-

méstica. Destacou que as armas só configuram problema na capital, porque a despesa é grande e o Exército não tem dinheiro para o transporte, haja vista a distância de 700 km. **15º Desembargador Gilberto Marques Filho (TJGO):** Anunciou que, no Estado, há 21.749 presos. Dentre a população carcerária, 1.126 são mulheres, sendo 386 presas sem condenação e 740, com condenação; 6 grávidas sem condenação e 6, com condenação. Com relação à magistratura informou que há: a) 710 juízes; b) 74 cargos de juiz vagos; c) 2 juízes no exterior; d) 1 juiz afastado por decisão da Corte Especial; e) 8 na Presidência e Corregedoria; e f) 1 no CNJ. Sobre o tópico “armas”, o problema é o custo para o transporte. Está procurando uma forma de descentralizar a entrega nos batalhões determinados. Além disso, estão até alugando containers. Comunicou que não logrou êxito na Corte Especial com as medidas que propôs para obrigar o magistrado a morar na comarca. Pediu que o CNJ disciplinasse a questão da moradia, pois não tem como agilizar o julgamento dos processos. Advertiu, ainda que muitos magistrados têm a magistratura como “bico”, porque gostam mesmo é de dar aula. Afirmou que a Corregedoria Nacional solicitou esses dados e que o CNJ deverá analisar a questão, uma vez que os magistrados não estão mais pedindo autorização para morar fora da comarca. **16º Desembargador Annibal de Rezende Lima (TJES):** Agradeceu a visita ao Espírito Santo e disse que a Ministra Cármen Lúcia não se decepcionou com o que viu em relação ao presídio feminino, o que foi confirmado pela Presidente. No que se refere às armas, fez mutirão e nos últimos dois meses já foram recolhidas mais de 6 mil armas e pretende zerar as existentes nos fóruns do interior. Sobre a segurança, registrou a substituição dos seguranças terceirizados por policiais militares da reserva, com um custo menor. Noticiou, também, que recebeu o tribunal gastando 6,31% da receita líquida com pessoal. Em fevereiro de 2017, o montante foi de 5,95%, com exonerações, redução de cargos em comissão e programa de demissão incentivada em 48 unidades judiciárias vagas. Por outro lado, houve a realização de concurso para juiz, com candidatos aprovados. No entanto, a nomeação deles não pode ocorrer por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em razão dessas limitações, está tendo dificuldade para cumprir a Resolução 219/2016 do CNJ. **17º Desembargador Mario Machado Vieira Neto (TJDFT):** Destacou como informação mais recente a instalação do PJe, desde o dia 17 de julho. Os usuários externos estão satisfeitos e os juízes também. Os reajustes necessários foram bem pequenos e realizados. Um sucesso. Mencionou os cursos na escola judiciária, inclusive de Excel para capacitação de todos. Noticiou a instalação de novas VEPEMA e VEPERA. Agradeceu o apoio da equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do CNJ. **18º Des. Washington Luis Bezerra de Araújo (Vice-Presidente do TJCE):** informou haver assumido em janeiro deste ano e que foi enviado projeto de lei adequando a estrutura à Res. 219, com extinção de cargos e criação de 800 cargos em comissão para o 1º grau. Cada juiz tem 2 cargos comissionados de sua livre nomeação. Cientificou a todos que os recursos criminais que estavam para apreciação do juízo de admissibilidade para tribunais superiores foram zerados na Vice-Presidência; informando, também, que mandou projeto de lei para reestruturação por que não pode fazer por resolução como na Bahia. Afirmou que até o final do ano será implantada a áudio vídeo conferencia, para que o preso de presídio não precise ser transferido e que todos os processos serão virtualizados até julho de 2018. Participou a todos que o curso de formação será fase eliminatória do concurso de juízes e que a Vara de Audiência de Custódia de Fortaleza vai passar a funcionar em um prédio vizinho à Delegacia de Capturas. **19ª Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA):** Noticiou o desenvolvimento de um sistema que identifica os dados relativos aos réus em processos criminais, cruza com os dados obtidos do Sistema de Controle de Certidões utilizado pelos cartórios de registro civil e identifica os réus que possuem registro de certidão de óbito. Graças a esse sistema, informou, foram identificados mais de 11 mil processos de réus já falecidos, providenciando-se, a partir daí as provi-

dências necessárias à baixa dos feitos. Disponibilizou o sistema para o CNJ, assim como um portal eletrônico desenvolvido em uma plataforma especialmente desenvolvida para monitorar o andamento dos processos no núcleo de Justiça Restaurativa, auxiliando na difusão e na defesa da prática, na qual o TJBA investe desde o ano de 2005. Comunicou a realização de curso sobre planejamento e gestão em Justiça Restaurativa para 40 juízes e convidou a todos para a edição regional do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação, com foco em Justiça Restaurativa que será realizado na Bahia, no mês de setembro. **20º Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins (Vice-Presidente do TJAM):** Justificou a sua presença pela impossibilidade do comparecimento do Des. Pascarelli. Falou sobre o BNMP e informou que o TJAM possui 61 comarcas, 23 desembargadores, 136 juízes e 26 comarcas vagas. Informou que tem concurso realizado, sem possibilidade de nomeação imediata, falou sobre o percentual de processos virtualizados, sobre a instalação de varas dos feitos relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher nos locais onde há maior incidência de casos de violência. Manifestou-se sobre as armas e os presos, afirmando que algumas varas de audiência de custódia que realizam as audiências por videoconferência. Apresentou os números da população carcerária masculina e feminina e informou a existência de 742 tornozeleiras eletrônicas e 47 botões do pânico. **21º Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP):** Noticiou que dos presos do seu tribunal, apenas 16.4% são presos provisórios e que no mês de julho conseguiram zerar o número de mulheres presas grávidas, porém, agora em agosto já há 2 presas gestantes que estão sendo cuidadas e tendo suas situações examinadas. Informou, também, que 2% do efetivo dos servidores ficará para prover os CEJUSCs, onde fazem, inclusive, constelação familiar e práticas restaurativas. Declarou que até fevereiro de 2018 todas as unidades estarão providas de servidores, para a equalização recomendada na Res. 219, permitindo iniciar uma gestão judiciária voltada para melhorar o desempenho da atuação jurisdicional, especialmente nas varas criminais. **22º Desembargador Otávio Leão Praxedes (Presidente - TJAL):** Homenageou os conselheiros presentes e o juiz Tamburini “que já foi conselheiro do CNJ e como tal atuou firmemente, mas preventivamente” e disse haver cumprido todas as recomendações da Ministra. Esclareceu que o TJAL têm o menor orçamento do país, correspondente a 50% do orçamento do TJRN. Por esta razão permanecem 26 comarcas sem juízes. Pediu para que a Ministra Presidente visite Alagoas para verificar o que está ocorrendo, porque os juízes da execução penal informaram que o dinheiro liberado pelo Ministério da Justiça está sendo usado sem critérios ou plano de aplicação. Sobre a Jornada da Lei Maria da Penha e a Semana da Paz em casa, informou que oficiou o governo para construir no IML um lugar para atendimento reservado da mulher agredida e uma sala no TJ, pintada de lilás para dar apoio à questão. Por pedido da Coordenadora de mulher. Desa. Elisabete, a fachadas do fórum está iluminada de lilás e o próprio site do TJ está todo em cor lilás. **23ª Desembargadora Denise Castelo Bonfim (TJAC):** Informou que no Acre há atualmente 53 Juízes de Direito e que vai realizar concurso. Falou, ainda sobre a Jornada da lei Maria da Penha e sobre a dificuldade de cobrar dos esus pares o andamento dos recursos criminais. Encerrando a reunião a Ministra Cármen Lúcia afirmou os seguintes encaminhamentos: a) quanto às armas, além de haver uma resolução do CNJ disciplinando a matéria, vai procurar o Gal. Villas Boas para tratar a questão e obter uma orientação para permitir maior rapidez e celeridade no recolhimento das armas em todo o país; b) quanto aos precatórios, dará notícia oportunamente informando o que está sendo encaminhado; c) quanto ao PJe e BNMP, os técnicos do CNJ ficarão em contato. Com relação ao BNMP, vai fazer uma reunião com a empresa Softplan antes de apresentar o fluxograma final; d) quanto aos duodécimos, esclareceu que se está no auge de uma crise e os ministros estão procurando fazer audiência de conciliação para chegar-se a um consenso. Já pediu aos conselheiros Bruno e Henrique para levantar todos os proces-

sos sobre concurso que estejam pendentes, como estão fazendo em relação aos dos cartórios, e fará um esforço concentrado no CNJ para julgamento destes processos. Por fim, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA REUNIÃO DA
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM
OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 20.10.2017 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Des. Denise Castelo Bonfim (TJAC), Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly (Vice-Presidente - TJAL), Des. Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP), Des. Flávio Humberto Pascarelli (TJAM), Des. Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Des. Francisco Gladyson Pontes (TJCE), Des. Mario Machado Vieira Neto (TJDFT), Des. Annibal de Rezende Lima (TJES), Des. Gilberto Marques Filho (TJGO), Des. Cleones Carvalho Cunha (TJMA), Des. Geraldo Augusto de Almeida (Vice-Presidente do TJMG), Des. Marilsen Andrade Addario (Vice-Presidente do TJMT), Des. Juilzar Barbosa Trindade (Presidente em Exercício do TJMS), Des. Ricardo Ferreira Nunes (TJPA), Des. Joás de Brito Pereira Filho (TJPB), Des. Erivan José da Silva Lopes (TJPI), Des. Milton Fernandes de Souza (TJRJ), Des. Gilson Barbosa de Albuquerque (Vice-Presidente do TJRN), Des. Luiz Felipe Difini (TJRS), Des. Sansão Batista Saldanha (TJRO), Des. Elaine Cristina Bianchi (TJRR), Des. José Antonio Torres Marques (TJSC), Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP), Des. Cezário Siqueira Neto (TJSE) e Des. Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO).

A Ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, saudou a todos os presentes e abriu a décima reunião com os presidentes dos Tribunais de Justiça, apresentando os encaminhamentos posteriores à última reunião. 1. Com relação aos subsídios deu notícia do conteúdo da reunião realizada com o Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia e os deputados Benito Gama e Rubens Bueno, Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão Especial que analisa o PL 6726/16, sobre a regulamentação do limite remuneratório nos três poderes. Comunicando que ficou estabelecido o compromisso de serem solicitados e prestados todos os esclarecimentos necessários e que antes da votação será dado conhecimento da proposta da redação final ao Judiciário. Esclareceu também que está sendo feito o expurgo e a depuração dos dados sigilosos constante das informações prestadas pelos tribunais sobre os vencimentos dos magistrados, para posterior disponibilização para a imprensa. Apresentou a planilha a ser preenchida com a formatação realizada pelo CNJ para preservação dos dados sigilosos, informando haver recebido um ofício do relator da Comissão solicitando audiência para esclarecimento de alguns dados. Comprometeu-se em comunicar aos presidentes dos tribunais o resultado da audiência ou convocará uma extraordinária, se houver necessidade. Noticiou que designou a desembargadora Maria Iracema Martins do Vale e o juiz Márcio Schiefler Fontes, conselheiros do CNJ, para concentrarem as informações e

prestarem os esclarecimentos necessários aos tribunais, de modo que todas as ideias ou sugestões relativas a este assunto devem ser encaminhadas à comissão composta pelos citados conselheiros e pelo Secretário-Geral do CNJ, o juiz Júlio Ferreira Andrade. A ideia da planilha é deixar padronizado e esclarecidas todas as questões e todas as verbas. 2. Com relação ao XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, onde será realizada a discussão, seleção e hierarquização das metas, afirmou que os tribunais puderam trazer para o Encontro as questões que são mais relevantes para cada tribunal. 3. Deu notícias do andamento do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões e da elaboração do cadastro das pessoas presas, que entrará em funcionamento inicial nos Tribunais de Justiça de Roraima e de Santa Catarina e será oficialmente lançado nacionalmente no Encontro. Informou sobre a necessidade da assinatura de Termo de Cooperação Técnica por todos os tribunais para permissão da transferência da tecnologia. 4. Anunciou o calendário de implantação do PJe, 2.0 nos estados, ao qual foi incluído também o Tribunal de Justiça da Bahia. 5. Falou sobre a reunião que o Departamento de Pesquisa Judiciária fez com os estatísticos de todos os tribunais para verificar como fazer uma melhor integração com o CNJ e alteração da qualidade dos dados, para evitar as distorções atualmente verificadas, porque quando a estatística sai errada a informação sai errada e o Judiciário é retratado de forma errada na imprensa. É preciso escutar o cidadão e saber como prestar a informação correta. 6. Deu notícia sobre a disponibilização do Guia de Segurança Pessoal para Magistrados, elaborado pelo Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário no sítio do CNJ na internet. 7. Relatou que têm chegado ao CNJ queixas sobre o stress a que está submetido o juiz e é preciso pensar em um programa de cuidado de saúde dos juizes, e pediu que fossem enviadas comunicações falando sobre os problemas que são específicos de cada juiz, para que até o Natal os juizes pudessem receber a boa notícia de que o Poder Judiciário está investindo nisso. 8. Pediu o empenho de todos para a Nona Semana Justiça pela Paz em Casa, para que não haja decréscimo nos resultados. 9. Apresentou o resultado do esforço de julgamento de recursos e anunciou a realização do diagnóstico das Varas de Execuções Penais pelo DMF, afirmando tratar-se de um belo trabalho que, posteriormente, será encaminhado para os tribunais tomarem as decisões adequadas. Referiu-se aos fluxogramas apresentados pelos tribunais e do Cadastro Nacional das Presas Grávidas e Lactantes, franqueando a palavra para ser utilizada por quem desejasse se manifestar. Houve manifestação de onze presidentes, na seguinte ordem: **1ª) Desembargadora Elaine Cristina Bianchi (TJRR):** Denunciou o não repasse do duodécimo pelo governo do Estado de Roraima, a despeito de ter havido suplementação para o MP e outros órgãos. Informou que o executivo tem alegado que a decisão do STF permitiu que o Executivo deixasse de fazer os repasses. Afirmou que o e-social tem causado imenso furor por que alguns tribunais como o TJRR não têm o recurso técnico necessário para conectar-se ao novo sistema de informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. A Ministra falou, então, que os tribunais conversarão para ajustar as providências necessárias. Na sequência, a Presidente do TJRR comunicou haver recebido carta de juizes preocupados com o projeto de lei que criminaliza os atos contra as prerrogativas da advocacia e a possibilidade de maior vulnerabilização dos juizes. Relatou a ameaça recentemente sofrida por parte do PCC de invadir o fórum criminal para pegar as armas depositadas nos fóruns que constituem um verdadeiro paiol. Anunciou a celebração de termo de cooperação com o TJAM para cumprimento de meta 6. Propôs que o TJRR por meio do SEUU e do PROJUDI fizessem a alimentação do cadastro de presos, ao que a Ministra esclareceu que o Cadastro tem de ser único e que as decisões sobre esse cadastro competem ao DMF. Prosseguindo, a presidente do TJRR informou que a Conselheira Tereza Uillie, que coordenaria a questão da biometria no CNJ, esteve com uma equipe trabalhando esta questão em Roraima, mas não aceitou a participação dos juizes. A Ministra afirmou que a identificação biométrica faz parte de um projeto

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

iniciado pelo TSE em 2008 para modernização do processo eleitoral e que a equipe que está trabalhando em Roraima deverá enviar o relatório para o CNJ. Quanto ao mandado de segurança para repasse dos duodécimos declarou que a finalidade das audiências de conciliação nos MS dos tribunais realizadas pelo STF não é o indeferimento dos pleitos, mas a identificação da natureza das verbas e a promoção da conciliação a fim de estabelecer consensos e evitar que uma ordem judicial não possa ser cumprida. Recordou a todos que 5 ministros já foram presidentes do STF e do TSE e sabem como é difícil a situação dos tribunais. **2º) Luiz Felipe Silveira Difini (TJRS):** Parabenizou a Ministra pela postura de reunir-se com os presidentes dos Tribunais de Justiça, assumindo a dianteira da questão dos subsídios. Afirmou, contudo, preocupar-se com a publicação do CPF dos magistrados. A Ministra fez algumas ponderações e disse que vai estudar a questão. Continuando, o presidente do TJRS, registrou a sua preocupação com a questão de paridade na aposentadoria, por que esta é uma garantia da magistratura que não pode ser retirada. **3º) Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP):** Informou que seu mandato terminará em 31/12/2017; que analisou a planilha, mas que em SP está-se fazendo uma reformulação para alterar a denominação “vantagem” (que soa inespecífico) para direitos (devidamente especificados) e assim que concluírem o projeto, encaminhará para o Secretário Geral. Declarou, ainda, que o TJSP preocupa-se com a saúde dos juízes e cuida da questão por meio de um setor psicossocial; e que já entrou em contato com as delegadas do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário do CNJ para alinhar procedimentos. **4º) Desembargador Cezário Siqueira Neto (TJSE):** Sugeriu, com relação às tabelas com os vencimentos dos magistrados, que a TI disponibilizasse uma solução para que ao passar-se o cursor no nome do magistrado apareçam todas as informações respectivas; e informou que pensou em publicar o contracheque, tirando deste os dados que dizem respeito à complementando com questão da tabela, para conseguir uma solução de TI, para que ao passar o cursor no nome venham todas as informações respectivas. A Ministra, entretanto, ponderou para o fato de promover-se a publicação do contracheque com os dados alterados pode afetar a credibilidade do documento. **5º) Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP):** Declarou preocupar-se com a falta de simetria entre o Poder Judiciário e o Ministério Público, que ganha 30% a mais do que a magistratura. A Ministra afirmou que, como chefe de um poder, não pode tratar do tema para não enfraquecer o Poder Judiciário; e que não pode se comprometer com esta pauta porque ela está afeta a outra instituição que não é poder. Entende a preocupação, mas deve ser tratado pelo Conselho de Presidentes e pelas Associações. **6º) Desembargador Annibal de Rezende Lima (TJES):** Reiterou apresentação de solução para a segurança institucional adotada pelo TJES consistente na celebração de um acordo firmado com a Polícia Militar, para esta selecionar e treinar pessoal da sua reserva para fazer a segurança dos fóruns. Destacou ser relevante o fato de eles terem a prerrogativa de usar a farda da PM e usar arma de fogo, além de a despesa não ser contabilizada para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Ministra lembrou que o CNJ tem uma resolução que disciplina o recolhimento de armas e anunciou que esteve com o comandante do Exército, o General Villas Boas, que noticiou a ausência de comunicação do acervo de armas existentes. Por esta razão foi enviado ofício às Corregedorias solicitando informação sobre os lugares onde estão as armas para que o exército (que é o responsável pela questão) as recolha. Alertou que os Corregedores receberam o ofício e deverão respondê-lo para que a informação seja repassada para o Exército. O desembargador Luiz Felipe Difini (TJRS) disse que no Rio Grande do Sul o tribunal tem levado e entregue as armas, pois desconhecia o normativo do CNJ e o presidente do TJES afirmou que o Exército informa que não tem efetivo para recolher as armas no Espírito Santo, motivo pelo qual é a Polícia Militar, com o auxílio dos policiais da reserva contratados quem faz a recolha. **7º) Desembargador Geraldo Augusto de Almeida (Vice-**

-Presidente do TJMG): Manifestou-se sobre o recolhimento de armas, e falou sobre o reconhecimento obtido pelo Programa Julgar, o número de julgamentos proferidos e os resultados obtidos, destacando o fato de haver sido estendido para abranger, também, as comarcas vagas. A Ministra elogiou a iniciativa como uma boa notícia para os cidadãos. **8º) Desembargador Flávio Humberto Pascarelli (TJAM):** Anunciou que até o próximo mês de janeiro todas as comarcas do TJAM estarão preenchidas com juízes, que estão finalizando o concurso. Também relatou a ameaça feita pela Facção Família do Norte (FDN) de assaltar os fóruns para roubar as armas. A Inteligência frustrou este plano e eles assaltaram as casas de armas. Afirmou que todos os juízes estão ameaçados genericamente. A boa notícia é que pela primeira vez o TJAM bateu a meta de produtividade. A Ministra declarou haver recebido oficialmente a notícia de que não foi feito nada para apurar as mortes ocorridas no interior do sistema prisional no início deste ano e, por esta razão solicitará providências à Procuradoria Geral da República, uma vez que ainda não chegou qualquer resultado das investigações até o judiciário. **9º) Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly (Vice-Presidente do TJAL):** Destacou haver empossado doze novos juízes e que em janeiro próximo serão empossados mais treze, o que fará com que 80% das comarcas de Alagoas estejam providas. A Ministra perguntou aos presentes quais tribunais não tinham cargo vago de juiz sem poder prover por conta do teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, havendo sido respondido que apenas o TJMA, TJDFT, TJAM, TJRR, TJSE, TJSC e TJTO estavam nessa condição. Questionou, também, quais tribunais têm comarca vaga, concurso realizado, mas não podiam prover por causa do teto. Nesta condição apresentou-se o TJES, havendo o seu presidente esclarecido que tem comarcas vagas, juízes aprovados com concurso a vencer em maio/ 2018, sem que possa fazer as nomeações, porque apesar de todas as ações adotadas e dos resultados obtidos, ainda não foi possível alcançar o limite legalmente determinado. **10º) Desembargador Cleones Carvalho Cunha (TJMA):** informou que o TJMA reverteu a situação encontrada de 6,30% do limite prudencial e vai entregar em 15/12 com 5,4%. **A Ministra então afirmou que o tribunal que não tem recurso para nomear juiz ou fazer concurso não pode criar cargo de desembargador.** **11º) Desembargador Sansão Batista Saldanha (TJRO):** Solicitou a realização do julgamento do processo sobre a questão de antiguidade, para poder prover os cargos vagos no Estado de Rondônia. A Ministra registrou a solicitação e afirmou que há situação de comarca que está sem juiz porque o juiz foi liberado para fazer curso. Ressaltou que o interesse público tem de se sobrepor ao interesse privado. Não se pode para explicar que existam 20 comarcas vagas e juízes liberados para fazer curso fora sem que haja quem os possa substituir. Às 12:15h, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO
DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS
PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 04.12.2017 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PARTICIPANTES: Des. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça), Des. Denise Castelo Bonfim (TJAC), Des. Otávio Leão Praxedes (TJAL), Des. Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP), Des. Flávio Humberto Pascarelli (TJAM), Des. Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA), Des. Francisco Gladyson Pontes (TJCE), Des. Mario Machado Vieira Neto (TJDFT), Des. Annibal de Rezende Lima (TJES), Des. Gilberto Marques Filho (TJGO), Des. Cleones Carvalho Cunha (TJMA), Des. Geraldo Augusto Almeida (Vice-Presidente do TJMG), Des. Rui Ramos Ribeiro (TJMT), Des. Juilzar Barbosa Trindade (Presidente em Exercício do TJMS), Des. Ricardo Ferreira Nunes (TJPA), Des. Joás de Brito Pereira Filho (TJPB), Des. Renato Braga Bettega (TJPR), Des. Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE), Des. Erivan José da Silva Lopes (TJPI), Des. Milton Fernandes de Souza (TJRJ), Des. Expedito Ferreira de Souza (TJRN), Des. Elaine Cristina Bianchi (TJRR), Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP), Des. Cezário Siqueira Neto (TJSE) e Des. Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO).

A Ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, depois de cumprimentar a todos os presentes, abriu a décima primeira reunião com os presidentes dos Tribunais de Justiça, informando que seguiria a metodologia da reunião anterior. Em seguida se manifestou sobre os itens da pauta: **1.** Noticiou que o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) foi homologado e 100% implantado em Roraima; que estão programadas reuniões do CNJ com os assessores dos tribunais para tratar dos detalhes da implementação do novo banco de dados; e que, até o final de maio de 2018, o BNMP deverá estar devidamente alimentado e funcionando integralmente, com dados dos presos de todos os estados brasileiros. Em seguida a Ministra agradeceu à Desembargadora Elaine Bianchi por seu empenho, destacando que os resultados só são alcançados quando o presidente tribunal assume e quer realizar. A magistrada retribuiu o agradecimento e todos os presidentes presentes assumiram que o BNMP 2.0 era essencial. A Ministra acrescentou que o CNJ dará todo o suporte e treinamento aos tribunais durante a fase de implantação do Banco aproveitando, também, para agradecer ao Desembargador Torres Marques, que não estava

presente por motivo justificado, pelo compromisso e empenho envidados, chegando ao ponto de realizar a capacitação dos magistrados de Santa Catarina sobre o BNMP 2.0 em um sábado. A Ministra pediu aos Presidentes para analisarem e encaminharem ao DMF a minuta do termo de cooperação técnica relativo ao BNMP 2.0, devidamente preenchido e com eventuais sugestões de alteração. **2.** Informou que no último dia 21 de novembro, assinou termo de cooperação com o Comando do Exército Brasileiro estabelecendo esforço concentrado para a destruição de armas de fogo e munições apreendidas que estejam sob a guarda do Poder Judiciário. Nesse contexto, informou que já houve incineração de armamento no Amapá e que foi apurado um montante de 110.000 armas apreendidas nos tribunais, mas que há um número de armas não disponibilizado, enfatizando a necessidade de um trabalho das escolas de formações e dos tribunais junto aos juízes, para auxiliá-los a se desincumbirem desta tarefa que é deles e não pode ser retardada pelo pensamento de poder haver necessidade da realização de nova perícia. De acordo com Desembargador Geraldo Augusto, apenas 1/3 das armas estão disponibilizadas para recolhimento. A Ministra esclareceu nas 110 mil armas referidas não estão incluídas as do TJRJ porque as armas desse tribunal estavam custodiadas, sem disponibilidade para o Exército; e cobrou o encaminhamento de informações das corregedorias sobre os lugares onde estão as armas que deverão ser recolhidas pelo Exército. **3.** Alertou a todos quanto à necessidade de preenchimento dos dados do Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes que está sob a responsabilidade dos GMFs; e pediu o empenho dos presidentes para o êxito deste procedimento, afirmando que os GMFs têm dado colaboração primorosa. **4.** Cobrou a informação da quantidade de cargos de juízes vagos e de comarcas vagas, para que seja possível fazer as distinções necessárias para tratar melhor o caso, especialmente por que o ano de 2018 é ano eleitoral e é necessário pensar as alternativas. **5.** Solicitou fosse informado ao Dr. Júlio Andrade, Secretário-Geral do CNJ, o número específico de demandas de saúde em cada tribunal tendo em vista o funcionamento dos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT JUS) criados para dar apoio aos juízes nas decisões sobre pedidos de medicamentos e tratamentos com alto custo para o poder público, tema delicado entre os poderes. Avisou haverem chegado há duas semanas reclamações de que liminares em questão de saúde permanecem sem julgamento cinco anos depois do deferimento. **6.** Anunciou a realização no próximo dia 11/12 de audiência pública sobre a judicialização da saúde no CNJ, para que haja a participação efetiva dos segmentos da sociedade que não se sentiram contemplados com a regulamentação do nat jus. Solicitou, ainda, que cada tribunal identifique e encaminhe à Secretaria-Geral do CNJ o nome e os contatos do magistrado encarregado das questões dos NATs, a exemplo do que ocorre com os GMFs, para que seja possível o contato direto do CNJ. **7.** Afirmou pretender cumprir até o ano de 2018 a agenda de visitas ao sistema penitenciário e de execução penal dos Estados. **8.** Avisou haver descoberto que cada tribunal brasileiro adota uma forma de planilha para relacionar os pagamentos realizados e que quando enviou a planilha para serem preenchidos com os pagamentos realizados aos magistrados, tinha o objetivo de padronizar o modelo. Entretanto, alguns tribunais não cumpriram a determinação e, por esta razão espera receber todas as informações no prazo de até 48 horas e se não as receber terá de instá-los oficialmente. Franqueada a palavra, houve a manifestação de uma parcela dos desembargadores presentes, na seguinte ordem: **1º) Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP):** Informou que coordena o NAT do TJAP e gostaria de sugerir que o monitoramento se restrinja ao SUS. Noticiou a implementação no TJAP de um programa de desjudicialização desde 2015 que reduziu significativamente os casos. A ministra esclareceu haver recebido em mais de 20 audiências entidades representativas no tema em questão, como associações de portadores de doenças raras; e que, por esta razão foi designada a audiência pública, para a qual houve 90 inscrições e 20 pedidos de sustentação oral. Por outro lado,

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

esclareceu, o objeto de reclamação dos governadores é exatamente a judicialização do que não está abrangido pelo SUS. O resultado da audiência possibilitará a avaliação do quadro e da possibilidade de ampliação da área de atuação do NAT JUS. **2º) Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti (TJSP):** Comunicou que esta será sua última participação na sua gestão à frente do TJSP, pois as eleições do seu sucessor serão realizadas no dia 06/12. Afirmou que encaminhará o relatório da gestão e dos projetos em desenvolvimento. Quanto às armas, explicou que o TJSP baixou provimento regulamentando a matéria e elas não irão mais ser armazenadas nos fóruns, a não ser que o juiz diga que é necessário. Com relação ao BNMP, informou ter realizado reunião com o secretário de administração prisional e o secretário de segurança pública do Estado para receber e repassar para o CNJ os dados necessários para alimentação do banco. No que tange à questão do teto, noticiou que o TJSP realizou alterações importantes no portal sobre os vencimentos, tornando-o bastante elucidativo, com a demonstração do detalhamento de todos os pagamentos com a respectiva fundamentação legal, de forma clara; e afirmou que disponibilizará todos os dados para o Secretário Geral do CNJ. A Ministra justificou, então, a necessidade do preenchimento da planilha igual no site do CNJ, para acesso de todos os cidadãos que podem visualizar a questão em nível nacional facilitando o conhecimento dos ganhos sem violação de intimidade. Prosseguindo, agradeceu muito a participação do desembargador Paulo Dimas e a sua contribuição para a sua gestão, para o Judiciário Paulista e para o Poder Judiciário, como um todo. **3ª) Desembargadora Elaine Cristina Bianchi (TJRR):** Cumprimentou a todos colegas, falou do impacto positivo do agradecimento que a ministra fez aos servidores que trabalharam na alimentação do BNMP 2.0 e trouxe a questão de a Procuradoria do Estado de Roraima não atender ao Poder Judiciário. Informou, também, que a comarca de Pacaraima está atendendo a 50% da demanda de Justiça Federal em um prédio alugado há mais de 15 anos, desde antes da demarcação da Reserva Raposa do Sol, e recebeu notificação da Procuradoria da República para desocupá-lo por estar agora situado dentro da área da reserva. A ministra disse que como esta era uma questão específica seria melhor fosse tratada depois, em separado. A desembargadora falou, também, que: não houve o repasse do duodécimo; relativamente ao NAT, há a questão específica do *canabidiol* que não foi liberado pela Anvisa, embora já tenha sido liberado para importação; o PCC iria invadir o fórum onde há o maior volume de armas depositadas, mas foi construído um plano com o Exército e as armas foram transferidas a tempo. Quanto aos subsídios, afirmou que tem encaminhado a imprensa ao site do tribunal. A ministra enfatizou que os dados têm de ser informados ao CNJ, porque ela própria entrou nos sites dos tribunais e houve tribunal em que precisou entrar em 18 lugares para obter alguma informação, e isto é um acinte. Reafirmou que já conversou com os presidentes dos tribunais e se as informações não forem fornecidas, vai acioná-los para dar efetividade a lei de acesso à informação e à transparência enquanto valor constitucional. Esclareceu que todos os presidentes têm o dever de deixarem as coisas melhores para o futuro. Que entregou as planilhas em 20 de outubro e em 20 de novembro e alguns tribunais não haviam respondido. **4º) Desembargador Cleones Carvalho Cunha (TJMA):** Informou que está se despedindo e agradecendo. A Ministra declarou que o Desembargador foi essencial aos trabalhos por ela realizado nos últimos dois anos, antes mesmo de entrar no exercício da presidência do STF e do CNJ. Continuando, o Desembargador Cleones destacou que tão logo foi assinado o termo de cooperação técnica para o recolhimento das armas, o Exército entrou em contato com o seu comando no Maranhão e este providenciou o recolhimento de armas que estavam em locais distantes de São Luís mais de 600 km e que o TJ não tinha dinheiro para mandar buscar. **5º) Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO):** Consultou se é possível manter o procedimento que o TJTO usava para transferir por meio de policiais. A Ministra respondeu que deverá ser obedecido o procedimento

legal, até porque o Exército disse que não tem problema para efetuar os recolhimentos. Portanto, ainda que as representações nos Estados apresentem alguma dificuldade este problema é do Exército e não há por que o Judiciário atuar de forma contrária à lei, já que foram eliminados todos os obstáculos. O General Neiva foi designado como responsável para o assunto e é ele que tem que estabelecer os contatos com as Secretarias de Segurança Pública para cuidar do transporte e recolhimento das armas. Dia 08 já está marcada a destruição de armas nos Estados do Tocantins e Minas Gerais. **6ª) Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (TJBA):** Afirmou ser um prazer enorme participar das reuniões e que a Ministra foi muito importante para a sua gestão como presidente do TJBA. Informou que em seu Estado o recolhimento de armas é feito regularmente; que as planilhas foram enviadas no mês de novembro; que já foi estabelecido o calendário para implementação do PJe, e que a capacitação técnica para o PJe está sendo realizada por meio da escola judicial para implantação no 2º e 1º graus. Agradeceu o convívio bastante salutar e a Ministra disse que a recíproca é verdadeira. **7º) Desembargador Otávio Leão Praxedes (TJAL):** Falou do orgulho de participar da reunião, cumprimentou a todos os membros de mesa e registrou o que houve de bom no TJAL desde janeiro: foi alcançado o índice de 92% dos processos pautados pelas metas ENASP; foi alimentado o Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, com a informação da existência de 8 reeducandas nesta situação (6 presas por tráfico, dentre as quais 4 são gestantes); foram nomeados 13 juizes e agora em dezembro serão nomeados mais 14; a produtividade do tribunal aumentou e agora já está reconhecido pelo CNJ com o selo prata; há 79 comarcas vagas e depois das nomeações será aberto novo concurso. Por fim, informou que o CNJ reconheceu que o TJAL é o que tem o menor custo com Juizes de direito e convidou a Ministra para participar do próximo encontro do Colégio de Presidentes, que será em Alagoas. **8º) Desembargador Renato Braga Bettega (TJPR):** Noticiou que o TJPR vai realizar a primeira integração do SEEU com o BNMP 2.0; que na última Semana Nacional do Júri foram realizados 202 jurisdos 227 agendados; que foram positivos os resultados da última Semana Justiça pela Paz em Casa; que já houve a instalação da 2ª Vara dos feitos relativos à violência doméstica; e que o TJPR alcançou 100% da Meta 8. Por último, informou que no Estado há 16 mulheres presas na condição de gestantes ou lactantes e que já foi determinada a criação de um alerta no PROJUDI para que o juiz possa tomar conhecimento da existência de presas nessa condição, para estabelecer o que de direito. **9º) Desembargador Annibal de Rezende Lima (TJES):** Comunicou a todos tratar-se da última reunião que participa como presidente do TJES e que a gestão foi muito difícil por conta da crise orçamentária, pois encontrou o tribunal com 6.5% da receita líquida comprometida com a folha de pessoal. Porém, informou haver conseguido alcançar o índice de 5.66% e pretende transmitir o cargo com 5.1 a 5.3% para o seu sucessor. Destacou que, por causa das questões orçamentárias não foi possível nomear os candidatos aprovados no último concurso de juiz. Informou a quantidade de jurisdos realizados e se despediu dos colegas e da Ministra, por quem, afirmou ter sido sempre bem tratado, elogiando a atuação da Ministra na presidência do CNJ e STF, onde, segundo afirmou, revelou excelentes qualidades pessoais e profissionais e solicitou uma salva de palmas como agradecimento e reconhecimento. A Ministra, por sua vez, se declarou “credora dos Presidentes dos tribunais porque este é um trabalho que não se faz sozinho, só se faz em conjunto e em parceria dos titulares das presidências dos tribunais”; e arrematou dizendo que “há comarcas onde não há júri há mais de 14 anos. Sem os Presidentes dos Tribunais não se cumpre qualquer meta”. **10º) Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo (TJPE):** Revelou ser esta, também, a sua última participação nestas reuniões porque entrega o cargo de presidente do TJPE na primeira semana de fevereiro de 2018. Agradeceu o apoio recebido da Ministra, se confraternizou com o Presidente do Conselho e os demais Presidentes dos Tribunais pela convivência harmônica e paci-

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

fica. Quanto à destruição de armas, informou que Pernambuco transferiu praticamente todas as armas para o Exército que as destrói em um evento para o qual convida inclusive os magistrados. Afirmou haver procurado fazer com que os magistrados e servidores realizassem o seu serviço com maior produtividade e haver investido na pacificação social por meio de projetos como o “Justiça Libertadora” (que leva jovens carentes para o tribunal para receberem aulas de inglês e informática, por meio de convênio com o SESI, sem despesa para o tribunal); o “Programa Portas Abertas” (que permite aos jovens estudantes de rede pública e privada conhecerem a funcionamento da justiça de Pernambuco); e o “Justiça Vai à Escola (onde membros do Judiciário se deslocam para as escolas para conversar com os alunos). Informou a existência de 31 presas gestantes em seu Estado; noticiou que o TJPE obteve a categoria ouro do CNJ e agradeceu a convivência fraternal e amiga. **11º) Des. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça):** Cumprimentou a todos, destacando ser esta a última reunião do ano e endereçou um cumprimento especial à Ministra Cármen Lúcia pela forma direta e sincera de tratar os presidentes sem intermediários, ouvindo a todos e se manifestando com sinceridade, tornando possível aos Presidentes dos Tribunais de Justiça apresentarem a realidade dos seus tribunais à presidente do STF e do CNJ. Despediu-se dos desembargadores Paulo Dimas, Cleones, Annibal, Leopoldo e Socorro, dizendo que os acompanhou em momento de dificuldades e os parabeniza pela competência e maestria com a qual se houveram na administração dos respectivos tribunais. Finalizando a reunião, a Ministra voltou a agradecer a presença de todos e se comprometeu em encaminhar as datas das reuniões do próximo ano para facilitar o planejamento e fez distribuir para todos a minuta do Termo de Cooperação Técnica do BNMP 2.0, para análise, preenchimento de dados e posterior assinatura. Encerrada a reunião, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO
DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS
PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 16.04.2018 HORÁRIO: 10h

LOCAL: GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO STF

PARTICIPANTES: Des. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça), Des. Eva Evangelista de Araújo Souza (Representante TJAC), Des. Otávio Leão Praxedes (TJAL), Des. Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP), Des. Flávio Humberto Pascarelli (TJAM), Des. Gesivaldo Nascimento Britto (TJBA), Des. Francisco Gladyson Pontes (TJCE), Des. Mario Machado Vieira Neto (TJDFT), Des. Sérgio Luiz Teixeira Gama (TJES), Des. Gilberto Marques Filho (TJGO), Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos (TJMA), Des. Rui Ramos Ribeiro (TJMT), Des. Divoncir Sbreiner Maran (TJMS), Des. Wagner Wilson Ferreira (2º Vice-Presidente do TJMG), Des. Ricardo Ferreira Nunes (TJPA), Des. Joás de Brito Pereira Filho (TJPB), Des. Renato Braga Bettega (TJPR), Des. Erivan José da Silva Lopes (TJPI), Des. Milton Fernandes de Souza (TJRJ), Des. Expedito Ferreira de Souza (TJRN), Des. Carlos Eduardo Zietlow Duro (TJRS), Des. Walter Waltenberg Silva Júnior (TJRO), Des. Elaine Cristina Bianchi (TJRR), Des. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço (TJSC), Des. Manoel de Queiroz Pereira Calças (TJSP), Des. Cezário Siqueira Neto (TJSE) e Des. Eurípedes do Carmo Lamounier (TJTO).

A Ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, cumprimentou a todos os presentes e abriu a décima segunda reunião com os presidentes dos Tribunais de Justiça, dando notícia das reuniões anteriores e dos seus objetivos. 1. Falou sobre o cadastro de presos, o BNMP 2.0, explicou o seu funcionamento, informou quais Estados já haviam concluído a implantação, afirmou que a próxima etapa é a realização de mutirões focados nos resultados apurados pelo cadastro. Declarou, também, estar finalizando as tratativas com o Ministro Fux, para que nos lugares onde o cadastro já foi implantado seja realizada a biometria dos presos paralelamente aos mutirões. Solicitou que os tribunais informem como o CNJ pode ajudar, de forma eficiente e direta, na conclusão do cadastro. No dia 30/5, pretende apresentar os resultados obtidos aos Ministros do STF para relatar o cumprimento dado à decisão da ADPF 347. Colocou à disposição dos tribunais, caso necessário, servidores do CNJ, para irem ao interior dos Estados, onde o serviço estiver atrasado, dar suporte aos juízes. Mandou distribuir os termos de cooperação técnica relativo ao BNMP 2.0, para que fossem assinados pelos presidentes que ainda não tinham formalizado a participação dos respectivos

tribunais. 2. Relatou as providências adotadas em relação aos processos que versam sobre as questões de saúde, assim como o resultado da audiência pública realizada no dia 11 de dezembro de 2017, realizada pelo CNJ com o objetivo de fortalecer os NATs, por meio da escutada sociedade, e destacou o acordo feito com o Hospital Sírio-Libanês para dar suporte aos juízes que atuam na área. Noticiou que tem recebido denúncias de grupo de associações de defesa de direitos, de grupos de doentes que denunciaram que as decisões não têm sido cumpridas e que os governadores têm requerido suspensão das liminares em muitos processos. A Ministra propôs, então, aos presidentes trazer o Ministro da Saúde para a reunião do mês de maio, se todos concordarem, para aprofundar a situação. 3. Informou a consolidação do Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes – CNPGL, e visita às presas naquela situação, a fim de verificar as condições e lugares onde estão efetivamente custodiadas e onde estão as crianças que estão sendo amamentadas pelas lactantes. Afirmou que tem recebido queixas relativas à apreciação criteriosa da possibilidade de deferimento de prisão domiciliar e que familiares de presas procuraram a Ministra para reclamar de algumas decisões equivocadas. Afirmou que todas as presas grávidas e lactantes estão cadastradas no referido sistema e a tramitação dos seus processos devidamente registrada mês a mês. Lembrou que a ideia inicial era a construção de Centros de Referências, mas em alguns estados há um número pequeno de grávidas que não justificaria a despesa. Em seguida, a presidente do STF e do CNJ, deu informações relativas aos júris e franqueou a palavra, que foi usada na seguinte ordem: 1º) Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos (TJMA). Declarou que o Maranhão teve problemas com o BNMP, não sabe dizer se outros estados também tiveram, contudo os dados do Poder Executivo não batiam com os dados do Judiciário. A Ministra informou, então, que a notícia que tem é todos os outros estados terem o mesmo problema. Foi noticiado, ainda, que as audiências de custódia não estão sendo realizadas no interior do estado. A Ministra disse que vai verificar o porquê do descumprimento da determinação do STF e do CNJ. Afirmou que o Executivo Federal pediu para se socorrer dos dados do BNMP 2.0. O desembargador disse que está preocupado com os presos que estão na conta do TJMA, informou diversos problemas havidos com o sistema, como paralisação, inconsistência, número de execução penal inválido e erros na finalização, o que gerou atraso na inserção dos dados. Porém, declarou que o TJMA terminará o trabalho até o final de abril, com 60 servidores. Disse, ainda, que o sistema é válido, mas precisa de continuidade, senão se tornará desatualizado. A Ministra disse que, quando o cadastro estiver pronto, não haverá mais como adotar outro procedimento. Citou o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás como exemplo, destacando o trabalho da Dra. Maria Cristina Costa, juíza auxiliar da presidência daquele tribunal “que se revelou um azougue” conseguindo com o seu trabalho que o tribunal concluísse a demanda com prazo menor que o estipulado inicialmente. 2º) Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama (TJES). Alegou ser um prazer conhecer pessoalmente a Ministra Cármen Lúcia e afirmou que o TJES, depois de receber a visita do Dr. Júlio Ferreira de Andrade e do Dr. Alexandre Takaschima, criou força tarefa coordenada pelo Des. Fernando Jardim, supervisor do GMF. Falou sobre a situação orçamentária, sobre a impossibilidade de nomear os candidatos do último concurso, que não pode ser prorrogado. Respondendo à pergunta formulada pela Ministra, informou a existência de 48 comarcas vagas e que o problema não é financeiro, mas fiscal. 3º) Desembargador Otávio Leão Praxedes (TJAL). Cumprimentou a todos e afirmou ter encaminhado toda a documentação solicitada. Elogiou a atuação do Dr. Júlio Ferreira de Andrade, que esteve no TJAL, visitou algumas varas criminais e reuniu-se com a Corregedoria. Informou, ainda, que o TJAL está realizando a biometria de todos os presos; nomeou e empossou 25 juízes, dentre os 37 que foram aprovados (porque os outros não tomaram posse); e que, em um total de 62 comarcas, há 9 comarcas vagas, sendo confortável a situação, mas está realizando concurso para o preenchimento dos cargos

vagos. 4º) Desembargador Gesivaldo Nascimento Britto (TJBA). Noticiou que assumiu a presidência do TJBA no último mês de fevereiro e afirmou que o tribunal tem 4 sistemas de processamento e acompanhamento processual: E-SAJ; PROJUDI; SAIPRO; e PJe, que já cadastraram 32% dos presos, relatando a dificuldade em razão da queda constante do sistema, mas que destacou 14 servidores, 19 assessores e 30 estagiários para o cumprimento da meta. Registrou a visita do Dr. Júlio Ferreira de Andrade, informou a existência de comarcas vagas e que já está em processo de finalização a preparação de concurso de magistrados. Afirmou, também, que ainda está nomeando servidores do último concurso, mas que ainda se valem de funcionários de prefeituras mais abonadas. Disse que todo o extremo sul do estado da Bahia está sem magistrados, assim como o Oeste e o Centro. Declarou estar aguardando o retorno de Dr. Júlio Ferreira de Andrade e que estão envidando todos os esforços para cumprir a meta. A Ministra falou que a situação da Bahia é diferenciada, tendo em vista a existência de 4 sistemas e o CNJ respeita a federação judiciária. Que no ano passado quando a Desa. Socorro (presidente anterior do TJBA) esteve no STF, para expor a situação e buscar informações, foi encaminhada ao CNJ para que discutisse a questão, considerados os investimentos já realizados pelo TJBA. Foi por essa razão, afirmou a Ministra, que nessa gestão investiu-se no MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade), para que os sistemas possam conversar entre si. Declarou, ainda: “o CNJ estará à disposição para agir naquilo que o senhor entender que o órgão pode ajudar, porque há um ano foi dito que o TJBA iria migrar para o PJE, em razão do percentual de processos que já estavam no sistema”. O desembargador falou que está investindo no PJe, mas o problema é que nas comarcas do interior, onde está implantado o PJe 1.7, há problemas de internet. A Ministra disse que em Santa Catarina o SAJ funciona bem e o que for preciso estará à disposição. 5º) Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (TJPA). Falou sobre o que espera do BNMP 2.0, informou que o estado tem 17.823 presos, 16.826 homens, 956 mulheres, 41 LGBT e que há 8 bebês devidamente registrados e vacinados no sistema prisional com as mães. Deu notícias sobre o confronto no sistema prisional que resultou na morte de 22 pessoas, cujo relatório entregará ao final da reunião e, também, que está chamando servidores e juízes para cargos vagos. A Ministra registrou, então, que o TJPA, até aquele momento, só havia registrado 5% dos presos no BNMP 2.0 e indagou se os dados apresentados eram do sistema carcerário, porque como o cadastro não está pronto os dados não são do Poder Judiciário. Afirmou que para o juiz cumprir a lei é necessário que tenhamos dados nossos. Citou que, quando aconteceu a crise do início do ano de 2017, não tínhamos os dados e voltou a destacar o exemplo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Afirmou, ainda, que a imprensa cobrou a razão de o Pará não ter concluído o cadastro, porque só tinha 5% de acordo com o mapa que está publicado. Declarou que não foi fácil explicar e que irá ao Pará proximo e o que estiver à disposição será feito pelo CNJ. Relembrou que o TJGO é exemplo, pois concluiu em 40 dias o que era para fazer em 60, graças à diligência da Dra. Maria Cristina Costa. 6ª) Desembargadora Elaine Cristina Bianchi (TJRR). Cumprimentou a todos e disse que estava sentindo falta das reuniões para encontrar os colegas e compartilhar soluções. Em seguida, afirmou trazer os mesmos problemas: 1) a situação de Pacaraima, relativamente à situação da Reserva Indígena São Marcos, porque a comarca está dentro de uma reserva indígena. Que a situação de Pacaraima é mais grave porquanto a torre de TV e Rádio está situada ali, servindo às polícias. Segundo a desembargadora, o problema é que a área urbana (correspondente a 2.400ha) não foi excluída da área da reserva (que totaliza 800.000ha), a exemplo da Reserva Raposa do Sol, de cuja área foram excluídos 2 municípios. O pleito é excluir a área urbana de Pacaraima da reserva. 2) Há ainda a situação dos venezuelanos que entram em Roraima fugindo do seu país de origem. A desembargadora informou que a Conselheira Tereza Uille já visitou a região. A comarca de Pacaraima está provida e as demandas da competência da justiça federal

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

correspondem a 50% dos seus processos. 3) Além disso, de acordo com a desembargadora, o rádio e a energia são fornecidos pela Venezuela. Informa que já esteve com a Procuradora-Geral da República, com o Presidente da República, com o Ministro da Justiça e com o Ministro da Defesa. Afirmou, também, que não conseguiram resolver a questão do pacto termoeletrônico e que instalou geradores nas comarcas, mas os magistrados e a população estão reféns. Essa é a razão da necessidade da aprovação e execução do projeto do anel de fibra ótica (no Ministério da Justiça) que busca integrar delegacias federais, estaduais, e polícia rodoviária, além de permitir integrar o PROJUDI e os sistemas utilizados pelo Judiciário. A utilização de satélite é muito cara e só pode ser usado como redundância, mas não como fundamento. A desembargadora afirmou que a realidade dos refugiados da Venezuela é objeto de relatório que trouxe para entregar à Ministra depois da reunião. Falou, também, sobre a dificuldade de alimentação do SEEU e disse que gostaria de ter a colaboração da equipe do CNJ e do STF, inclusive para o julgamento da ADI 5930, cujo relator é o Ministro Toffoli, com quem já deixou os memoriais, porque depois de um grande período recebendo o repasse dos duodécimos por meio de liminares, desde o último mês de fevereiro vem recebendo o duodécimo dentro do mês, porém em desacordo com a lei aprovada pelo legislativo local, porque a governadora, apesar do veto da Assembleia Legislativa, só paga em conformidade com o texto legal por ela originalmente sancionado. Por último, a desembargadora convidou a Ministra para uma visita por ocasião da celebração de parceria com TJAM e, também, para ver a situação dos venezuelanos. A Ministra disse que iria estudar a situação para ver como pode colaborar. 7º). Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço (TJSC). Saudou a todos e disse que o BNMP 2.0 tem permitido aos tribunais realizar um saneamento. Informou que, em Santa Catarina, havia 8 mil mandados de prisão pendentes de cumprimento, restando 4 mil; e que, dos 20 mil presos, falta incluir 2 mil mandados no sistema, o que decorre do fato de estarem os presos mais perigosos na Comarca de São José e, como neste caso os dados são mais complexos, ainda não foram completamente lançados. Com relação ao Ministério da Saúde, destacou que, em Santa Catarina, os advogados têm preferido acionar os estados e os municípios, visto que a União não tem cumprido as decisões judiciais. Se o Ministério da Saúde passasse a cumprir as decisões, aliviaria a situação daqueles entes da federação que dispõem de menos recursos, relativamente à União. A Ministra relatou que não tem os dados sobre as decisões proferidas e que é necessário criar um sistema para cadastrar as decisões, registrando os dados das partes, o status de cumprimento e outras informações relevantes. Lembrou a queixa apresentada por alguns estados, que informam gastar com 30 pessoas o equivalente a 18% de toda a verba destinada à saúde; lembrou também que familiares têm relatado a ocorrência de morte de alguns pacientes de processos ajuizados no STF, não havendo, contudo, dados que corroborem esse cenário. O desembargador reputou a proposição da reunião com o Ministério da Saúde como muito conveniente e disse que, em Santa Catarina, estão julgando de acordo com a jurisprudência do STF. A Ministra mencionou o mutirão realizado no ano passado e sugeriu a realização de mutirão nos tribunais para julgamento dos recursos, buscando, com isso, ampliar o número de juris no próximo mês de novembro. Em seguida, o desembargador disse que o TJSC desenvolveu um sistema que elimina a tramitação de papel entre a penitenciária e as varas. Quanto ao SAJ, salientou a insatisfação do TJSC e que, nessa esteira, a Diretoria de Tecnologia da Informação fez uma comparação entre o SAJ e o E-Proc, concluindo que o E-Proc é mais moderno, elimina a juntada, conta de custas e outros movimentos. Informou que há um projeto-piloto em execução, cujos resultados serão avaliados em breve para ser decidido se o tribunal vai migrar de uma vez para o E-Proc ou não. A Ministra destacou que estão chegando ao CNJ reclamações, representações e pedidos de providências relativos ao descumprimento da audiência de custódia, porque a decisão do STF é de 2015. Nesse momento, a Ministra

saudou o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, que chegou à reunião e cumprimentou a todos os presentes. 8º) Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior (TJRO). Assegurou que o serviço de alimentação do BNMP 2.0 estará concluído no prazo. Quanto aos juízes, o TJRO tem um conforto orçamentário muito grande, mas tem evitado nomear para assegurar a utilização efetiva dos recursos do parque tecnológico do tribunal. Afirmou que entende de tecnologia e fez um périplo pelo país, acompanhado pelo Secretário de Tecnologia da Informação, e concluiu que o melhor sistema é o SAJ, mas ressaltou que a condição estabelecida é o CNJ autorizar expressamente a migração do PJ-e para aquele sistema. Informou que o TJRO tem seis sistemas, inclusive o PJ-e. O Corregedor Nacional interveio, chamando a atenção para os gastos que já foram feitos. O desembargador ponderou que a Res. 185 do CNJ está vigendo. Informou que há um pedido de autorização da migração. A Ministra esclareceu o atual estágio do processo de consolidação e revisão de todas as resoluções do CNJ, inclusive a citada pelo desembargador, dizendo, também, que se o pedido está formalizado, haverá decisão, bem como ressaltou que os tribunais é que devem ter em conta as despesas, os investimentos realizados e os resultados obtidos para tomar a decisão relativa à migração. “Foi por essa razão que a presente gestão (Presidência e Corregedoria) apostou na interoperabilidade dos sistemas por meio do MNI, uma vez que o CNJ não tem como obrigar um tribunal a mudar de sistema, porque não haverá distribuição de novos recursos aos tribunais”. O desembargador disse que vai desistir do pedido, ao passo que Ministra esclareceu que a decisão final deve ser do tribunal. 9º) Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças (TJSP) – Registrou ser a sua primeira reunião e elogiou a fidalguia da Ministra, com quem esteve no ENCOGE. Saudou também o Corregedor, destacando que ele esteve lá fazendo uma inspeção. Noticiou a adoção de um plano de ação que vai reduzir grandemente as despesas do TJSP e saudou a Secretária-Geral do STF, Dra. Maria Cristina Petcov, e a luta da Desembargadora Eliane à frente do TJRR. Informou a quantidade de 77 comarcas vagas: 56 na entrância inicial, 11 na intermediária e 10 na final. Explanou sobre os concursos e o provimento dos cargos vagos. Com relação ao BNMP 2.0, afirmou que o TJSP está iniciando uma experiência-piloto na Barra Funda, onde duas varas ficarão a cargo dessa alimentação e quesó em Campinas, há 20 mil mandados a serem tratados. Relatou que, no estado de São Paulo, há um contingente de 228.784 presos, 75% deles com condenação; falou sobre mutirão para sentenças, sobre as ações relativas às mulheres e sobre os refugiados. Informou que o TJSP foi pioneiro em relação à audiência de custódia, que está funcionando muito bem em todo o estado, inclusive nos finais de semana e nos recessos, contando com equipe multidisciplinar para atender o preso quando ele é liberado. Expôs a quantidade de mulheres lactantes e gestantes no estado e citou a situação exemplar da Penitenciária Feminina da Comarca de Votorantim. A Ministra destacou que aquela era a primeira unidade prisional feita especialmente para mulheres. O desembargador informou que o TJSP continua com a Softplan porque é a única que pode atender à demanda do tribunal e, embora talvez seja ruim depender de uma única empresa, há, em contrapartida, o fato de a empresa ter a sua viabilidade econômica presa ao tribunal. Narrou que trocou a juíza corregedora por uma que trabalhava com o Desembargador Paulo Dimas, para agilizar o pagamento dos precatórios que estavam realmente atrasados, conforme identificado na inspeção da Corregedoria Nacional. O Corregedor expressou sua satisfação e considerou ser positivo ver que a inspeção é boa para orientar, ao que a Ministra elogiou a atuação da Corregedoria. 10) Desembargador Cezário Siqueira Neto (TJSE). Prestou contas e disse que cumpriu integralmente o que prometeu, não apenas em relação à alimentação do BNMP 2.0, mas também à sua integração. A Ministra agradeceu e disse que serão adotadas as providências seguintes. O desembargador continuou sua exposição, relatando que o TJSE mantém há décadas investimentos na área da tecnologia da informação e desen-

volveu o seu próprio sistema, que se comunica com os sistemas do CNJ e com outros por meio do MNI. Com relação às demandas da área da saúde, está cuidando da matéria por meio dos CEJUSCs e agora também com o NAT. Quanto às presas grávidas e lactantes, mencionou que a Dra. Andremara esteve no TJSP e visitou a penitenciária feminina, sendo que, no momento, há nove mulheres nessa condição. A Ministra ressaltou que lá foi encontrada uma criança sem registro. Prosseguindo, o desembargador relatou que houve concurso para o provimento de 14 vagas, mas que, quando estava prestes a nomear oito juízes, houve uma liminar do CNJ suspendendo o certame, mas informou que será recebido pelo conselheiro relator hoje para conversar e demonstrar que a questão é de cota social. Falou também sobre a disponibilização das informações dos vencimentos. 11º) Desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes (Conselho dos Tribunais de Justiça). Comentou que este tipo de reunião permite um *benchmarking* que possibilita a interlocução e a troca de experiências. Falou sobre o cumprimento da Resolução CNJ 219 e disse que já está montando os grupos e gostaria que os presidentes se manifestassem oportunamente. Deu boas-vindas aos novos presidentes e parabenizou o Desembargador Manoel de Queiros Pereira Calças pelo aniversário. O Ministro Noronha disse que vivenciamos um momento crítico da República. Avaliou que, neste momento, é preciso ter cuidado com o que se envia para o Legislativo, assim como é preciso ter cuidado em termos de conduta e de ambição. Afirmou que pretende concluir todas as inspeções antes do final do seu mandato. Está cobrando os juízes do primeiro grau, mas também quer a mesma eficiência do segundo grau. Alegou que o Judiciário está congestionado pelo volume de processos e demandas, mas também pela metodologia de trabalho obsoleta e ineficiente. Afirmou que “o juiz não tem o direito de ser o que quer, ele tem que ser o que o cidadão precisa”; registrou que a afirmar que “o juiz brasileiro é o mais eficiente do mundo, é mentira. Produzimos muita decisão repetitiva. Precisamos treinar servidores, o gabinete, estudar, buscar atualização”. Asseverou, ainda, que “há comarcas em que o juiz não vai e o assessor atende como se fosse juiz e que essa demanda de abrir comarcas tem um custo alto. É preciso trabalhar mudando. É preciso sermos criativos. É hora de cobrar o trabalho voltado à eficiência. Se um desembargador tem 10 mil processos, o presidente tem que tomar providências, fazer um mutirão, enfim, fazer alguma coisa”. Contou que, ao realizar inspeção no TJPI, chamou cerca de cinco desembargadores, estabeleceu metas e comunicou que vai retornar ao tribunal para verificar o cumprimento. Revelou sua felicidade por estar aqui com todos, ao lado da Ministra Cármen Lúcia, e concluiu sua fala ressaltando sua crença na superação da crise. Encerrando a reunião, a Ministra agradeceu a todos e reforçou a necessidade de cumprimento da ADPF 347, em relação ao cadastro de presos. Nesse aspecto, reforçou que o CNJ estará à disposição para auxiliar em qualquer problema concernente ao cadastro ou à TI e, concordando com o Ministro Noronha, afirmou que “realmente, o momento é de transformar. É preciso que os tribunais julguem”. Destacou também que os tribunais devem observar o respeito à transparência e que “justiça artesanal em escala industrial gera ineficiência”. Encerrada a reunião, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

**ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO
DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS
PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

DATA: 25.05.2018 **HORÁRIO:** 10h

LOCAL: PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARTICIPANTES: Des. Denise Castelo Bonfim (TJAC), Des. Elizabeth Carvalho do Nascimento (Presidente em exercício do TJAL), Des. Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP), Des. Jorge Manoel Lopes Lins (Vice-Presidente do TJAM), Des. Gesivaldo Nascimento Britto (TJBA), Des. Washington Luis Bezerra de Araújo (Vice-Presidente do TJCE), Des. Romão Cícero de Oliveira (TJDFT), Des. Sérgio Luiz Teixeira Gama (TJES), Des. Gilberto Marques Filho (TJGO), Des. Cleones Carvalho Cunha (Representante do TJMA), Des. Divoncir Sbreiner Maran (TJMS), Des. Antônio Carlos Cruvinel (Representante do TJMG), Des. Ricardo Ferreira Nunes (TJPA), Des. Joás de Brito Pereira Filho (TJPB), Des. Adalberto Oliveira Melo (TJPE), Des. José James Gomes Pereira (Vice-Presidente do TJPI), Des. Expedito Ferreira de Souza (TJRN), Des. Walter Waltenberg Silva Júnior (TJRO), Des. Elaine Cristina Bianchi (TJRR), Des. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço (TJSC), Des. Osório de Araújo Ramos Filho (Representante do TJSE) e Des. José de Moura Filho (Vice-Presidente TJTO).

A Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, cumprimentou todos os presentes e justificou a mudança da sede da décima terceira reunião com os Presidentes de Tribunais de Justiça para o Plenário do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, em virtude da realização, em Maceió, do XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Aberta a reunião, a Ministra Cármen Lúcia deu notícia das reuniões anteriores e dos seus objetivos e: **1.** Falou sobre o Banco de Monitoramento de Prisões, o BNMP 2.0, lembrando que, no dia 31/05, terminaria o prazo para cadastramento no sistema, revelando, provavelmente, um número de presos menor do que o previsto, o que não a surpreenderia, tendo em vista o ineditismo do trabalho. Afirmou que o objetivo do cadastro é dar cumprimento à decisão do STF na ADPF 347. Alertou que, no dia 31/05, dar-se-á o prazo final de cadastramento e informou que pretende disponibilizar os dados para todos os ministros do Supremo Tribunal Federal em sessão administrativa, prestando contas do trabalho excelente dos juízes criminais, que se empenharam para a realização deste trabalho. Afirmou que já há cinco pedidos de acordo de cooperação técnica para acesso ao banco de dados dos tribunais, mas vai reunir-se com os respectivos

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

presidentes para decidir sobre a metodologia do trabalho, ressalvadas as condições de sigilo e vulnerabilidade. Apresentará ao STF e à sociedade os dados do BNMP, para garantir que não perdue a omissão que gera violência do Estado. Nesse sentido, será apresentada a quantidade de presos provisórios e de condenados, além da quantidade de presos provisórios que estão há mais de 180 dias com os processos sem. Esclareceu que já foram iniciados os mutirões com uma metodologia diferente daquela adotada no final da década passada porque, em primeiro lugar, estão sendo examinados os processos que nunca tiveram qualquer decisão; na sequência, os que só tiveram uma única decisão e assim por diante, de sorte que seja assegurada a análise dos direitos pela ordem da necessidade efetiva de assistência jurídica. Afirmou também que a inclusão da biometria deverá ser finalizada nas próximas gestões. **2.** Falou sobre a aprovação de novo sistema de emissão de documento de identidade. Ressaltou que, se os presidentes estiverem de acordo, será orientado aos tribunais que comecem pelos magistrados e servidores inicialmente e depois os cidadãos. **3.** Falou sobre a Campanha, agora Programa Nacional “Justiça pela Paz em Casa”, cujas metas mais importantes têm sido a especialização de varas e a realização de júris, noticiando que, para a próxima Semana Justiça Pela Paz em Casa, a ser realizada no período de 20 a 24.08.2018, já falou com os procuradores-gerais de justiça, que solicitaram que os juízes criminais antecipassem a pauta de julgamentos para que o Ministério Público se programe com antecedência, e solicitou a designação de juizes auxiliares para o regular seguimento do serviço eleitoral. **4.** Anunciou a assinatura de acordo com o Conselho Federal de Psicologia para apoiar os juízes com competência na área da violência doméstica e familiar contra a mulher, fortalecendo a rede multidisciplinar; informou também que o Presidente do Conselho Federal da OAB assegurou que as localidades desprovidas de defensoria e advogados teriam a garantia de advogado *pro bono* para os júris e as audiências da semana da justiça pela Paz em Casa. **5.** Comunicou que a juíza Andremares dos Santos e a assessora do CNJ Luisa Cruz estiveram em todos os Estados onde havia presas grávidas e lactantes, identificando todas as situações apontadas no Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, em conjunto com o GMF local e as Coordenadorias da Mulher em Situação de Violência de cada Tribunal de Justiça. Informou ainda que os governadores se prontificaram a agir desde que haja provocação dos tribunais. Em seguida a algumas outras considerações, a Presidente do STF e do CNJ franqueou a palavra, que foi usada na seguinte ordem: **1ª Desembargadora Denise Castelo Bonfim (TJAC):** justificou a sua ausência na reunião anterior por estar em viagem de trabalho ao Peru, razão pela qual foi representada pela Des. Eva Evangelista, titular da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Convidou a ministra para a comemoração dos 55 anos do Tribunal de Justiça do Acre. Informou que o TJAC recebeu a visita do Corregedor Nacional e de sua equipe, cujo relatório, a ser publicado ainda, servirá de base para análise dos pontos em que o Tribunal precisa melhorar. Agradeceu o tratamento dispensado pela ministra e por todos do STF e do CNJ e finalizou dizendo que aguarda a visita da presidente no dia 15/06 ou em data que seja compatível. A ministra disse que vai honrar o compromisso com o Acre. **2ª Desembargadora Elizabeth Carvalho do Nascimento (Presidente em exercício do TJAL):** disse estar substituindo o presidente, Desembargador Otávio Leão Praxedes, por ser decana do tribunal alagoano e pelo fato de o presidente encontrar-se no exercício interino do cargo de Governador do Estado. Agradeceu a presença da ministra na sede do Tribunal de Justiça de Alagoas; relatou conhecê-la desde quando presidiu o TRE-AL e disse que este dia ficará na história, destacando aspectos necessários para o aperfeiçoamento profissional dos magistrados, para além das perspectivas técnica e tecnológica. **3ª Desembargadora Elaine Cristina Bianchi (TJRR):** cumprimentou todos e agradeceu a atenção e o apoio dado à presidência do TJRR pelo Dr. Rodrigo Dede, assessor da presidência do STF, e pela Dra. Andremares, que visitou o tribunal

por ocasião da comemoração dos 27 anos da instituição e viu a satisfação dos servidores. Declarou que mais de 70% dos presos do estado de Roraima estão biometrizados; além disso, já se planeja instalar a biometriação na audiência de custódia, determinando ainda o encaminhamento das pessoas que fossem presas por mandado para o mesmo procedimento de coleta de dados pessoais. **4º) Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo (Vice-Presidente do TJCE):** cumprimentou todos e disse que estava representando o Des. Francisco Gladyson Pontes. Afirmou que o BNMP 2.0 apontou uma distorção no número de presos no estado do Ceará. De 25.000 presos, passou-se para 18.000, devidamente cadastrados. Informou que o TJCE tem quatro sistemas para gerir os processos e que o presidente estabeleceu a meta de até o próximo mês de setembro ter o sistema SAJ implantado em todas as comarcas. A ministra disse que todos estão atentos à situação do Ceará por conta das mudanças ocorridas nos últimos dois anos no sistema carcerário, em vista do aumento da presença do crime organizado, devendo ser adotada providência específica para evitar o agravamento da situação. **5º) Desembargador Cleones Carvalho Cunha (representando o TJMA):** Disse estar feliz por reencontrar a Ministra Cármen Lúcia, informando que o presidente do tribunal maranhense, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, não pôde comparecer devido à questão dos combustíveis, decorrente da greve dos caminhoneiros e o orientou, posto que já estava em Maceió para o Congresso Nacional de Magistrados, que informasse nesta reunião que até o dia 22 de maio o TJMA já tinha concluído 92 % do BNMP e que iriam cumprir a meta até o dia 31. **6º) Desembargador Antônio Carlos Cruvinel (representando o TJMG):** O atual 1º Vice-Presidente do TJMG deu notícia de que o presidente, Desembargador Geraldo Augusto de Almeida, não pode comparecer por motivo de doença em família. Em relação ao cadastro de presos, afirmou que lhe pediram para informar na reunião que o trabalho já estava finalizado. A Ministra corrigiu a informação, esclarecendo que o TJMG tinha assinado o Acordo de Cooperação Técnica apenas na passada e justificou o atraso pela doença do ex-presidente daquele tribunal, o Desembargador Hebert Carneiro, que acabou por falecer no último mês de abril. **7º) Desembargador Joás de Brito Pereira Filho (TJPB):** cumprimentou a todos, agradeceu pela presença da Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ, Andremara dos Santos, e do Juiz Júlio Ferreira de Andrade – Secretário-Geral do CNJ. Informou o percentual de presos cadastrados no BNMP 2.0, ressaltando que irá cumprir a meta e que, para tanto, vai determinar a conclusão da verificação em todos os presídios da Paraíba. Afirmou que o TJPB está com o orçamento congelado desde 2016 e recebendo duodécimos atrasados, mas está se esforçando dentro desses limites para cumprir todas as metas. **8º) Desembargador José James Gomes Pereira (Vice-Presidente do TJPI):** Cumprimentou a todos e pontuou que, quanto ao BNMP acredita que o trabalho está bem adiantado, sendo coordenado pelo Juiz José Vidal de Freitas Filho, titular da Vara de Execuções Penais de Teresina, ganhador do Prêmio Inovare 2017, com a prática “ Sistema de Apreciação Antecipada de Benefícios”. Na área da CEVID, afirmou que tem se esforçado para cumprir todas as exigências e agradeceu ao presidente do TJAL pelo acolhimento. **9º) Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço (TJSC):** Agradeceu ao presidente da casa e à magistratura alagoana pela acolhida e por emprestar a sua casa. Parabenizou a Ministra pelo trabalho de desenvolvimento do BNMP 2.0 que permitiu, pela primeira vez, que se tivesse o controle dos presos. Informou o cumprimento da meta e acrescentou que o trabalho de alimentação só foi alcançado devido ao empenho da Ministra. Solicitou a expedição de um ofício para os juízes e servidores agradecendo o esforço. Informou que o TJSC está com projeto para criar mais um cargo de assessor para juiz porque com a digitalização dos processos o trabalho se transferiu do cartório para o gabinete do juiz; e para reduzir os cargos de nível médio, atendendo ao nível escolaridade atual. Agradeceu aos colegas presidentes. A Ministra falou que se reuniu com a Softplan e esclareceu que quem contrata com

o poder público deve oferecer solução para prestar o serviço público necessário contratado.

10º Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior (TJRO): Noticiou o estágio de alimentação do BNMP 2.0 no TJRO e que pretende que seja possível exigir-se, a partir de agora, a divisão do número de presos pelos espaços existentes. Agradeceu o despacho no processo sobre os sistemas de acompanhamento processual do tribunal e disse que vai aguardar a finalização do levantamento dos Estados que adotam o MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade, afirmando, ainda que o TJRO não pretende mais desistir do pedido de autorização para utilização do SAJ, preferindo aguardar a manifestação do plenário do CNJ, oportunamente.

11º Desembargador Adalberto Oliveira Melo (TJPE): Agradeceu e informou que o TJPE concluiu a alimentação do sistema BNMP no dia 23/05, bem como prestou informações sobre o cumprimento da Resolução CNJ n. 219/2016 e a desativação de comarcas, afirmando estar à disposição para cumprir todas as recomendações do CNJ.

12º Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (TJPA): Saudou a todos e agradeceu a hospitalidade do tribunal alagoano. Em seguida, noticiou a situação anterior e a atual situação do BNMP 2.0, dizendo que o TJPA já alimentou o banco de dados com 92% dos mandados de prisão do estado e até a próxima terça-feira estará com 100% da alimentação concluída.

13º Desembargador Expedito Ferreira de Souza (TJRN): Falou sobre o BNMP 2.0 e sobre o grupo especial para o júri, esclarecendo que na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica o TJAL tem um juiz atuante e está instalando o terceiro Juizado com competência para os feitos de Violência Doméstica e Familiar. Falou sobre a agregação de diversas comarcas no interior e agradeceu à Ministra e à acolhida do Tribunal de Justiça de Alagoas e da AMB.

14º Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho (Representante do TJSE): Justificou a impossibilidade de o presidente, Desembargador Cezário Siqueira Neto, vir por conta da crise de combustível. Noticiou que o TJSE foi dos primeiros Estados a terminar o cadastramento dos presos; e está agora com nove novos juízes que estão em curso de formação da ENFAM. Com relação às mulheres presas tem todos os dados – quantas são provisórias, quantas têm filhos até 12 anos, quantas estão grávidas, quantas são lactantes. Quanto à violência doméstica e familiar a CEVID está procurando fazer um trabalho eficiente e está com a situação sob controle. Anunciou, por fim que no TJSE há juízes de 1º grau que têm quatro assessores, além de o tribunal dispor de um setor de informática muito bom e à frente de tribunais de maior porte em muitas coisas. A Ministra falou que o que está preocupando em Sergipe é o número de presos provisórios, que é acima da média. Declarou, também, que quando esteve lá o juiz da Vara de Execuções Penais tinha muitos processos para sentença e, por essa razão, pediu até ao Des. Cezário que alocasse mais assessores porque mil processos para sentença não são vencidos facilmente. Depois, determinou que fossem distribuídos exemplares de uma cartilha em formato da revista infantil “Turma da Mônica”, feita por Maurício de Souza, que esclarece o funcionamento do Supremo Tribunal Federal e será também disponibilizada para os tribunais de justiça. Falou sobre o número de candidatos aprovados em concursos que não tomam posse ou pedem exoneração porque passaram em outros concursos, lembrando da consulta que fez há 1 ano aos presidentes sobre a realização de concurso nacional para reduzir o número de concurseiros que depois de receberem o investimento dos tribunais saem, o que não ocorreria na iniciativa privada sem que eles tivessem de reembolsar as despesas que foram gastas com eles. Por isto é que o Departamento de Pesquisa Judiciária, sob a condução da professora Maria Tereza Aina Sadek estava realizando uma pesquisa para atualizar os dados existentes no CNJ, para saber quem é o juiz brasileiro, qual o seu perfil atual. Advertiu ser necessário que as respostas cheguem ao patamar de pelo menos 80%, pois caso contrário o resultado não será representativo. Pediu para que os presidentes ajudassem chamando os juízes para responderem à pesquisa e destacou a necessidade de atualização do perfil sociodemográfico dos magistrados para que haja

a adequação das políticas públicas de competência do Judiciário, no sentido de assegurar o provimento dos cargos. Comunicou que o Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário está entrando em contato com os presidentes dos tribunais e os juízes que pediram segurança, para informar as providências que estão sendo adotadas. Cientificou a todos que a plataforma de mediação digital, cujo cliente principal tem sido os bancos, já foi homologada e começou a atender para que os cidadãos possam buscar a mediação antes de ajuizar ação, sem ônus e diminuindo os processos. Esclareceu, também, que está sendo cobrada reiteradamente quanto à apresentação dos relatórios de inspeção realizadas nos tribunais e que já falou com o Ministro Noronha, mas que, embora não tenha a informação certa, acredita que ele vai levar todos os relatórios de uma vez para o Plenário do Conselho. Noticiou haver implementado no STF um projeto que demorará uns 4 ou 5 anos para estar plenamente em funcionamento. O projeto, batizado de Victor, em homenagem ao Ministro Victor Leal, é uma ferramenta de inteligência artificial desenvolvida em parceria com a Universidade de Brasília e, na sua fase inicial irá ler todos os recursos extraordinários que sobem para o STF e identificar os temas de repercussão geral a que estão vinculados, agrupando os processos e a jurisprudência correspondente para facilitar e agilizar o andamento e o julgamento dos processos. Por fim disse que na questão prisional é necessário resgatar a soberania do judiciário dentro de suas atribuições, sem necessidade de assumir as atribuições do Executivo. “Há lugares onde os juízes não podem entrar nos presídios”, afirmou. Disse ainda, que estava chamando atenção e dizendo da sua preocupação com o tema que está para transformar-se em um problema de Estado, nacional. Informou, por fim, que enviaria posteriormente os acordos de cooperação técnica relativo ao documento digital. Então, o **Desembargador Romão Cícero de Oliveira (TJDFT)** pediu a palavra e disse que no TJDFT já começou a funcionar, com o apoio da Conselheira Maria Tereza Uille, um posto em cada unidade do judiciário para fazer o documento nacional de identidade. Relatou que a Des. Ana Maria Amarante Duarte Brito, 2ª Vice-presidente do TJDFT, que foi Responsável pela Coordenação do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica contra Mulher, quando era Conselheira no CNJ, solicitou que o NUPEMEC fosse cadastrado no CNJ como atividade meio e não como atividade fim. Depois, agradeceu ao TJAL e congratulou-se com a Ministra. Em seguida, o **Desembargador José de Moura Filho (Vice-Presidente do TJTO)** informou que o Des. Eurípides do Carmo Lamounier, presidente do TJTO teve o voo cancelado, em função da crise dos combustíveis, mas mandou informar que já foi concluído o cadastro dos presos do estado. O **Desembargador Gesivaldo Nascimento Britto (TJBA)**, cumprimentou a todos e pediu desculpas pelo seu atraso e informou que o cadastro dos 14.809 presos do Estado da Bahia no BNMP 2.0 foi concluído em 11/05/18. Informou também o número de mulheres presas, de presas grávidas e de lactantes; apresentou dados sobre a atuação da CEVID, especialmente da Semana Justiça Pela Paz em Casa, informando a promoção de campanhas de conscientização, a realização de cursos em 8 turmas neste ano para servidores, policiais e agentes penitenciários. Destacou o desenvolvimento do sistema de gestão de justiça restaurativa e concluiu destacando que a Bahia cumpriu a meta do BNMP antes do prazo assinalado e apresentou os seus agradecimentos ao TJAL. Encerrando a reunião, a Ministra Cármen Lúcia agradeceu a presença de todos e colocou-se à disposição, por telefone ou pessoalmente, mas informou que teria de se ausentar naquele momento para cumprir compromisso firmado com o presidente da AMB e com o presidente da Câmara dos Deputados. Encerrada a reunião, posteriormente foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada, para o devido registro.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Gabinete da Presidência

ATA SIMPLIFICADA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA (COM PARTICIPAÇÃO DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DEMAIS REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PAÍS)

DATA: 20.08.2018 **HORÁRIO:** 14h

LOCAL: PRESIDÊNCIA DO STF

PARTICIPANTES: Des. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Colégio de Presidentes dos TJ's), Desa. Denise Castelo Bonfim (TJAC), Des. Otávio Leão Praxedes (TJAL), Des. Carlos Augusto Tork de Oliveira (TJAP), Des. Yedo Simões de Oliveira (TJAM), Des. Gesivaldo Nascimento Britto (TJBA), Des. Francisco Gladyson Pontes (TJCE), Des. Romão Cícero de Oliveira (TJDFT), Des. Sérgio Luiz Teixeira Gama (TJES), Des. Gilberto Marques Filho (TJGO), Des. Lourival Serejo (Vice-Presidente TJMA), Desa. Maria Erotides Kneip (Representante TJMT), Des. Divoncir Sbreiner Maran (TJMS), Des. Nelson Missias de Morais (TJMG), Des. Ricardo Ferreira Nunes (TJPA), Des. Joás de Brito Pereira Filho (TJPB), Des. Renato Braga Bettega (TJPR), Des. Adalberto Oliveira Melo (TJPE), Des. Erivan José da Silva Lopes (TJPI), Des. Milton Fernandes de Souza (TJRJ), Des. Exedito Ferreira de Souza (TJRN), Des. Walter Waltenberg Silva Júnior (TJRO), Des. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço (TJSC), Des. Cezário Siqueira Neto (TJSE) e Des. Eurípedes Lamounier (TJTO).

A Ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, cumprimentou a todos os presentes e abriu a décima quarta reunião com os presidentes dos Tribunais de Justiça na companhia da Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, do presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), Benedito Torres Neto, e dos procuradores-gerais de justiça dos Estados e do Distrito Federal que estiveram presentes em reunião anterior, no mesmo local, onde houve a apresentação e entrega do relatório do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, dentre outros assuntos institucionais. Iniciando a reunião, a presidente esclareceu que, como combinado no encontro anterior, o início deste seria realizado em conjunto com a Procuradora-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e os seguintes representantes do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e da União: Dra. Kátia Rejane de Araújo

Rodrigues (PGJAC), Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (PGJAL), Dr. Márcio Augusto Alves (PGJAP), Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro (PGJAM), Dra. Ediene Santos Lousado (PGJBA), Dr. Plácido Barroso Rios (PGJCE), Dr. Josemar Moreira (SubPGJES), Dr. Benedito Torres Neto (PGJGO), Dr. Luiz Gonzaga Martins (PGJMA), Dr. Marcelo Ferra de Carvalho (SubPGJMT), Dr. Paulo Cezar dos Passos (PGJMS), Dr. Antônio Sérgio Tonet (PGJMG), Dr. Gilberto Valente Martins (PGJPA), Dr. Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho (PGJPB), Dr. Ivonei Sfoggia (PGJMPPR), Dr. Cleandro Alves de Moura (PGJPI), Dr. Marfan Martins Vieira (SUBPGJ de Relações Institucionais e Defesa de Prerrogativas do MPRJ), Dr. Eudo Rodrigues Leite (PGJRN), Dr. Fabiano Dallazen (PGJRS), Dr. Airton Pedro Marin Filho (PGJRO), Dra. Elba Christine Amarante (PGJRR), Dr. Sandro José Neis (PGJSC), Dr. Gianpaolo Smanio (PGJSP), Dr. José Rony Silva Almeida (PGJSE), Dr. José Omar de Almeida Júnior (PGJTO) e Dra. Ivana Farina Navarrete Pena (Secretária de Direitos Humanos e Defesa do CNMP). Em seguida, informou que nesta reunião conjunta abordará, basicamente três temas, o cadastro de presos, o Mês Nacional do Júri e a Semana da Justiça pela Paz em Casa. Quanto ao primeiro tema, informou haver apresentado o relatório do BNMP 2.0 aos membros do Ministério Público e o cadastro de presos, dele decorrente. Falou sobre o cadastro de presos, o BNMP 2.0, esclarecendo que nele só não estão incluídos os presos do Rio Grande do Sul, porque o Tribunal de Justiça daquele Estado foi o único que não realizou a alimentação do referido banco de dados. Esclareceu que o Estado de São Paulo, em função de possuir mais de 200 mil de presos, ainda não concluiu a alimentação do BNMP 2.0, mas já possui mais de 173 mil presos cadastrados. Informou que no dia 6 de agosto de 2018 havia 602.217 pessoas privadas de liberdade, incluídas as prisões civis e medidas de segurança de internação em todo o país, com exceção da população carcerária do Rio Grande do Sul e dos remanescentes da população carcerária do Estado de São Paulo. Afirmou que pelo cadastro, agora pode-se saber pelo cadastro a quantidade exata de presos, onde estão custodiados, por quanto tempo estão presos, dentre outras informações. O BNMP 2.0 possibilita a extração de dados relevantes como a quantidade de pessoas presas por mais de 180 dias, para que os corregedores dos tribunais possam saber quais processos estão parados e há quanto tempo. Destacou a atuação do Des. Nelson Missias, atual presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que em tempo recorde conseguiu fazer a alimentação do BNMP 2.0. Registrou que antes deste cadastro, fazia-se a aproximação, por estimativa da existência no país de 600 a mais de 700 mil presos, uma aproximação maior do que 100 mil pessoas. Agora se sabe quantos presos são, onde estão, por quanto tempo estão presos, quantos são efetivamente foragidos e, além disso, a vítima, pode, por uma aba específica, se habilitar para acompanhar a situação prisional dos seus agressores. A ministra Cármen Lúcia propôs um Acordo de Cooperação Técnica entre o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para que promotores e procuradores também tenham acesso às informações sobre os presos e o sistema prisional brasileiro. Para Raquel Dodge, o Cadastro de Presos será fundamental para melhorar a administração prisional e promover Justiça. “Hoje é um dia histórico. Recebo com muita responsabilidade e alegria o cadastro de presos brasileiros do CNJ”, afirmou, declarando que acompanha a demanda pela criação de um cadastro dessa natureza pelo executivo há 12 anos. Informou, inclusive que há uns seis anos chegou a ser destinado o montante de 8 bilhões de reais para a realização desta tarefa, mas ela não foi realizada. Realçou a importância, portanto, da elaboração pelo judiciário deste cadastro em tão pouco tempo destacando e reconhecendo a sua importância para o sistema de justiça criminal. A Ministra Cármen Lúcia salientou que o Cadastro Nacional de Presos seguirá sendo alimentado automaticamente pelos tribunais de justiça e tribunais regionais federais e que o convênio com o Ministério Público deverá ser fechado em cada Estado. Os detalhes ainda serão construídos pelo CNJ e CNMP para assegurar confidencialidade e segurança dos dados envolvidos. Com

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

relação ao tema do Mês Nacional dos Júris, a Ministra Cármen Lúcia pediu o apoio dos promotores e procuradores da Justiça para a realização dos julgamentos dos crimes contra mulheres, marcados para ocorrerem nos tribunais de Júri das Semanas Justiça pela Paz em Casa, assim como durante as sessões realizadas no Mês Nacional do Júri, realizadas em novembro, para que não ocorram episódios como o de determinado Estado onde foram suspensos mais de 100 julgamentos por falta de promotores. Declarou saber que há falta de promotor e de juízes em algumas comarcas e este ano ainda há eleições, mas que “esse é um trabalho que precisamos estar afinados e conseguirmos dar uma resposta justa à sociedade. Nunca tivemos tantas notícias de feminicídios. Precisamos unir esforços”. O presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público (CNPJ) e procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres, salientou que, no país, há 14 mil promotores ou procuradores de Justiça e que eles “farão o possível para atender as expectativas da presidente do CNJ”. A Ministra consultou os presidentes se estavam de acordo com a celebração de acordo de cooperação técnica com o Ministério Público para dar acesso ao BNMP 2.0 e como os desembargadores presidentes de tribunais anuíram a proposta da ministra de compartilhamento com os procuradores-gerais de justiça dos respectivos estados a Ministra disse que adotaria as providências necessárias para tanto, junto com o CNMP. Pediu apoio dos promotores e procuradores da Justiça para a realização dos julgamentos dos crimes contra mulheres, marcados para ocorrerem nos tribunais de Júri das Semanas Justiça pela Paz em Casa, assim como durante as sessões realizadas no Mês Nacional do Júri, realizadas em novembro. Quanto à XI Semana da Justiça pela Paz em Casa, expressou desejar fazer o encontro das Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica dos Tribunais de Justiça e as Coordenadorias do Ministério Público para que possam ajustar a melhor forma de otimizar a participação dos promotores de justiça nos esforços concentrados de julgamento realizados nas Semanas Justiça pela Paz em Casa. Além desses temas, a Ministra Cármen Lúcia disse que todos os 27 governadores receberam por determinação do Supremo Tribunal Federal recursos de até mais de 40 milhões de reais do FUNPEN para a construção de estabelecimentos penais e que o CNMP poderia ver como atuar nisso para cobrar a efetiva aplicação dos recursos. Falou ainda em outros dois temas, a questão de saúde no sistema prisional e a judicialização da saúde. Informou a existência dos Núcleos de Apoio Técnico Judiciário (NAT-JUS) em cada tribunal para fornecer subsídios técnicos aos magistrados em demandas judiciais sobre o fornecimento de medicamentos e serviços e procedimentos médicos de urgência e emergência, com acesso a uma plataforma criada pelo sírio libanês com o que há de mais avançado em estudos na área da medicina. Propôs, também neste caso, fazer um ACT com o MP para dar acesso aos promotores à base de dados da plataforma, afirmando que, além dos promotores seja conveniente que defensores também tenha acesso à referida plataforma. O Procurador-Geral Benedito Torres Neto, concordou, fez mais algumas considerações, havendo a Ministra agradecido a presença dos representantes do Ministério Público e encerrado a primeira parte da reunião. Em seguida falou sobre a adesão dos tribunais de justiça ao protocolo de intenções firmado com o Conselho Federal de Psicologia, sobre a sua importância e os resultados concretos já obtidos. Depois, informou que o Cadastro de Presos está em funcionamento – só não contando com os dados do Rio Grande do Sul que ainda não iniciou a alimentação do BNMP 2.0. Afirmou que os tribunais poderão recolher informações diversas especificando os relatórios que podem ser obtidos para o aprimoramento da gestão da execução penal, aí incluída a situação dos presos provisórios. Declarou que realizado este cadastro falta ainda cobrar sobre a utilização de recursos para a área da saúde do sistema prisional. Informou sobre o diagnóstico de segurança realizado pelo Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário, declarando haverem crescido as ameaças contra juízes trabalhistas e da área de violência doméstica. Citou

o caso do Acre onde determinou a ida da Delegada Federal que coordena o Departamento para realizar a avaliação da situação dos juizes de Cruzeiro do Sul e dar as orientações correspondentes. Quanto à solicitação de carros blindados formuladas por alguns tribunais, informou ter solicitado Polícia Federal que ficou de verificar a possibilidade de cessão ou empréstimo de alguns carros apreendidos. Deu ciência do quantitativo do Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, falou das visitas realizadas em todos os estados, exceto o Amapá, porque na ocasião das visitas não contava com nenhuma mulher presa naquela condição; e afirmou que o monitoramento deve continuar. Falou sobre o Projeto Victor do STF que utiliza Inteligência Artificial (IA) para aumentar a eficiência e a velocidade de avaliação judicial dos processos que chegam ao tribunal. Em seguida a Presidente do STF e do CNJ franqueou a palavra, que foi usada na seguinte ordem: **1º Desembargadora Denise Castelo Bonfim (TJAC):** Agradeceu a ida da Ministra ao Acre, que maravilhou a todos. Agradeceu, também, pela assistência dada pela Delegada Tatiane da Costa Almeida, Diretora do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário, que esteve em Cruzeiro do Sul com a Superintendente da Polícia Federal do Acre, Diana Calazans Mann, verificando tudo a respeito das ameaças feitas aos juizes daquela comarca; e deu notícias sobre a abertura da Semana de Justiça pela Paz em Casa. **2º Desembargador Otávio Leão Praxedes (TJAL):** Cumprimentou a todos, avisou que o Governador Renan Filho melhorou o orçamento e, que em função disso o TJAL nomeou os juizes concursados e vai nomear os servidores aprovados no último concurso, para suprir a falta detectada pelo CNJ. Registrou ainda a necessidade de segurança para juizes e promotores e destacou que Alagoas foi a pioneira na biometrização de presos e que todos os custodiados no sistema prisional alagoano foram biometrizados. **3º Desembargador Carlos Tork (TJAP):** Saudou a todos, deu notícia sobre o bom andamento da Semana de Justiça pela Paz em Casa no TJAP e que não há problema com a participação do MP. Para a questão de saúde, achou excelente a celebração do convenio anunciado. Comunicou a redução do nível de judicialização da saúde em seu Estado, mas apontou a dificuldade que têm em contar com a participação do Ministério Público Estadual e da União nos Comitês Estaduais de Saúde. Noticiou que o TJAP conseguiu fechar o orçamento de 2019 com uma previsão equilibrada, graças ao auxílio do Grupo de Estudos do Conselho de Presidentes, depois de uma situação muito difícil em virtude do impacto muito grande da Resolução CNJ 219 no orçamento de 2018. Informou que o referido grupo conta com a participação do Conselheiro Luciano Frota. **4º Desembargador Yedo Simões de Oliveira (TJAM):** Cumprimentou os presentes, afirmando estar debutando na reunião, pois assumiu a presidência a pouco mais de um mês o tribunal de justiça amazonense. Declarou que o TJAM está sem servidores; e que o Des. Flávio Humberto Pascarelli, a quem sucedeu, nomeou 49 juizes, mas como não há servidores, iniciou os estudos para fazer concurso para o preenchimento desses cargos. Afirmou, também, que a folha do TJAM é maior do que a arrecadação porque inclui o pagamento dos aposentados. Por fim, agradeceu as ações positivas promovidas pela Ministra Cármen Lúcia. **5º Desembargador Gesivaldo Nascimento Britto (TJBA):** Cumprimentou a todos e informou que está negociando com o governador Rui Costa para fazer concurso para Juiz para prover as comarcas vagas. Falou do impacto do limite prudencial com a transferência da folha dos aposentados para o TJBA e informou haver implementado todos os programas que a Ministra lançou. **6º Desembargador Francisco Gladyson Pontes (TJCE):** Afirmou ser um prazer renovado estar na reunião. Falou sobre os salários altos de servidores que comprometem o equilíbrio da folha de pagamentos. Anunciou que implementou as audiências por videoconferência. Falou, ainda, sobre a implementação da Resolução 219, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e parabenizou a gestão da Ministra, que, por sua vez, disse que o Ceará atualmente está afetado

pelos ações do PCC, foi o maior crescimento de facções levantada no país. **7º Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama (TJES):** Cumprimentou a Ministra Cármen Lúcia, o Desembargador Pedro Bitencourt e a todos. Falou das conquistas alcançadas pelo TJES. Agradeceu pela implementação do BNMP 2.0, pela visita ao presídio de Cariacica pela Juíza Auxiliar Andremares Santos e cumprimentou a Ministra Cármen Lúcia pela Transparência e forma democrática de conduzir a gestão. **8º Desembargador Gilberto Marques Filho (TJGO):** Agradeceu pela forma acolhedora que a Ministra os recebeu e propiciou o encontro de todos, falando querer registrar, apenas, a satisfação de trabalhar com a Ministra pela 2ª vez. **9º Desembargador Nelson Misias de Moraes (TJMG):** Disse que também estava estreando na reunião, pois tomou posse há menos de sessenta dias. Afirmou estar com mais de 61 mil presos cadastrados e que já mobilizou a equipe para identificar as presas grávidas e as mães que estavam separadas dos seus filhos para construção de abrigos. Falou de contrato firmado para a aquisição de ferramenta com a empresa Biomtech Soluções em tecnologia para viabilização da identificação de sentenciados por meio de reconhecimento facial e que pretende alcançar o cadastramento, por este método, de 5 mil presos até o final do ano. Falou ainda sobre as providências que está tomando em relação à utilização do recurso da inteligência artificial e que o TJMG está com concurso aberto para o provimento dos cargos de juiz. Revelou ter enviado projeto à Assembleia Legislativa e que vai reviver o Projeto Julgar para permitir o julgamento remoto de processos de pequenas comarcas. Informou que, neste 1 mês e 20 dias já ouviu os vice-presidentes e a Corregedoria e fez um orçamento participativo com priorização da 1ª instância e o Juiz de 1º Grau e as comarcas do interior. Já mandou sua equipe ao TJDFT e ao TJSP para colher soluções boas e está aberto para receber tribunais que desejem ver as soluções encontradas pelo TJMG. **10º Desembargador Lourival Serejo (Vice-Presidente TJMA):** Relatou que se surpreendeu com o número de presos em determinado estabelecimento penal e que o TJMA, em resposta instalou uma Vara de Execuções Penais naquela comarca. Declarou, ainda, que o TJMA recebeu uma Desembargadora do TJBA que apresentou um projeto para execução de ativos. **11ª Desembargadora Maria Erotides Kneip (Representante TJMT):** Parabenizou a Ministra pelo BNMP 2.0 e destacou que pela primeira vez se pôde contabilizar o número de condenados maior que o de presos provisórios. Afirmou com ênfase, que se a Ministra Cármen Lúcia não tivesse feito mais nada já bastaria a realização desse Cadastro Nacional de Presos. Aduziu, ainda, a importância do Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes que retirou esta causa de invisibilidade especialmente quanto as presas grávidas e as que amamentam os seus filhos nas prisões. Quanto ao NAT-JUS o Presidente do TJMT o criou no tribunal conferindo-lhe o status de instituição. Quanto aos juris, relatou sua experiência pessoal com a realização de juris coletivos e agradeceu o fato de os procuradores haverem sido convocados para a reunião, porque já combinou com o Procurador-Geral do seu Estado para se reunirem depois para restabelecer essa prática. Com relação às Coordenadorias da Mulher em Situação de Violência afirmou que o Presidente autorizou a criação dos indicadores para os processos de violência doméstica e os crimes de feminicídio para verificar os processos parados por mais de 50 dias. Informou, ainda que o presidente do TJMT autorizou a utilização do PJe nas varas com competência na área da violência doméstica, onde as medidas protetivas de urgência estão agora sendo deferidas em quinze minutos (quando antes demoravam de cinco a dez dias para requerimento, deferimento e cumprimento). **12º Desembargador Divoncir Sbreiner Maranhão (TJMS):** Parabenizou a Ministra e deu notícias sobre a sua administração à frente do TJMS. **13º Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (TJPA):** Falou haver conseguido nomear todos os juízes concursados e que já está nomeando servidores do cadastro de reserva. Afirmou que o Pará é um Estado continental e para vencer as distâncias e agilizar a prestação jurisdicional o TJPA inaugurou uma ferramenta que permite a sustentação oral pelos advogados a partir de

qualquer parte do Estado. **14º Desembargador Joás de Brito Pereira Filho (TJPB):** Cumprimentou a todos e declarou ter uma palavra de agradecimento à Ministra por tê-lo recebido em audiência para tratar de assunto da mais alta relevância para o TJPA. Deu notícias sobre a Semana Justiça pela Paz em Casa, sobre o Mês Nacional do Júri e informou haver acabado de receber a informação de que foi realizado acordo para resolver o repasse dos duodécimos do Poder Judiciário da Paraíba. Relatou preocupação com a alteração do cálculo das metas. A Ministra disse que não mudou nada no cálculo e que apenas o glossário é que foi alterado para incluir o que ficou combinado no ano passado. Finalizando, o desembargador parabenizou a Ministra pela coragem, pelas realizações e pelas palestras que ouviram no Seminário Elas por Elas. **15º Desembargador Renato Braga Bettega (TJPR)** falou sobre a situação do repasse dos duodécimos; que está fazendo concurso para provimento dos cargos de técnicos do primeiro grau, com 156 mil candidatos inscritos; e parabenizou mais uma vez a Ministra. **16º Desembargador Adalberto de Oliveira Melo (TJPE):** Saudou a todos e disse também estar estreando na reunião. Informou a quantidade de servidores e juízes destacados para atuar na Semana Justiça pela Paz em Casa. Quanto ao BNMP 2.0 informou os dados do cadastramento já concluído. Deu informações sobre o Projeto Libertador, projeto social voltado para a formação em informática de jovens carentes da periferia. Quanto às comarcas vagas disse estar fazendo esforço para realizar o preenchimento dos cargos e parabenizou a Ministra Cármen Lúcia e desejou que esta forma de trabalhar tenha continuidade. **17º Desembargador Erivan José da Silva Lopes (TJPI):** Parabenizou a Ministra e estendeu os parabéns à equipe, destacando que sem uma equipe qualificada e competente é impossível fazer-se uma boa gestão. Informou haver realizado concurso para servidor e ter inaugurado o fórum novo de Parnaíba. Em matéria de saúde já tinha o NAPEN e especializou uma câmara do tribunal para a matéria e instalou uma vara. Noticiou também a alteração do horário de funcionamento das unidades do Judiciário piauiense de 7h às 13h para 8h às 17h. Quanto ao PJE apresentou uma solicitação de que fosse solucionado um problema apresentado que fez o TJPI suspender os prazos processuais, entregando pedido escrito neste sentido. **18º Desembargador Milton Fernandes de Souza (TJRJ):** Parabenizou a Ministra e falou do cumprimento dos prazos do BNMP e pediu licença para se retirar por conta do horário do seu voo agendado de acordo com o horário anteriormente previsto para a reunião. **19º Desembargador Expedito Ferreira de Souza (TJRN):** Disse que o TJRN é um tribunal pequeno, falou sobre o TAC firmado com o Ministério Público relativamente ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e disse que até o final de outubro o PJE estará instalado em todas as comarcas. Quanto ao sistema penitenciário declarou que há 4.300 vagas e quase 7.500 presos. **20º Desembargador Eurípedes Lamounier (TJTO):** Cumprimentou a todos e informou que fez questão de comparecer ao Seminário Elas por Elas de manhã, destacando que reuniu todos os órgãos do sistema da justiça criminal do Tocantins para renunciar a parte do orçamento para construção de casas para abrigamento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Afirmou ter um viés privatista e por esta razão tem alugado prédios construídos sob medida, para terceirizar os problemas de manutenção e pediu o fosse julgado o processo de Rondônia que foi para distribuído para o Conselheiro Schiefler e passou para a Conselheira Tereza Uille, porque o TCE do Tocantins paralisou a prospecção tecnológica que o TJTO estava fazendo para aquisição do SAJ porque o tribunal não tinha autorização do CNJ. A Ministra que vais se reunir com os Conselheiros no CNJ e verificar a questão. **21º Desembargador Romão Cícero de Oliveira (TJDFT):** Parabenizou a Ministra pelo trabalho e aos colegas que cumpriram as suas metas, afirmando que o PJE veio para ficar. Avisou que há 2 anos o TJDFT não faz nomeações por causa de restrições orçamentárias, falou sobre a dificuldade de aderir ao certificado do PJE, dificuldade esta que já foi resolvida. Parabenizou e louvou o trabalho da Ministra e do Des. Pedro Bitencourt. **22º De-**

CONSOLIDAÇÃO DAS REUNIÕES DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço (TJSC): Parabenizou a Ministra e falou sobre os números elevados de litigiosidade no Estado de Santa Catarina e noticiou que o TJSC está provendo as varas vagas e alocando mais 1 assessor para cada juiz para enfrentar o volume de processos. Afirmou que o TJSC vai estender a audiência de custódia e falou sobre as facções criminosas e seus conflitos. Deixou, por fim, um agradecimento e reconhecimento ao trabalho da Ministra por criar um foro de discussão e de desafio e amadurecimento para os tribunais, afirmando que não vê mais o Judiciário funcionando sem esse foro. A Ministra falou a respeito de judicialização excessiva e deu o exemplo da reação do presidente do Corte Suprema da Ucrânia e da Juíza Sonia Sotomayor da Suprema Corte americana ao número de processos julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Eles, em ocasiões distintas, não acreditaram na quantidade de processos que tramitam aqui e pensaram tratar-se de erro de tradução. **23º) Desembargador Cezário Siqueira Neto (TJSE):** Cumprimentou a ministra e a todos e afirmou que a situação do TJSE não difere muito dos outros TJs, mas está bem na questão do NAT-JUS. Disse que o Estado está reduzindo o número de presos graças à instalação e implementação do BNMP 2.0. Informou, inclusive, que o TJSE está ultimando a alimentação dos mandados no BNMP 2.0 até o final do mês de agosto. A Ministra Cármen Lúcia esclareceu que está apenas aguardando o decurso do prazo dado para desativar o BNMP 1.0. O desembargador continuou afirmando que a Semana Justiça pela Paz em Casa está indo bem, com a juíza Iracy Ribeiro Mangueira Marques. A Ministra afirmou que ainda quer fazer uma reunião rápida para prestar contas dizendo o que fez, quais projetos realizou, o que deixou pendente. Vai entregar esta prestação de contas, o que propôs, o que foi capaz de implementar o que não fez e por que. Por fim, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual, posteriormente, foi lavrada a presente memória, no formato de ata simplificada.

ANEXOS

REUNIÕES STF PRESIDENTES TJs

Análise Comparativa dos
Dados Consolidados
(nov/16 e abr/17)

AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	
PA	PE	PI	PB	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO

Brasília, maio de 2017





SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Presidente

Ministra Cármen Lúcia

Vice-Presidente

Ministro Dias Toffoli

Ministros

Ministro Celso de Mello

Ministro Marco Aurélio

Ministro Gilmar Mendes

Ministro Ricardo Lewandowski

Ministro Luiz Fux

Ministra Rosa Weber

Ministro Roberto Barroso

Ministro Edson Fachin

Ministro Alexandre de Moraes

Secretária-Geral da Presidência

Andremara dos Santos

Diretor-Geral da Secretaria

Eduardo Silva Toledo

Organização

Secretaria-Geral da Presidência



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Secretária-Geral da Presidência

Andremara dos Santos

Chefe de Gabinete

Fábio Manuel Nogueira de Souza

Assessoria de Gestão Estratégica

Cláudio Rogério de Oliveira Rosário (assessor-chefe)

Pâmella Sada Dias Edokawa (assessora-substituta)

Cleusa Souza Vasconcelos

Antônio Pereira Rabêlo

Carlos Ribeiro Lins

Leandro Roberto de Lima Silva

Fernando Nunes do Nascimento

Organização

Fábio Manuel Nogueira de Souza

Janaína Vitória de Santana

Análise Comparativa

Pâmella Sada Dias Edokawa

Diagramação

Alex Pereira de Sousa

Sumário

APRESENTAÇÃO	2
ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS CONSOLIDADOS SOBRE A SITUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA EM NOVEMBRO DE 2016 E ABRIL DE 2017	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. QUADROS DO TRIBUNAL	4
3. PERFIL DOS MAGISTRADOS	6
4. COMARCAS	8
5. SERVIDORES	10
6. SISTEMA PENITENCIÁRIO	11
7. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	14
8. CONCURSO NACIONAL DE MAGISTRADOS	17
9. QUANTIDADE DE PROCESSOS	20
10. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA CRIMINAL	21
ANEXOS	26

APRESENTAÇÃO

Esta consolidação, em sua terceira versão, é composta da análise comparativa dos dados informados pelos Tribunais de Justiça nos meses de novembro/2016 a abril/2017 e dos anexos contendo a memória, em formato de ata simplificada, da sexta e da sétima reuniões da Presidente do Supremo Tribunal Federal com os Presidentes dos Tribunais de Justiça, realizadas nos dias 3 de abril e 12 de maio do ano em curso; os Formulários Sintéticos sobre a Situação do Poder Judiciário devidamente consolidados e os seus desdobramentos individualizados; além das tabelas com a síntese das informações sobre os resultados almejados pelos tribunais no ano de 2017, apresentados nos respectivos fluxogramas.

Os dados recebidos foram consolidados no Formulário Sintético sobre a Situação do Poder Judiciário, com informações sobre o perfil dos Magistrados de primeiro e segundo grau, a quantidade de comarcas e de servidores, e os processos sobrestados por repercussão geral.

Também foram objeto de consolidação os dados sobre o sistema penitenciário, o nível de adesão ao processo judicial eletrônico, a possibilidade de instituição de um concurso nacional para o provimento dos cargos de juiz, informações gerais sobre o acervo de processos no ano de 2016, sobre o tempo médio de duração do julgamento dos presos provisórios em dias e outras informações específicas sobre a Justiça Criminal, como a quantidade de recursos de réus presos pendentes de julgamento nos tribunais.

As informações consolidadas foram objeto da análise comparativa realizada pela Área Apoio Especializado, Estatística, da Assessoria de Gestão Estratégica do Supremo Tribunal Federal¹, que integra a primeira parte desta versão.

Consta, ainda, dos anexos desse volume a consolidação dos resultados apresentados como almejados pelos Tribunais para o ano em curso, em fluxogramas sob o título “O QUE QUEREMOS ALCANÇAR EM 2017? Nessa parte, são indicados os tribunais que enviaram essa informação, os que a enviaram de forma incompleta e o único tribunal que deixou de enviá-la.

¹ Analista Pâmella Sada Dias Edokawa

ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS CONSOLIDADOS SOBRE A SITUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA EM NOVEMBRO DE 2016 E ABRIL DE 2017

1. INTRODUÇÃO

Esta análise tem como fonte o Formulário Sintético sobre a Situação do Poder Judiciário preenchido e encaminhado para o Supremo Tribunal Federal pelos Tribunais de Justiça nos meses de novembro de 2016 e abril de 2017.

Em novembro/2016, **25 Tribunais** responderam ao questionário. TJRN e TJPR não encaminharam o formulário preenchido.

Em abril/2017, **todos os Tribunais** responderam ao questionário, embora os Tribunais de Justiça do Amazonas e do Paraná tenham encaminhado atualizações dos dados em 11.5.2017, motivo pelo qual as novas informações não foram incluídas nesta comparação.

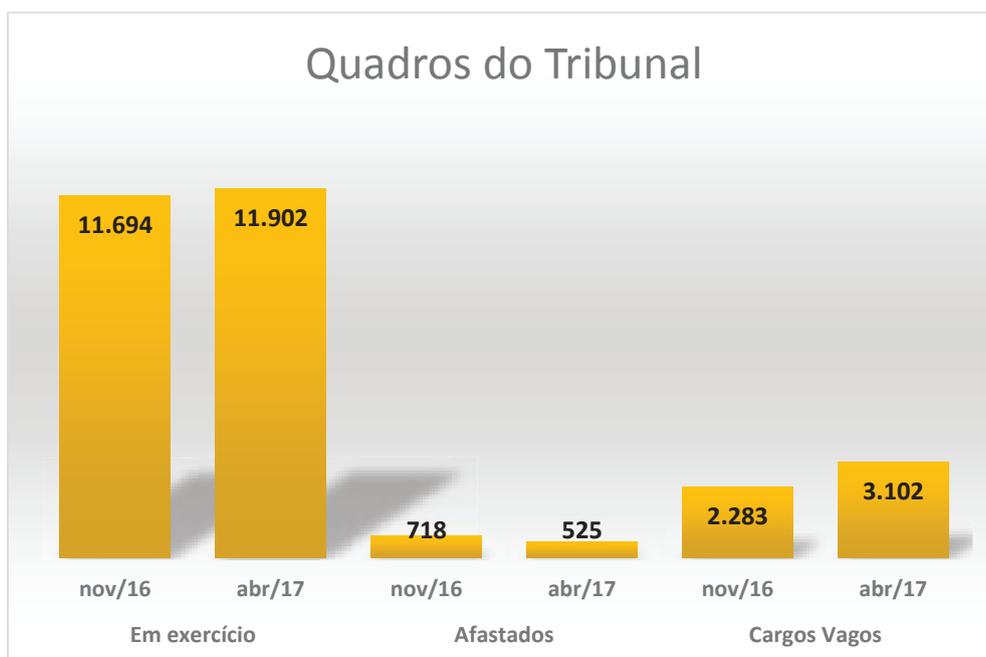
Para estabelecer o comparativo e melhor representação dos totais, os quantitativos não informados em determinado ano serão replicados.

Os principais resultados apurados na comparação, podem ser assim resumidos:

1. Aumento do número de magistrados em exercício.
2. Redução do número de magistrados afastados.
3. Aumento do número de cargos vagos.
4. Entre os afastamentos em 2017, 80% são para assessorar Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria, por licença-maternidade e outros, 7% para responder a PAD, 2% para cursos no Brasil, 4% para cursos no exterior e 8% por cessão para outros órgãos.
5. 59% dos juízes têm entre 41 e 60 anos e 52% dos desembargadores têm acima de 60 anos.
6. 14% dos juízes e 25% dos desembargadores possuem mestrado ou doutorado.
7. Possíveis inconsistências na informação do número de comarcas e varas.
8. Na entrância inicial há 76% das varas providas, na entrância intermediária há 86% das varas providas e na entrância final há 95% das varas providas.
9. Redução do número de servidores na primeira instância e aumento no número de servidores da segunda instância.
10. Aumento no número de presídios e na capacidade total dos presídios. Redução do número de presídios com excedente de presos.
11. Aumento no número de presos.
12. 59% dos presos possuem condenação.
13. Todos os Tribunais aderiram ao PJE no primeiro grau. Três Tribunais não utilizam o PJE no segundo grau – TJES, TJPA e TJPI (apenas 25 respondentes).
14. Três Tribunais responderam que o tipo de processo judicial eletrônico utilizado não tem interoperabilidade com sistemas de outros Tribunais e órgãos – TJES, TJPB, TJRR.
15. 32% dos respondentes são contrários ao concurso nacional de juízes e 68% são favoráveis.
16. Justiça Criminal: Redução na quantidade de júris pautados e de júris realizados. Porém, as informações do **TJMG** precisam ser analisadas, pois há diferença superior a 2 mil processos.
17. Aumento no número de inquéritos e ações penais no 1º grau e de ações penais no 2º grau. Redução do número de inquéritos no 2º grau.
18. Redução no tempo médio de duração (em dias) do julgamento dos presos provisórios nos tribunais TJBA e TJSC.

2. QUADROS DO TRIBUNAL

Magistrados	Em exercício			Afastados			Cargos Vagos		
	nov/16	abr/17	DIFERENÇA	nov/16	abr/17	DIFERENÇA	nov/16	abr/17	DIFERENÇA
Desembargadores	1.482	1.538	56	76	36	-40	41	37	-4
Juízes de Direito	9.169	9.339	170	600	474	-126	1.293	1.918	625
Juízes Substitutos	1.043	1.025	-18	42	15	-27	949	1.147	198
Total	11.694	11.902	208	718	525	-193	2.283	3.102	819



No geral, houve **aumento** no número de magistrados em exercício, **redução** no número de magistrados afastados e **aumento** do número de cargos vagos.

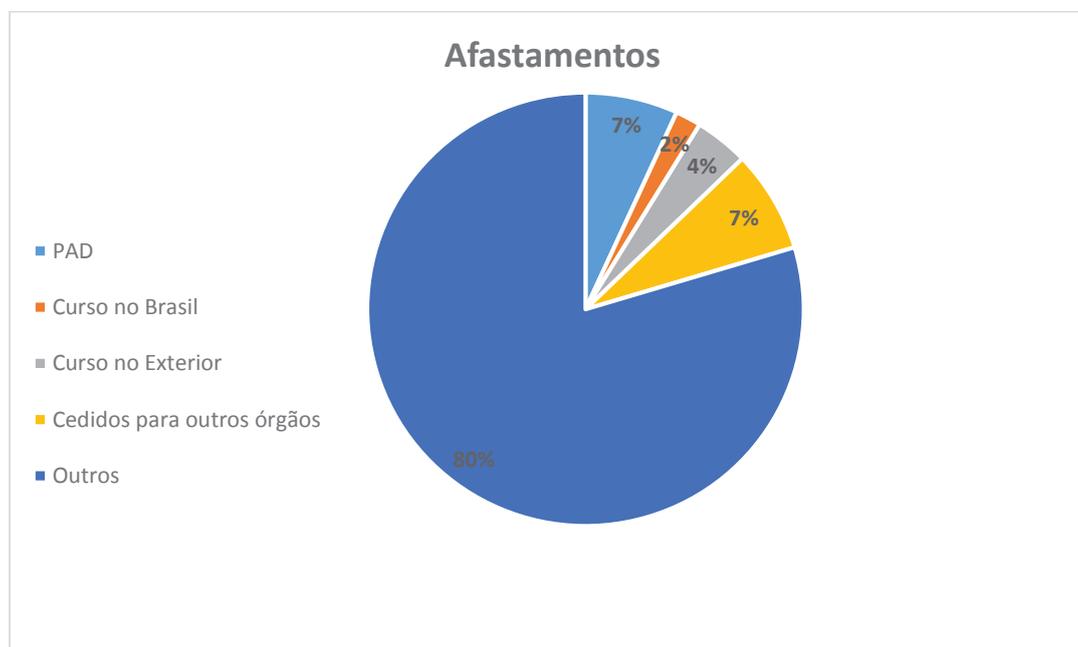
Análise por Tribunal:

Órgão	MAGISTRADOS EM NOV/2016			MAGISTRADOS EM ABR/2017		
	Em exercício	AFASTAMENTOS	Cargos Vagos	Em exercício	AFASTAMENTOS	Cargos Vagos
TJAC	61	7	50	67	10	53
TJAL	137	12	14	147	10	142
TJAM	155	12	33	147	12	33
TJAP	79	4	13	80	3	0
TJBA	603	41	0	604	25	664
TJCE	400	52	55	428	19	60
TJDFT	384	11	126	382	19	128
TJES	344	11	98	343	10	99
TJGO	410	16	74	424	2	73
TJMA	319	2	25	323	8	0
TJMT	268	20	1	286	17	4
TJMS	189	8	97	190	9	96
TJMG	989	44	142	1.037	38	134
TJPA	347	19	63	348	17	77

TJPB	275	10	44	275	18	46
TJPE	561	12	119	534	17	134
TJPI	167	12	17	165	11	72
TJPR	908	29	20	908	29	20
TJRJ	810	52	176	834	44	158
TJRN	234	15	49	234	15	49
TJRO	153	11	32	153	10	32
TJRR	45	5	15	51	4	11
TJRS	745	53	182	715	41	187
TJSC	496	45	107	509	27	93
TJSP	2.343	203	699	2.448	91	704
TJSE	152	0	15	152	6	15
TJTO	120	12	17	118	13	18
TOTAL	11.694	718	2.283	11.902	525	3.102

Sete Tribunais reduziram o número de magistrados em exercício, oito aumentaram o número de magistrados afastados e catorze Tribunais aumentaram o quadro de cargos vagos.

Entre os afastamentos em 2017, 80% são para assessorar Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria, por licença-maternidade e outros, 7% para PAD, 2% para cursos no Brasil, 4% para cursos no exterior, 7% cedidos para outros órgãos.



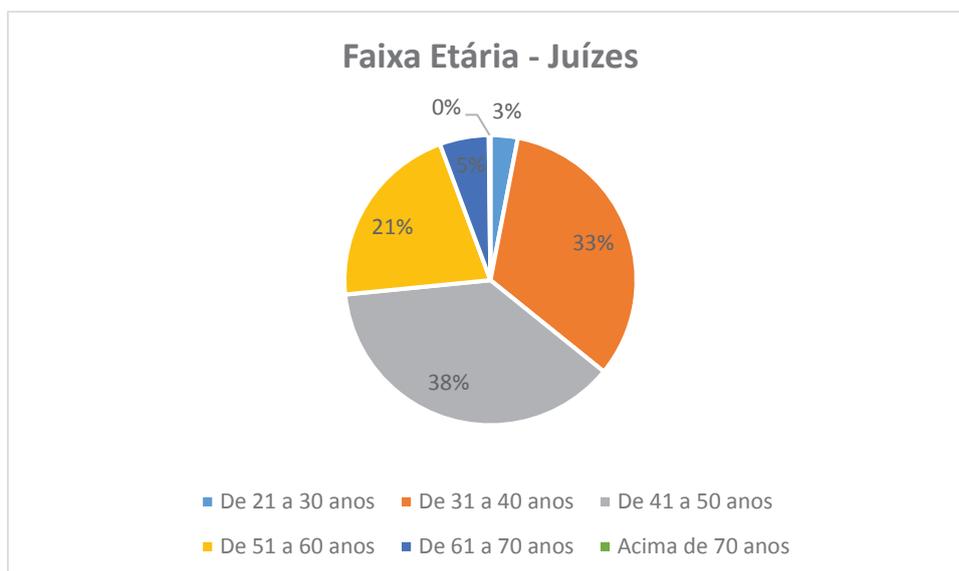
3. PERFIL DOS MAGISTRADOS

Faixa etária:

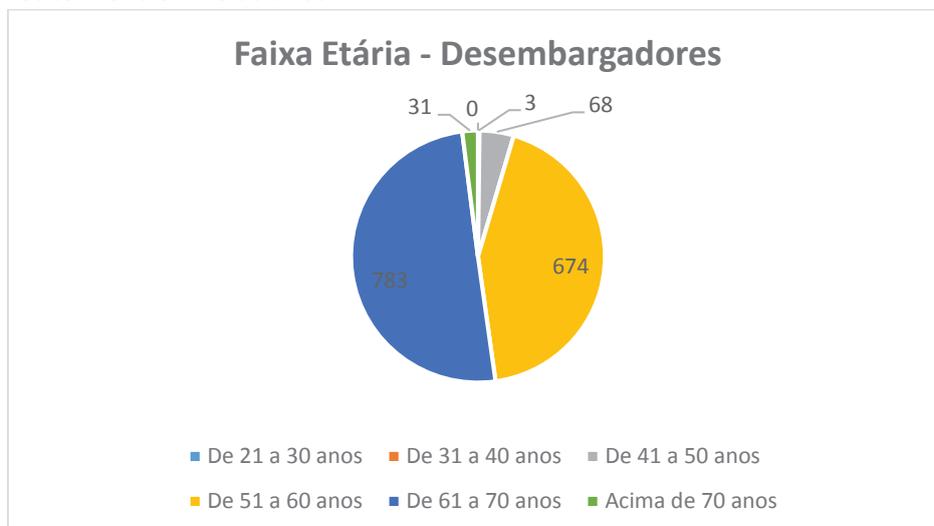
Proporcionalmente, não há diferença significativa no perfil etário informado em novembro de 2016 e abril de 2017.

Idade	Nº de Juízes		Nº de Desembargadores	
	nov/16	abr/17	nov/16	abr/17
De 21 a 30 anos	370	320	0	0
De 31 a 40 anos	3.526	3.480	3	3
De 41 a 50 anos	3.962	3.982	62	68
De 51 a 60 anos	2.138	2.221	670	674
De 61 a 70 anos	565	577	755	783
Acima de 70 anos	11	19	6	31
SOMA	10.572	10.599	1.496	1.559
TOTAL DE MAGISTRADOS EM EXERCÍCIO E AFASTADOS	10.854	10.851	1.558	1.574

Analisando apenas os dados de 2017, observa-se:



59% dos juizes têm entre 41 e 60 anos.



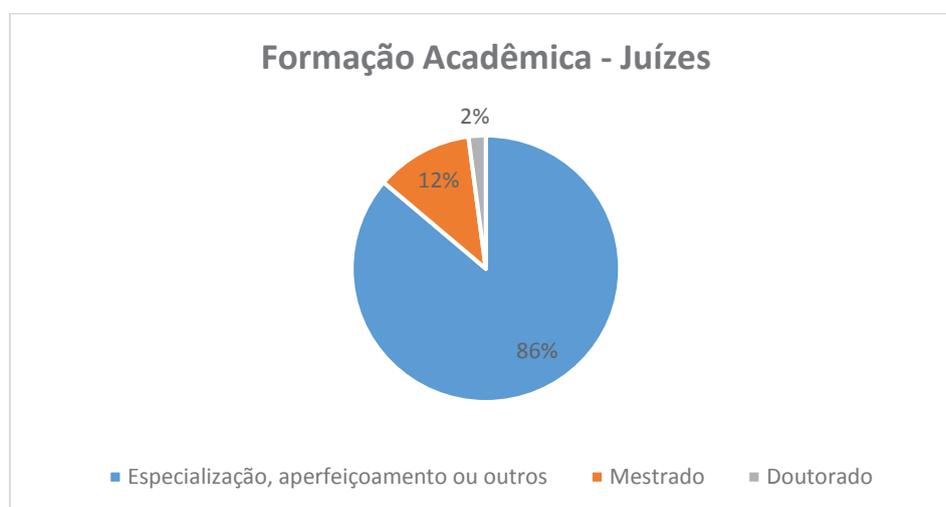
52% dos desembargadores têm acima de 60 anos.

Formação acadêmica:

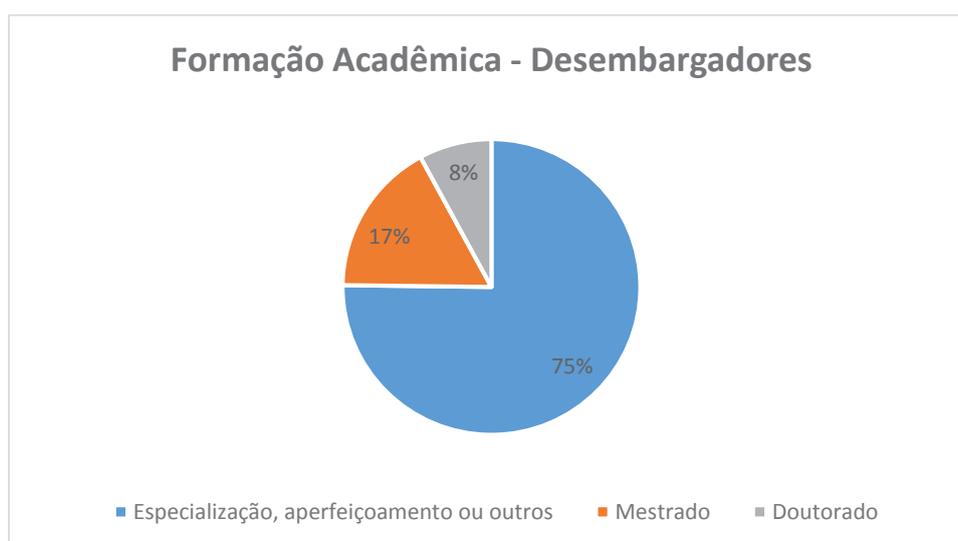
Proporcionalmente, não há divergências significativas na formação acadêmica informada.

Formação Acadêmica	Nº de Juízes Juízes		Nº de Desembargadores	
	nov/16	abr/17	nov/16	abr/17
Especialização, aperfeiçoamento ou outros	3.027	2.760	329	285
Mestrado	333	372	57	64
Doutorado	61	66	30	30
SOMA	3.421	3.198	416	379

Analisando apenas os dados de 2017, observa-se:



14% dos juizes têm mestrado ou doutorado.

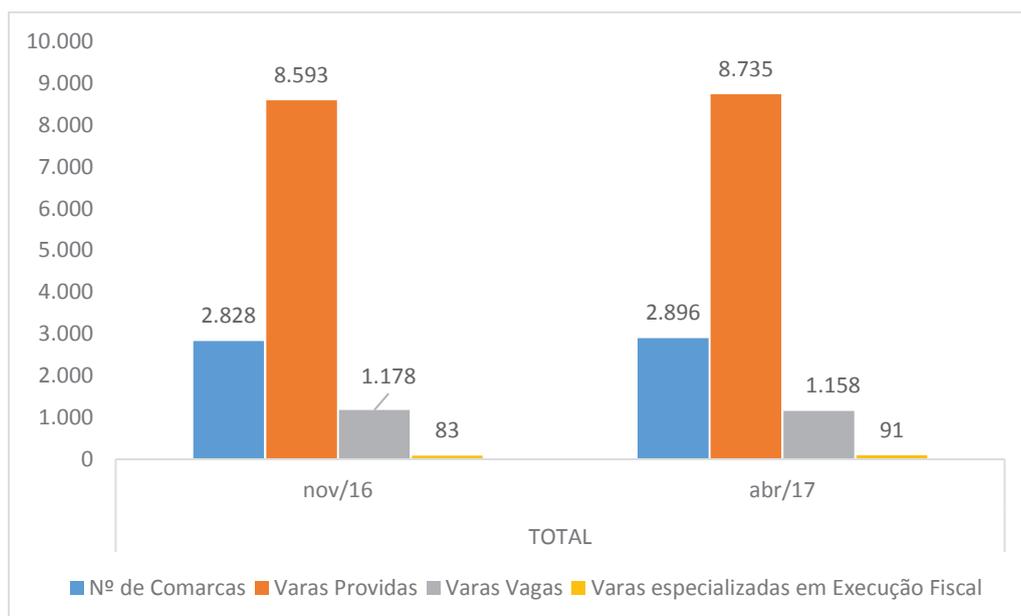


25% dos desembargadores têm mestrado ou doutorado.

4. COMARCAS

TJMT e TJDFT não informaram o número de comarcas e varas em 2016. O dado será replicado de 2017.

	TOTAL		
	nov/16	abr/17	DIFERENÇA
Nº de Comarcas	2.828	2.896	68
Varas Providas	8.593	8.735	142
Varas Vagas	1.178	1.158	-20
Varas especializadas em Execução Fiscal	83	91	8



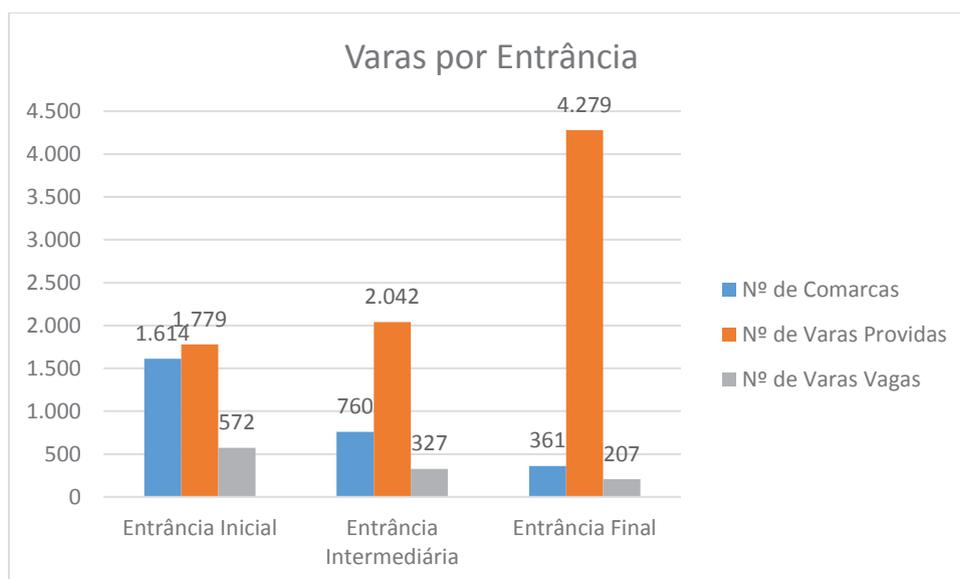
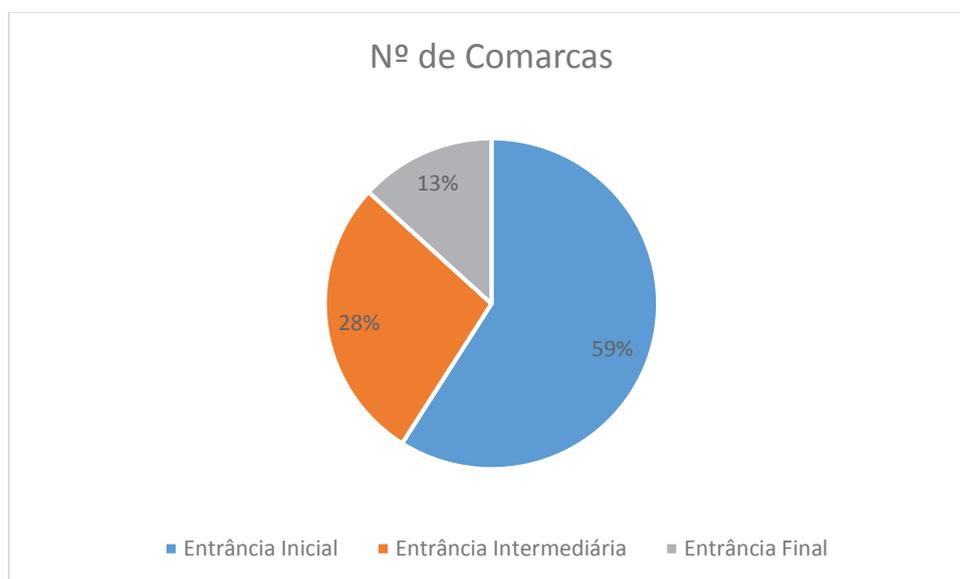
Na comparação dos dados, foram observadas possíveis inconsistências na informação do dado. Conforme tabela abaixo, destacam-se discrepâncias significativas nas informações prestadas pelos Tribunais TJAL, TJAM, TJBA, TJPE e TJPI.

Órgão	COMARCAS EM NOV/2016				COMARCAS EM ABR/2017			
	Comarcas	Varas Providas	Varas Vagas	Varas Exec. Fiscal	Comarcas	Varas Providas	Varas Vagas	Varas Exec. Fiscal
TJAC	22	51	5	1	22	46	6	
TJAL	153	124	31		55	98	32	6
TJAM	166	140	26		61	137	25	4
TJAP	13	57	1		12	58	0	
TJBA	211	684	142	6	211	545	155	6
TJCE	149	409	55	8	149	343	56	
TJDFT	16	191	19	1	16	191	19	1
TJES	69	265	48	4	69	265	48	4
TJGO	127	328	50	2	127	380	20	
TJMA	109	252	9	3	109	259	3	
TJMT	79	218	41	1	79	218	41	
TJMS	54	157	21	2	54	155	23	3
TJMG	296	744	101	8	296	735	120	2
TJPA	117	293	49	3	112	244	53	3
TJPB	78	256	44		78	254	46	2
TJPE	150	358	121	4	150	465	110	3

TJPI	74	115	16	1	179	147	22	2
TJPR	161	547	23	21	161	547	23	21
TJRJ	82	680	126		81	680	126	
TJRN	65	174	47	6	65	174	47	6
TJRO	23	99	4	2	23	99	4	2
TJRR	8	21	1		8	37	5	
TJRS	164	563	65		164	558	71	
TJSC	111	364	24	14	111	364	24	14
TJSP	318	1.423	76	2	319	1.413	88	2
TJSE	39	115	3	2	75	75	0	2
TJTO	42	107	10		42	106	11	
SOMA	2.896	8.735	1.158	91	2.828	8.593	1.178	83

Quanto ao TJAM, tem-se na página do Tribunal na internet que o número correto de comarcas é 61.

Análise dos números de comarcas e varas informados por entrância em 2017:



Na entrância inicial há 76% das varas providas, na entrância intermediária há 86% das varas providas e na entrância final há 95% das varas providas.

5. SERVIDORES

TJAM, TJGO e TJRJ não informaram o número de servidores na segunda instância em 2017.

TJAL, TJPR e TJRN não informaram todos os números em 2016.

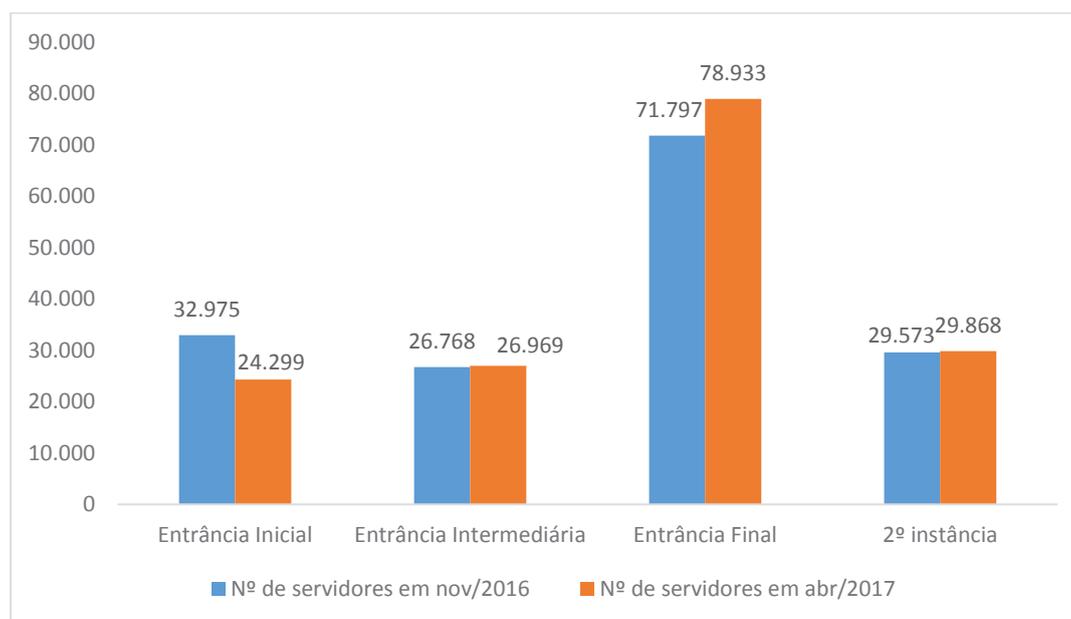
Os quantitativos não informados foram duplicados para comparabilidade.

	Nº de servidores		
	nov/16	abr/17	DIFERENÇA
1º Instância	134.778	133.512	-1.266
2º instância	29.573	29.868	295

Redução do número de servidores na primeira instância e **aumento** no número de servidores na segunda instância.

Órgão	Nº de servidores nov/2016		Nº de servidores abr/2017		DIFERENÇAS	
	Primeira instância	Segunda instância	Primeira instância	Segunda instância	Primeira instância	Segunda instância
TJAC	878	381	1.321	128	443	-253
TJAL	1.341	498	1.341	498	0	0
TJAM	2.011	762	2.042	762	31	0
TJAP	627	79	928	334	301	255
TJBA	8.470	779	8.458	721	-12	-58
TJCE	3.277	911	2.790	892	-487	-19
TJDFT	0	879	0	815	0	-64
TJES	2.826	716	2.895	726	69	10
TJGO	4.109	1.704	4.174	1.704	65	0
TJMA	3.739	1.306	3.507	1.276	-232	-30
TJMT	3.382	1.059	3.382	1.092	0	33
TJMS	2.399	1.116	2.497	838	98	-278
TJMG	11.968	3.027	11.968	3.027	0	0
TJPA	4.153	312	4.706	349	553	37
TJPB	2.427	567	3.344	1.040	917	473
TJPE	7.120	817	7.034	823	-86	6
TJPI	1.648	342	1.601	642	-47	300
TJPR	5.450	1.173	5.450	1.173	0	0
TJRJ	11.131	2.744	9.436	2.744	-1.695	0
TJRN	1.583	298	1.583	298	0	0
TJRO	1.916	1.073	1.916	1.073	0	0
TJRR	412	93	416	92	4	-1
TJRS	6.029	2.194	5.449	2.102	-580	-92
TJSC	4.810	1.804	4.744	1.830	-66	26
TJSP	39.451	4.015	39.237	4.003	-214	-12
TJSE	2.352	299	2.053	267	-299	-32
TJTO	1.269	625	1.240	619	-29	-6
SOMA	134.778	29.573	133.512	29.868	-1.266	295

Análise das informações por entrâncias:



A soma de servidores por entrância não corresponde ao total de servidores, pois há tribunais com entrância única e tribunais que informaram apenas o total.

6. SISTEMA PENITENCIÁRIO

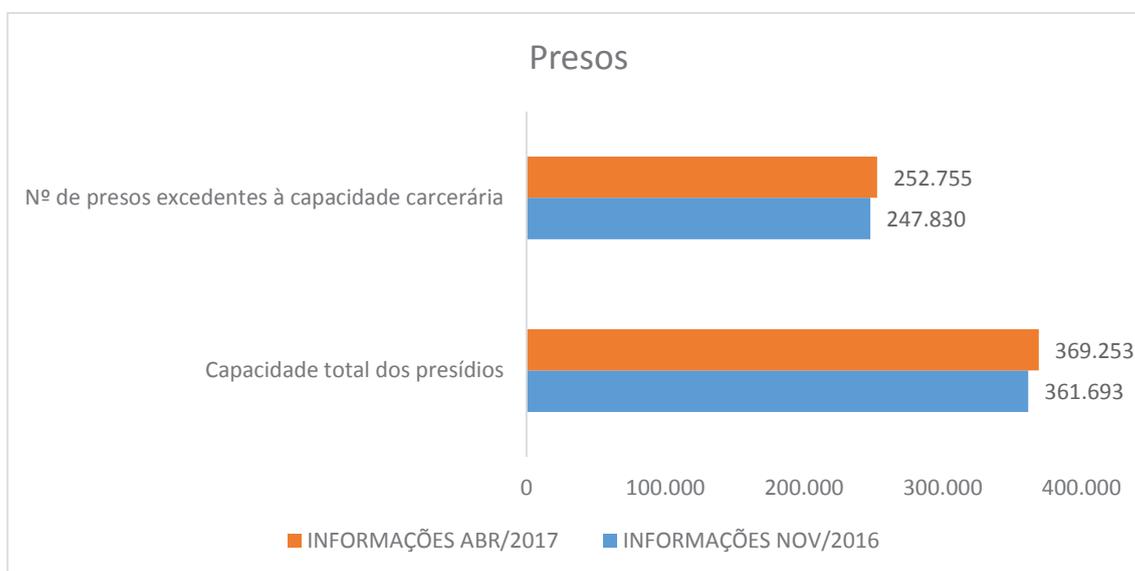
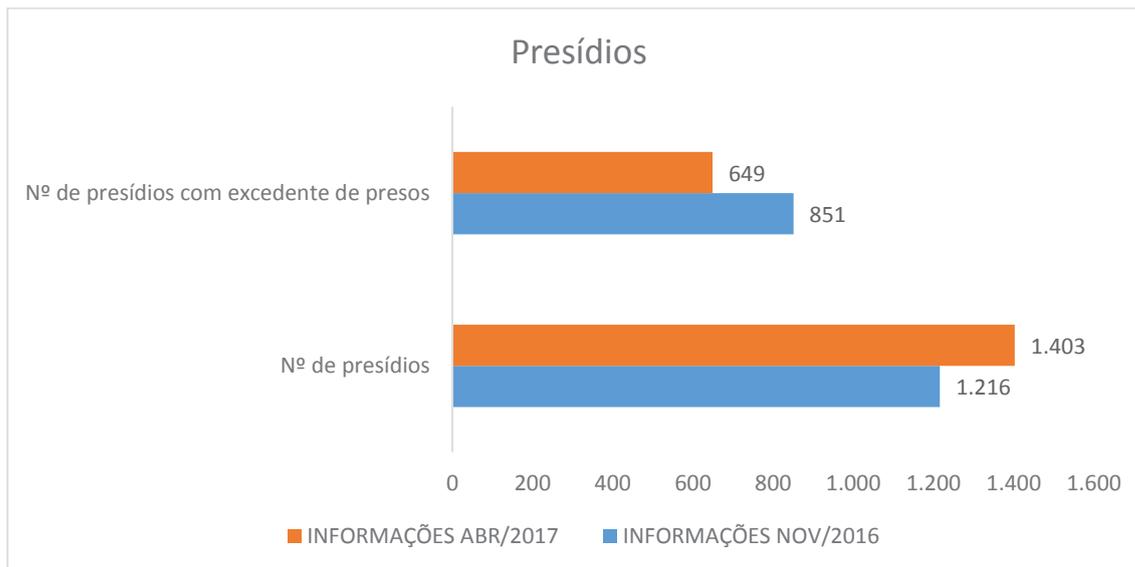
Quanto aos presídios:

TJPR, TJRN e TJSP não informaram em 2016.

Informações ausentes em apenas um período foram duplicadas.

	INFORMAÇÕES NOV/2016	INFORMAÇÕES ABR/2017	DIFERENÇAS
Nº de presídios	1.216	1.403	187
Capacidade total dos presídios	361.693	369.253	7.560
Nº de presídios com excedente de presos	851	649	-202
Nº de presos excedentes à capacidade carcerária	247.830	252.755	4.925

Aumento do número de presídios e da capacidade total dos presídios. **Redução** do número de presídios com excedente de presos.



Informação por Tribunal:

Órgão	INFORMAÇÕES NOV/2016				INFORMAÇÕES ABR/2017			
	Nº de Presídios	Capacidade Presídios	Presídios Excedentes	Presos Excedentes	Nº de Presídios	Capacidade Presídios	Presídios Excedentes	Presos Excedentes
TJAC	16	2.473	10	2.976	6	2.567	5	2.841
TJAL	2	4.103	2	1.277	9	3.502	7	726
TJAM	17	3.134	17	4.997	22	3.382	21	4.504
TJAP	8	1.352	8	1.425	8	1.352	8	1.529
TJBA	5	10.059	16	3.556	24	10.870	16	2.715
TJCE	13	8.681	11	3.398	165	12.310	13	8.585
TJDFT	7	7.716	5	7.546	8	7.617	5	7.880
TJES	35	13.784		4.587	35	13.873	28	5.631
TJGO	120	7.909	120	8.000	143	9.142	72	9.631
TJMA	35	5.105	28	2.583	37	5.913	30	3.404
TJMT	56	6.300	46	5.189	55	6.341	42	5.045
TJMS	47	7.327	47	8.072	47	7.327	37	8.148
TJMG	288	38.517	210	27.116	209	35.873		29.238

TJPA	46	8.600	38	6.523	46	8.600	46	7.071
TJPB	20	3.747	19	4.934	21	4.048	17	4.216
TJPR	32	18.313	21	980	32	18.313	21	980
TJPE	22	10.968	21	19.939	80	10.967	39	18.883
TJPI	15	2.230	13	1.967	15	2.230	13	2.022
TJRJ	55	27.566	35	23.177	56	28.863	37	23.801
TJRN	32	4.325	32	3.740	32	4.325	32	3.740
TJRO	50	3.818	40	2.498	53	5.496	45	2.843
TJRR	7	1.181	7	1.137	7	1.186	7	955
TJRS	62	7.673	57	7.268	64	6.464	58	4.965
TJSC	49	14.208	40	3.856	50	15.248	42	3.428
TJSP	168	139.668		87.937	168	139.668		87.937
TJSE	7	2.218	6	2.974	9	3.058	6	1.956
TJTO	2	718	2	178	2	718	2	81
TOTAL	1.216	361.693	851	247.830	1.403	369.253	649	252.755

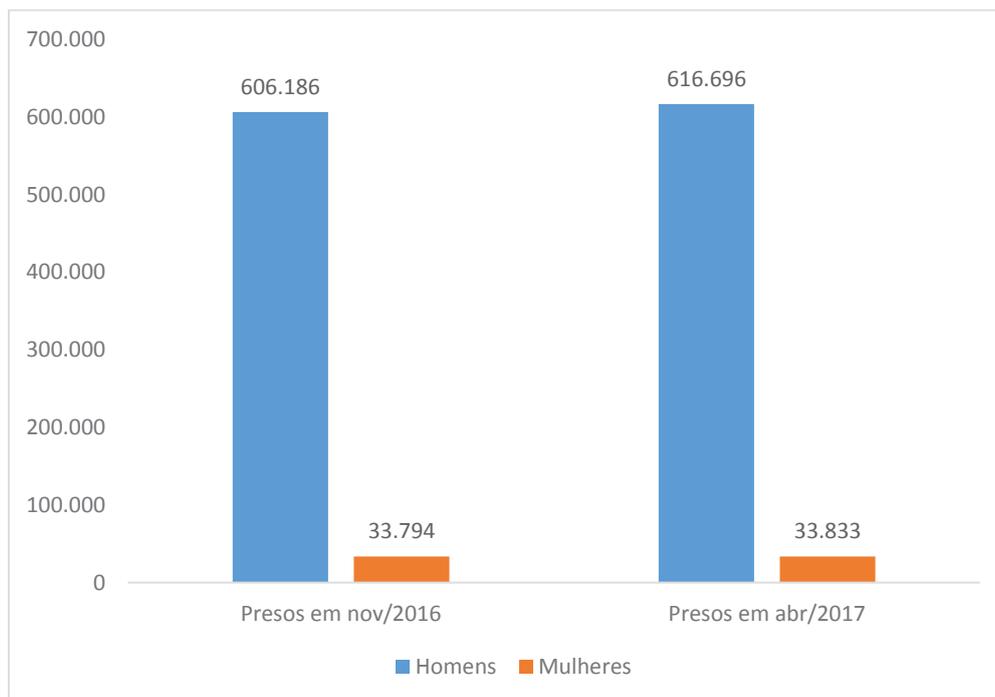
Quanto aos presos:

O TJAL, TJGO, TJPR, TJRN e o TJMG não informaram em 2016.

O TJPB não informou em 2017.

PRESOS	Presos em nov/2016	Presos em abr/2017	DIFERENÇA
Homens	606.186	616.696	10.510
Mulheres	33.794	33.833	39
Mulheres Grávidas	306	360	54
SOMA	640.286	650.889	10.603

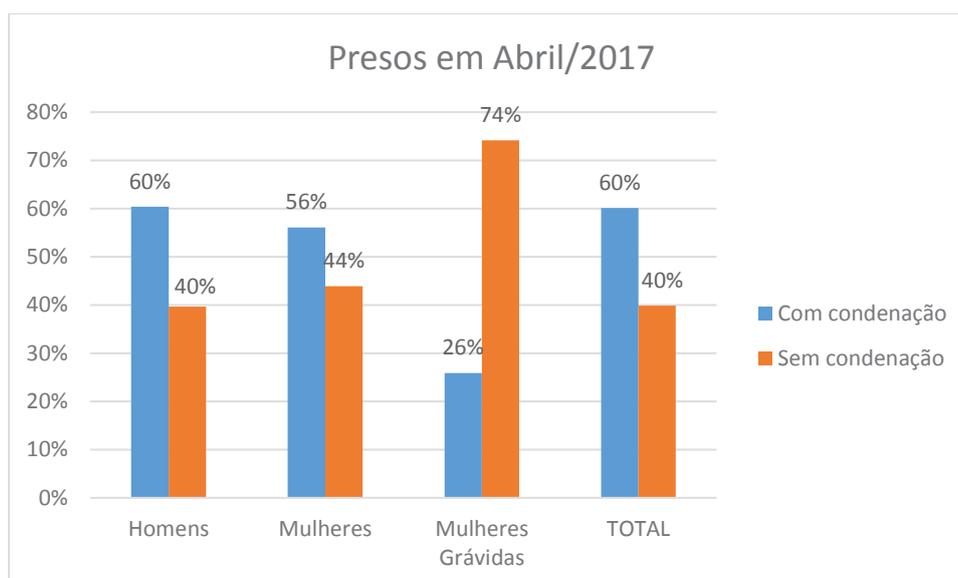
Aumento no número de presos.



Alguns Tribunais não detalharam o total de presos por gênero e se tinham ou não condenação. Entre os que informaram:

PRESOS	Presos em nov/2016		Presos em abr/2017		DIFERENÇA	
	Com condenação	Sem condenação	Com condenação	Sem condenação	Com condenação	Sem condenação
Homens	234.807	154.742	242.302	159.117	7.495	4.375
Mulheres	11.848	9.268	12.061	9.444	213	176
Mulheres Grávidas	60	120	45	129	-15	9
SOMA	246.715	164.130	254.408	168.690	7.693	4.560

Análise dos dados de 2017:



7. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Todos os Tribunais informaram haver aderido ao processo judicial eletrônico (SAJ, Themis, Tucujuris, E-Proc, SCPV, UDI e PJe/CNJ) no primeiro grau.

Tribunais que utilizam o PJe/CNJ no 1º grau: TJBA, TJCE, TJDF, TJMT, TJMG, TJPA, TJPE, TJRN e TJRS.

Nem todos especificaram se o sistema utilizado abrange o processamento de ações criminais, ações não criminais e recursos.

Entre os que especificaram:

PJE	nov/16		abr/17	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Ações Criminais	11	11	12	13
Ações Não Criminais	23	0	25	0
Recursos	19	3	22	2

Quanto à adesão ao processo judicial eletrônico no segundo grau, **26 Tribunais responderam, faltando apenas o TJBA. Daqueles, 23 utilizam o processo judicial eletrônico em diversos formatos (PJe/CNJ, PROJUDI, EJUD, THEMIS, SAJ, SCPV, JPJe/TJMG e E-Proc) e 3 não (TJES, TJPA e TJPI).**

Tribunais que utilizam o PJE/CNJ no 2º grau: TJDFT, TJMT, TJPE, TJRN, TJPB, TJPR e TJRR. Dentre estes tribunais, apenas o TJDFT e o TJMT informaram que processam ações criminais das classes originárias no PJe. Porém, depois de conferida a informação, verificou-se que o TJDFT utiliza na segunda instância um sistema próprio denominado Julgamento Virtual para processamento das ações criminais.

O TJMT, contudo, confirmou a utilização do PJE/CNJ no segundo grau para processamento das classes penais originárias cuja tramitação não difere muito das ações cíveis, em uma adaptação inovadora no uso do PJe.

Também no segundo grau, nem todos os tribunais especificaram se o tipo de processo eletrônico escolhido é utilizado para ações criminais, ações não criminais e recursos.

Entre os que especificaram a utilização:

PJE	nov/16		abr/17	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Ações Criminais	15	5	23	3
Ações Não Criminais	18	2	16	7
Recursos	17	3	21	2

Vinte e dois Tribunais responderam que o tipo de processo judicial eletrônico utilizado é interoperável com outros Tribunais e órgãos, apenas 3 não são – TJES, TJPB, TJRR.

Síntese das sugestões apresentadas para o aperfeiçoamento do PJE do CNJ:

- Compatibilização com o procedimento E-Carta para tramitação de intimações eletrônicas; relatórios gerenciais; demandas do CPC; viabilização de cartórios integrados; CEJUSC; Módulo Criminal para ampliação das implantações; flexibilização de conexões com outras plataformas de banco de dados (ex.: Banco Oracle); imersão da equipe de desenvolvimento do TJBA.
- Utilização de bancos de dados Oracle; Implementação de funcionalidades para o tratamento do processo eletrônico criminal; Implementação de funcionalidades para o tratamento do processo eletrônico de execução criminal; Implementação de consulta fonética; Implementação de controle de processos físicos (papel) possibilitando a desativação de sistemas de controle processuais existentes.
- Montagem pelo CNJ de equipe para identificar as funcionalidades lentas para melhorar o tempo de resposta do sistema; CNJ precisa aumentar a equipe para gerenciar de forma mais proativa as *issues* abertas pelos Tribunais e coordenar as fábricas de *softwares* dos Tribunais.
- Adequação do número de técnicos da equipe que atua no PJE, para otimizar o atendimento das *issues*, promoção de treinamentos, agilização nas homologações de versões e implementação de funcionalidades, adequação do sistema às novas rotinas de contagem de prazo estatuídas pelo NCPC; Integração das instalações de primeiro e segundo graus.
- Ajustes na aplicação do segundo grau para realização da sessão; Alteração do documento de pauta de julgamento para atendimento das regras do NCPC; Unificação das aplicações de primeiro e segundo graus; Informações mais detalhadas sobre os recursos interpostos para as ações de segundo grau; Tratamento de ações criminais; Integração com Correios; Integração com JEN; Correção no módulo perícia; Tratamento para documentos com erro na validação de assinaturas; Revisão da regra de distribuição automática que permite marcar mais de uma audiência no mesmo dia para um advogado; Possibilidade de gerar múltiplos documentos em

uma única tarefa; Melhorias nas tarefas de minuta e assinatura de lote; Tratamento de custas processuais; Assinaturas múltiplas por documento; Revisão e otimização dos procedimentos de banco visando a melhorar o desempenho da aplicação.

- Ajuste de algumas normas de negócio e funcionalidades relativas à Defensoria Pública e às Procuradorias; Criar/ampliar os serviços disponíveis no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI); Ampliar o escopo do Escritório Digital visando também os grandes escritórios de advocacia; Concluir o desenvolvimento da versão 2.0 (nova arquitetura tecnológica); Estruturar a gestão de confirmação do sistema no CMJ, em virtude de seu desenvolvimento colaborativo; 6. Introduzir testes de carga no processo de desenvolvimento do sistema; Manter o desenvolvimento do sistema compatível com clusterização de banco de dados; O sistema deve ser acessível, nos padrões de mercado.
- Múltiplas assinaturas eletrônicas nos processos; Melhoria na rotina de redistribuição de processos no segundo grau, por causa de travamentos; Melhoria na rotina de redistribuição de processos no primeiro grau, considerando a escolha de classe de competência da unidade de destino; Implementação de configuração para sessão estendida no segundo grau, contemplando acesso aos assessores dos gabinetes; Correção da rotina de prevenção no primeiro e no segundo graus; Reestruturação da rotina de remessa do primeiro grau ao segundo grau e vice-versa, incluindo controle de transações para evitar inconsistências; Melhoria das transações entre a gravação de documentos e movimentos, para evitar inconsistências base e garantir geração de relatórios; Aprimorar funcionalidade de *download* de documento em PDF; Implementar distribuição automática de mandados para oficiais de justiça, incluindo controle de afastamentos; Permitir recebimento de CDA via ajuizamento no painel e por MNI de forma estruturada; Melhorar a regra de funcionalidade de habilitação dos autos; Procedimento de atualização automática da base das tabelas unificadas e dos CEPs dos Correios; Melhoria no painel do advogado para contemplar o escritório de advocacia e seus assistentes; Visualização do processo no PJe via função *e-book*; Busca por jurisprudência indexada e busca de informações por voz, para processos, pessoas e órgãos; Implementação de funcionalidade para substituição de magistrados no segundo grau, incluindo redistribuições de processos automaticamente.
- Desenvolvimento de módulo estatístico; Desenvolvimento do E-Carta; Desenvolvimento da Central de Mandados; Desenvolvimento de Audiências Audiovisuais.
- De maio a julho do corrente ano, será implantada a versão 2.0 do PJE do CNJ, ampliada para todas as classes processuais, inclusive as recursais no segundo grau.
- Permitir controle de processos judiciais físicos; Permitir alterações contratuais conforme a necessidade do TJ; 3. Possibilidade de operar com o bando de dados do Oracle.
- O e-carta, que trará a integração com os correios; Intimação e citação em lotes; Suspensão de processos em lote; Fluxo específico para as varas de execução fiscal.
- *Issues* abertas no CNJ – PJE primeiro grau; Validação do registro de suspensão dos advogados; Gerar PDF da pauta; Possibilidade de votação e inclusão do voto de mérito e preliminar na sessão; Criar pesquisa de processos por competência; Criar auditoria na alteração de recursos do papel do advogado; Criar procedimento para atualização das tabelas unificadas do CNJ via aplicação; Criar interface de comunicação com a central de mandados externos; Criar opção de selecionar Órgão Julgador na redistribuição de processo; Criar produtividade/histórico por pendência; Permitir criar bloqueio de pauta mesmo com audiências já marcadas no período/controlar de prazos automatizados no cumprimento de mandados; *Issue* abertas no CNJ – PJE segundo grau; Definir o Presidente do Órgão Julgador colegiado e encaminhar o processo conclusivo.
- Desenvolvimento do módulo criminal.
- Maior robustez e estabilidade; Melhor agilidade no trabalho interno para grandes volumes de processos; Melhor integração entre graus de jurisdição; Melhorar o conceito de autos

independentes (poder acessar os autos independentes e que eles se bastem, sem a necessidade de uso do sistema para consultar dados e documentos no PJE); Dar maior celeridade para a correção de erros do sistema; Melhorar a estrutura de suporte e desenvolvimento do PJE no CNJ.

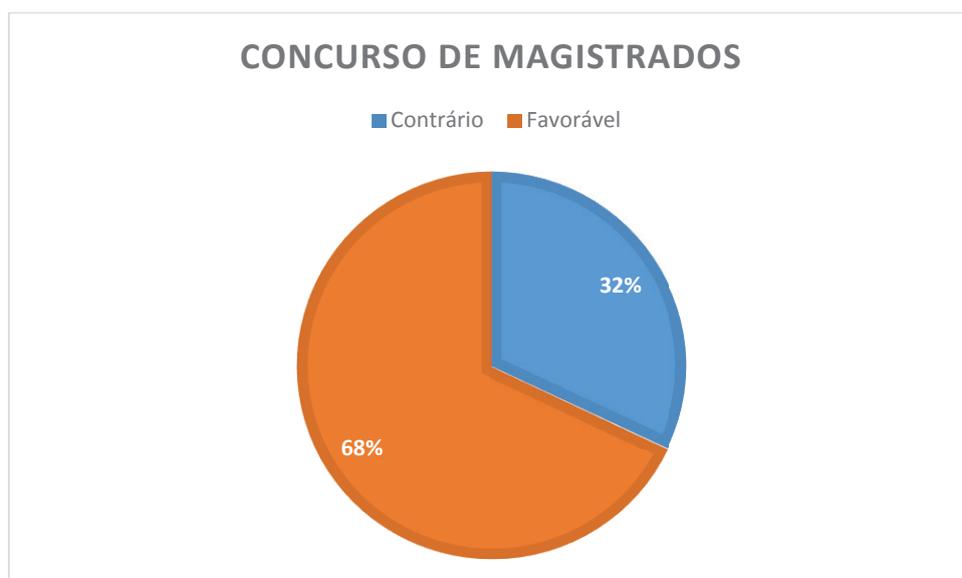
- Concentração de esforços e investimentos no desenvolvimento de frameworks que disponibilizem serviços para o acionamento externo por outras aplicações, permitindo cada vez mais integrações entre os diversos sistemas existentes; fornecimento direto pelos sistemas utilizados dos dados fornecidos diretamente pelos sistemas utilizados por intermédio do acionamento de webservices sem necessidade do preenchimento manual de inúmeros formulários exigidos pelo CNJ;
- Possibilidade de ser usado em todas as classes processuais e todas as competências da justiça comum, da delegacia ao STF com é o e-Proc do TJTO.
- O PJE não é utilizado no Tribunal de Justiça de Goiás. 1. Ser único (primeiro e segundo grau em um único sistema); 2. Interoperável - MNI; 3. Interface responsiva; 4. Acessível (obs.: o custo de integração do PJHE com sistemas dos tribunais é alto em função das plataformas computacionais - ex.: arrecadação, central de mandados, distribuição, fluxos internos etc.); 5. É necessário que cada Tribunal tenha seu próprio sistema, desde que interoperável com outros Tribunais - MNI V. 2.2.2.

8. CONCURSO NACIONAL DE MAGISTRADOS

Comparando as informações de 2016 e 2017:

- TJAM, TJDFT e TJPA mudaram a opinião de contrário para favorável
- TJGO e TJSE mudaram a opinião de favorável para contrário.
- TJMT e TJSP manifestaram-se apenas em 2016.
- TJPR e TJRN manifestaram-se apenas em 2017.
- TJES e TJMA não se manifestaram.

Duplicando a informação dos que se manifestaram apenas uma vez, tem-se em 2017:



Argumentos favoráveis apresentados:

- Para unificar o padrão de seleção e reduzir os questionamentos na execução do concurso.
- O concurso nacional de juízes tende a fortalecer a categoria, além de favorecer a democratização do acesso à carreira da magistratura, pois propicia a permuta de juízes entre os Estados.
- Custo único para toda a magistratura.
- *“Este Tribunal é favorável à instituição do concurso nacional de juízes no País, haja vista que tal medida uniformiza (...) os critérios de seleção dos candidatos, garantindo-se, com isso, o alto nível de qualificação daqueles que pretendem ingressar (...) na Magistratura nacional, bem como evitará a evasão de magistrados que fez concurso em um estado fora da sua residência e (...) consegue aprovação em seu Estado de origem”* (sic, não é possível ler a íntegra do texto).
- Uniformização dos critérios para a seleção de candidatos, com ganhos de qualidade quanto ao recrutamento. Possibilidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de formação inicial de magistrados.
- O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é favorável ao concurso unificado nacional na primeira fase objetiva, de forma que uma lista única aproveite a todos os Tribunais. Entretanto, a partir das fases discursivas e orais, seria conveniente que cada Tribunal selecionasse os classificados de acordo com a especificidade de cada Unidade Federativa.
- O Tribunal de Justiça do Pará se manifesta favoravelmente ao concurso nacional de juízes, se a realização do certame ocorrer em data única, para evitar a figura do juiz concurseiro, resguardando a administração dos Tribunais da evasão de magistrados de alguns Estados, problema recorrente nos Estados do Norte, especificamente no Pará, o que prejudica demasiadamente a prestação jurisdicional.
- Um concurso nacional padroniza o ingresso dos novos magistrados e permite a unificação das normas de ingresso e remoção para todo o País.
- Um dos maiores problemas na seleção de novos juízes é a grande rotatividade por causa da participação simultânea em concursos de diversos Estados. É comum o candidato tomar posse em determinado Estado enquanto aguarda a finalização de outro concurso, gerando custos elevados com a realização do treinamento na escola judicial e atrasando o preenchimento da comarca vaga. Caso o concurso seja nacionalizado, ao menos na primeira fase, o candidato aprovado deverá optar por determinado Estado em prejuízo dos demais.
- Uniformizar o recrutamento de magistrados. Minimizar custos. Diminuir o tempo de espera para preenchimento dos cargos vagos.
- Maior amplitude de participantes no certame.
- Racionalização e celeridade do processo seletivo.
- Desde que garantidas vagas pré-definidas por Estado, sou favorável ao concurso nacional de juízes, pois favorece a ampla concorrência dos candidatos e possibilidade de participação.
- O concurso público de abrangência nacional garante maior isonomia e transparência, na medida em que haveria a uniformização do edital, evitando, inclusive, os mais diversos questionamentos no âmbito do CNJ.
- *“Outro ponto que merece destaque em favor dos candidatos é a redução de custos para realização da primeira etapa, em que os inscritos não mais necessitariam deslocar-se para outros Estados do País, se o desejo fosse ingressar em um tribunal em Estado diferente daquele onde reside. Isso garantiria maior extensão ao espírito democrático e meritório do concurso público, uma vez que até mesmo candidatos de baixa renda que residam em Estados distantes possam concorrer a qualquer Tribunal do País. Por fim, ressalta-se que o formato em comento*

deverá ser aplicado apenas na primeira fase do certame com a (...)” (sic, não foi possível a leitura do restante do texto).

- Uniformização dos critérios de recrutamento e seleção dos candidatos, com foco em obter um perfil mais homogêneo dos magistrados, bem como redução de custos no programa de formação para ingresso na carreira.
- A realização de uma primeira fase de concurso em âmbito nacional permitiria a criação de cadastro geral que poderia ser consultado por todos os tribunais. Nas fases seguintes, os exames poderiam ser realizados pelos tribunais locais de modo a aferir se o candidato está preparado para atender suas especificidades.
- Maior estabilização do sistema, evitando rotatividade após o concurso. O candidato, após a prova nacional, escolheria o estado de sua preferência.

Argumentos contrários:

- Informação encaminhada em 31.11.2016: *“Em mesmo sentido, a nível organização da Justiça Federal com a criação pela EC 73, tem como objetivo regionalizar a justiça, distribuindo de forma mais justa o acesso ao Poder Judiciário, poder este que deve conhecer a realidade de suas regiões, e no âmbito federal os concursos realizados seguem o mesmo norte, não havendo unificação para todas as regiões. No mais o concurso regionalizado vai em mesmo sentido ao comando do art. 35, V da LC nº 35/79, de residir na sede da Comarca, posto que, além do conhecimento das especificidades locais, o necessário deslocamento provoca a necessária mudança de paradigma quando da experiência empírica. Medida contrária provocaria pedidos de remoção e redistribuição mais recorrentes como os que ocorrem no âmbito dos Tribunais Federais quanto aos servidores públicos, ou em casos mais drásticos a vacância do cargo, causando sérios prejuízos sociais e à Administração”.*
- *“O critério seletivo bem como o estudo psicossocial são melhores avaliados por região”.*
- A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes /MG, por meio da diretoria executiva de desenvolvimento de pessoas – DIRDEP, entende que cada Estado da Federação possui suas peculiaridades. Desta forma, a realização de concurso nacional não permitirá que o conteúdo a ser cobrado nas provas seja específico de cada Estado. Vale lembrar que em alguns estados o curso de formação inicial ainda constitui etapa do concurso. Ademais, há dúvidas de como ocorrerá a operacionalização de um certame em âmbito nacional. No PCA nº 0006269.02.2011.2.00.0000 a escola apresentou questionamentos acerca da logística e da fiscalização do concurso nacional.
- *“O concurso nacional de juízes viola: 1. a autonomia administrativa dos tribunais; 2. ofende ao art. 96, I, 'c' da CRFB, que dispõe ser de competência privativa dos tribunais prover os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição; 3. a observância das peculiaridades sociais locais na realização do concurso para melhoria da prestação jurisdicional” (sic).*
- O critério de avaliação a nível nacional, por ser uniforme, termina por selecionar magistrados que não dispõem do perfil cultural-regional, já que o país tem seus estados constituídos de grande diversidade cultural. Além disso, favoreceria a modalidade em razão de imigrantes de outras regiões retornar às origens, desfavorecendo a magistratura de menor aceitação.
- O concurso regional é necessário para preservar a autonomia dos tribunais e considerando a diversidade das realidades de cada tribunal.
- Cada tribunal deve organizar seu quadro de magistrados, atendendo a previsão constitucional do pacto federativo.

9. QUANTIDADE DE PROCESSOS

- TJMA e TJMT não informaram o quantitativo em 2017. Foram replicados os dados de 2016.

A quantidade de processos no dia 1º.1.2016, informada em novembro/2016 e abril/2017, não deveria apresentar divergências.

Órgão	Quantidade de Processos em 1/1/2016					
	1º GRAU			2º GRAU		
	nov/16	abr/17	DIFERENÇA	nov/16	abr/17	DIFERENÇA
TJAC	102.185	102.188	3	3.027	4.752	1.725
TJAL	410.357	500.090	89.733	29.593	29.593	0
TJAM	670.159	670.731	572	23.685	16.705	-6.980
TJAP	106.786	106.786	0	5.451	5.451	0
TJBA	5.240.477	3.762.831	-1.477.646	88.662	72.261	-16.401
TJCE	1.069.329	1.088.858	19.529	66.166	66.166	0
TJDFT	826.121	784.317	-41.804	22.482	38.414	15.932
TJES	1.129.004	1.245.732	116.728	30.652	40.082	9.430
TJGO	1.378.999	1.371.544	-7.455	30.393	27.929	-2.464
TJMA	829.629	829.629	0	18.541	3.115	-15.426
TJMT	958.670	958.670	0	30.787	30.787	0
TJMS	697.270	799.754	102.484	16.951	17.511	560
TJMG	5.991.469	6.117.299	125.830	167.622	165.122	-2.500
TJPA	1.009.796	1.226.063	216.267	31.212	42.959	11.747
TJPB	124.132	552.459	428.327	8.829	17.626	8.797
TJPE	2.045.650	1.760.306	-285.344	87.114	65.668	-21.446
TJPI	353.058	441.321	88.263	21.591	21.937	346
TJPR	2.438.359	2.438.359	0	198.349	198.349	0
TJRJ	10.801.485	10.801.485	0	93.529	93.535	6
TJRN	638.367	638.367	0	21.966	21.966	0
TJRO	366.338	366.338	0	41.809	41.809	0
TJRR	113.671	113.511	-160	6.073	6.503	430
TJRS	4.489.718	3.963.500	-526.218	144.370	144.370	0
TJSC	2.944.903	2.944.903	0	122.504	122.504	0
TJSP	19.975.775	19.704.280	-271.495	293.786	572.512	278.726
TJSE	292.260	293.752	1.492	13.565	13.597	32
TJTO	361.953	361.953	0	15.679	15.679	0
TOTAL	65.365.920	63.945.026	-1.420.894	1.634.388	1.896.902	262.514

Analisando os dados de 2017, que informava a quantidade de processos distribuídos, baixados e remanescentes em 31/12/2016, temos:

Órgão	Quantidade de PROCESSOS até 31/12/2016					
	1º GRAU			2º GRAU		
	DISTRIBUÍDOS	BAIXADOS	REMANESCENTES	DISTRIBUÍDOS	BAIXADOS	REMANESCENTES
TJAC	105.804	113.510	94.482	10.795	14.195	1.352
TJAL	140.279	105.509	534.860	10.336	9.839	30.090

TJAM	151.101	194.167	627.665	27.548	34.189	10.064
TJAP	92.276	96.774	102.288	2.747	1.711	6.487
TJBA	936.113	729.212	3.969.732	48.707	53.233	67.735
TJCE	380.629	358.656	1.110.831	34.903	40.581	60.488
TJDFT	410.277	556.260	638.334	83.192	56.190	65.416
TJES	484.537	347.910	1.382.359	43.728	7.475	76.335
TJGO	264.634	346.008	1.290.170	47.087	59.269	15.747
TJMA	3.838.695	2.697.764	1.970.560	4.839	3.432	4.522
TJMT	428.582	443.916	943.336	39.724	35.270	35.241
TJMS	286.164	249.861	836.057	46.323	41.050	22.784
TJMG	2.390.572	2.464.713	6.043.158	270.093	226.412	208.803
TJPA	365.085	403.688	1.187.460	25.858	17.403	51.414
TJPB	257.941	309.273	501.127	23.165	20.037	20.754
TJPE	375.807	467.827	1.668.286	43.272	39.969	68.971
TJPI	136.906	142.238	435.989	13.697	10.494	25.140
TJPR	1.357.676	1.132.566	2.663.469	143.202	173.613	167.938
TJRJ	1.679.051	2.266.558	10.213.978	176.042	171.856	97.721
TJRN	225.923	186.311	677.979	17.823	16.938	22.851
TJRO	235.108	281.982	319.464	19.604	17.573	43.840
TJRR	64.894	71.419	106.986	5.225	6.518	5.210
TJRS	1.289.360	1.519.244	3.733.616	432.153	455.380	121.143
TJSC	613.749	764.017	2.794.635	98.307	81.315	139.496
TJSP	4.351.924	5.023.774	19.032.430	853.119	661.809	763.822
TJSE	273.676	285.718	281.710	30.759	34.110	10.246
TJTO	156.050	166.171	351.832	16.511	16.573	15.617
TOTAL	21.292.813	21.725.046	63.512.793	2.568.759	2.306.434	2.159.227

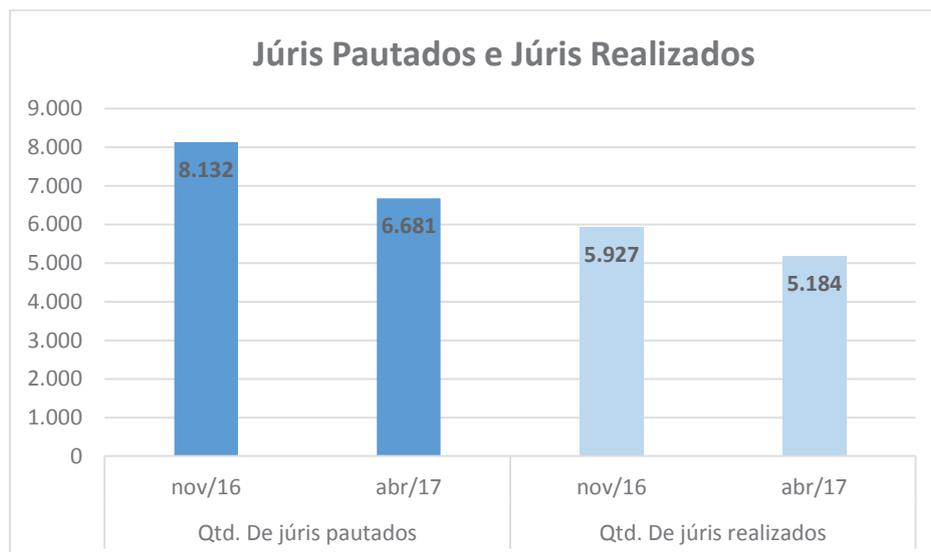
Possíveis inconsistências nos dados de TJBA, TJDFT, TJGO, TJPE e TJRS, pois os quantitativos informados de processos distribuídos e/ou baixados em 2016 que utilizava como referência a data de 30/11/2016 eram superiores aos informados em 2017.

10. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA CRIMINAL

Qtd. De júris pautados		Qtd. De júris realizados	
nov/16	abr/17	nov/16	abr/17
8.132	6.681	5.927	5.184

Redução na quantidade de júris pautados e de júris realizados.

O TJPR e o TJRN não informaram os quantitativos em 2016. TJAM e TJAP não informaram os quantitativos em 2017. Neste caso, foram duplicados os quantitativos dos anos informados.



A divergência ocorre principalmente devido às informações encaminhadas pelo **TJMG** que, conforme tabela abaixo, informou um quantitativo com diferença superior a 2 mil processos.

Órgão	nov/16		abr/17		DIFERENÇA	
	Qtd júris pautados	Qtd júris realizados	Qtd júris pautados	Qtd júris realizados	Qtd júris pautados	Qtd júris realizados
TJAC	110	55	111	100	1	45
TJAL	91	74	18	15	-73	-59
TJAM	85	34	85	34	0	0
TJAP	75	89	75	89	0	0
TJBA	203	116	204	108	1	-8
TJCE	585	391	601	399	16	8
TJDFT	205	142	212	179	7	37
TJES	72	57	72	57	0	0
TJGO	136	32	129	278	-7	246
TJMA	197	93	199	151	2	58
TJMT	521	393	521	393	0	0
TJMS	144	105	145	120	1	15
TJMG	3.136	2.497	574	488	-2.562	-2.009
TJPA	164	121	315	242	151	121
TJPB	74	16	99	126	25	110
TJPE	650	464	791	558	141	94
TJPI	35	23	37	24	2	1
TJPR	279	262	279	262	0	0
TJRJ	208	163	208	163	0	0
TJRN	176	152	176	152	0	0
TJRO	115	99	115	99	0	0
TJRR	36	30	21	17	-15	-13
TJRS	249	197	249	197	0	0
TJSC	101	69	865	667	764	598
TJSP	343	178	343	178	0	0
TJSE	98	52	102	48	4	-4
TJTO	44	23	135	40	91	17
TOTAL	8.132	5.927	6.681	5.184	-1.451	-743

Quantidade de inquéritos e ações penais:

Instâncias	Período			
	nov/16		Abr/17	
	Inquéritos	Ações Penais	Inquéritos	Ações Penais
1º Grau	2.431.667	5.032.524	2.527.846	5.286.987
2º Grau	1.535	60.327	1.271	102.167

Aumento no número de inquéritos e ações penais no 1º grau e de ações penais no 2º grau.
Redução do número de inquéritos no 2º grau.

Órgão	nov/16				abr/17				DIFERENÇAS			
	1º GRAU		2º GRAU		1º GRAU		2º GRAU		1º GRAU		2º GRAU	
	INQ	AP	INQ	AP	INQ	AP	INQ	AP	INQ	AP	INQ	AP
TJAC	3.899	13.619	28	10	115	538	28	10	-3.784	-13.081	0	0
TJAL		91			2.867	4.663	1	539	2.867	4.572	1	539
TJAM	11.011	477.496		1.049	19.041	17.966	42	3.732	8.030	-459.530	42	2.683
TJAP	28	28.680	14	940	51	29.805	11	895	23	1.125	-3	-45
TJBA	148.621	349.210	168	1.533	155.865	363.541	171	1.565	7.244	14.331	3	32
TJCE	102.663	125.115	97	199	72.040	124.081	168	210	-30.623	-1.034	71	11
TJDFT	25.395	45.287	15	4	44.749	25.511	15	4	19.354	-19.776	0	0
TJES	3.193	35.503	2	7.559	35.150	114.076	10	15	31.957	78.573	8	-7.544
TJGO	71.234	207.252	49	11.150	70.328	141.039	49	11.150	-906	-66.213	0	0
TJMA	56.051	452.439	196	1.339	56.051	452.439	7	2.870	0	0	-189	1.531
TJMT	74.488	113.815			74.488	92.831			0	-20.984	0	0
TJMS	17.037	117.886	10	8.998	39.440	23.150	7	4	22.403	-94.736	-3	-8.994
TJMG	724.471	936.526	123	290	781.672	1.039.585	84	126	57.201	103.059	-39	-164
TJPA	419.226	200.335	28	7.209	88.253	991.774		50.695	-330.973	791.439	-28	43.486
TJPB	33.684	84.583		2.542	13.056	19.036	24	52	-20.628	-65.547	24	-2.490
TJPE	29.911	183.618	8	63	28.180	187.613	9	13.084	-1.731	3.995	1	13.021
TJPI	11.126	66.912	26	4.207	18.781	138.793	28	4.060	7.655	71.881	2	-147
TJPR	165.008	158.628	272	12.866	165.008	158.628	272	12.866	0	0	0	0
TJRJ	9.232	1.937		14	9.232	1.937		12	0	0	0	-2
TJRN	19.678	18.632	10	41	19.678	18.632	10	41	0	0	0	0
TJRO	42.711	29.825	9	24	34.691	30.642	11	24	-8.020	817	2	0
TJRR	12.901	57.052	8	47	13.597	12.541	6	3	696	-44.511	-2	-44
TJRS	117.921	325.873	159	150	123.993	295.516	142	132	6.072	-30.357	-17	-18
TJSC	2.406	475	36	28	2.406	507	36	28	0	32	0	0
TJSP	314.019	962.825	242	35	642.599	962.825	102	19	328.580	0	-140	-16
TJSE	6.093	30.920	13	17	6.093	30.920	13	17	0	0	0	0
TJTO	9.660	7.990	22	13	10.422	8.398	25	14	762	408	3	1
TOTAL	2.431.667	5.032.524	1.535	60.327	2.527.846	5.286.987	1.271	102.167	96.179	254.463	-264	41.840

*As células grifadas de vermelho foram dados replicados.

Possíveis inconsistências nos dados de TJPA, que apresenta divergência superior a 300 mil processos.

Redução no tempo médio de duração (em dias) do julgamento dos presos provisórios nos tribunais TJBA e TJSC.

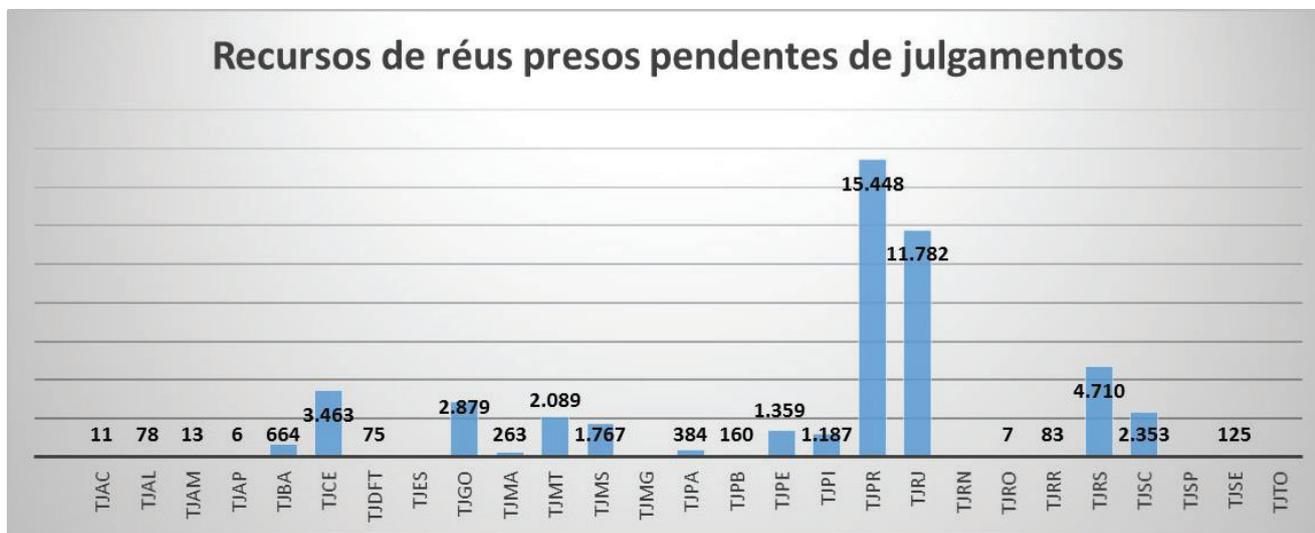
Órgão	Tempo Médio de Julgamento		
	nov/16	abr/17	Diferença
TJAC			
TJAL	2.969	2.969	0
TJAM	202	202	0
TJAP	1	2	1
TJBA	675	598	-77
TJCE			
TJDFT	55	55	0
TJES			
TJGO	310	310	0
TJMA	100	100	0
TJMT	229	229	0
TJMS	508	508	0
TJMG			
TJPA	508	508	0
TJPB	363	363	0
TJPE	403	403	0
TJPI	181	181	0
TJPR	147	147	0
TJRJ	360	360	0
TJRN			
TJRO	44	44	0
TJRR			
TJRS			
TJSC	563	275	-288
TJSP			
TJSE	242	242	0
TJTO	235	235	0
TOTAL	426	407	-364

O TJSC especificou que o tempo médio de julgamento é de 479 dias no primeiro grau e de 71 dias no segundo grau.

Quantidade de recursos de réus presos pendentes de julgamentos no tribunal. Esta informação foi solicitada apenas em 2017, não sendo possível, portanto, o comparativo:

Órgão	Recursos
TJAC	11
TJAL	78
TJAM	13
TJAP	6
TJBA	664

TJCE	3.463
TJDFT	75
TJES	
TJGO	2.879
TJMA	263
TJMT	2.089
TJMS	1.767
TJMG	
TJPA	384
TJPB	160
TJPE	1.359
TJPI	1.187
TJPR	15.448
TJRJ	11.782
TJRN	
TJRO	7
TJRR	83
TJRS	4.710
TJSC	2.353
TJSP	
TJSE	125
TJTO	
TOTAL	48.906



Consolidação dos Dados do Formulário Sintético sobre a Situação do Poder Judiciário

Órgãos:	TJAC, TJAL, TJAM, TJAP, TJBA, TJCE, TJDFT, TJES, TJGO, TJMA, TJMS, TJMG, TJMT, TJPA, TJPB, TJPE, TJPI, TJPR, TJRJ, TJRN, TJRO, TJRR, TJRS, TJSC, TJSP, TJSE, TJTO
Tribunais que não enviaram dados	

dados apresentados até 9-05-2017

QUADROS DO TRIBUNAL

Magistrados	Em exercício	Afastamentos					Cargos Vagos
		PAD	Cursos		Cedidos para outros órgãos	Outros ¹	
			Brasil	Exterior			
Desembargadores	1.538	8	0	3	6	19	37
Juízes de Direito	9.339	28	10	18	30	388	1.918
Juízes Substitutos	1.025	2	0	0	1	12	1.147

¹ Afastamentos para assessorar Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria, licença maternidade, etc.

PERFIL DOS MAGISTRADOS

Idade	Nº de Juizes	Nº de Desembargadores	Formação Acadêmica	Nº de Juizes	Nº de Desembargadores
De 21 a 30 anos	320	0	Especialização, aperfeiçoamento ou outros	2.760	285
De 31 a 40 anos	3.480	3			
De 41 a 50 anos	3.982	68			
De 51 a 60 anos	2.221	674	Mestrado	372	64
De 61 a 70 anos	577	783	Doutorado	66	30
Acima de 70 anos	19	31			

COMARCAS

	Entrância Inicial	Entrância Intermediária	Entrância Final	TOTAL
Nº de Comarcas	1.614	760	361	2.828
Nº de Varas Providas	1.772	2.011	4.219	8.609
Nº de Varas Vagas	545	324	205	1.183

Obs.: Alguns tribunais informaram apenas o total

Nº de Varas especializadas em Execução Fiscal	86
---	----

SERVIDORES

	Entrância Inicial	Entrância Intermediária	Entrância Final	TOTAL
Nº de servidores	24.299	26.969	78.933	136.043

Obs.: Alguns tribunais informaram apenas o total

Nº de servidores no Tribunal (2º instância)	24.712
---	--------

PROCESSOS SOBRESTADOS POR REPERCUSSÃO GERAL

TEMAS DE MAIOR IMPACTO		Quantidade (ordem decrescente)
Número	Descrição	
264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	221.107
265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	46.657
6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	20.783
810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda	20.360
285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	19.607
160	Contribuição previdenciária Proventos e Pensões de militares inativos	7.721
96	Incidência de juros de mora a data da conta de liquidação e a expedição do requerimento.	5.754
551	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados contratados para atender	5.093
33	Relevância e Urgência Medida Provisória nº 2.170-36/2001 capitalização de Juros periodicidade inferior a um ano	4.514
19	Indenização Não encaminhamento projeto de Lei Reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos	4.421
284	Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	3.710
499	Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil.	3.667

INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO

Nº de presídios	1.403
Capacidade total dos presídios	369.253
Nº de presídios com excedente de presos	649
Nº de presos excedentes à capacidade carcerária	252.755

PRESOS	Sem Condenação	Com Condenação	TOTAL
Homens	154.623	239.355	609.255
Mulheres	9.059	11.946	33.333
Mulheres Grávidas	119	42	347

ADESÃO A PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO					
1º GRAU			2º GRAU		
26 SIM - 1 NÃO			21 SIM - 4 NÃO		
Tipo:			Tipo:		
Percentual de implantação: v. tabela "Adesão ao Processo Judicial Eletrônico"			Percentual de implantação: v. tabela "Adesão ao Processo Judicial Eletrônico"		
É utilizado no processamento de:			É utilizado no processamento de:		
Ações Criminais	Ações Não Criminais	Recursos	Ações Criminais	Ações Não Criminais	Recursos
12 SIM - 12 NÃO	24 SIM	21 SIM - 2 NÃO	16 SIM - 6 NÃO	20 SIM - 2 NÃO	19 SIM - 1 NÃO
O tipo de processo judicial eletrônico utilizado é interoperável com outros tribunais e órgãos?					
Se sim, com quais?					
22 SIM - 3 NÃO					
Sugestões para o aperfeiçoamento do PJE do CNJ					
v. tabela "Adesão ao Processo Judicial Eletrônico"					
CONCURSO NACIONAL DE JUÍZES					
Opinião		Por que? v. tabela "Concurso Nacional de Juizes"			
Favorável	17				
Contrário	7				
INFORMAÇÕES GERAIS					
Quantidade de processos					
Instâncias	Em 1º/1/2016 (A)	Distribuídos até 30/12/2016 (B)	Baixados até 30/12/2016 (C)	Remanescentes em 30/12/2016 (D) = (A) + (B) - (C)	
1º Grau	65.321.019	17.447.994	18.926.954	63.842.059	
2º Grau	1.866.115	2.529.035	2.271.164	2.123.986	
INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA CRIMINAL					
Quantitativos					
Processos da Semana Nacional do Júri					
Quantidade de júris pautados			6.521		
Quantidade de júris realizados			5.061		
Instâncias	Inquéritos(A)	Ações Penais			
1º Grau	2.536.117	4.982.940			
2º Grau	1.439	91.088			
Quantidade de recursos de reus presos pendentes de julgamento no tribunal			Tempo médio de duração do julgamento dos presos provisórios em dias		
51.969			435		

Perfil dos Magistrados

Órgão	Responsável	Data do Preenchimento	PERFIL DOS MAGISTRADOS												Nº de Desembargadores			Nº de Juizes			Nº de Desembargadores					
			Nº de Juizes				Nº de Desembargadores				Nº de Juizes			Nº de Desembargadores												
			21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	+ 70	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	+ 70	Espec.	Mestre	Doutor	Espec.	Mestre	Doutor						
TJAC	Desa. Denise Castelo Bonfim	17/04/2017		24	19	12	1						1	3	3	4				56	4			11	3	
TJAL	Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly (Presidente em exercício)	11/04/2017	7	37	27	40	21	2												12	8			9	1	1
TJAM	Milandson Farias Rodrigues	11/05/2017	4	31	56	33	13												50	9			4	2		
TJAP	Adelson Armando Marques Anderson	11/04/2017		24	26	14	7													7	3			3	1	1
TJBA	Pablo de Araújo Guanaís Fausto	11/04/2017	11	149	210	109	64	2											75	7			6			
TJCE	Des. Francisco Gladysson Pontes	17/04/2017	25	117	133	102	29	1											35	10			3	7		
TJDF	Dr. Carlos Alberto Martins Filho (Juiz Auxiliar da Presidência do TJDF)	11/04/2017	22	115	129	61	8												91	27			4	7	2	3
TJES	Des. Annibal de Rezende Lima	17/04/2017	2	75	126	90	22												132	37			4	18	6	4
TJGO	Diretoria de Recursos Humanos	28/04/2017	24	137	129	80	18												176	31			1	1		
TJMA	Des. Cleones Carvalho Cunha	17/04/2017	8	102	82	78	26												75	2			2	2		
TJMT	Thiago Fabrício dos Santos	26/04/2017	5	113	79	50	9												243	6			7	21	1	1
TJMS	Des. Divoncr Schreiner Maran	12/04/2017	1	53	78	26	5												60	8			4	2	2	2
TJMG	Luis Cláudio de Souza Alberto	11/04/2017	7	229	339	247	84												888	8			1	125	2	2
TJPA	Des. Ricardo Ferreira Nunes	17/04/2017	6	115	118	64	15	3											50	8			3	4		2
TJPB	Presidência	17/04/2017	8	61	106	60	23	1											21	5			1			
TJPE	Des. Leopoldo de Arruda Raposo	17/04/2017	18	127	166	123	42	6											50	13			3	8	1	
TJPI	Paulo Sívrio Mourão Veras (Secretário-Geral do TJ/PI)	17/04/2017	2	43	18	61	23												32	2				3	1	
TJPR	Des. Renato Braga Bettega	17/04/2017	34	375	251	107	24												64	3						
TJRU	Des. Milton Fernandes de Souza	17/04/2017	34	176	336	124	27	1											62	4				2	5	2
TJRN	Núcleo de Assessoramento da Presidência	17/04/2017	4	78	99	37	14	1											27	8			4			
TJRO	Des. Sansão Saldanha	11/04/2017		43	57	32													90	18			13	10	5	1
TJRR	Desa. Elaine Bianchi		3	18	14	8	1												5				2		1	1
TJRS	Dra. Eliane Garcia Nogueira (Juíza Assessora da Presidência do TJ/RS)	17/04/2017	3	177	282	132	22												52	1						
TJSC	Des. José Antônio Torres Marques	12/04/2017	11	187	157	62	14												212	75			3	14	12	6
TJSP	Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti	01/04/2017	81	802	844	399	53	1											231	27			3	29	9	4
TJSE	Monique Lisboa Alves de Almeida (Secretária Chefe de Gabinete da Presidência do TJ/SE)	17/04/2017		51	49	31	8												51	19				1		
TJTO	José Paiva	17/04/2017		21	52	39	4	1											29	35				2	2	
	TOTAL		320	3.480	3.982	2.221	577	19	0	3	68	674	783	31	2.760	372	66	285	64	30						

12 magistrados em fase de conclusão do doutorado

Tribunais que atualizaram dados depois de 12/05/2017, os quais não foram utilizados na análise comparativa.

Comarcas e Servidores

Órgão	Responsável	Data do Preenchimento	COMARCAS												SERVIDORES					
			Nº de Comarcas			Nº de Varas Providas			Nº de Varas Vagas			Varas Exec. Fiscal	Nº de Servidores			Nº servidores 2ª instância				
			Inicial	Interm	Final	Total	Inicial	Interm	Final	Total	Inicial		Interm	Final	Total					
TJAC	Desa. Denise Castelo Bonfim	17/04/2017	16		6	22	10	36	46	4		2	6		225		1.096	1.321	128	
TJAL	Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly (Presidente em exercício)	11/04/2017	34	18	3	55			114				37	6	375	228	738	1.341	498	
TJAM	Millardson Farias Rodrigues	11/05/2017	60		1	61	53	84	137	25			25	4	365		1.677	2.042		
TJAP	Adelson Armando Marques Anderson	11/04/2017	10		2	12	14	44	58				0		368		560	928	334	
TJBA	Pablo de Araújo Guanais Fausto	11/04/2017	149	46	16	211	376	64	105	69	68	18	155	6	2.002	1.485	4.971	8.458	721	
TJCE	Des. Francisco Gladysson Pontes	17/04/2017	98	46	5	149	77	73	193	21	32	3	56		568	596	1.626	2.790	892	
TJDF	Dr. Carlos Alberto Martins Filho (Juiz Auxiliar da Presidência do TJDF)	11/04/2017				16			191				19	1				2.531	869	
TJES	Des. Ambival de Rezende Lima	17/04/2017				69			265				48	4				2.895	726	
TJGO	Diretoria de Recursos Humanos	28/04/2017	87	39	1	127	106	181	93	10	10		20		1.143	1.921	1.110	4.174		
TJMA	Des. Cleones Carvalho Cunha	17/04/2017	72	36	1	109	70	106	83	259	2	1	3	3	688	1.524	1.295	3.507	1.276	
TJMT	Thiago Fabrício dos Santos	26/04/2017	46	29	4	79	16	89	113	218	31	7	41		686	1.313	1.383	3.382	1.092	
TJMS	Des. Divoncir Schreiner Miaran	12/04/2017	21	29	4	54	9	58	88	155	12	4	23	3	339	907	1.251	2.497	838	
TJMG	Luis Cláudio de Souza Alberto	11/04/2017	179	88	29	296	86	265	384	735	93	17	10	120	2	2.368	3.194	11.968	3.027	
TJPA	Des. Ricardo Ferreira Nunes	17/04/2017	65	46	1	112	46	107	91	244	20	32	1	53	3	589	1.568	2.549	4.706	349
TJPB	Presidência	17/04/2017	39	34	5	78	29	108	117	254	10	26	10	46	2	582	1.102	1.660	3.344	1.040
TJPE	Des. Leopoldo de Arruda Raposo	17/04/2017	108	41	1	150	72	218	175	465	59	41	110	3	1.089	2.663	3.282	7.034	823	
TJPI	Paulo Sívio Mourão Veras (Secretário-Geral do TJ/PI)	17/04/2017	26	62	91	179	18	49	80	147	4	9	22	2	180	429	992	1.601	642	
TJPR	Des. Renato Braga Bettiga	17/04/2017	79	47	35	161	81	107	359	547	1	2	23	21	688	788	3.974	5.450	1.173	
TJRJ	Des. Milton Fernandes de Souza	17/04/2017	68		13	81	233		447	680	94		126		2.523		6.913	9.436		
TJRN	Núcleo de Assessoramento da Presidência	17/04/2017	30	25	10	65	4	35	135	174	26	15	6	6	126	274	1.183	1.583	298	
TJRO	Des. Sansão Saldanha	11/04/2017	9	12	2	23	6	49	44	99	3		4	2	287	873	756	1.916	1.073	
TJRR	Desa. Elaine Bianchi					8			37				5					416	92	
TJRS	Dra. Eliane Garcia Nogueira (Juiza Assessora da Presidência do TJ/RS)	17/04/2017	110	49	5	164	135	212	211	558	6	38	27	71	1.138	2.397	1.914	5.449	2.102	
TJSC	Des. José Antônio Torres Marques	12/04/2017	52	45	14	111	52	122	190	364	2	13	9	24	781	1.537	2.426	4.744	1.830	
TJSP	Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti	01/04/2017	188	52	79	319	212	153	1.048	1.413	52	8	28	88	6.694	3.941	28.602	39.237	4.003	
TJSE	Monique Lisboa Alves de Almeida (Secretária Chefe de Gabinete da Presidência do TJ/SE)	17/04/2017	56		19	75	56	19	75				0	2	366		1.687	2.053	267	
TJTO	José Paiva	17/04/2017	12	16	14	42	11	15	80	106	1	1	11		129	229	882	1.240	619	
TOTAL			1.614	760	361	2.828	1.772	2.011	4.219	8.609	545	324	205	1.183	86	24.299	26.969	78.933	136.043	24.712
Tribunais que atualizaram dados depois de 12/05/2017, os quais não foram utilizados na análise comparativa.												Entrância Única			Somatório das comarcas de 2ª e 3ª entrância.					
												* informado apenas o número de servidores da área judiciária								

Processos Sobrestados por Repercussão Geral

PROCESSOS SOBRESTADOS POR REPERCUSSÃO GERAL

Tribunal	Nº Tema	Descrição	Quantidade	
TJAC	551	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	1.663	
	163	Contribuição previdenciária s/ terço de férias gratificação natalina, hora extra, adicional noturno, adicional insalubridade	143	
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	13	
	201	Restituição da diferença de ICMS substituição tributaria	11	
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	8	
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	4	
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	4	
	98	Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, CF, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003.	2	
	423	Cumprimento de pena em regime menos gravoso ante a falta de vagas em estabelecimento penitenciária adequado	2	
	22	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	1	
	Sub Total			1.851
	TJAL	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	229
793		Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	136	
484		Legitimidade de TJ para atuar em controle concentrado de constitucionalidade Lei Municipal e CF/88	32	
176		Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	21	
264		Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	5	
19		Indenização Não encaminhamento projeto de Lei Reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos	3	
201		Restituição da diferença de ICMS substituição tributaria	3	
265		Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	2	
510		Teto remuneratório de procuradores municipais.	2	
737		Possibilidade de vinculação de pensões e de proventos de aposentadoria de servidores públicos efetivos com subsídios de agentes políticos.	2	
Sub Total			435	
TJAP	163	Contribuição previdenciária s/ terço de férias gratificação natalina, hora extra, adicional noturno, adicional insalubridade	804	
	19	Indenização Não encaminhamento projeto de Lei Reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos	14	
	456	Cobrança de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	3	
	220	Competência Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais	2	
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	2	
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	1	
	339	Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais	1	
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	1	
	627	Acumulação de pensão decorrente de cargo de médico militar com outra pensão oriunda de cargo de médico civil.	1	
	698	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado _Saúde	1	
	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	1	
Sub Total			831	
TJAM	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	37	
	5	Conversão em URV dos valores em cruzeiros reais	31	
	203	Sistema de reserva de vagas em universidade, ação afirmativa	26	
	474	Reserva de vagas em vestibular Universidade Estadual _egressos escola de ensino médio	16	
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	14	
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	11	
	395	Incorporação de quintos _funções comissionadas e/ou gratificação	7	
	Sub Total			142

TJBA	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	3.121
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	2.058
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	785
	284	Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	658
	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	112
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	80
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	69
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	32
	123	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriores	17
	533	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	16
	Sub Total		
TJCE	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	332
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	142
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	53
	900	Possibilidade de recebimento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo por servidor público que trabalha em regime de carga horária reduzida.	37
	262	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	31
	847	Definição dos limites à atuação do Poder Judiciário quanto ao preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas.	24
	22	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	17
	293	Contagem de tempo de serviço - Condições insalubres anterior regime jurídico único	8
	19	Indenização Não encaminhamento projeto de Lei Reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos	7
	317	Imunidade Contribuição sobre os proventos para portador de doença incapacitante	7
745	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	7	
257	Vantagens pessoais e teto remuneratório (EC nº 41/2003)	6	
Sub Total			671
TJDFT	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	1.225
	546	Competência para dispor sobre o transporte irregular de passageiros e a aplicação da penalidade de apreensão de veículos.	939
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	442
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	377
	792	Possibilidade de aplicação da Lei distrital 3.624/2005, que reduziu para 10 salários mínimos o teto para expedição de requisição de pequeno valor, às execuções em curso.	168
	163	Contribuição previdenciária s/ terço de férias gratificação natalina, hora extra, adicional noturno, adicional insalubridade	155
	548	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.	125
	817	Possibilidade de os Estados e o DF perdoar dívidas tributárias surgidas em decorrência do gozo de benefícios fiscais, implementados no âmbito da chamada guerra fiscal do ICMS	111
	111	Aplicabilidade Imediata Compensação de débitos tributários c/ Precatórios Natureza Alimentar ADCT, art. 78, § 2º	68
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	67
Sub Total			3.677
TJES	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	1.413
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	1.274
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	304
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	64
	284	Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	60
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	20
	247	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.	16
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	15
	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	12
	415	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	9
Sub Total			3.187

TJGO	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	382
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	350
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	126
	624	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	108
	163	Contribuição previdenciária s/ terço de férias gratificação natalina, hora extra, adicional noturno, adicional insalubridade	91
	548	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.	29
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	24
	415	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	19
	484	Legitimidade de TJ para atuar em controle concentrado de constitucionalidade Lei Municipal e CF/88	18
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	18
Sub Total			1.165
TJMA	493	Promoção de professor à classe superior a que pertence	719
	201	Restituição da diferença de ICMS substituição tributária	7
	123	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriores	5
	112	Conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor	3
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	3
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	
	163	Contribuição previdenciária s/ terço de férias gratificação natalina, hora extra, adicional noturno, adicional insalubridade	2
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	2
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	2
	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	2
Sub Total			745
TJMT	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	395
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	380
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	266
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	185
	284	Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	69
	33	Relevância e Urgência Medida Provisória nº 2.170-36/2001 cpitalização de Juros periodicidade inferior a um ano	47
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	18
	191	Recolhimento de FGTS - contratação serviço público sem concurso	15
	615	Constitucionalidade da cobrança de ICMS _protocolo ICMS 21/2011 CONFAZ	14
	365	Superlotação carcerária _danos morais pelo Estado	10
Sub Total			1.399
TJMS	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	275
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	65
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	56
	201	Restituição da diferença de ICMS substituição tributária	19
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	15
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	13
	384	Incidência do teto remuneratório servidores anterior EC 40/2003	12
	317	Imunidade Contribuição sobre os proventos para portador de doença incapacitante	7
	284	Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	6
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	5
Sub Total			473
TJMG	160	Contribuição previdenciária Proventos e Pensões de militares inativos	7.721
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	7.287
	33	Relevância e Urgência Medida Provisória nº 2.170-36/2001 cpitalização de Juros periodicidade inferior a um ano	4.068
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	3.651
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	1.952

	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	1.668
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	1.016
	163	Contribuição previdenciária s/ terço de férias gratificação natalina, hora extra, adicional noturno, adicional insalubridade	794
	415	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	784
	551	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	693
	Sub Total		29.634
TJPA	264; 265; 284; 285	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	696
		Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	
		Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	
		Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	110
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	34
	123	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriores	19
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	18
	576	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa	14
	897	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	9
	201	Restituição da diferença de ICMS substituição tributária	4
	456	Cobrança de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	3
		Sub Total	
TJPB	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	1.269
	793	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	1.093
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	235
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	217
	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	23
	123	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriores	16
	642	Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por TCE a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.	12
	576	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa	9
	551	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	7
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	7
		Sub Total	
TJPE	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	1.744
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	204
	163	Contribuição previdenciária s/ terço de férias gratificação natalina, hora extra, adicional noturno, adicional insalubridade	82
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	77
	500	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	35
	551	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	34
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	26
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	23
	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	22
	28	Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.	16
	Sub Total		2.263
TJPI	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	354
	500	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	160
	793	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	5

	500	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	3
	360	Desconstituição de título executivo judicial	2
	377	Incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos	2
	599	Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar	1
	220	Competência Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais	1
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	1
	445	Incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 para a Administração anular ato de concessão de aposentadoria.	1
	Sub Total		530
TJPR	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	2.777
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	1.666
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	1.469
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	792
	111	Aplicabilidade Imediata Compensação de débitos tributários c/ Precatórios Natureza Alimentar ADCT, art. 78, § 2º	638
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	625
	24	Base de cálculo do adicional por tempo de serviço de servidor público admitido antes da Emenda Constitucional nº 19/98.	469
	33	Relevância e Urgência Medida Provisória nº 2.170-36/2001 cpitalização de Juros periodicidade inferior a um ano	399
	148	Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública.	207
	415	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	202
	Sub Total		9.244
TJRJ	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	3.900
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	3.900
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	2.112
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	925
	793	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	717
	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	616
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	590
	210	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	249
	500	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	245
	745	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	156
289	Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.	156	
	Sub Total		13.566
TJRN	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	842
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	137
	317	Imunidade Contribuição sobre os proventos para portador de doença incapacitante	38
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	28
	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	26
	368	Incidência do imposto de renda s/ rendimento acumulados	21
	808	Incidência de imposto de renda sobre juros de mora recebidos por pessoa física.	16
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	14
	606	reintegração de empregados públicos dispensados	10
	698	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado _Saúde	5
	Sub Total		1.137
TJRS	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	31.398
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	20.932
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	9.359
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	4.808

	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	2.010
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	1.909
	123	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriores	1.428
	457	Concessão de pensão por morte (ex-servidores públicos) -Requisitos diferenciados	1.044
	96	Incidência de juros de mora a data da conta de liquidação e a expedição do requerimento.	930
	415	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	849
	Sub Total		74.667
TJRO	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	57
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	50
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	48
	284	Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	46
	19	Indenização Não encaminhamento projeto de Lei Reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos	7
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	4
	309	Improbidade administrativa_Sanções art. 37, §4º CF/88	4
	296	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	4
	517	Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL.	3
	22	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	3
	Sub Total		226
TJRR	864	Direito subjetivo a revisão geral da remuneração dos servidores públicos por índice previsto apenas na LDO, sem correspondente dotação orçamentária na Lei Orçamentária do respectivo ano.	581
	551	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	127
	390	Reserva de lei complementar_Prescrição intercorrente execução fiscal	30
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	28
	793	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	12
	500	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	9
	697	Lei que determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória	4
	22	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	2
	28	Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.	2
	595	Promulgação, pelo Chefe do Poder Executivo, de parte de projeto de lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do veto.	2
	Sub Total		797
TJSC	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	28.401
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	
	284	Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	
	499	Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil.	262
	360	Desconstituição de título executivo judicial	199
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	147
	415	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	68
	96	Incidência de juros de mora a data da conta de liquidação e a expedição do requerimento.	61
	452	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	57
	201	Restituição da diferença de ICMS substituição tributária	47
	381	Aplicação do Estatuto do Idoso ao plano de saúde anterior sua vigência	46
		Sub Total	

TJSP	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	145.860
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	14.297
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	8.219
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	6.084
	96	Incidência de juros de mora a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.	4.708
	19	Indenização Não encaminhamento projeto de Lei Reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos	4.333
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	4.315
	499	Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil.	3.405
	284	Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	2.875
	551	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	2.569
	Sub Total		
TJSE	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	556
	16	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	221
	19	Indenização Não encaminhamento projeto de Lei Reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos	68
	45	Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.	57
	96	Incidência de juros de mora a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.	55
	123	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriores	48
	163	Contribuição previdenciária s/ terço de férias gratificação natalina, hora extra, adicional noturno, adicional insalubridade	47
	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	46
	201	Restituição da diferença de ICMS substituição tributária	26
	210	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	19
Sub Total			1.143
TJTO	176	Inclusão de valores pagos por "demanda contratada" no cálculo do ICMS (energia elétrica)	96
	265	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	34
	264	Correção Monetária - Planos Bresser e Verão	33
	810	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública	23
	285	Correção Monetária (não bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor II	17
	6	Dever Estado fornecer Medicamento de alto custo para portador de doença grave	16
	793	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	16
	19	Indenização Não encaminhamento projeto de Lei Reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos	3
	163	Contribuição previdenciária s/ terço de férias gratificação natalina, hora extra, adicional noturno, adicional insalubridade	2
284	Correção Monetária (bloqueado pelo BACEN) - Plano Collor I	2	
Sub Total			242
Total			384.479

Tribunais que atualizaram dados depois de 12/05/2017, os quais não foram utilizados na análise comparativa.

Informações sobre o Sistema Penitenciário

Órgão	INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO													
	Nº de Presídios	Capacidade Presídios	Presídios Excedentes	Presos Excedentes	Sem Condenação			Com Condenação			TOTAL			
					Homens	Mulheres	Grávidas	Homens	Mulheres	Grávidas	Homens	Mulheres	Grávidas	
TJAC	6	2.567	5	2.841	1.854	147	2	3.247	159	2	5.101	306	4	
TJAL	9	3.502	7	726	1.994	175	4	1.981	49	1	3.975	224	5	
TJAM	22	3.382	21	4.504	2.665	209	9	6.158	585		8.823	794	9	
TJAP	8	1.352	8	1.529	744	75		1.982	79	1	2.726	154	1	
TJBA	24	10.870	16	2.715	6.831	329		6.249	176		13.080	505	13	
TJCE	165	12.310	13	8.585	11.443	846		12.345	471		23.788	1.317	25	
TJDF	8	7.617	5	7.880	3.117	233	6	11.416	413	3	14.533	646	9	
TJES	35	13.873	28	5.631	7.258	498	10	11.132	578	1	18.390	1.076	11	
TJGO	143	9.142	72	9.631	8.827	386	6	11.284	740	6	20.111	1.126	12	
TJMA	37	5.913	30	3.404	4.206	286	10	4.616	209		8.822	495	10	
TJMT	55	6.341	42	5.045	5.435	305	9	5.211	267		10.646	572	9	
TJMS	47	7.327	37	8.148	709	108		10.775	599		11.484	707	17	
TJMG	209	35.873		29.238	31.068	1.533	15	31.022	1.451	4	62.090	2.984	19	
TJPA	46	8.600	46	7.071	5.468	391	3	9.360	448	1	14.828	839	4	
TJPB	21	4.048	17	4.216							0	0	0	
TJPR	32	18.313	21	980	4.836	230		13.433	794		18.269	1.024		
TJPE	80	10.967	39	18.883	10.236	677	8	18.188	749	5	28.424	1.426	13	
TJPI	15	2.230	13	2.022	2.514	118	1	1.350	69		3.864	187	1	
TJRJ	56	28.863	37	23.801	20.338	939	18	28.154	1.172		48.492	2.111	18	
TJRN	32	4.325	32	3.740	2.802	164		4.741	328		7.543	492		
TJRO	53	5.496	45	2.843	1.425	168		6.284	462	6	7.709	630	6	
TJRR	7	1.186	7	955	772	78	4	1.215	76	0	1.987	154	4	
TJRS	64	6.464	58	4.965	11.380	610	8	22.368	1.248	6	33.748	1.858	14	
TJSC	50	15.248	42	3.428	4.783	298	3	12.842	678	4	17.625	976	7	
TJSP	168	139.668		87.937							215.277	12.328	131	
TJSE	9	3.058	6	1.956	2.603	182	3	2.169	60	2	4.772	242	5	
TJTO	2	718	2	81	1.315	74		1.833	86		3.148	160		
TOTAL	1.403	369.253	649	252.755	154.623	9.059	119	239.355	11.946	42	609.255	33.333	347	

Presídios/penitenciárias e cadeias públicas

Tribunais que atualizaram dados depois de 12/05/2017, os quais não foram utilizados na análise comparativa.

Concurso Nacional de Juizes

CONCURSO NACIONAL DE JUIZES	
Órgão	Opinião
TJAC	Favorável
TJAL	Favorável
TJAM	Favorável
TJAP	Favorável
TJBA	Favorável
TJCE	Favorável
TJDFT	Favorável
TJES	
TJGO	Contrário
TJMA	Favorável
TJMT	
TJMS	Contrário
TJMG	Contrário

Por que?

PARA UNIFICAR O PADRÃO DE SELEÇÃO E REDUZIR OS QUESTIONAMENTOS NA EXECUÇÃO DO CONCURSO.

O CONCURSO NACIONAL DE JUIZES TENDE A FORTALECER A CATEGORIA, ALÉM DE FAVORECER A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CARREIRA DA MAGISTRATURA, UMA VEZ QUE PROPICIA A PERMUTA DE JUIZES ENTRE OS ESTADOS.

A MAGISTRATURA É A FUNÇÃO PÚBLICA EM QUE SÃO EXIGIDOS, ALÉM DE GRANDE PREPARO TÉCNICO, CAPACIDADE EMOCIONAL E ENVERGADURA MORAL ÍMPARES, VEZ QUE, O EXERCÍCIO DO PODER/DEVER CONFERIDO AOS OCUPANTES DO CARGO DE MAGISTRADOS PRODUZ IMPACTOS SIGNIFICATIVOS, POR VEZES IRREVERSÍVEIS, EM TODA A SOCIEDADE. POR CONTA DISSO, É INDISPENSÁVEL QUE SEJAM FIXADOS CRITÉRIOS LEGÍTIMOS E OBJETIVOS PARA O INGRESSO NA CARREIRA. REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS CONSTITUI-SE EM UM SISTEMA RAZOAVELMENTE EFICIENTE PARA A SELEÇÃO DE MAGISTRADOS, ISSO NÃO QUER DIZER QUE O MODELO NÃO POSSA SER MELHORADO. A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS REGIONAIS, ORGANIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR CADA TRIBUNAL, POSSUI UMA SÉRIE DE PROBLEMAS JÁ AMPLAMENTE CONHECIDOS, TAIS COMO: MULTIPLICIDADE DE CONTEÚDOS DAS PROVAS; AUSÊNCIA DE UNIFORMIDADE DE CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DAS PROVAS E DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS AOS TÍTULOS APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS, DENTRE OUTROS. ALÉM DESSES PROBLEMAS, HÁ OUTRO IGUALMENTE GRAVE: O FENÔMENO DOS CHAMADOS "CONCURSEIROS". OS "CONCURSEIROS" SÃO (não é possível ler a íntegra do texto).

CUSTÓ ÚNICO PARA TODA A MAGISTRATURA.

ESTE TRIBUNAL É FAVORÁVEL A INSTITUIÇÃO DO CONCURSO NACIONAL DE JUIZES NO PAÍS, HAVA VISTA QUE TAL MEDIDA UNIFORMIZA (...) OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS, GARANTINDO-SE, COM ISSO, O ALTO NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DAQUELES QUE PRETENDEM INGRESSAR (...) MAGISTRATURA NACIONAL, BEM COMO EVITARÁ A EVASÃO DE MAGISTRADOS QUE FEZ CONCURSO EM UM ESTADO FORA DA SUA RESIDÊNCIA E DE (...) CONSEGUE APROVAÇÃO EM SEU ESTADO DE ORIGEM (não é possível ler a íntegra do texto).

UNIFORMIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DE CANDIDATOS, COM GANHOS DE QUALIDADE QUANTO AO RECRUTAMENTO. POSSIBILIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE MAGISTRADOS.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS É FAVORÁVEL AO CONCURSO UNIFICADO NACIONAL NA 1ª FASE OBJETIVA, DE MODO QUE UMA LISTA ÚNICA APROVEITE A TODOS OS TRIBUNAIS. ENTRETANTO, A PARTIR DAS FASES DISCURSIVAS E ORAIS, CONVENIENTE QUE CADA TRIBUNAL SELECCIONE OS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM E ESPECIFICIDADE DE CADA UNIDADE FEDERATIVA.

POPULARIZARIA O ACESSO; PLANIFICARIA OS REQUISITOS DE ACESSO E, CONSEQUENTEMENTE, O GRAU DE EXIGIBILIDADE.

O CRITÉRIO SELETIVO, BEM COMO O ESTUDO PSICOSSOCIAL SÃO MELHORES AVALIADOS POR REGIÃO.

A ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES, POR MEIO DA DIRETORIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - DIRDEP, ENTENDE QUE CADA ESTADO DA FEDERAÇÃO POSSUI SUAS PECULIARIDADES. DESTA FORMA, A REALIZAÇÃO DE CONCURSO NACIONAL NÃO PERMITIRÁ QUE O CONTEÚDO A SER COBRADO NAS PROVAS SEJA ESPECÍFICO DE CADA ESTADO. VALE LEMBRAR QUE EM ALGUNS ESTADOS O CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL AINDA CONSTITUI ETAPA DO CONCURSO. ADEMAIS, HÁ DÚVIDAS DE COMO OCORRERÁ A OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CERTAME EM ÂMBITO NACIONAL. NO PCA Nº 0006269.02.2011.2.00.0000 ESTA ESCOLA APRESENTOU QUESTIONAMENTOS ACERCA DA LOGÍSTICA E DA FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO NACIONAL.

TJPA	Favorável	O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SE MANIFESTA FAVORAVELMENTE AO CONCURSO NACIONAL DE JUIZES, CASO A REALIZAÇÃO DO CERTAME OCORRA EM DATA ÚNICA, A FIM DE EVITAR A FIGURA DO JUIZ CONCURSEIRO, RESGUARDANDO A ADMINISTRAÇÃO DOS TRIBUNAIS DA EVAÇÃO DE MAGISTRADOS DE ALGUNS ESTADOS, PROBLEMA ESTE RECORRENTE NOS ESTADOS DO NORTE, ESPECIFICAMENTE NO ESTADO DO PARÁ, O QUE PREJUDICA DEMASIADAMENTE A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
TJPB	Favorável	UM CONCURSO NACIONAL PADRONIZA O INGRESSO DOS NOVOS MAGISTRADOS E PERMITE A UNIFICAÇÃO DAS REGRAS DE INGRESSO E REMOÇÃO PARA TODO O PAÍS.
TJPE	Favorável	UM DOS MAIORES PROBLEMAS NA SELEÇÃO DE NOVOS JUIZES É A GRANDE ROTATIVIDADE POR CONTA DA PARTICIPAÇÃO SIMULTÂNEA EM CONCURSOS DE DIVERSOS ESTADOS. É COMUM O CANDIDATO TOMAR POSSE EM UM DETERMINADO ESTADO ENQUANTO AGUARDA A FINALIZAÇÃO DE OUTRO CONCURSO, GERANDO CUSTOS ELEVADOS COM A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO NA ESCOLA JUDICIAL E ATRASANDO O PREENCHIMENTO DA COMARCA VAGA. CASO O CONCURSO SEJA NACIONALIZADO, AO MENOS EM SUA PRIMEIRA FASE, O CANDIDATO APROVADO DEVERÁ OPTAR POR UM DETERMINADO ESTADO EM PREJUÍZO DOS DEMAIS.
TJPI	Favorável	... MAGISTRATURA. UNIFORMIZAR O RECRUTAMENTO DE MAGISTRADOS. MINIMIZAR CUSTOS. DIMINUIR O TEMPO DE ESPERA PARA PREENC... (não é possível ler a íntegra do texto).
TJPR	Favorável	MAIOR ESTABILIZAÇÃO DO SISTEMA, EVITANDO ROTATIVIDADE APÓS O CONCURSO. O CANDIDATO, APÓS A PROVA NACIONAL, ESCOLHERIA O ESTADO DE SUA PREFERÊNCIA.
TJRJ	Contrário	1. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DOS TRIBUNAIS; 2. INCONSTITUCIONALIDADE DECORRENTE DA OFENSA AO ART. 96, I, 'C' DA CRFB, QUE DISPÕE SER DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DOS TRIBUNAIS PROVER OS CARGOS DE JUIZ DE CARREIRA DA RESPECTIVA JURISDIÇÃO; 3. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS PECULIARIDADES SOCIAIS LOCAIS NA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PARA MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
TJRN	Favorável	RACIONALIZAÇÃO E CELERIDADE DO PROCESSO SELETIVO.
TJRO	Contrário	O CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO A NÍVEL NACIONAL, POR SER UNIFORME, TERMINA POR SELECIONAR MAGISTRADOS QUE NÃO DISPORÃO DO PERFIL CULTURAL-REGIONAL, JÁ QUE O PAÍS TEM SEUS ESTADOS CONSTITUÍDOS DE GRANDE DIVERSIDADE CULTURAL. ALÉM DISSO, FAVORECERIA A MODALIDADE EM RAZÃO DE IMIGRANTES DE OUTRAS REGIÕES RETORNAR ÀS ORIGENS, DESFAVORECENDO A MAGISTRATURA DE MENOR ACEITAÇÃO.
TJRR	Favorável	DESDE QUE GARANTIDAS VAGAS PRÉ-DEFINIDAS POR CADA ESTADO, SOU FAVORÁVEL AO CONCURSO NACIONAL DE JUIZES, POIS FAVORECE A AMPLA CONCORRÊNCIA DOS CANDIDATOS E POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO.
TJRS	Contrário	PARA PRESSERVAR A AUTONOMIA DOS TRIBUNAIS E CONSIDERANDO A DIVERSIDADE DAS REALIDADES DE CADA TRIBUNAL.
TJSC	Favorável	MANIFESTA-SE FAVORAVELMENTE AO MODELO DE INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA PRO MEIO DE CONCURSO PÚBLICO DE ABRANGÊNCIA NACIONAL, PORQUANTO TAL FORMATAÇÃO GARANTE MAIOR ISONOMIA E TRANSPARÊNCIA NA REGRAS DO CERTAME, NA MEDIDA EM QUE HAVERIA A UNIFORMIZAÇÃO DO EDITAL, EVITANDO, INCLUSIVE, OS MAIS DIVERSOS QUESTIONAMENTOS NO ÂMBITO DO CNJ. OUTRO PONTO QUE MERECE DESTAQUE, EM FAVOR DOS CANDIDATOS, É A REDUÇÃO DE CUSTOS PARA REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA, EM QUE OS INSCRITOS NÃO MAIS NECESSITARIAM DESLOCAR-SE PARA OUTROS ESTADOS DO PAÍS, SE O DESEJO FOSSE INGRESSAR EM UM TRIBUNAL EM ESTADO DIFERENTE DAQUELE ONDE RESIDE. ISSO GARANTIRIA MAIOR EXTENSÃO AO ESPÍRITO DEMOCRÁTICO E MERITÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO, UMA VEZ QUE ATÉ MESMO CANDIDATOS DE BAIXA RENDA QUE RESIDAM EM ESTADOS DISTANTES POSSAM CONCORRER A QUALQUER TRIBUNAL DO PAÍS. POR FIM, RESSALTA-SE QUE O FORMATO EM COMENTO DEVERÁ SER APLICADO APENAS NA PRIMEIRA FASE DO CERTAME COM A (não foi possível a leitura do restante do texto).
TJSP		A REALIZAÇÃO DE UMA PRIMEIRA FASE DE CONCURSO EM ÂMBITO NACIONAL PERMITIRIA A CRIAÇÃO DE CADASTRO GERAL QUE PODERIA SER CONSULTADO POR TODOS OS TRIBUNAIS. NAS FASES SEGUINTE, OS EXAMES PODERIAM SER REALIZADOS PELOS TRIBUNAIS LOCAIS DE MODO A AFERIR SE O CANDIDATO ESTÁ PREPARADO PARA ATENDER SUAS ESPECIFICIDADES.
TJSE	Contrário	ENTENDEMOS QUE CADA TRIBUNAL DEVE ORGANIZAR SEU QUADRO DE MAGISTRADOS, ATENDENDO A PREVISÃO CONSTITUCIONAL DO PACTO FEDERATIVO (não é possível visualizar o restante do texto)
TJTO	Favorável	UNIFORMIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DOS CANDIDATOS; COM FOCO EM OBTER UM PERFIL MAIS HOMOGÊNEO DOS MAGISTRADOS, BEM COMO REDUÇÃO DE CUSTOS NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA INGRESSO NA CARREIRA.
Total Favorável		17
Total Contrário		7
Tribunais que atualizaram dados depois de 12/05/2017, os quais não foram utilizados na análise comparativa.		

Informações Gerais

Órgão	INFORMAÇÕES GERAIS										
	Quantidade de Processos (1º GRAU)					Quantidade de Processos (2º GRAU)					
	Em 1/1/2016	Distribuídos	Baixados	Remanescentes	Em 1/1/2016	Distribuídos	Baixados	Remanescentes			
TJAC	102.188	105.804	113.510	94.482	4.752	10.795	14.195	1.352			
TJAL	500.090	140.279	105.509	534.860	29.593	10.336	9.839	30.090			
TJAM	670.731	151.101	194.167	627.665	16.705	27.548	34.189	10.064			
TJAP	106.786	92.276	96.774	102.288	5.451	2.747	1.711	6.487			
TJBA	3.762.831	936.113	729.212	3.969.732	72.261	48.707	53.233	67.735			
TJCE	1.088.858	380.629	358.656	1.110.831	66.166	34.903	40.581	60.488			
TJDFT	784.317	410.277	556.260	638.334	38.414	83.192	56.190	65.416			
TJES	1.245.732	484.537	347.910	1.382.359	40.082	43.728	7.475	76.335			
TJGO	1.371.544	264.634	346.008	1.290.170	27.929	47.087	59.269	15.747			
TJMA	3.164.292	422.458	343.588	3.243.162	3.115	4.839	3.432	4.522			
TJMT				0				0			
TJMS	799.754	286.164	249.861	836.057	17.511	46.323	41.050	22.784			
TJMG	6.117.299	2.390.572	2.464.713	6.043.158	165.122	270.093	226.412	208.803			
TJPA	1.226.063	365.085	403.688	1.187.460	42.959	25.858	17.403	51.414			
TJPB	552.459	257.941	309.273	501.127	17.626	23.165	20.037	20.754			
TJPE	1.760.306	375.807	467.827	1.668.286	65.668	43.272	39.969	68.971			
TJPI	441.321	136.906	142.238	435.989	21.937	13.697	10.494	25.140			
TJPR	2.438.359	1.357.676	1.132.566	2.663.469	198.349	143.202	173.613	167.938			
TJRJ	10.801.485	1.679.051	2.266.558	10.213.978	93.535	176.042	171.856	97.721			
TJRN	638.367	225.923	186.311	677.979	21.966	17.823	16.938	22.851			
TJRO	366.338	235.108	281.982	319.464	41.809	19.604	17.573	43.840			
TJRR	113.511	64.894	71.419	106.986	6.503	5.225	6.518	5.210			
TJRS	3.963.500	1.289.360	1.519.244	3.733.616	144.370	432.153	455.380	121.143			
TJSC	2.944.903	613.749	764.017	2.794.635	122.504	98.307	81.315	139.496			
TJSP	19.704.280	4.351.924	5.023.774	19.032.430	572.512	853.119	661.809	763.822			
TJSE	293.752	273.676	285.718	281.710	13.597	30.759	34.110	10.246			
TJTO	361.953	156.050	166.171	351.832	15.679	16.511	16.573	15.617			
TOTAL	65.321.019	17.447.994	18.926.954	63.842.059	1.866.115	2.529.035	2.271.164	2.123.986			

Tribunais que atualizaram dados depois de 12/05/2017, os quais não foram utilizados na análise comparativa.

No quantitativo referente ao 2º grau foram incluídos os valores referentes as turmas recursais

Adesão ao Processo Judicial Eletrônico

Órgão	ADESÃO AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO										Sugestões Aperfeiçoamento		
	1º GRAU					2º GRAU						O sistema utilizado possui interoperabilidade	Se sim, com quais órgãos
	Adesão	Tipo	Percentual	Ações Criminais	Recursos	Adesão	Tipo	Percentual	Ações Criminais	Recursos			
TJAC	SIM	SAU		SIM	SIM	SIM	SAU		SIM	SIM	SIM	ESTÁ EM FASE DE HOMOLOGAÇÃO COM ESCRITÓRIO DIGITAL DO CNJ.	
TJAL	NÃO	SAU/PG5	100,0%	SIM	SIM	NÃO	SAU/PG5	100,0%	SIM	SIM	SIM	É INTEROPERÁVEL COM QUALQUER OUTRO SISTEMA QUE UTILIZE O PADRÃO DE MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE PROPOSTO PELO CNJ (MNI).	
TJAM	SIM	SAU (capital)/PROJUDI (comarcas do interior)	100,0%	SIM	SIM	SIM	SAU	100,0%	SIM	SIM	SIM	COM TODOS QUE ATENDEREM OS REQUISITOS DO MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE	Prejudicado. Sistema não implantado no TJAM.
TJAP	SIM	TUCUJURIS	100,0%	SIM	SIM	SIM	TUCUJURIS	80,0%	SIM	SIM	SIM	MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA GERAL, PROCURADORIA DO ESTADO E PROCURADORIA DOS MUNICÍPIOS	
TJBA	SIM	PIE/CNJ: 17%; SAJ: 46% e PROJUDI: 12%	17,0%								SIM	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E MUNICÍPIO, RECEITA FEDERAL CNJ.	1. O Tribunal de Justiça da Bahia necessita do procedimento E-Carta para tramitação de intimações eletrônicas; relatórios gerenciais; demandas do CPC; viabilização de cartórios integrados; CEIUSC; Módulo Criminal para ampliação das implantações; flexibilização de conexões com outras plataformas de banco de dados (ex.: Banco Oracle); imersão da equipe de desenvolvimento o TJBA.
TJCE	SIM	PIE/CNJ: 17,4% SAJ: 38,9%		SIM	SIM	SIM	SAU	100,0%	SIM	SIM	SIM	O SISTEMA PIE É INTEROPERÁVEL, IMPLEMENTANDO O MNI, SEM ÓRGÃOS EXTERNOS O UTILIZANDO NO MOMENTO. O SISTEMA SAJ ESTÁ EM PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO MNI. O SISTEMA PROJUDI FOI DESCONTINUADO PELO CNJ E NÃO POSSUI MNI IMPLEMENTADO. ESTE SISTEMA ESTÁ PASSANDO POR ESFORÇO DE MIGRAÇÃO DE SEUS DADOS AO SISTEMA PIE.	1. Utilização de bandos de dados Oracle; 2. Implementação de funcionalidades para o tratamento do processo eletrônico criminal; 3. Implementação de funcionalidades para o tratamento do processo eletrônico de execução criminal; 4. Implementação de consulta fonética; 5. Implementação de controle de processos físicos (papel) possibilitando a desativação de sistemas de controle processuais existentes.
TJDF	SIM	PIE/CNJ	43,0%	NÃO	SIM	SIM	PIE/CNJ	52,6%	SIM	SIM	SIM	AGU, BANCO DO BRASIL E MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	1. CNJ montar equipe para identificar as funcionalidades lentas para melhorar o tempo de resposta do sistema; 2. CNJ precisa aumentar a sua equipe para gerenciar de forma mais proativa as issues abertas pelos tribunais e coordenar as fabricas de softwares dos tribunais.
TJES	SIM		13,4%	NÃO	SIM	NÃO				NÃO	NÃO		1. Adequação do número de técnicos da equipe que atua no Pie, para otimizar o atendimento das issues, promoção de treinamentos, agilização nas homologações de versões e implementação de funcionalidades, adequação do sistema às novas rotinas de contagem de prazo estatuídas pelo NCPJ; 2. Integração das instalações de 1º e 2º graus.

TIGO	SIM	Processo Judicial Digital Juizados (cível e criminal): 100% Justiça Comum Cível: 50%	50,0%	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	Processo Judicial Digital	100,0%	NÃO	SIM	TODOS OS TRIBUNAIS E/OU ÓRGÃOS QUE UTILIZAM O MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE (MNI)	O PJE não é utilizado no Tribunal de Justiça de Goiás. 1. Ser único (primeiro e segundo grau em um único sistema); 2. Interoperável - MNI; 3. Interface responsiva; 4. Acessível (obs.: o custo de integração do PJE com sistemas dos tribunais é alto em função das plataformas computacionais - ex. arrecadação, central de mandados, distribuição, fluxos internos etc.); 5. É necessário que cada Tribunal tenha seu próprio sistema, desde que interoperável com outros Tribunais - MNI V. 2.2.2.						
TJMA	SIM		47,0%	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		100,0%	SIM	ESTADUAL DO MARANHÃO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1. Ajustes na aplicação do 2º grau para realização da sessão; 2. Alteração do documento de pauta de julgamento para atendimento das regras do NCPG; 3. Unificação das aplicações de 1º grau e 2º grau; 4. Informações mais detalhadas sobre os recursos interpostos para as ações de 2º grau; 5. Tratamento de ações criminais; 6. Integração com correios; 7. Tratamento de ações criminais; 8. Correção no módulo perícia; 9. Tratamento para documentos com erro na validação de assinaturas; 10. Revisão da regra de distribuição automática que permite marcar mais de uma audiência no mesmo dia para um advogado; 11. Possibilidade de gerar múltiplos documentos em uma única tarefa; 12. Melhorias nas tarefas de minuta e assinatura de lote; 13. Tratamento de custas processuais; 14. Assinaturas múltiplas por documento; 15. Revisão e otimização dos procedimentos de banco visando a melhorar o desempenho da aplicação.							
TJMT	SIM	PJE/CU	45,9%	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	PJE/CU	100,0%	SIM	SIMP - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO								
TJMS	SIM	SAU	100,0%	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SAU	100,0%	SIM	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL, PROCURADORIA MUNICIPAL DA CAPITAL, CORREIOS, STI, TRF-DA-3ª REGIÃO, ESCRITÓRIO DIGITAL (MNI).								
TJMG	SIM	PJE/CNU PROUD/CNU	12,5%	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	JPETJMG/Thems		SIM	1. Ajustar algumas regras de negócio e funcionalidades relacionadas à Defensoria Pública e Procuradorias; 2. Criar/ampliar os serviços disponíveis no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI); 3. Ampliar o escopo do Escritório Digital visando também os grandes escritórios de advocacia; 4. Concluir o desenvolvimento da versão 2.0 (nova arquitetura tecnológica); 5. Estruturar a gestão de configuração do sistema no CMI, em virtude de seu desenvolvimento colaborativo; 6. Introduzir testes de carga no processo de desenvolvimento do sistema; 7. Manter o desenvolvimento do sistema compatível com clusterização de banco de dados; 8. O sistema deve ser acessível, dentro dos padrões de mercado.								
TJPA	SIM	PJE/CNU PROUDI	5,0%	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM											MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE INSTITUÍDO PELO CNU NO PJE	
TJPB	SIM	EIUS	91,2%	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	PJE/CU	88,8%	NÃO	SIM	MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE INSTITUÍDO PELO CNU NO PJE							
TJPE	SIM	PJE/CNU	75,0%	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	PJE/CU	77,0%	NÃO	SIM	MINISTÉRIO PÚBLICO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E PROCURADORIAS DOS MUNICÍPIOS (RECIFE, OLINDA, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, JABOATÃO DOS GUARARAPES, CAMARAGIBE)	1. Múltiplas assinaturas eletrônicas nos processos; 2. Melhoria na rotina de redistribuição de processos no 2º grau, por causa de travamentos; 3. Melhoria na rotina de redistribuição de processos no 1º grau, considerando a escolha de classe de competência da unidade de destino; 4. Implementação de configuração para sessão estendida no 2º grau, contemplando acesso aos assessores dos gabinetes; 5. Correção da rotina de prevenção seja no 1º e 2º grau; 6. Reestruturação da rotina de remessa do 1º grau ao 2º grau e vice-versa, incluindo controle de transações para evitar inconsistências; 7. Melhoria das transações entre a gravação de documentos e movimentos, para evitar inconsistências base e garantir geração de relatórios; 8. Aprimorar funcionalidade de download de documento em PDF; 9. Implementar distribuição automática de mandados para oficiais de justiça, incluindo controle de afastamentos; 10. Permitir recebimento de CDA via ejuizamento no painel e por MNI de forma estruturada; 11. Melhorar a						

O QUE QUEREMOS ALCANÇAR EM 2017?

CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS QUE OS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA QUEREM ALCANÇAR EM 2017

TRIBUNAIS	
TJAC	Redução em 10% da Taxa de congestionamento global em 2017.
TJAL	Aumento do quantitativo de Processos Judiciais baixados em relação ao ano de 2016.
TJAM	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementação e execução das etapas dos planos estratégicos definidas para o exercício de 2017. 2. Alavancagem do número de processos, bem como otimização da força de trabalho. 3. Ampliação da política permanente de formação e aperfeiçoamento dos servidores. 4. Otimização da distribuição da força de trabalho, aumento da produtividade e redução das despesas de custeio. 5. Ampliação da prática de soluções alternativas de conflito, bem como promoção da desjudicialização. 6. Superação dos percentuais definidos para as Metas Nacionais de 2017. 7. Apoio à atividade judicante de todas as Unidades Judiciais, com vistas ao aumento do número de processos julgados. 8. Aprimoramento da acessibilidade e usabilidade dos sistemas informatizados, com vistas ao aumento da celeridade, através da inovação. 9. Promoção de ambiente adequado à prestação de serviços judiciais e administrativos, com foco na 1ª Instância de Jurisdição.
TJAP	<ol style="list-style-type: none"> 1. 100% das competências mapeadas. 2. Incremento em 5% do índice de clima organizacional através da dimensão saúde. 3. Incremento em 10% do índice de aderência às metas do PETIC, com a melhoria da gestão de TIC. 4. Redução do tempo médio do processo judicial para 391 dias. 5. Redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento em 7% e na fase de execução em 5%. 6. Elevação do índice de incremento em investimento em 10%. 7. Elevação em 5% do índice de qualidade do atendimento. 8. Elevação em 5% do índice de transparência do tribunal. 9. Elevação em 5% do índice de conciliação pré-processual.

TJBA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alcance de maior número de processos julgados em 2017. 2. Promoção da efetiva baixa processual. 3. Unificação da identificação das unidades do Poder Judiciário do Estado da Bahia. 4. Promoção da padronização das práticas e rotinas cartorárias das unidades judiciárias do 1º grau.
TJCE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevação do índice de eficiência do TJCE para 79%. 2. Alcance de 60% da estratégia relativa ao ano de 2020.
TJDF	Agilidade na tramitação processual por meio da modernização da infraestrutura e implementação de sistemas informatizados.
TJES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação do Processo Judicial Eletrônico em 23 Varas. 2. Processo Judicial Eletrônico implantado. 3. Aumento da qualidade do atendimento. 4. Redução dos custos operacionais de Tecnologia da Informação. 5. Aumento do número de conciliações envolvendo Execuções Fiscais. 6. Realização de 04 ações de família previstas no ano de 2017. 7. Sistema Integrado de Segurança Eletrônica Implantado. 8. Adequação da estrutura física de acordo com o cronograma estabelecido para o ano de 2017. 9. Implantação do Projeto de Distribuição da Força de Trabalho.
TJGO*	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação do Processo Administrativo Eletrônico (PROAD). 2. Aumento da quantidade de casos solucionados por meio da resolução negociada de conflitos. 3. PID implantado em 100% das Comarcas do Estado de Goiás. 4. Redução da Taxa Congestionamento. 5. Redução do acervo de processos de execuções fiscais. 6. Melhoria da gestão da justiça criminal.
TJMA	Mapeamento dos cargos e funções das varas especializadas da Comarca de São Luís.
TJMG	Ampliação da entrega da justiça com menor custo.

TJMS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Redução de 30% (trinta por cento) de processos em andamento nas Comarcas do Estado de MS. 2. Aproximação do Judiciário à população de MS, promovendo cidadania às pessoas que nunca tiveram atividade judicial e judiciária em sua cidade. 3. Redução de 20% do valor do gasto público no âmbito do Poder Judiciário no ano de 2017 Estadual. 4. Redução do absenteísmo, bem como a incidência de doenças ocupacionais. 5. 10% a mais de processos baixados em 2017.
TJMT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Redução da Taxa de Congestionamento do TJMT. 2. Estruturação do PJE com área criminal. 3. Implantação da Política de Gestão de pessoas (Res. 240/CNJ).
TJPA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alcance de maior celeridade e produtividade na prestação jurisdicional em 2017, com priorização do 1º grau de jurisdição. 2. Modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos, visando, garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça. 3. Garantia do direito de acesso à justiça ao Cidadão, priorizando os vulneráveis na busca de uma efetiva e célere prestação jurisdicional.
TJPB*	NÃO ENVIOU O FLUXOGRAMA.
TJPE	Redução da taxa de congestionamento em 2% em relação a 2016.
TJPI	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fluxo regular e ininterrupto de processos judiciais e administrativos; Melhor distribuição da força de trabalho; Crescimento da produtividade do Poder Judiciário; Impacto na melhoria da eficiência e nos resultados finalísticos deste Tribunal. 2. Comunicação interna eficiente. 3. Foco em ações estratégicas em todas as áreas, desenvolvendo ações corretivas constantes; Prontidão estratégica, ou seja, o envolvimento e disponibilidade da alta administração em relação ao futuro; Aplicação com eficácia dos recursos disponíveis, para alcance dos objetivos previamente estabelecidos. 4. Crescimento da produtividade do Poder Judiciário; Impacto na melhoria da eficiência e nos resultados finalísticos deste Tribunal; Garantia da celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional. 5. Alinhamento da organização com a adaptabilidade exigida no mesmo sentido do direcionamento proposto pelo plano estratégico; Sistema de reconhecimento de equipe, que venha ao encontro da Missão, Visão e Valores da Instituição etc.
TJPR	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhora da comunicação institucional com o público interno e externo. 2. Ampliação do atendimento de conciliação no PJPR. 3. Garantia do consumo consciente de materiais e serviços. 4. Mapeamento, padronização e criação de manuais de 10 processos de trabalho. 5. Aumento da quantidade de processos julgados, baixados e redução do tempo de tramitação dos processos.

	<p>6. Difusão da cultura da Gestão Estratégica.</p> <p>7. Promoção de soluções tecnológicas efetivas ao Judiciário Paranaense.</p> <p>8. Aprimoramento dos conhecimentos e habilidades dos magistrados e servidores.</p> <p>9. Promoção de ambientes salubres para jurisdicionados, magistrados e servidores.</p> <p>10. Aprimoramento da Fiscalização de despesas e a Arrecadação de receitas.</p> <p>11. Mapeamento, padronização e criação de manuais de 10 processos de trabalho.</p>
TJRJ*	<p>1. Atendimento de Audiências de Custódia no interior (locais selecionados).</p> <p>2. Implementação de medidas para assegurar prioridade de tramitação e celeridade a processos envolvendo crianças na primeira infância, sujeitos de medidas protetivas (inclusive no caso de gestantes ou mães presas, que convivam com filho no cárcere).</p> <p>3. Melhoria dos resultados do processo de trabalho comparativamente em relação ao ano anterior.</p> <p>4. Garantia do acesso à documentação básica da população carcerária e do correto cumprimento da pena imposta pelo judiciário.</p> <p>5. Implementação de modelo de gerenciamento de cartório de dívida ativa.</p> <p>6. Unidades do PJERJ com o nível de segurança elevado (sistema de videoconferência para presos de altíssima e alta periculosidade).</p>
TJRN	Aumento do índice de produtividade do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.
TJRO	Promoção da justiça com brevidade e qualidade, para atender os direitos de cidadania.
TJRR*	Aumentar a produtividade da atividade judicial em 45%. (Produtividade = Maior julgamento, arquivamento e conciliações. 45% a mais do que a produtividade de 2016)
TJRS	Manutenção do IDJus em 100% de eficiência no Justiça em Números.
TJSC	<p>1. Julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.</p> <p>2. Identificação e julgamento, até 31/12/2017, de, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.</p> <p>3. Identificação e julgamento, até 31/12/2017, de, pelo menos, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.</p> <p>4. Estabelecimento de política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2017.</p> <p>5. Julgamento, até 31/12/2017, de 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º Grau e de 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 2º grau.</p> <p>6. Fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2017.</p>

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento do Índice de conciliação processual realizada de 14% para 17%. 2. Aumento do Índice de satisfação dos usuários/ cidadãos atendidos pelo poder judiciário de 62% para 63%. 3. Redução do Índice de eficiência operacional de 2291,95 para 2280,50. 4. Aumento do Índice de execução do orçamento estratégico de 99,24% para 99,49%. 5. Aumento do Índice de audiências criminais realizadas por videoconferência de 5% para 10%. 6. Manutenção do Índice de atendimento à demanda em 100%. 7. Redução da Taxa de congestionamento processual de 54% para 53%. 8. Aumento do Índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública de 61% para 62%. 9. Redução da Taxa de congestionamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública de 80% para 79,5%. 10. Redução da Taxa de congestionamento em litigância serial de 66% para 65,5%. 11. Redução da Taxa de congestionamento na fase de execução de 61,36% para 60,86%. 12. Redução da Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal de 86,8% para 86,3%. 13. Aumento do Índice de execução do plano estratégico de 99,24% para 99,49%. 14. Manutenção do Índice de capacitação nas competências profissionais em 15%. 15. Aumento do Índice de mapeamento das competências de cargos e funções de 10% para 15%. 16. Aumento do Índice de virtualização de processos novos de 80% para 85%. 17. Aumento do Índice de aderência às metas do PETIC de 50% para 60%.
<p style="text-align: center;">TJSE</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevação do número de processos baixados em relação ao ano de 2016 (referência – 5.690.195). 2. Julgamento de mais processos do que os distribuídos (Meta 1 do Poder Judiciário Nacional).
<p style="text-align: center;">TJTO*</p>	<p>Redução para 59% a taxa de congestionamento processual em 2017.</p>

*Observações: **A linha toda em vermelho indica o Estado que não enviou o fluxograma em janeiro e abril de 2017, a saber: PB. Enviaram apenas em maio de 2017 os seguintes Tribunais de Justiça: CE, GO e RR.**

